

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**O ESPIAR DA CORUJA: UMA LEITURA DAS COISAS, DOS
SERES E DAS IDÉIAS NO ROMANCE *SÃO BERNARDO* DE
GRACILIANO RAMOS**

CARLOS EDUARDO JAPIASSÚ DE QUEIROZ

Recife, 2007

CARLOS EDUARDO JAPIASSÚ DE QUEIROZ

**O ESPIAR DA CORUJA: UMA LEITURA DAS COISAS, DOS
SERES E DAS IDÉIAS NO ROMANCE *SÃO BERNARDO* DE
GRACILIANO RAMOS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Teoria Literária, sob a orientação do Prof. Dr. Alfredo Adolfo Cordiviola.

Recife, 2007

Queiroz, Carlos Eduardo Japiassú de

O espiar da coruja: uma leitura das coisas, dos seres e das idéias no romance São Bernardo de Graciliano Ramos / Carlos Eduardo Japiassú de Queiroz. – Recife: O Autor, 2007.

218 folhas

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Teoria da Literatura, 2007.

Inclui bibliografia.

1. Literatura brasileira - Filosofia. 2. Literatura brasileira – Crítica e interpretação. 3. Literatura - Estética. I. Ramos, Graciliano. II. São Bernardo. III. Título

**869.0(81)
B869**

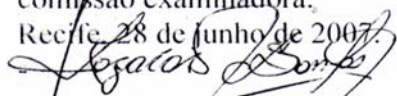
**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

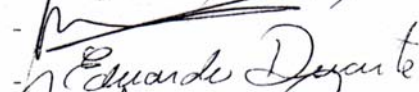
**UFPE
CAC2008-89**

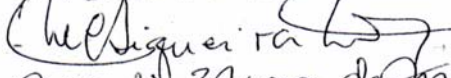
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA PARA JULGAR A TESE INTITULADA: "*O Espiar da Coruja: Uma Leitura das Coisas, dos Seres e das Idéias no Romance São Bernardo de Graciliano Ramos*", DE AUTORIA DE: **Carlos Eduardo Japiassu de Queiroz**, ALUNO DESTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS.

O julgamento ocorreu às 28h do dia 28 de junho de 2007, no Centro de Artes e Comunicação/UFPE, para julgar a Tese de Doutorado intitulada: O ESPIAR DA CORUJA: UMA LEITURA DAS COISAS, DOS SERES E DAS IDÉIAS NO ROMANCE SÃO BERNARDO DE GRACILIANO RAMOS, de autoria de Carlos Eduardo Japiassu de Queiroz, aluno deste Programa de Pós-Graduação em Letras. Presentes os membros da comissão examinadora: Prof. Dr. Alfredo Adolfo Cordiviola (Orientador), Prof^ª. Dr^ª. Maria do Carmo de Siqueira Nino, Prof^ª. Dr^ª. Marli Vila Nova de Moraes, Prof. Dr. Paulo Carneiro da Cunha Filho, Prof^ª. Dr^ª. Eduardo Duarte Gomes da Silva. Sob a presidência do primeiro, realizou-se a arguição do candidato. Cumpridas as disposições regulamentares, foram lidos os conceitos atribuídos ao candidato: Prof. Dr. Alfredo Adolfo Cordiviola: **Aprovado**, Prof^ª. Dr^ª. Maria do Carmo de Siqueira Nino: **Aprovado**, Prof^ª. Dr^ª. Marli Vila Nova de Moraes: **Aprovado**, Prof. Dr. Paulo Carneiro da Cunha Filho: **Aprovado**, Prof. Dr. Eduardo Duarte Gomes da Silva: **Aprovado**. Em seguida, o Prof. Dr. Alfredo Adolfo Cordiviola comunicou ao candidato Carlos Eduardo Japiassu de Queiroz, que sua defesa foi aprovada pela comissão examinadora. E, nada mais havendo a tratar eu, Jozaias Ferreira dos Santos, Auxiliar em Administração, encerrei a presente ata que assino com os demais membros da comissão examinadora.

Recife, 28 de junho de 2007.











DEDICATÓRIA

À minha mãe Mônica e às minhas irmãs Adriana e Juliana.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Dr. Alfredo Cordiviola, pela abertura de pensamento, pela tolerância de espírito, pela nobreza de caráter.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, pelo inestimável apoio.

À Capes, pelo suporte financeiro sem o qual seria impraticável a realização deste trabalho.

Aos Amigos.

“Quisera eu! Bem interpretar os sinais do mundo.”

Anônimo

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a análise da obra *São Bernardo*, de Graciliano Ramos. Qualificá-remos nosso projeto analítico, de antemão designado como uma leitura interpretativa, como pertencente ao âmbito de uma transdisciplinaridade, notadamente aos campos disciplinares da teoria da literatura e da filosofia.

Divide-se em duas partes marcadamente distintas: a primeira, denominada de “Teoria (Idéias)”, tem como visada um continente teórico cujas idéias servirão de base para o conteúdo disposto na segunda parte. Podemos, assim, afirmar que a Parte I atuará como norte epistemológico, justificando o propugnado na parte II; esta última denominada de “Leitura (imagens)”.

Neste sentido, a proposta teórico-filosófica do trabalho tem três eixos centrais. O primeiro, percorrido no Capítulo 1 da primeira parte, centra-se numa **fenomenologia da percepção**, tendo como principal suporte bibliográfico o livro do filósofo Maurice Merleau-Ponty, *Fenomenologia da Percepção*; neste, postulamos a percepção como um primeiro fundamento de uma **estética receptiva**. No segundo eixo estabelece-se a **memória** como o outro central fundamento que posicionará o sujeito – intérprete no processo, postulado por nós como “fenomênico”, de uma leitura. Estes dois fundamentos irão compor com um terceiro, a saber, a concepção **hermenêutica** de uma estética receptiva tal como pensada pelo teórico literário Wolfgang Iser. O terceiro capítulo da parte I vai, deste modo, estruturar-se como hipótese interpretativa que irá amparar a leitura-escritura de toda segunda parte.

E’, portanto, nesta última, que realizamos a análise do romance *São Bernardo*. Devemos então afirmar que a investigação do livro, enquanto projeto e ambição metodológica, assume um paradigma estético-fenomenológico que se justifica nos fundamentos teóricos supramencionados. O livro é, assim, perspectivado capítulo a capítulo, formando um percurso no qual o leitor-intérprete focará “compreensivamente” as idéias e imagens que tomam, e tomaram, relevo durante a leitura. Atribuindo-se e descobrindo-se significado àquelas passagens que, imantadas por um sentido de valor, sobressaíram, predominantes, à consciência-espírito. A análise do romance in(surge)-se, pois, como troca estética: o leitor-intérprete ao tempo em que se ilumina por ela, clareia e motiva o texto lido.

Palavras-Chaves: Fenomenologia, Estética, Memória

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the book 'São Bernardo', which was written by Graciliano Ramos. We intend actually to give an analysis to the works based on the Philosophy and the Theory of Literature. The work is divided into the following subjects: Theoretical considerations (part 1), which are the 'ideas'; this first part is the 'epistemological basis' of the interpretation (part 2). The three chapters of the first part of this work have the following issues: Chapter I: The 'perception' as the first condition in order to have an "aesthetic experience". An important author mentioned in this chapter is Maurice Merleau-Ponty, specially one of his works named *Phénoménologie de la Perception*. Chapter II: The 'memory', which leads the subject in the reading process considered as 'phenomenical'. Chapter III: An interpretative conception mainly based on Wolfgang Iser's view about the literary hermeneutics. We have then, in the third chapter, an interpretative hypothesis as the basis of the second part. The second part of this work is an interpretation of the book 'São Bernardo' as we said above. In this sense, the reader will be able to understand the meaning of the book by understanding the images. Finally, the main point of this work is that the reader can 'translate' the book and, at the same time, be receptive to the book itself.

Keywords: Phenomenal, Aesthetic, Memory.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo el análisis de la obra São Bernardo, de Graciliano Ramos. Calificaríamos nuestro proyecto analítico, de antemano designado como una lectura interpretativa, como perteneciente al ámbito de una transdisciplinariedad, sobre todo a los campos disciplinares de la teoría de la literatura y de la filosofía.

Se divide en dos partes notablemente distintas: la primera, denominada “Teoría (Ideas)”, presenta un contenido teórico cuyas ideas servirán de base para lo dispuesto en la segunda parte. Podemos, así, afirmar que la Parte I actuará como guía epistemológica, justificando lo defendido en la parte II; esta última denominada de “Lectura (Imágenes)”.

En este sentido, la propuesta teórico-filosófica del trabajo tiene tres ejes centrales. El primero, desarrollado en el Capítulo 1 de la primera parte, se centra en una **fenomenología de la percepción** teniendo como apoyo bibliográfico principal el libro del filósofo Maurice Merleau-Ponty, *Fenomenología de la Percepción*; en este, postulamos la percepción como un primer fundamento de una **estética receptiva**. En el segundo eje se establece la **memoria** como el otro fundamento central que posicionará el sujeto-intérprete en el proceso, por nosotros postulado como “fenoménico”, de una lectura. Estos dos fundamentos compondrán con un tercero, la concepción hermenéutica de una estética receptiva así como pensada por el teórico literario Wolfgang Iser. El tercer capítulo de la parte I va, de esta manera, a estructurarse como hipótesis interpretativa que irá a apoyar la lectura-escritura de toda la segunda parte.

Es, entonces, en esta última, que analizamos el romance São Bernardo. Debemos afirmar pues que la investigación del libro, como proyecto y ambición metodológica, asume un paradigma estético-fenomenológico que se justifica en los fundamentos teóricos referidos. El libro es, así, perspectivado capítulo a capítulo, formando un percurso en el cual el lector-intérprete visualizará “comprensivamente” las ideas e imágenes que ganan, y ganaron, énfasis durante la lectura. Atribuyéndose y descubriéndose significado a los pasajes que, unidos por un sentido de valor, se destacaron, predominantes, a la conciencia-espíritu. El análisis de la novela se *in(surge)*, pues, como cambio estético: el lector-intérprete al mismo tiempo en que se ilumina por ella, aclara y motiva el texto leído.

Palabras-Chaves: Fenomenología, Estética, Memoria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
------------------	----

PARTE I

TEORIA (IDÉIAS)	30
CAPÍTULO 1: DA PERCEPÇÃO	31
CAPÍTULO 2: DA MEMÓRIA	60
CAPÍTULO 3: DE UMA ESTÉTICA RECEPTIVA FUNDADA NA PERCEPÇÃO E NA MEMÓRIA	88
CAPÍTULO 4: - FOLIAS NA FAZENDA	98

PARTE II

LEITURA (IMAGENS)	105
CAPÍTULO 1: DO ROMANCE <i>SÃO BERNARDO</i>	110
1. Capítulo 01 – O ALPENDRE	112
2. Capítulo 02 – A SALA DE JANTAR	112
3. Capítulo 03 – O AREAL E OS ESPINHOS	113
4. Capítulo 04 - AS DUAS DECADÊNCIAS	116
A Decadência do Padilha	117
A “São Bernardo” decadente	120
5. Capítulo 05 – O DESCANSO NA REDE	121
O Plano –I	122
6. Capítulo 06 – O CARRO DE BOIS	123
“O Plano” – II	124
7. Capítulo 08 - Os fins justificam os meios	128

8. Capítulo 7- Ah! Quase esqueço de seu Ribeiro!	131
“O MASSAPÊ”. Escrito sobre o solo auspicioso de Gilberto Freyre	132
9. Capítulo 09 – Considerações diversas – Madalena é renunciada	135
10. Capítulo 10 – É DIA DE FEIRA	138
O Aboio	139
11. Capítulo 11 – SEM TÍTULO	140
12. Capítulo 12 – 02 SEMANAS NÃO SOMAM 15 DIAS	143
13. Capítulo 13 – A VIAGEM DE TREM	147
14. Capítulo 14 – UM CAPÍTULO ESPECIAL POR CAUSA DE MADALENA	149
15. Capítulo 15 – O ALGODOAL	151
16. Capítulo 16 QUE POEIRA, HEM? COM O NORDESTE!	153
17. Capítulo 17 – A DIFERENÇA	153
Ainda o CAPÍTULO 17 – Outras Considerações	156
18. CAPÍTULO 18 – BATE-BOCA NO ALMOÇO	158
19. CAPÍTULO 19 – A VIDA AGRESTE	159
20. CAPÍTULO 20 – SUMARÍSSIMO: Retoma-se o espaço visível da narrativa	162
21. CAPÍTULO 21 – O Espancamento do Mulambo Marciano	163
22. Capítulo 22 – D. GLÓRIA	166
23. Capítulo 23 – O HOMEM COLÉRICO	167
Os Papa-Capins	19
24. Capítulo 24 – COMECEI A SENTIR CIÚMES	171
25. Capítulo 25 – MADALENA TINHA TIDO MENINO	173
O filho rejeitado	176
26. Capítulo 26 – AS MÃOS FEIAS, E SUJAS ..	179
O caso do jaqueira	186

27. Capítulos 27, 28 e 29 - A DÚVIDA: SERIA OU NÃO SERIA?	181
28. Capítulo 30 – INSÔNIA	186
A Coruja	187
29. Capítulo 31 – A CARTA (síntese do romance)	187
O Pomar	188
Arrependimento	190
30. Capítulo 32 – MUDANÇA	193
31. Capítulo 33 – A ALFORRIA DO PADILHA	196
32. Capítulo 34 – RESTARAM O GONDIM E O NOGUEIRA	197
No Bilhar	199
33. Capítulo 35 – FOGO MORTO	199
34. Capítulo 36 – EPÍLOGO	200
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 204
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 208

I- O ENCONTRO, A ESCOLHA

Faz parte do passado – presente: era ainda quase adolescente diante das alternativas de leitura postas pela impoluta figura do professor Gaudêncio, uma delas o livro *São Bernardo*, de Graciliano Ramos. A razão da escolha, como a de qualquer escolha, inapreensível. O fato é que o escolhi. Não havia lido Graciliano Ramos, apenas me impressionado com os títulos notadamente estranhos dos seus livros perfilados na biblioteca de um tio: *Angústia*, *Insônia*, *Vidas Secas*... – nomes que à época soavam inóspitos para mim. Acredito ter acontecido um encontro. Um insuspeito encontro entre, de um lado, um livro e, de outro, uma procura. Busca, em parte natural, em parte singular, por respostas diretas que mais tarde se descobre sempre fugidias. Todavia, se o encontro não tomou forma de explicação, veio como empatia, sedução estética. Coincidência de posições residindo numa mesma tofília: a do interior solar nordestino, com sua peculiar identidade fisionômica, a incidir na ambiência natural, como no jeito de seus habitantes-personagens.

Essa primeira leitura retornará após um intervalo de dormências, em meio a tempos e movimentos, na forma de um segundo encontro. Uma redescoberta ou, como quer Jorge Luis Borges, um “casual encontro marcado”, com a originalidade acre do romance. Esta tem efeito quando da opção pelo romance *São Bernardo* como objeto de estudo deste presente trabalho. Um encontro segundo, estabelecido agora numa idade da razão amarelecida no acúmulo da experiência de fatos e de leituras, como de relações e de imagens, reformadora constante da possível sabedoria composta pelo passar costumeiro das coisas. Saber ambíguo, pois, se por um lado relevado pela calma necessária à agudeza da observação, por outro

destronado da esperança de um conhecimento límpido e certo, perdida, talvez, no ceticismo da poeira do tempo.

Incontestemente é que a sede compreensiva despertada pela obra continuava chama. No entanto, diante da intenção de adotá-la como alvo de uma análise teórica, fazia-se mister adequá-la ao leito de Procusto de uma determinada abordagem teórico-metodológica (pressuposto de validação científica?). Ora, mas como objetivar tal abordagem sem perder justamente a razão-força que o verdor da primeira leitura imprimia à obra? Tal desafio, em um primeiro momento ingrato, trouxe nele próprio uma natural solução. Esta se substancializou no intento de uma transposição do puro fruir estético da leitura na escrita de um texto que fixasse o que antes pertencia somente à translucidez da imaginação. Uma espécie de tradução facilitada pelo caráter híbrido do signo literário, que, forjado na linguagem oral-escrita, já transporta em si formulações intelectivas. Tratava-se, pois, do desenvolvimento de uma investigação a respeito da própria leitura da obra, ou seja, uma abordagem das imagens e das idéias impressivas e conceituais derivadas do processo receptivo, a qual contemplasse, a um só tempo, o objeto-livro e o sujeito-leitor.

II- O PROJETO

Vemos descortinar-se então o norte epistemológico do trabalho, a saber, a aliança sujeito-objeto que no seio do tempo-processo da leitura apresenta-se em consoante imbricação. Dessa maneira, a subjetividade se insere como pressuposto de uma leitura interpretativa na medida em que tem consciência de sua presença na atuação compreensiva do texto. Por meio de um agir alerta, tenta-se acessar o texto, iluminando o mundo da obra - seus objetos, personagens e idéias - não hierarquicamente refletidos no mundo do leitor, valorando as figuras e passagens pelas quais, por motivações enigmáticas, a subjetividade se dispõe ao encontro do texto compreendido.

A partir dessa diretriz de posicionamento outro norte se apresenta: o da predominância de uma análise contaminada pela relação estética com o texto

literário, processo que consiste em trazer a região do sensível para, e durante, a apreensão-interpretação da obra. Tentativa de entrelace do sensual com o “domínio do conceito”, característica-mor do nosso dito pensamento ocidental, enfatizando no sensível, os modos perceptivo e experiencial com os quais o sujeito se prende às coisas. Como diz Terry Eagleton, “a estética nasceu do reconhecimento de que o mundo da percepção e da experiência não pode ser simplesmente derivado de leis universais abstratas (...). Como uma espécie de pensamento concreto, ou análogo sensual do conceito, a estética participa ao mesmo tempo do racional e do real”.¹ Trata-se assim de desviar a razão da ambição de alcançar generalidades absolutas, através de fundamentações de ordem metafísica ou científica, levando-a para uma preocupação com o que o filósofo Edmund Husserl nominou *Lebenswelt* – o mundo das coisas da vida, ou seja, o universo da experiência radicado nas vivências singulares de cada ser.

É, pois, pela convicção de ser na literatura que encontramos as mais intensas aproximações com “o existente”, seja na minúcia descritiva deste, seja em sua construção metafórica, que adotamos como princípio teórico-paradigmático o pensamento fenomenológico, o qual, acreditamos, envolve nossas considerações. No entanto, não é na fenomenologia husserliana que nos ateremos a fim de imprimir ímpeto a este trabalho. Sem dúvida, partimos com ele, tal como seus discípulos, na constatação de que a consciência está sempre disposta sobre algo – a noção de intencionalidade. Mas, como veremos, Husserl se vê impedido de abandonar o privilégio da razão, relegando a corporeidade do percebido à correspondência “noemática” do que em primeiro plano persistiria na consciência “noética”, para usar sua própria terminologia. No ensejo de enfrentarmos a eterna polaridade consciência/mundo é que descobrimos na fenomenologia da percepção de Maurice Merleau-Ponty um discurso filosófico cujo fundamento epistemológico está em coerência com o nosso projeto. É, portanto, no postulado de Merleau-Ponty de que o corpo é o lugar de aderência ao mundo e, “antes mesmo de chegar a pensar, é sempre um organismo sensivelmente experimentador”,² que encontramos uma tangência entre o “manifestar-se estético” e a concepção fenomenológica.

¹ EAGLETON, Terry. **A ideologia da estética**, p. 19.

² Ibid., p. 20.

Neste sentido, tentaremos atingir a *orbis* por um movimento descentrado de uma racionalidade ocupada na procura de idéias perfeitas (platonismo) ou leis eficazes (cientificismo). Antes, uma insurgência das formas que aparecem à percepção-consciência numa multissonância de aspectos e perfis. Não um **eidos** inalcançável enquanto transcendência, ou um espaço geometrizado sem correspondência com a superficialidade fisionômica das coisas dispostas, mas a compreensão do “dia especial”, pela qual cada um interage, percebe e representa a alteridade de cada um. Esta ênfase numa subjetividade conjunta, entrelaçando-se por meio de uma intersensorialidade, pautar-se-á pela fenomenologia da percepção e pela concepção de estética que vimos apontando. Ora, estamos adentrando as qualidades notadamente aceitas como do terreno da arte e, por conseguinte, da intensa negociação com códigos formais que, em suas reservas potencializadas, permitem-se incontáveis combinatórias de atualizações, num sempre incomum esforço de ordenação para satisfazer o propósito consciente-intuitivo da expressão de um significado. Contudo, deslocamo-nos para fora da inventividade artística no intuito de investigá-la, e nesta tentativa de atribuir sentido ao que por si já o possui, tornamo-nos aquela espécime híbrida e um tanto paradoxal do teórico da arte.

Trazemos, assim, este projeto ambicionando a interlocução com outro, o que se efetivou com a publicação de *São Bernardo*. Texto que no conjunto da obra de Graciliano Ramos impõe-se como marco de um projeto estético e ideológico ao qual se alia um incoercível sentimento de existência. Projeto que tomará neste livro a inteira consistência de um estilo dos mais próprios e apropriados de nossa história literária. É por tal que, ao discorrermos sobre o romance, selecionando as passagens que mais “estetizaram” nossa condição de leitor-intérprete, tornamos-nos de tal maneira reféns do estilo autoral, que o nosso texto assumiu, amiúde, se não um estilo, um “jeito” próprio.

Ora, não é esse o posicionamento solicitado por Merleau-Ponty ao dizer que uma fenomenologia se faz a partir de um estilo de descrição do mundo. E, acolhendo as palavras de Albert Camus, uma descrição na qual “a pétala da rosa, o marco da quilometragem ou a mão humana têm tanta importância quanto o amor, o desejo ou as leis da gravidade”.³ Vemo-nos, portanto, situados numa eloquente

³ CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**, p. 39.

equivalência entre as dimensões perceptivas, afetivas e racionais do ser; o que explica sobremodo o título achado para este trabalho.

Mais adiante, Camus cita o seguinte trecho de Husserl: “Se todas as massas submetidas à gravidade desaparecessem, a lei da gravidade não seria destruída, mas ficaria simplesmente sem aplicação possível.”⁴

III- ROTEIRO

Estrutura-se este trabalho em duas partes enfaticamente distintas. Na primeira estabelecem-se os pressupostos filosóficos, na segunda tem efeito a proposta de análise do romance, como discorreremos com mais vagar adiante.

Assim, no capítulo I da primeira parte, invocaremos a (contra)razão fenomenológica para amparar a leitura-interpretação realizada na parte segunda. Relevamos não se tratar de uma metodologia, mas de um método, um caminho, o qual, entre outros tantos possíveis caminhos, escolhemos como modo de efetivar, formar um pensamento-criação. Novamente, adotamos Camus: “o método aqui definido confessa a sensação de que todo conhecimento verdadeiro é impossível. Só se pode enumerar as aparências e apresentar o ambiente”.⁵ Da seara do visivelmente extenso, e como tal percebido por nossa atenção presente, passamos no segundo capítulo à “tela inextensa” da memória, procissão de imagens passadas só percebidas dentro de um enigmático “cinema” interior. Neste sentido, a memória se nos aparece como segundo parâmetro interpretativo. Segundo apenas pela necessidade de ordenação dos capítulos, e, por tal, não secundário, pois não há como interpor entre a percepção e a memória critérios de antecendência. O fenômeno memorial sobressairia assim como um (re)conhecimento do que chega à percepção, efetuando uma seleção das palavras-imagens que de algum modo afetam o espírito. Estas tomam, deste modo, relevo diante de outras, escolhendo-se como fulcro no qual atuará a consciência.

Para investigar a pertinência dessa separação nocional entre os dois parâmetros – percepção e memória –, ou mesmo de como pensá-la coerentemente,

⁴ Ibid., p. 59.

⁵ Ibid., p. 26.

remetemo-nos às postulações do filósofo Henry Bérgson, desenvolvidas em sua obra *Matéria e Memória*. Como o próprio título indica, ao longo do livro nos defrontamos com uma progressão reflexiva assaz pertinaz na medida em que traz posições tanto da filosofia idealista quando da ciência psicológica – como assim também o faz Merleau-Ponty –, para investigar o que para Bergson se coloca como espírito-memória de um lado e corpo-percepção de outro. Encontramos, então, um surpreendente diálogo entre os dois filósofos, o qual, mesmo resultando em conclusões diversas, sai-se de grande interesse como orientação crítica para nossos propósitos hipotéticos. Se, ao contrário do parâmetro da memória, parece não se notar, nas descrições realizadas na segunda parte do trabalho, o parâmetro da percepção, tal ocorre por este último de antemão já se predispor imerso nos resquícios memoriais advindos á interpretação do romance. Visto que, no âmbito da reflexão desses pensadores, tal polaridade entre os dois fenômenos só existe como abstrata condição, pois o presente e o passado só se concebem em integral simultaneidade. Vemo-nos, neste momento, envoltos no enfrentamento sempre inglório com a questão do tempo. Fez-nos então necessário um complemento ao segundo capítulo, que qualificamos como uma “breve história do tempo”. Para tanto, obtivemos a inestimável ajuda de outro pensador francês, Paul Ricoeur, o qual, no tomo III de sua obra *Tempo e Narrativa*, dispensa considerações críticas acerca de algumas concepções filosóficas sobre o tempo, mantendo sempre como foco o caráter aporético delas. Desfechamos este capítulo remetendo-nos ao início do primeiro, pela reflexão propiciada por Ricoeur acerca da fenomenologia husserliana do tempo. Esta servirá de ligação com os pontos percorridos no terceiro capítulo, o qual arremata a primeira parte.

Nota-se claramente a diretriz teórico-conceitual invocada nesta primeira parte. Ela constitui-se como “pântano” filosófico no qual se assentará, em tom de justificativa, a concepção da segunda parte, a saber, a de uma fenomenologia da leitura do *São Bernardo*, de Graciliano Ramos. Uma postulação fenomenológica que não se declara filiada a um exclusivo âmbito reflexivo, posto que, ao visitar diversos autores, insere-se antes num percurso de idéias cuja visada contemplará a prática escritural com a qual construiremos nossa abordagem fenomenológica do livro. Adotamos essa abordagem, portanto, como o estudo de um fenômeno que advirá da

conjunção dos significados emanados da relação estética entre um leitor e uma obra-autor.

Abrimos o terceiro capítulo sob o registro de um sujeito cujo temperamento estético, ou seja, a inclinação com a qual recebe o texto literário, é flagrantemente perceptivo – dada a atenção com as coisas circunloquamente existentes –; e imensamente memorial – como se dominado por uma permanente perfilação retrospectiva dos fatos. Estes são os parâmetros por excelência pelos quais este sujeito-leitor irá aderir ao texto, os modos através dos quais sua “consciência intencional” o lerá. Neste sentido, a memória e a percepção são enfocadas enquanto paradigmas compreensivos da recepção textual. O campo intelectual da estética da recepção surge assim espontaneamente – quase uma afinidade eletiva – como ferramenta conceitual para desenvolvermos este capítulo. E especificamente as noções do teórico da Escola de Constanza Wolfgang Iser, com o qual já tínhamos “empatizado” em trabalho anterior.⁶ É nítido, como bem indica Ricoeur em seu citado livro, o parentesco existente entre as bacias teóricas da fenomenologia e da hermenêutica, pois uma fenomenologia que se volte para um objeto estético – o qual envolve a semântica não específica do termo arte – naturalmente irá encontrar-se no âmbito de uma hermenêutica compreensiva. Definimos esta última noção *grosso modo* como uma heurística erigida na co-apreensão dos dois pólos imprescindíveis à comunicação oriunda de um processo estético, o do (autor-texto) e o do sujeito-leitor. Numa via de mão dupla cujo universo criado pelo autor ganhará *anima* quando da atuação imaginária de um sujeito-receptor. Portanto, uma estética receptiva cuja consciência imaginante do sujeito ao tempo em que lê o texto, observa sua circunstância e recorda seu passado, tornando-se agora ele próprio produtor de um novo texto. Numa incursão ao horizonte de possibilidades significativas inscritas no texto original pelo qual o intérprete, no ato desta nova escritura – descoberta –, ilumina algo de seu trilhar.

Concluindo a parte primeira, podemos dizer que também se conclui a apropriação direta, porém crítica, de idéias alheias. Nota-se claramente que o escopo delas, se devemos assim nos render às compartimentações disciplinares, baseia-se em teorias de cunho filosófico. Portanto, ao pretendermos nestas nos

⁶ Ver a dissertação de mestrado **Fulgores fugidios: o papel da imaginação na recepção-interpretação do texto literário**. Recife: UFPE, 2002.

apoiar para a redação, na segunda parte, de uma pragmática pertencente ao campo disciplinar da teoria literária, encontraremos-nos no seio de uma interdisciplinaridade entre a filosofia e a literatura. Todavia, como a preocupação subjacente a este trabalho não deixa escapar seu âmago “macrotemático”, ou seja, o de tangenciar as grandes questões inacabadas relativas ao(s) ser(es): a existência, a morte, o tempo..., veremos brotar uma espontânea leitura filosófica do livro de Graciliano Ramos. E queremos ressaltar tal espontaneidade, pois, com Sartre, lembramos que a literatura, mesmo tomada em seu lócus específico, traz sempre um conjunto de concernimentos metafísico-existenciais.

Iniciamos, pois, nesta segunda parte, a efetivação da análise proposta, a qual toma uma forma final após os vários encontros-leituras relatados no início desta introdução. Se antes nosso texto parecia estar suspenso nas abstrações características do sobrevôo filosófico, agora nossa pena se fixará no “*eindgest*” de um território delimitado. Tentativa de descrição do espaço-espírito da terra onde o romance é situado; das terras que nomeiam a fazenda São Bernardo; das pessoas, animais, plantas e objetos que lá se assentam e por lá transitam; como também das culturas, instituições e histórias que traçam, e/ou traçaram, os modos de ser daqueles. No andar metódico dos capítulos, o texto assume outras vertentes além das relativas à filosofia e à teoria literária. Vemos desfilar, por um lado, proposições antropológicas e históricas, bem como da geografia física e humana, por outro. Talvez pela imperiosa necessidade de cobrirmos o mais largamente possível o panorama das impressões refletidas pelo livro. Observações, na acepção estrita desta palavra, pois resultantes de uma leitura que traz em seu cerne a soma das observações conservadas no registro do que passou. Insurge-se assim um texto arraigado na confluência de olhos e passos que percorreram, se não um idêntico território, dada a separação notada apenas pelos marcos quilométricos e pelas divisas federativas, um território plenamente contíguo no reconhecimento de sua extrema feição. Território cuja fisionomia, à medida que transitamos da filosofia para a literatura, permitirá descrever-se nas minudências e detalhes singulares que o compõem. É nesta perspectiva que o discurso empreendido privilegia a forma de relatos, contrapondo-se talvez às construções conceituais dignas do pensamento filosófico. Outrossim, são eles o formato mais generoso de reatarmos nossa constituição experiencial. Devemos ressaltar que para Merleau-Ponty a experiência

é fundadora, sendo, pois, na reconstituição da trajetória de suas percepções que o sujeito encarnado poderá conceber, a si e ao mundo, sempre renovadas “unidades de sentido”.⁷ Contudo, esse (re)conhecimento, enquanto experiência passada possibilitada pelo atuar da memória, só seria despertado, tomando contornos distanciadamente nítidos, pelas exigências de um presente estar-no-mundo.

Salientamos este ponto de vista no intuito de frisar a importância que a experiência passada toma na obra de Graciliano Ramos, a ponto de pretendermos defender o caráter determinantemente memorialista dela. Difícil é negar o sentido de memória que permeia sua obra: ou diretamente, enquanto discurso autobiográfico – *Infância e Memórias do Cárcere* –, ou colateralmente, na narrativa firmemente enraizada dos demais livros. Diremos, portanto, coadunar-se na nossa leitura do *São Bernardo* esta índole memorial, estrutura quase temática do romance, com uma inclinação nostálgica do próprio sujeito-intérprete. Índole esta que em outro leitor poderia não tomar relevo tão explícito. Outro tema-elemento do romance cuja presença ganha contornos significativos pela conjunção dos horizontes intencionais entre autor e leitor está na constante referência à paisagem natural, adquirindo esta uma estatura primeira na preocupação compartilhada em expressar a visibilidade do “mundo natural”.

Sem querermos nos delongar nesta síntese introdutória, vamos ficando por aqui. Não sem antes nos remeter a uma passagem de Guimarães Rosa na qual este explica em carta a João Condé o motivo da escolha do terreno onde se localizaram as histórias de seu livro de contos *Sagarana*: “O pedaço de Minas Gerais que era mais meu. E foi o que preferi. Porque tinha muitas saudades de lá. Porque conhecia um pouco melhor a terra, a gente, bichos, árvores...”. Quer dizer, retratá-la-ia, escrevê-la-ia melhor porque a conhecia melhor. Estendendo este espírito ao universo da obra de Graciliano Ramos tomamo-lo como nosso, e, invocando o prisma que norteia este trabalho, diríamos: compreende-se bem o que bem se conheceu.

Alargando a notória exclamação de Terêncio, concluimos: tudo o que concerne e não concerne ao humano me surpreende.

⁷ MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**, p. 39 e 59.

PRÓLOGO

“O homem é grande quando se reconhece miserável”
Pascal

Amanhece em São Bernardo; as gotas de orvalho escorrem sobre os pés de pau d’arco; ao largo, vê-se a natureza verdejante da fazenda contaminar-se com os grossos raios de sol. Na igrejinha, uma janela de madeira insiste em bater pressionada pelas primeiras rajadas do vento nordeste. O que, talvez, tenha acordado o lar das corujas, pois começaram a piar seu canto, supostamente agourento, saindo do sossego desfrutado em seu ninho do telhado, bem ao lado do sino. No alpendre da casa-sede, invadido a cada dia pelo mato descuidado, uma família de gansos passeia em desencontradas interlocuções. A casa, ao lado da igreja, mantém-se toda fechada, como se estivesse há anos abandonada: rachaduras na parede, a pintura desgastada. No terraço sujo de barro, antes cercado por lilases e margaridas, vê-se apenas o capim-bravo crescendo ao ritmo do tempo. No interior da casa, sentado na cabeceira da longa mesa vazia, iluminado pela luz vinda das frestas do telhado sem forro, um homem rascunha algumas palavras sobre um papel em branco.

Dir-se-ia ser esta a imagem fundamental que teimosamente insiste em fixar-se na memória ao lembrarmos da fatídica trajetória do personagem Paulo Honório no livro *“São Bernardo”*, de Graciliano Ramos. É uma imagem-desfecho, uma síntese final da trajetória histórico-existencial de um homem em direção a ele mesmo. Um ser em ruínas que, apegando-se aos fragmentos do que sobrou de si, projeta-se no passado, em sua memória e suas reminiscências, como atitude salvadora da preservação de sua identidade. Só o passado é visível, e, através da memória, pode-se resgatá-lo, invadindo-o, tornando-o presente, já que o presente mesmo não mais existe. Pois, mergulhar na história do que passou é se ver novamente, rever-se. E, vendo-se quem era, os passos e caminhos seguidos, pode-se, no agora, reencontrar-se, redimensionando-se historicamente no desvelar de uma auto-narrativa. Se não se sente mais o espaço sob seus pés, ou o tempo na linha do

olhar, só restará o conteúdo abstrato da memória, com seu substrato híbrido de um real imaginado, ao qual se recorrerá como amparo do ser.

A memória, neste sentido, estaria dentro do campo do conhecimento, desencadeadora de um processo auto-consciente. Não se caracterizando como um relembrar utilitário de fatos esquecidos, mas como uma grande incursão nos atos do passado, nos caminhos percorridos de antanho. Uma viagem pelas imagens mentais que em sua sucessão irão tecer uma linha de Ariadne, criada por uma necessidade do humano de se encontrar no tempo. Esse perscrutar da memória não se comportaria como uma solução lógica, descobrindo em momentos do passado a explicação causal dos acontecimentos futuros, mas como um reordenar cronológico da anterioridade. A história então encontrada propiciará, em seu re-contar, uma espécie de sentido vago, sem respostas definitivas, cuja “verdade” estaria na própria linearidade temporal de seu conteúdo significativo, no ato narrativo daquele que a vivenciou.

Tal lugar de reflexão é norteado pela densa imagem de Paulo Honório enquanto um homem só, insone, fechado em sua mônada, debruçado sobre o papel respingado de tinta, no intuito imprescindível de uma compreensão pessoal. No ato de escritura, o personagem tentará refazer-se num movimento de descoberta, utilizando-se, para isto, das palavras como constituintes de sentido à translucidez das imagens recorrentes na memória. Se a oralidade é a forma fundante de uma sociabilidade comunicacional, talvez seja o domínio simbólico da linguagem, no ato da leitura e da escritura, que permita o momento de deslocamento da subjetividade de um olhar-para-fora em direção a um olhar-para-dentro. Este aprofundamento interior se confundiria tão simplesmente com um olhar investigador do repositório, adormecido ou não, das imagens memoriais. Em outros termos, um pensamento observador que relembra a si próprio. Porém, o puro relembrar devaneante, uma contemplação às inversas, é apenas, digamos, o *partis-pris* do processo. O ego não se satisfará apenas com as passagens de nossa vida observadas como se víssemos um filme, ou como se a sonhássemos. Faz-se necessário um caminho de volta, pois o sentido não se realiza apenas no puro pensar.⁸ Este viria como uma dimensão primeira, de posse da qual se deveria partir em busca de uma concretização, a

⁸ A não ser se nos referirmos às experiências meditativas, nas quais tenta-se, em ordem inversa, uma alienação da consciência identitária que se dissolveria em sua ligação com algo maior, transcendentalizado.

realizar-se num outro nível temporal: a atualização no presente de uma ação individualizadora, uma ética própria pautada pela autoconsciência. Esta reverteria em benefício do indivíduo na medida do fortalecimento de sua identidade.

A consciência é uma noção que só carrega sentido enquanto consciência de alguma coisa,⁹ ou seja, a intencionalidade do ser de focalizar um local específico deixando o resto na penumbra. Portanto, a autoconsciência confundir-se-ia com a subjetividade em sua origem etimológica de um *sub-jectum*, um lançar-se sob, por baixo, pelo qual o ser do sujeito, agora distanciado, é observado refletidamente pelo sujeito, ou seja, ele mesmo! Essa dissociação, a princípio pode parecer absurda se não pensada em relação à passagem do tempo. Aquele que é visto não é mais o mesmo que vê, pois se encontra no passado, é um outro, mesmo que este outro, naquele momento, fosse ele próprio.

Vale salientar que a noção “chave” de autoconsciência é empregada aqui não no viés de uma racionalidade que tudo domina e controla a partir de um centro privilegiado, mas como um esforço do ego persistindo na e pela vida. Uma resistência a um comportamento autodestrutivo do próprio Eu que, por algum obscuro motivo, quer dissolver-se no caos exterior através de uma total presentificação de sua relação com o tempo. O filósofo Soren Kierkegaard no livro *O Desespero Humano* colocará que o ser desesperado é aquele que, insatisfeito consigo próprio, sente a vontade de se livrar do próprio Eu. Talvez seja desta frustração do rompimento de uma consciência tranqüila que nasça o olhar distanciado da autoconsciência. Seria característica do ego uma retrovisão pautada pela imagem prototípica do homem perfeito. Se esta perfeição essencial projetada por cada indivíduo não se acordar com sua existência, este viverá uma contradição dilacerante do Eu.

O descobrir-se na escritura resultaria da autoconsciência perfazendo-se no distanciamento espaço-temporal do Eu, no ato de sua ressignificação ficcional. Dissociação, observa-se, e não perda do ego, como nos casos considerados psicopatológicos. O que enfatizamos aqui é o fortalecimento da identidade quando da necessidade decisiva de uma escolha em direção à uma compreensão de si próprio e das relações inter-pessoais nas quais se está circunscrito.

⁹ Idéia preconizada pela **fenomenologia** de Edmund Husserl.

Neste momento, seria adequado discorrer acerca do horizonte teórico inspirador deste ângulo de visão sobre o personagem criado por Graciliano Ramos o qual, e isto é de veras interessante quando de uma reflexão sobre o fenômeno literário, assume, mesmo sendo fictício, o mesmo estatuto de realidade de uma pessoa “em carne e osso”. A descoberta, ou criação, por Freud, da idéia do inconsciente inseriu como temática científica a antiga, porém propositadamente ignorada questão do sujeito dividido.¹⁰ O homem sempre foi pensado como tendo uma essencialidade “humana”, que o diferencia dos outros seres pelo fato de se forjar como ser consciente. Essa foi a visão majoritária pelo menos até o século XIX quando alguns pensadores não sistemáticos enxergaram que além de um ser consciente o homem é, ou sobretudo é, **vontade**. Quer dizer, em vários momentos age sem pensar, guiado apenas por um querer que teima em fugir da consciência contumaz.

A filosofia, mesmo de maneira tangencial, desde sempre reconheceu este lado obscuro do humano, na medida em que ele sempre fez parte das formas de convivência social. No entanto, a crença na inteligibilidade do humano – normalmente conduzida por uma superior transcendência -, penetrando no caos ilusório das aparências, aí descobrindo um substrato essencial, fez com que os filósofos deixassem de lado qualquer idéia comprometedora da capacidade consciente de uma ordenação lógica do mundo, desprezando hipocritamente os casos particulares de manifestações consideradas pejorativamente como pertencendo ao terreno da loucura. Ou seja, tudo o que demonstrava um absurdo, um dado incompreensível a contrariar as características atribuídas a uma essência categórica das coisas, fugindo ao campo da pretensa verdade filosófica ou científica.

Parece ser contraditório se há momentos atrás defendíamos a autoconsciência como um valor de subjetividade para depois apontarmos o tratamento exacerbado dado a ela na filosofia racionalista. Porém trata-se fundamentalmente de pensá-la não como uma essência correspondente ao espírito humano, e sim, como uma **escolha** feita no âmbito exclusivo de uma dada trajetória existencial. Do movimento de descentralização do ser autonomicamente consciente encampado nos últimos dois séculos pelas correntes teóricas da fenomenologia, do existencialismo, da psicanálise, e mais recentemente do pós-estruturalismo, dir-se-ia que a reflexão aqui

¹⁰ Já na “*República*”, Platão se referia ao homem como “senhor e escravo de si próprio”.

procedida encontra-se sob os auspícios do pensamento fenomenológico-existencialista. Isto, reconhecendo o largo espectro de suas idéias, e convergindo para o paradigma que têm em comum: o abandono da concepção de uma essencialidade primando absoluta sobre a conduta do homem. Perde-se o otimismo ilusório dos grandes sistemas lógicos para se adentrar no incomensurável da experiência humana.

O pensamento que se originava no espaço supra-humano para daí contemplar o homem obrigatoriamente inserido neste espaço, deve agora se originar da singularidade da marca existencial indelével deixada por cada indivíduo em seu acontecimento.

Se a princípio, as noções de essência e existência podem denotar uma dicotomia, não é assim que as discernirmos. Antes, são modos diversos de tentativas de compreensão da alteridade: do que não somos e é estranho a nós, como do estranho que existe em cada um de nós. Neste caso sente-se sempre aquela sensação, por vezes passageira, e que incomoda tanto na vigília quanto no sonho, de não ser mais aquele que constantemente se é.

É o absurdo desta constatação, ser algo que num dado momento é diferente do si próprio, que vem subverter ou limitar o alcance da concepção puramente “essencialista” das coisas. Pois a propriedade reflexiva $a = a$ perde sua validade.

Nem tanto ao mar, nem tanto a terra; exige-se aqui uma ponderação. Sem dúvida há condicionantes genéricos determinantes do que seja uma flor, ou um tigre, condicionantes estes a cada dia mais codificados pela genética, todavia nunca conheceremos a diferença essencial entre a flor e o tigre, o “em si kantiano”, limitados que estamos na redoma da experiência humana. Da mesma forma, se bem com maior proximidade, é nos vedado conhecer o outro. E por que não? Se pertencemos à mesma espécie. Talvez pelo fato da expressão “experiência humana” ser uma abstração, pois só se realiza enquanto experiência individual. O gênero só se substancializará na singularidade de cada existente. Desta forma, mais que uma oposição, as noções de essência e existência ensejariam um dilema relacionado à faculdade do conhecimento, o qual exigiria uma tomada de posição entre o centro privilegiado de uma episteme aceita como valor de verdade, ou uma relativização do conhecimento que só o aceitaria como tal no tocante à consciência do ser projetada em si mesma enquanto valor único e indissociável da identidade. O que nos levaria

ao dito de Kierkegaard, “a subjetividade é a verdade”. Todo o resto, toda a alteridade exterior a nossa consciência somente assumiria um estatuto objetificante. Um “para si”, ao qual constituiríamos a posteriori um significado. Por conseguinte, a única referência de sentido possível dar-se-ia na relação do sujeito consigo mesmo. A autoconsciência perfazendo-se no processo de incursão do sujeito em sua memória.

Ao invés de postularmos, como Descartes, que Eu sou porque possuo uma consciência pensante, preferíamos dizer que Eu só sou na medida de uma escolha resultante do ato consciente de observar minha experiência passada. Um passado que, entre a infinitude dos devires, no seio da liberdade dos possíveis, só se efetiva numa única alternativa.

A passagem do puro “existir” para o “saber existir”, devemos afirmar, não contempla a totalidade das pessoas. Ela se dá como uma mudança qualitativa oriunda de um sentimento de estranhamento em relação a um mundo que, a partir de um certo momento, não é mais o mesmo ao qual se estava acostumado. Nossos atos, projetos, relacionamentos, irão, de agora em diante, ser alvo de um questionamento aparentemente desmotivado, vindo de um âmago provocador de estados de incomodo e insatisfação. Nem todos passam por isso, nem todos ultrapassam tal limiar. Este acontecimento não é uma lei, não é uma regra. Grande parte dos mortais vive sem chegar ao “Hades”. Diríamos que, neste caso, suas essências estariam plenamente consoantes às suas existências; as escolhas fazendo parte de uma ordem pré-determinada, a qual não será rejeitada, nunca se duvidando delas, não as questionando, seguindo sempre um mesmo e previsível caminho. Denominar esta passagem como qualitativa denota uma mudança de natureza, e não de grau. Ou seja, não significa uma evolução, algo que vem para melhor. Pelo contrário, antes de uma benção diria tratar-se de uma catástrofe, criadora de um estigma definitivo, tirando-nos do conforto espiritual de um destino certo para nos lançar no horizonte inseguro de nossas indefinições. Um presente de grego. Fazer o que? É um presente que não aceita devolução. Resta-se agradecer e seguir adiante. Entretanto, somos outros agora. “Foi o natal que mudou? Ou fui eu?”, indaga-nos o poeta.

É neste rumo interpretativo que abordamos o livro “*São Bernardo*”, enfocando centralmente o personagem – narrador Paulo Honório. Esta

contemplação teórica postulará uma ênfase na investigação da presença egótica do personagem, de sua trajetória, que se delineará claramente a partir do capítulo 19 do livro. Neste momento capital da narrativa constata-se a culminância de transformação espiritual de Paulo Honório. Uma radical tomada de consciência de seu sofrimento, ao se ver só e abandonado em sua valorosa propriedade, agora jogada aos desfavores do tempo; confundida, em sua inércia, com a natureza bruta que a invade. Encontrando-se num labirinto desesperador, resolve passar a limpo sua vida. É tragado pela necessidade de impor uma ordem lógica¹¹ ao encadeamento de desastres que lhe acometeram, os quais, como um rio dirigindo-se em caudalosa correnteza ao precipício de uma cachoeira, desaguaram em sua escabrosa ruína.

O sombrio monologar de auto-questionamentos define o que seria uma segunda fase do personagem. De certo modo dividindo a história em duas partes. Outrossim, notamos que a própria percepção dos elementos sensíveis circunstantes é aguçada. A melancolia intensifica a sensibilidade em direção a um natural tantas vezes percorrido pelo personagem, porém não reconhecido. Por sentir-se fraco em relação às pessoas, antes tão ferozmente manietadas por ele, dirige a atenção para um universo que só agora consegue captar limpidamente. A natureza, em sua constância e em sua fixidez cíclica representa um lugar de apego, diante da instabilidade provocada pela incompreensão de suas relações pessoais. Esvaziado de seu poder controlador, na medida em que as pessoas fogem de seu campo de dominação, retira-se para o convívio de uma contigüidade há muito perdida. Perdida nos confins da infância quando ajudava a velha Margarida na feitura dos tachos de rapadura. Enfim, refugia-se na solidão acompanhada dos cantos sincopados dos sapos e do roçar da brisa nas folhagens, tendo sempre ao lado Casimiro Lopes, seu capanga-irmão, que não lhe traz dúvidas ou inquietações.

Uma solidão feita de um silêncio edificante. Meu passado foi minha perdição, resta-me agarrar-se a ele.

¹¹ Como já foi dito, é premente na estruturação lógica das coisas uma ordenação cronológica dos acontecimentos. Neste sentido, observamos que Paulo Honório estabelecerá uma narrativa diacrônica de sua vida.

PARTE I

TEORIA
(IDÉIAS)

CAPÍTULO 1 – DA PERCEPÇÃO

A aquisição mais importante da fenomenologia foi ter unido o extremo subjetivismo ao extremo objetivismo.

Maurice Merleau-Ponty

A princípio, é conveniente discorrermos acerca da ascendência conceitual do espectro teórico que preponderará no pensamento filosófico do século XX com a denominação de “fenomenologia”.

Vinculada a uma idéia recorrente na filosofia – a da realidade como fenômeno, ou fenomênica –, a fenomenologia foi elaborada pelo filósofo alemão Edmund Husserl, cuja obra servirá de estofo para uma geração de pensadores que, redimensionando as idéias dele em várias direções, introduzirão reflexões ousadas e inovadoras ao cabedal filosófico majoritariamente aceito e autorizado até então. É o caso, por exemplo, das fenomenologias de Gaston Bachelard e de Maurice Merleau-Ponty.

Para penetrarmos na gênese intelectual da fenomenologia, faz-se mister uma breve incursão em alguns dilemas suscitados pela filosofia moderna.

O cartesianismo, ao supor o sujeito como “Eu duvidante”, recupera a possibilidade de conhecimento que se perfaz numa subjetividade ativamente cognoscente. O humano é dotado de uma condição que, se não é demiúrgica enquanto criação do inaudito, realiza-se como foco de luz, iluminando uma verdade preexistente. O homem pós-medieval poderá voltar o olhar para o mundo,

concedendo-se uma relativa liberdade dos grilhões significativos das exegeses dos textos antigos. Tem-se, com Descartes, o início da dinâmica de idéias da metafísica idealista. A história do idealismo é, sem dúvida, uma história da tentativa abismal de se pensar o processo do conhecimento. E se é a consciência enquanto interioridade espiritual que realiza esse processo, dever-se-ia voltar toda a energia racional no intuito do seu entendimento. Desse modo, a consciência ora será o centro irradiador de uma verdade direcionada ao mundo, tendo em vista que, identificando-se com o próprio Deus, toma o sentido de uma mente transcendentemente espiritualizada, ora será esvaziada de qualquer densidade eidética, assumindo o simples papel de organizadora das incertas impressões provenientes do exterior.¹ A crítica kantiana tentará, por sua vez, com um imenso poder conciliador, realizar uma síntese entre o paroxismo da metafísica racionalista e a postura cética, apegada à materialidade das coisas, as quais continuam inacessíveis ao homem, a não ser no cerne de uma relação empírico-instrumental. Kant aceitará, assim, a essencialidade das coisas do mundo, porém negará qualquer acesso a elas, acreditando que a essência delas, seu “em si”, estaria vedada à consciência. O homem só enfrentaria o suposto real exterior como um “para si”, não penetrando no *ser* das coisas, no **númeno** do real. As coisas só chegariam à consciência na qualidade de **fenômenos**, isto é, aparências das superfícies dos seres percebidos como tal pela mente. Por outro lado, Kant resgatará a metafísica racionalista ao atribuir à razão humana uma propriedade geral e universal que, aprioristicamente, filtraria a realidade – nos modos perceptivo e conceptivo – de uma única maneira, dirigindo os julgamentos, conclusões e atos do sujeito para um fim necessário e verdadeiro, guiados por uma espécie de metafísica teleológica. O sujeito, mais especificamente sua consciência, é novamente transcendentalizado, numa continuidade do idealismo-racionalista cartesiano.

A idéia do “fenômeno”² como aparência, em contraposição à verdade fixa do ser, do **númeno**, tal como se encontra em Platão e Kant, não corresponderia à pretendida por Husserl no contexto de sua fenomenologia. Nesta, o “fenômeno”

¹ Achamos, no entanto, forçada a posição de alguns tratados de filosofia em admitir uma simples oposição entre filosofias racionalistas e filosofias empiristas, formando dois grupos estanques. A nosso ver, a história do idealismo apresenta uma dinâmica que ora aproxima, ora distancia as matizações do pensamento de cada filósofo.

² Na etimologia da palavra “fenômeno” nós encontramos o verbo grego *phainesthai* (aparecer) e o nome *phaenomenon* (o que aparece).

expressaria não uma aparência, mas uma aparição, termo definido como “uma manifestação de sentido”. Nota-se que Husserl não aceitará a separação entre as noções de essência e aparência. Quando se descreve a fenomenologia como uma volta às coisas, ou ao conceito proposto por Husserl de *Lebenswelt* – o mundo das coisas da vida –, não se trataria de um ponto de vista empírico, de acreditar somente na experiência mundana dos objetos, negadora de qualquer essencialidade. Essa retomada das coisas não consistiria numa redução empírica do mundo à experiência, mas o lugar a partir do qual se tentaria atingir o **eidós** – a essência purificada de todos os acidentes, que só poderia ser objetivada pela investigação da consciência do sujeito. O mundo das coisas, segundo Husserl, não seria alcançado, ou apreendido, nas operações cognitivas e experimentais da atitude natural e/ou científica. Ele existiria, e isso é fundamental, originariamente na consciência como uma **intencionalidade**, pois, para a fenomenologia, toda consciência só pode ser vista como consciência de algo, *dirigida a alguma coisa*. Portanto, quando Husserl preconiza uma *epochê* – uma colocação entre parênteses do mundo –, ele não estará negando a existência do mundo das coisas, mas servindo-se de uma estratégia para suspender a tese de uma existência substanciada do mundo e, por conseguinte, a atitude natural da crença no mundo exterior. Com essa operação, essa “estratégia metodológica”, a qual chamou de redução fenomenológica, Husserl isola na consciência as suposições eidéticas, restando ao mundo apenas os fenômenos – o conjunto de tudo que, por não ter uma essencialidade, manifesta-se na consciência fenomenicamente. Poder-se-ia chegar à conclusão, e isso será discutido adiante, de que Husserl escamoteia, com a estratégia da *epochê*, um pressuposto idealista, pois, para ele, só a consciência *É*. Vemos, no entanto, que essa visão da consciência não demonstra, como em Descartes, um “*ego cogito puro*”. E este talvez seja o passo além dado por Husserl em relação a todo o pensamento idealista: a consciência não poderá, por nenhuma forma, ser entendida isoladamente (um ego que em sua solidão pensa); ela estará sempre ligada ao mundo exterior, neste caso como um “*ego cogito cogitatum*”. O pensamento não poderá, como ato, ser isolado do seu conteúdo pensado.

A noção de **intencionalidade** é fundamental para esclarecer a teoria da consciência de Husserl.³ Quando declara que a consciência é sempre consciência

³ Noção que Husserl adotou de um de seus mentores, o filósofo Franz Brentano.

de algo, ele quer dizer que ela está sempre visando a algo, que é sempre *intenção* de algo. Para melhor traduzir esse conceito, poderíamos entender seu significado como uma disposição do espírito que levaria a consciência em direção a algo. O ato pelo qual a consciência visa a alguma coisa Husserl denominou de **noese**, e o universo correspondentemente visado, de **noema**.

Quando a consciência realiza uma **noese**, um ato, com seu respectivo correlato, ela estará passando por um processo de vivência intencional desse correlato **noemático**, a qual frutificará um conteúdo intencional. O verbo “intencionar” enfatizará a associação entre as disposições afetivas e intelectuais do espírito e o universo dos objetos e dos signos, já estabelecidos significativamente na consciência, formando, nesta, um conteúdo e um modo representacional decorrente das diversas vivências intencionais. Não importará, para Husserl, se aos atos da consciência se relacionam objetos tidos como existentes ou não. Os correlatos poderão ser empíricos, correspondendo a uma realidade já aceita como tal, ou imaginários, decorrentes de uma combinação “extravagante” de elementos conhecidos. Nos dois casos, eles serão derivados de uma vivência⁴ intencional da nossa consciência legitimada em sua realidade fenomenal, mesmo que a ela não corresponda uma realidade empírica. Tomando o exemplo do próprio Husserl, quando eu me represento o deus Júpiter, esse deus é um objeto presentificado imanentemente no ato da representação. Ele tem uma existência mental. Ele realmente existe para mim, mesmo que não exista coisificado no mundo exterior. Do mesmo modo, caso se tratasse de um dado real, isso não faria diferença, pois a vivência intencional pela qual passa a minha consciência ao representar um ser mitológico, ou um ser mundano, não suportaria qualquer tentativa de ser descrita analiticamente. Ela é puro ato fenomênico, um algo ativo que só podemos considerar como tendo uma “essência abstrata”, vazia, mas que em sua nulidade é total possibilidade de formar conteúdos e idéias.

É importante frisar que quando Husserl postula uma região essencial purificada, vinculada à consciência intencional, uma *demarché* que fará sua fenomenologia se voltar à problemática do idealismo metafísico, aquela só será alcançada no último estágio das diversas *epochês*. Num nível primeiro, o mundo não

⁴ O conceito de *Erlebnis* – vivência – utilizado por Husserl expressa a qualidade própria dos estados psíquicos como fenômenos da consciência por nós diretamente experimentados ou vividos.

esconderia, como que “(sub)existindo” a ele, uma essencialidade. As essências das coisas seriam sempre significações atribuídas aos objetos quando visados de uma dada maneira pelos atos intencionais da consciência. Por exemplo, um cubo pode ser visado de modos diferentes: perceptivamente, geometricamente, imaginariamente. E cada um desses pares atos-correlatos (percepção – percebido, conceito – concebido, imaginação – imaginado) ocupará uma região eidética diferente, definindo um tipo essencial perfeitamente válido no momento de sua vivência intencional. Notamos, assim, que Husserl admite o mundo das coisas como lugar só concebível em sua multiplicidade de perspectivas, o qual só revelará sua potencial essencialidade à medida que é visado de um dado modo perspectivo pelo sujeito cognoscente. Ou seja, cada vez que o sujeito contempla o ambiente ao seu redor, cria uma unidade com ele carregada de um sentido imanente, impondo à singularidade do objeto uma idealidade que o seqüestra parcialmente de sua invisibilidade transcendente – em Husserl, os termos essência e significado demonstram uma sinonímia. Nesse momento, impor-se-á maximamente o problema da constituição de sentido. O sujeito se torna a fonte de todas as significações, e sua consciência, como origem dos atos intencionais, se converte no espaço agenciador de uma fixação de sentido diante da infinidade caótica do mundo exterior.

Note-se que em Husserl a consciência como ego transcendentalizado, etapa final de uma crítica do conhecimento, só se estabelecerá após a operacionalidade das sucessivas *epochês*, redundando em uma final redução eidética. Antes desta, a consciência existe como imanente a si própria, tomando o sentido cartesiano de única instância a priori da qual é possível o conhecimento. Todo o resto aparece separado dela num nível de transcendência. Segundo ele, “o conhecimento intuitivo da *cogitatio* é imanente; o conhecimento das ciências objetivas – ciências da natureza e ciências do espírito –, mas também, vendo de perto, o das ciências matemáticas, é transcendente”.⁵ O fenômeno intuitivo do conhecer, no qual a consciência se mostra inquestionável a si mesma, restringir-se-ia ao reconhecimento de sua própria existência, o “eu existo”. No entanto, não permitiria o acesso ao “fora de mim”, ensejando a questão posta pelo filósofo: “Como pode o fenômeno puro do conhecimento atingir algo que lhe não é imanente? Como pode o conhecimento

⁵ HUSSERL, Edmund. **A idéia da fenomenologia**, p. 23.

(absolutamente dado em si mesmo) atingir algo que não se dá em si absolutamente? E como se pode compreender esse atingir?”.⁶

Desse modo, apontaríamos na reflexão de Husserl um inescapável otimismo. Em outras palavras, o resultado alcançado após a *tour de force*, lógica da redução eidética, confundir-se-ia com a essência do objeto cogitado, conseguindo, assim, superar, ou mesmo penetrar, o fundamento transcendente dos fenômenos.

Nomes fundamentais da filosofia no decorrer do século XX gravitaram em torno da fenomenologia husserliana, adotando-a no corpo de suas preocupações filosóficas. Basta dizer que Martin Heidegger se considerava um discípulo de Husserl. Entre os seus mais fecundos leitores, encontramos a expressiva figura do filósofo Maurice Merleau-Ponty, na qual nos concentraremos agora.

De modo geral, diríamos que Merleau-Ponty partiu da solicitação problemática instaurada pela fenomenologia husserliana, mas no intuito de liberá-la de um certo sufocamento provocado pela insistência lógica de Husserl que o fará recair numa nova metafísica do sujeito. O filósofo francês tomará para si a visada de Husserl de uma dimensão originária da constituição de sentido pelo sujeito, centrando nesse fundamento seu esforço reflexivo.

No entanto, se a redução fenomenológica de Husserl assume um caráter metodológico de análise das condições em que, no interior da mente consciente, perfaz-se o processo constitutivo (as diversas modalidades eidéticas constitutivas do sentido), o pensamento de Merleau-Ponty se centrará na recondução da investigação fenomenológica para aquele âmbito da *Lebenswelt*, rejeitando sobremaneira a problemática transcendental. Para ele, seria impensável, como na *epoché* preconizada por Husserl, uma separação, mesmo estratégica, da relação do sujeito com o mundo, estabelecendo nessa relação um Eu transcendente, investigador de suas condições apodícticas.

Na redução fenomenológica, é descartada qualquer preocupação ontológica quanto à quiddidade do ser (seres). Os seres apareceriam como meros índices dos atos intencionais da subjetividade, os quais independeriam, por seu caráter fenomênico, do espaço da *Lebenswelt* – a totalidade das vivências singulares existentes no além-consciência. O objetivo da análise eidética é fazer uma descrição

⁶ Ibid., p. 27.

das diversas formas e modalidades invariantes estruturadoras dos significados, que corresponderiam aos dados recebidos pelo sujeito. Sujeito este, vale salientar, despojado pela *epochê* de sua “*thesis* natural do mundo”. Tal análise visaria ao objeto em sua imanência, alijado de sua condição de ser existente – a condição de ser-aí, ser-eu, ocupando um lugar no mundo exclusivamente dele. Nesse sentido, a investigação fenomenológica husserliana seguiria uma norma: “Não tirar proveito de nada que não possamos tornar essencialmente intuitivo na pura imanência da consciência”.⁷

Esse postulado reflete um claro ranço idealista, pois implica como objeto e resultado da metodologia genealógica de Husserl uma síntese final que expurga do universo percebido seu caráter de multiplicidade e de variação não redutível a uma tipicidade eidética.

Retomando a preocupação ontológica, principalmente em seu último livro inacabado, “*O visível e o invisível*”, Merleau-Ponty repensará a estratégia metodológica da redução transcendental, a fim de trazer um novo horizonte compreensivo ao processo de constituição do sentido. Para ele, o “pôr-se o mundo” resultaria de uma relação calcada em estratos perceptivos que atuariam como substrato original sobre os quais se construiria o mundo das objetividades. Se a *Lebenswelt* evocada por Husserl perde sua força de sentido na ênfase da reflexão transcendental, Merleau-Ponty erguerá os olhos na direção desse mundo das coisas colocada em parênteses pela estratégia da *epochê*. E, pondo em xeque a tradição idealista, verificará que a *skepsis* – o axioma da dúvida preconizado por Descartes – só seria possível “perante o horizonte de uma certeza originária, a qual tacitamente abrange”.⁸

Empregará, como ponto de partida de seu pensamento, a noção de **urdoxa**, isto é, o solo primevo, pré-reflexivo, ao qual consagraremos uma “fé perceptiva”, uma crença, uma espécie de figuratividade perceptiva do mundo, que nos acompanhará vida afora. Uma relação fundante com a *Lebenswelt*, fincada no todo sensível, “na carne sensível do mundo”. O que ensejará a visão do sujeito atuando como **corpo**, um todo sensível existindo em anterioridade às possibilidades dubitantes centradas na consciência. A **urdoxa**, esse “há alguma coisa”, pelo qual

⁷ BONOMI, Andrea. **Fenomenologia e estruturalismo**, p. 33.

⁸ Ibid., p. 24.

nos movimentamos positivamente, existiria como uma primariedade, refratária a toda redução imanentista calcada em padrões eidéticos – constitutivos passíveis de serem isolados na consciência.

É importante salientar que Merleau-Ponty não abandonará simplesmente a estratégia redutora. Ele a deslocará, usando-a não como uma tentativa de acesso à pura dimensão da consciência, mas com o objetivo de iluminar esse substrato originário,⁹ em que a corporeidade, como “práxis intencional”, servirá de vínculo entre nós e as coisas. Desse modo, ele se apropriará da atitude transcendental de não desempenhar tarefas construtivas, exercendo apenas uma “descritividade”, no intuito de explicitar o *modus* operatório daquela intencionalidade.

A reflexão ontológica de Merleau-Ponty assume uma vertente caracteristicamente própria quando ele compara sua suposição unificante entre sujeito e mundo com a intermediação das noções de corporeidade e experiência sensível. A postura antipredicativa de uma indissociabilidade entre sujeito e objeto, relegando a ciência a um mero método operacional, foi uma preocupação paradigmática que Merleau-Ponty herdou e compartilhou com Husserl.¹⁰ Assim, a visão merleau-pontyana do mundo não é a de um universo de objetos comportando-se como fatos isolados, fechados em si mesmos. A idéia de um mundo sensível é a de um mundo de tal maneira interligado que, no cerne da experiência sensível, mundo e sujeito se contêm reciprocamente, só podendo ser pensados como um único corpo (sujeito-objeto). Desse modo, o debruçar-se do sujeito num sobrevôo a pairar sobre o mundo necessariamente apresentaria resultado de caráter operativo, uma operação a posteriori, que analisaria o fluxo de sentido já anteriormente constituído pela consciência-mundo. Portanto, a idéia fulcral de corporeidade instaurada por Merleau-Ponty revelaria uma inadequação das categorias usuais de “sujeito” e “objeto”, bem como de “interioridade” e “exterioridade”. A adoção da idéia central de “corpo” ampliará e superará a obsessão idealista de uma mente racional, devolvendo ao humano sua prerrogativa de ser sensível, identificando-o radicalmente com a “carne sensível do mundo”. Corpo esse caracterizado não como pura sensibilidade, mas união entrelaçada entre consciência e sensibilidade,

⁹ Note-se que a intencionalidade associada à idéia de corporeidade deslocaria a atribuição do sujeito do verbo *pensar* ou *saber* para o verbo *poder*. Essa práxis intencional revela um “eu posso” em vez de um “eu penso” ou “eu sei”.

¹⁰ Principalmente no que Merleau-Ponty defende ser um “segundo” Husserl, voltado para uma problemática de tipo existencial.

resultando num aparente paradoxo que o definirá como um consciente-sensível, na semântica original de Merleau-Ponty, “trama ou quiasma de um sensível e de um consciente”.

Observa-se que a introdução do termo “corpo” indica a passagem de um lugar abstrato, a mente-consciência pensada em seu privilégio de transcendência, para um complexo físico que em sua “carnalidade” se equiparará a essa trama carnal do mundo. A corporeidade será, antes de tudo, a instância de uma inerência física na qual sujeito e objeto estariam enxertados um no outro, unidos pelo movimento de uma sensibilidade compartilhada na origem de um único e mesmo solo-firmamento. É nessa espécie de zona pré-categorial que se dará o primeiro nível de contato do corpo com o circundante sensível, formador de uma experiência arquetípica do ser, em que se desenvolverá aquela fé perceptiva no mundo, tornando o nosso corpo o espaço sensível-consciente ocupante de um dos nós entretecidos na trama do mundo.

O nosso “eu” atuará como ser percebente a partir de uma dada situação, da qual emergirá o todo. Recorrendo às noções da **gestalt**,¹¹ diríamos que a figura *individuum* só se diferenciará desse todo inerte quando se configurar como uma excrescência sobre um fundo. Tomando a forma de uma figura emergente, assumirá uma posição única no conjunto contrastante figura-fundo. Caracterizando-se por sua excessividade em relação ao todo, o ser adquirirá a marca do individual: não mais pertencerá ao *continuum* anterior, não podendo, pois, ser confundido com a totalidade; e, por não ser passível de divisão, pelo menos enquanto durar sua vital motricidade, não perderá sua potência de *individuum*.

No momento em que esse ser é percebido em sua individualidade, inicia-se nele sua vocação perceptiva. No ato de constituir o extrato exterior, ele se autoconstitui. É, portanto, no feito de se pôr no mundo como ser constituinte¹² que ele, antes ainda tacitamente implicado na multiplicidade do todo, torna-se ser existente, uma existencialidade na qual o momento de separação do natural ocorre na encarnação desse mesmo natural. Sendo carne da natureza-naturante, somos

¹¹ Na introdução à fenomenologia da percepção, em que trata dos “prejuízos clássicos”, Merleau-Ponty recorrerá amplamente à teoria da forma – gestalt – para amparar, como veremos adiante, a idéia de um “campo fenomenal”.

¹² Queremos nos referir, neste caso, a uma constituição de sentido pré-categorial, pois, à medida que percebe, o *ser* já constitui.

filhos, portando em nós uma radical igualdade com a natureza, da qual somos e fazemos parte.

“Há um mundo”, frisa Merleau-Ponty no prefácio à fenomenologia da percepção, e, em oposição aos pressupostos de todo o pensamento filosófico de tradição clássica, nós não estamos fora dele; nós somos o mundo.

O mundo está posto diante de nós. Essa assertiva ensejaria a natural suposição de que estamos separados dele, cindidos pelos espaços supostamente ocultos, ao abrigo do alcance do limite de nosso campo retiniano. A atitude natural¹³ de se relacionar com o mundo não o elegendo como tema reflexivo, portando-nos, desse modo, indiferentes a ele, talvez nos deixe mais próximos da designação *Lebenswelt*, pois simplesmente fazemos parte dele, não necessitando pensá-lo. Tal pertencimento é o que possibilitaria o mais anterior dos fundamentos humanos, o que nos equivale a todos os outros seres: a condição dada de, a todo e qualquer momento, percebermos o mundo.

Da adoção da propriedade da percepção como fulcro de uma ontologia fenomenológica, como diz Gerd Bornheim, acerca da filosofia de Merleau-Ponty – “uma ontologia da finitude” – decorre a concepção de uma série de noções no âmbito do pensar filosófico. Estas, vazadas numa semântica inaugural, expressariam a inclinação, digamos, paradigmática desse filósofo em, afirmando a multiplicidade, ambicionar pensá-la analogicamente como unidade. Não uma síntese reflexiva em prol da criação de um sentido perfeito e último, cujo maior exemplo estaria na teleologia transcendental hegeliana, e sim como chave ontológica que permita pensar a vida em sua contínua e cotidiana¹⁴ presença de imagens, sensações, sentimentos e idéias.

Portanto, para defender a indissociável proximidade dos elementos que compõem a *Lebenswelt*, Merleau-Ponty visará ao sujeito, lançando mão da noção de corpo, para assim encontrar uma imagem do universo como um todo interpenetrável. Notemos que a ênfase no termo “corpo”, com todas as decorrentes implicações de sua referencialidade, leva de imediato a um descentramento do lugar tomado pela mente-consciência como origem e foco das preocupações do pensamento filosófico,

¹³ Generalização impensável em se tratando do variegado humano. Tentamos, entretanto, referir-nos ao conjunto maior de pessoas não preocupadas ou inclinadas às questões de cunho filosófico.

¹⁴ É lícito observar que Merleau-Ponty trata o cotidiano como uma das dimensões significativas do humano, ao lado da arte, da ciência, da religião, da filosofia.

escolhendo antes aquele como centro dominante de nossas propriedades percipientes. Como consequência dessa tomada de posição, decorreria a primeira dicotomia com a qual Merleau-Ponty, em sua obra *“Fenomenologia da percepção”*, iniciará o questionamento do rumo tomado tanto pela reflexão filosófica como pela investigação científica. Nela se instalaria a separação entre uma mente pensante e um corpo sensível, entre racionalidade e sensibilidade. À instância racional se concederia uma qualidade de privilégio, o privilégio da razão, o qual teria o poder de tornar inteligível o caótico mundo das sensações exteriores percebidas pelos sentidos corporais. De sorte que teríamos instâncias separadas por suas funções e pelos espaços que ocupariam atuando não como pólos opostos, mas complementares na possibilidade de um processo cognitivo. Essa complementaridade torna-se sem sentido pela própria compartimentação estabelecida, além de se situar no grande equívoco de identificar a mente racionalizante com o espírito humano como um todo, relegando, assim, o corpo sensível à mera função passiva de receptor dos fenômenos exteriores. O significado da noção de corpo, nesse caso, definir-se-ia pelo conjunto dos órgãos perceptivos, agindo como reflexos-transporte de um dado conteúdo informativo. A partir daí, por meio das faculdades concernentes à razão, a mente-consciência constituiria um sentido conceptivo último – a inorganicidade do que foi apreendido pela percepção.

Demonstra-se, portanto, clara a prevalência da mente-consciência, concebida como potência máxima do ser-espírito humano, identificada com a *ratio*, detentora dos poderes transcendentais de acesso a uma verdade de cunho absolutizante. Neste âmbito, um dos principais esforços propostos pela fenomenologia de Merleau-Ponty vem a ser o de desprezar a separação mente e corpo, adotando uma postura que tentará integrar as cindidas dimensões racionais e sensíveis do humano numa só instância denominada **corpo**. Nós não só percebemos com o corpo, como também pensamos com ele. Não temos simplesmente uma estrutura físico-corporal que percebe o mundo – o uso do verbo *ter* implicando um sujeito alijado de seu corpo, notando-o de uma posição superior –, nós somos um corpo. Tal reflexão traz à tona o surgimento de uma segunda dicotomia, também embutida, como veremos, nos preceitos do idealismo filosófico: a de uma diferença entre ser e pensar.

O ato de pensar, qualificado como racional, e com o qual achamos conseguir abarcar o universo, dominando os fenômenos que de outra maneira achacar-nos-

iam com a sua incompreensibilidade, confundir-se-ia com a própria essência do ente humano – seu ser: o homem só é à medida que pensa. Neste sentido, requer-se salientar o pensamento estritamente racionalizante¹⁵, ou seja, o pensamento que só se define como tal se estruturado por uma lógica¹⁶ racional inerente à consciência, que assumiria o ônus de considerar-se a expressão “o que é o homem”. Não existiria, portanto, nenhuma outra faculdade passível de suportar a consideração de essência fundante do humano.

Temos visto, desde Husserl, que a consciência seria, após todas as possíveis reduções eidéticas, a instância última e exclusiva, portadora da propriedade identitária do ser. No entanto, a própria fenomenologia husserliana associa a ela diferentes atos conscientes – noeses –, os quais teriam outra natureza que não a de uma modalização racional – apenas uma entre as possibilidades de intencionalidade da consciência. De sorte que esta não se confundiria com a mente racional – como quer o racionalismo –, ou pior, com o cérebro – como afirma a fisiologia científica; sendo anterior à dimensão racional, engloba-a, podendo assim até amplificar o pensamento racional pela contaminação com as outras potências geradas em nossa espontânea agregação com o mundo.

Antes de pensarmos o mundo, nós somos esse mundo, ou, ainda, “o mundo não é aquilo que eu penso, é aquilo que eu vivo”.

E nós o somos porque somos um corpo entre outros corpos no mundo, ou seja, heterogeneidade que necessita da superfície do todo para diferenciar-se, sempre figura sobre fundo.¹⁷

Seria então impróprio filarmos a idéia de consciência ao aparecimento e desenvolvimento de um corpo como estrutura perceptiva ainda pré-categórica do mundo? E pensarmos que a percepção se daria pela intencionalidade do ato voluntário e natural com o qual nos dirigimos com todo o nosso ser – sentidos, imaginação e consciência – ao mundo exterior como a nossa interioridade? Contudo, tal intenção só se efetiva pela condição primordial de desde sempre termos

¹⁵ A antropologia filosófica quer mostrar a coerência do pensamento simbólico anteposto, em várias culturas, à primazia do pensamento racional.

¹⁶ Cria-se, assim, a imagem do mundo por um tipo de lógica. Esta se fundaria num princípio geral de conhecimento, o logos. Para Heráclito de Éfeso, este se daria como uma revelação do mundo, sua fórmula unificadora e proporcional de disposição das coisas. Uma regra de conduta, ou um princípio físico constituinte. Segundo ele, “os homens deveriam tentar compreender a coerência subjacente das coisas: ela está expressa no logos – fórmula ou ordenação comum a todos eles”. Apud KIRK; RAVEN; SCHOFIELD. **Os filósofos pré-socráticos**, p. 12.

¹⁷ MERLEAU-PONTY, Maurice. Op. cit., p. 12.

mantido um liame com o mundo. Um laço originário que permitirá o paradoxo fundamental de uma separação na unidade. A cisão eu-mundo se apresentaria, dessa maneira, como uma ilusão, criada pela concepção idealista do *cogito*, privilégio da razão como lócus transcendente de onde só, e somente só, conheceríamos o mundo. Se, por outro lado, aceitamos que a condição primeira de tudo e de todos é a de ser-estar-no-mundo, concluímos que o homem já viveria num conjunto significativo, o qual pressuporá a faculdade de juízo acerca do mundo. Desse modo, desde o indefinível¹⁸ momento da geração do ser, este cogitará o mundo. A existência deixa assim de ser produto de uma mente pensante para, e isso é fundamental, assumir-se como facticidade do ser no mundo, ou seja, da mundanidade da experiência do indivíduo na e entre as coisas. Segundo Merleau-Ponty, “o verdadeiro cogito não define a existência do sujeito pelo pensamento que ele tem de existir, não converte a certeza do mundo em certeza do pensamento do mundo, enfim, não substitui o próprio mundo pela significação do mundo”.¹⁹

A existência não surge, como sedutoramente nos tenta convencer o idealismo, pela racionalização do sentido de existir, pois para tanto seria não apenas necessário como também incontestável o próprio fenômeno da existência. No uso do termo “fenômeno”, contrapor-se-á necessariamente a idéia de essência, e a partir dela recairemos nas implicações da história da filosofia como uma história da metafísica. No entanto, são justamente essas implicações que pautarão a base crítico-reflexiva do pensamento fenomenológico. Vejamos: concebendo a existência como acontecimento fenomênico, cai em deserto qualquer tentativa de imprimir a esta um caráter metafísico essencialista. Desfaz-se, assim, outra notória dicotomia, a de essência/fenômeno, e/ou essência/existência. Começaremos a pensar a essencialidade do que é o mundo, como o que nele acontece, o que nele aparece, enfim, o que nele existe.

A obsessão humana por uma inteligibilidade conceitual do que existe,²⁰ a busca por um sentido ideal, refletiria uma insatisfação crônica com a existência, a qual se inseriria, por sua vez, no universo das coisas e dos acontecimentos. Tal ânsia por

¹⁸ Momento indefinível se acatarmos nossa origem sob a égide de uma hereditariedade genética ou de um inconsciente coletivo.

¹⁹ MERLEAU-PONTY, Maurice. Op. cit., p. 9.

²⁰ Tal dualidade entre vida e inteligência é descrita da seguinte maneira pelo heterônimo pessoano Barão de Teive: “A conduta racional da vida é impossível (...). Desde que existe inteligência, toda vida é impossível”. Apud. PESSOA, Fernando. **Barão de Teive**: a educação do estóico. São Paulo: A Girafa Editora, 2006, p. 28.

uma unicidade e generalidade de sentido confirmador da perfeição de uma idéia fará com que os antigos gregos intentem a descoberta da *ousia*, ou *arché*, ou *apeíron*, a saber, a propriedade ou princípio que subjaz a tudo, alimentando a ordenação de um sentido, causa primeira. Essa tentativa de explicitação do mistério do real como síntese unificante verificar-se-ia como a melhor tradução para o termo “metafísica”, trazendo em seu bojo as grandes dualidades pelas quais se estabelece uma história da metafísica: o ser e o ente, o inteligível e o sensível, essência e existência, mente e corpo. A indagação ontológica acerca do ser, a qual Martin Heidegger acentua como a grande tarefa da filosofia, vem sendo respondida de diferentes formas ao longo da história, no que o pensador francês Jacques Derrida sustenta como uma série histórica de substituições de centros semânticos.²¹ Sempre no encalce do “*eidos*”, que, como forma perfeitamente lógica, transcenderia a surpresa caótica da experiência do “mundo das coisas da vida”.

Tal ambição da metafísica para encontrar a essência das coisas, o ser dos entes, encerraria uma qualidade do próprio pensamento – ou da linguagem –, tendo em vista que esta o representa ou o cria. Contudo, o ato de pensar é um ato da existência e, como vimos dizendo, o homem não existe porque pode pensar a essencialidade das coisas, mas simplesmente porque é; porque é lançado ao mundo na condição de ser existente. E, acrescentamos, com o mesmo peso de existência de qualquer outro “fato existencial”, seja animado ou não. Se por exemplo pensamos com Heidegger, para ficarmos no âmbito de uma “ontologia existencial”, que o homem é o único ente que se (pré)ocupa com a morte, e assim toda tentativa de uma ontologia viria como resposta à angústia causada pelo sem-sentido de seu desaparecimento, elevaríamos o ser do homem – *dasein* – a uma posição demiúrgica, visto que acha ele solucionar, num ilusório encontro com a verdade, a razão inerente à sua condição: um ser-para-a-morte. Como se os outros entes não se preocupassem com seus “desapareceres”, já que, sem exceção, todos fogem dela.²² Outrossim, a concepção de Heidegger de um *dasein*, uma conceituação genérica que abstrai a infindável tipologia do universo humano,²³ denota o ranço

²¹ Ver o ensaio A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas, em DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

²² A morte talvez seja o tema que mais escape a qualquer prodigioso raciocínio, visto que é a única experiência sobre a qual não se pode refletir a posteriori, pois, no decreto do irremediável fim da existência, dá-se a impossibilidade do relato desta experiência.

²³ A noção de *dasein* não expressaria a história biográfica particularizada em seu estatuto existencial, em sua situação vivencial, antes dizendo do homem uma condição universal.

idealista de seu pensamento. Desta maneira, este refletiria, adotando a própria terminologia heideggeriana, um desprezo pela dimensão ôntica em favor da ontológica, criando um híbrido, a saber, “um existencialismo essencialista”.

Nesta mesma direção, se nos ativermos às palavras de Merleau-Ponty ao responder a seu autoquestionamento acerca do que é a fenomenologia, encontraremos nelas uma perfeita contradição. Ele diz: “A fenomenologia é o estudo das essências”, para logo após, como se contestasse a própria assertiva, declarar: “Mas a fenomenologia é também uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo senão a partir de sua facticidade (...). É uma filosofia transcendental, mas é também uma filosofia para a qual o mundo já está sempre ali, antes da reflexão”.²⁴ Ora, observamos que ele cria definições paradoxais, para então contemporizá-las, mas sem resolvê-las. Tal postura é típica do modo de raciocinar dele e a encontraremos no percurso de sua obra. Por outro lado, nela já veremos a perspectiva na qual se insere sua reflexão em contraponto à fenomenologia husserliana. A tomada de posição de Husserl de um “retorno às coisas mesmas” é traída pela direção que toma a redução eidética por ele preconizada. Será que ela teria a mesma índole da redução fenomenológica explicitada por Merleau-Ponty? Naquele a redução efetivada pela operação de uma *epochê* perseguiria “um ego transcendental, a unidade de um cogito que seria, na sua transcendência, fundamento”.²⁵ Dessa maneira, Husserl se propõe a isolar a *Lebenswelt*, adotada por ele próprio, para só então almejar atingir a consciência em estado puro, a dita imediatidade da consciência. Não seria então absurdo dizer que a intencionalidade da consciência se voltaria inteiramente para ela, o que nos instalaria no melhor dos cartesianismos. Merleau-Ponty enfrentará a visada dilemática de Husserl quando, ao discorrer sobre a redução fenomenológica, enfatiza seu caráter de incompletude, dizendo que tal ferramenta metodológica incorreria justamente na verificação dos “fios intencionais” que nos ligam ao mundo. Eles se desvelariam na tomada de posição de um afastamento de nossos laços usuais e/ou instrumentais com a realidade. Porém o que estritamente define esses

²⁴ MERLEAU-PONTY, Maurice. Op. cit., p. 1 e 2.

²⁵ BORNHEIM, GERD. **Metafísica e finitude**, p. 113.

“fios intencionais” que não se verificam nem como consciência nem como mundo?²⁶ Questionamento que, como corolário, colocaria em xeque a própria pertinência operativa da *epoquê*. Supor que se possa colocar o mundo em parênteses não seria pura abstração fantasiosa? A ligação intrínseca com o que há fora de nós, como vimos, é fundamento vital em todos os seres. Portanto, o recurso, diríamos, alegórico de um parêntesis, se é válido numa operação formalizante – gramatical ou matemática –, destitui-se de valor na investigação de nossa condição-situação do mundo. Ora, se formos à origem grega do termo *epoquê*, encontraremos o mesmo significado a partir do qual se esclarece o sentido operatório das reduções – eidética ou fenomenológica –, a saber, “a suspensão do assentimento”.²⁷ Ou seja, o descontingenciamento das nossas convicções-intelectuais e naturais-formativas, para, no momento de inclinarmos nosso olhar-pensar a realidade de algo, obtermos o distanciamento necessário para uma percepção-intelecção o mais fiel possível do fenômeno percebido. Se em Husserl o que chamamos de fidelidade tomaria a forma e o sentido de uma essência ideal, a qual, em última instância, estaria fixada na consciência (*noese*), desvinculada artificialmente de sua correspondência noemática, em Merleau-Ponty aparecerá o modo próprio de cada “corpo-ser” encaixar-se na multiplicidade das disposições do mundo. Desta maneira, ele consegue manter o liame sujeito e mundo, mostrando que a condição de propriedade do que é singular sempre estará em posição relacional ao conjunto do movimento que se perfaz no todo.

Será então que poderíamos tratar a fenomenologia de Merleau-Ponty como uma ontologia estrutural? Acreditamos que não. E encaminharíamos nossa explicação remetendo-nos novamente à ótica da desconstrução metafísica adotada por Jacques Derrida. A saber, o estruturalismo converteria na indiferença o saber representado pelos elementos particulares de um sistema, a estrutura relacional como um novo centro essencialista. Merleau-Ponty concederia ao singular um limite de espaço onde este poderia exercer a qualidade de um *sui generis*. Quer dizer, se nossa percepção e atuação no mundo é determinada pela condição do

²⁶ Neste caso, restar-se-ia visível apenas a lógica operativa instalada na consciência, mas não idêntica a ela, pois esvaziada das imagens do mundo, numa total ausência de conteúdo. Não veríamos nisso uma proximidade com o paradigma estruturalista de conceber tudo como conjunto de relações lógico-funcionais, cujos elementos isolados perderiam assim suas qualidades significativas?

²⁷ A suspensão do assentimento é a tese fundamental do pirronismo, tal como difundido por Pirrón de Élis. Ela seria necessária, visto que para o homem as coisas são inapreensíveis. A única atitude legítima, portanto, seria não julgá-las verdadeiras ou falsas, nem belas ou feias, nem boas ou más.

gênero/espécie, dentro desse limite se concederia, na inter-relação com o outrem, um grau de liberdade para o que é do singular. Este se exerceria como tal ao imprimir no mundo uma marca única, derivada de uma fôrma-matricial exclusiva dele. A imagem de uma matriz formativa talvez nos ajude a esclarecer a imagem (concreto-abstrata) dos “fios intencionais”, já que nos remeteria ao espaço-tempo da infância, na qual seriam estabelecidos os canais conectivos pelos quais cada indivíduo desenvolveria uma maneira, um jeito, um estilo de se ligar ao mundo. Chegamos, assim, ao momento de fechar o círculo, retornando à tentativa de explicitar o método fenomenológico, com base em uma citação de Merleau-Ponty, a qual subscreverá a índole deste trabalho: “A fenomenologia se deixa praticar e reconhecer como movimento antes de ter chegado a uma inteira consciência filosófica”.²⁸

Observamos nesse trecho não uma definição fechada do que seja a fenomenologia para Merleau-Ponty, mas uma demarcação de suas prerrogativas epistemológicas. Num primeiro plano, fica claro que ela não se mostra como uma metodologia, mas antes como um método, pressupondo a presença de um sujeito com suas peculiaridades e mesmo idiossincrasias, com as quais investirá em um determinado território a ser conhecido, território esse que, ao permitir sua aparição aos olhos do sujeito, faz com que ele se reconheça no amálgama deste mesmo movimento: “É em nós mesmos que encontramos a unidade da fenomenologia e seu verdadeiro sentido”.²⁹ Em segundo lugar, quando aponta um não-amadurecimento da fenomenologia como consciência filosófica, parece propor uma liberdade de averiguação do tema-objeto escolhido, a qual, pautada por um não-acabamento metodológico, permitiria um amplo espectro de possíveis abordagens. Estas iriam como se desvelando no movimento mesmo de descoberta do objeto, como na máxima dirigida ao poeta: “Poeta – el camiño non existe, el camiño se hace al camiñar”.

O recurso à palavra “movimento” nos faz lembrar a importância do termo na fenomenologia husserliana, para a qual a consciência não se mostra em forma de substância, conforme queria o cartesianismo, mas sempre como movimento para fora de si mesmo, como um deslizar em direção à exterioridade e também à

²⁸ MERLEAU-PONTY, Maurice. Op. cit., p. 2.

²⁹ Ibid., p. 2.

interioridade, o que mostraremos no capítulo seguinte, tomando o rumo da memória. Contudo, essa dinâmica não comporta fronteiras ou passagens demarcadas, pois a própria memória também se estabeleceria como exterioridade, não mediatizada pela percepção, mas no âmbito dos processos prodigiosos da imaginação. É preciso, então, ressaltar que o imaginar e/ou o ficcionar não ultrapassaria o limite da experiência individual, formada pelo universo da totalidade das imagens que observamos no decorrer da vida. Os processos criativos, estabelecendo-se como reorganização engrandecedora daquele universo, originar-se-iam, assim, da imensa experiência prévia aprendida no “percorrer das horas”.

Ao dizer que “devemos repor as essências na existência”, Merleau-Ponty aponta a tomada de posição de sua fenomenologia: a de que devemos perseverar na tentativa de uma volta ao território pré-categórico de percepção das coisas do mundo. Uma proposição que só lograria ter efeito numa reincursão ao território “perdido” da infância. Como se nos puséssemos a recuperar um certo espírito infantil ainda não devidamente pedagogizado, com o qual amiúde a criança se pega vivenciando a contemplação das coisas. Mas como fazê-lo na condição de sujeitos impregnados de uma ilusão da consciência plena do seu amadurecimento, qual um produto já fabricado? Não um contemplar em alheamento do que se vê e se percebe; ao contrário, um estado de atenção em intensidade, que permitiria ver a superfície das coisas em seus mais preciosos detalhes, em suas sutis filigranas. No adulto, a qualidade lúdica de se relacionar com o denominado “real”, um voltar-se para ele de forma despropositada, parece ter se diluído nos degraus de sua afirmação-confirmação identitária [sexualidade, responsabilidade e outras matur(idades)]. É no adulto que pode advir a atitude filosófica da busca e concebimento das “essências”, pautada pela faculdade da consciência de fornecer um sentido lógico-sintético à existência. É dessa forma que intentamos pensar o subsumir das essências na existência; não o encolher das prerrogativas do juízo crítico-racional – absurdo que descambaria na maior das alienações obscurantistas –, mas um fecundar dessa criticidade pela veia do sensível, o qual terá sempre sua raiz fincada no terreno da infância.

A possibilidade do descentramento da firmeza racional traria no seu bojo a agudeza perceptiva necessária a um “abraço no mundo”; o reconhecimento da multiplicidade perspectiva de um espaço ainda prenhe de uma ingenuidade

intelectual na interação com o outrem; a constante admiração com a superfície, a textura, os detalhes; enfim, a plástica das composições do mundo. E, na esteira dos românticos, conclamaría não a uma suspensão de sua descrença, mas à fé perceptiva nele, remetendo-nos de volta à noção de urdoxa, cujo uso da palavra fé ensejaria um sentimento de sacralidade ao que percebemos como existente.

Neste momento, para desfazermos o risco de uma incoerência, faz-se necessária uma reflexão sobre a formulação de Merleau-Ponty de que, “para ver o mundo e apreendê-lo como paradoxo, é preciso romper nossa familiaridade com ele”. Dessa ruptura se originaria o “brotamento imotivado do mundo”.³⁰ E se não é essa familiaridade que vimos tendo como postura? A explicação estaria na dualidade significativa do conceito originado pela semântica do que seja o ‘familiar’? O que quer apontar Merleau-Ponty é a automatização no contato com as coisas trazido por uma habitualidade que nos faz, pela própria proximidade delas, distanciadamente esquecidos. Processo oriundo justamente da passagem por nós indicada entre o ainda ‘verdor’ da infância e o ser tragado pelas convenções, ocupações e anseios demandados pela ‘madureza’. Seríamos como que desterrados de um mundo no qual, na qualidade de “autistas não patológicos”, estávamos mimetizados para um mundo agora inteiramente ideologizado. Portanto, o uso que fazemos do termo “familiaridade” vem indicar a crença depositada no mundo, nutridos por um sentimento de apego a ele, e não, inversamente, pela ausência desse sentimento. Um apego concretizado na vitalidade com que entregamos nossos sentidos perceptivos ao “co-romper” do nascimento da forma das coisas, como se tudo aparecesse pela primeira vez.

É esse gosto de novidade das coisas e dos fatos aos poucos perdido por nossa habitualidade, com seus costumeiros usos, que o filósofo se propõe a recuperar quando fala num “brotamento imotivado do mundo”, ou ao nomear a expressão “deiscência da carne”.³¹ Naturalmente, se falamos num movimento de recuperação é porque essa abertura teria lugar no contexto categórico da vida adulta, exigindo, para tanto, um rompimento com a estrita sedimentação lógico-pragmática da relação com as coisas. Como veremos no capítulo seguinte, uma relação cunhada num tempo sensório-motor e utilitário.

³⁰ Ibid., p. 10.

³¹ Remete-se aqui à qualidade dos frutos de se abrir, deixando assim cair as sementes, que fecundarão a terra.

Neste momento, convém realizarmos uma visita à importantíssima noção advinda do formalismo russo, a de *ostreniye*, o efeito de estranhamento que um determinado discurso provocaria no leitor a ponto de agudizar seus padrões perceptivos, sensibilizando-o no modo de captar sua cotidianidade, como sua memória. Esse fenômeno, por excelência característico dos recursos estéticos do texto poético-literário, provocaria no leitor um estado de comoção – uma mudança de estado –, despertando um conteúdo reflexivo antes desconhecido, causando um espanto (des)consolado nos processos auto-significativos de sua existência. Essa repercussão nos quadros de atribuição de sentido àquela possibilitaria um reencontro do sujeito com sua contingência experiencial, podendo quiçá resgatá-lo do horizonte concêntrico no qual avaramente transita. Neste sentido, a noção de estranhamento como uma desfamiliarização na inter-relação com o outro, o outrem, ou consigo mesmo, implicaria uma retomada da intensidade sensível-perceptível do ser, esquecida ou reprimida como um desvalor, com o fim de uma invasiva fertilidade ao mundo frio e esquemático do predomínio de uma economia racional.

É importante observar que essa espécie de deslizar, ou deslize, da sensibilidade de um sujeito proporcionando um inesperado contato com sua intimidade poderia vir como efeito tanto da leitura de um texto vinculado a intenções estéticas ou propósitos filosóficos, como da relação espontaneamente necessária com o texto bruto da vida, no decurso das passagens e mudanças sofridas ao longo dela. No primeiro âmbito estaríamos diante do indivíduo-leitor, reinterpretando-se na troca estética e conteudística efetuada pela recepção do texto; no segundo, do indivíduo-vivente, ressignificando-se a partir do embate diário com o teatro-real da vida. Nestes dois âmbitos nos defrontaríamos com a força de um processo no qual o ser nota-se dessemelhante ao que tem sido, retomando e relendo o contexto das experiências passadas a partir de sua presente contingencialidade (o tempo presente expressando o momento paroxístico). O fato é que com a passagem do tempo nosso ser vai se tornando menos perceptivo e mais intelectual – abriríamos exceção ao temperamento criativo do artista, que mantém sempre aflorada sua sensibilidade perceptiva. Atentemos assim para a primeira grande transição a que o tempo nos submete, a da transposição para a adolescência. Nela, a visibilidade “deiscente” do mundo é substituída pelo impulso ao idealismo amiúde representado pela crença voraz na abstração de uma idéia. Esta, insuflando o rigor de sua lógica

interna, leva a uma cegueira para o que está fora do invisível espaço que a compõe. Surge, nesse momento, “a golpes de martelo”, o impulso para o utópico, o lugar inexistente, como a suplementar a perda da esplendorosa diversidade lúdica com que os rostos do mundo apareciam.

A introdução da noção de corpo viria como uma superação de toda problemática do cogito instaurada desde Descartes. Invertendo a fórmula cartesiana para um “sou, logo penso”, Merleau-Ponty conceberá o corpo não como suporte de uma consciência cogitante, mas como “corpo de um espírito pelo qual este pode ser espírito”,³² para, então, dirimir a separação corpo-cogito pela proposição de um corpo cognoscente. Dessa forma, por meio do corpo quiasmático³³ sensível-consciente, estabelece a conjunção entre perceber e pensar, entre percebido e ideado.

A idéia do sujeito como corpo cognoscente operando uma consciência perceptiva visaria transpor, além do racionalismo essencialista do cogito, a contraparte refutadora deste, isto é, o empirismo objetivante. Assim, Merleau-Ponty diz: “Um e outro são incapazes de exprimir a maneira particular pela qual a consciência perceptiva constitui seu objeto. Ambos guardam distância a respeito da percepção, em lugar de aderir a ela”.³⁴ Analisando a atenção como condição de uma percepção desperta – do contrário, nos encontraríamos no nível da percepção onírica –, observa como as duas polarizações conceituais da filosofia moderna não alcançam contemplar o mundo fenomênico. Se o subjetivismo racionalista conduz à ilusão de uma consciência que tudo constitui, concedendo a todos os objetos uma asséptica inteligibilidade, a atenção, por consequência, deixará de atentar o mundo para projetá-lo. Este já estará posto de antemão, a consciência se tornará assim “uma luz que não se diversifica com os objetos que ilumina”.³⁵ Isso significa que o olhar ultrapassado pela racionalização nunca vai descobrir o que vê, pois já o sabe a priori.

No pólo oposto, teríamos a formulação de uma crítica à consciência empirista, a qual, por seu turno, nada constitui. Esta, postulando as coisas externas como

³² CHAUÍ, Marilena. **A experiência do pensamento**: ensaios sobre a obra de Merleau-Ponty, p. 76.

³³ Na acepção do termo quiasma teríamos, além do sentido de um entrecruzar-se, o de uma reversibilidade entre pólos: avesso e direito, interior e exterior.

³⁴ MERLEAU-PONTY, Maurice. Op. cit., p. 53.

³⁵ Ibid., p. 55.

presenças objetivadas, centra-se na exterioridade, cindindo-a inteiramente do sujeito. Desta maneira, estaríamos diante de um sujeito esvaziado de sua subjetividade, pela ilusão de um mundo exterior existindo “em si”. Portanto, ao corpo percipiente só caberia a função de receber, por meio de estímulos reflexos, o conjunto de impressões providas do exterior, estabelecendo um sujeito que, ao pensar, ignora-se completamente, anulando-se pelo poder medusante do pensamento objetivo. Ao supor o mundo como uma totalidade transparente de objetos atomizados, o empirismo esquecerá a experiência perceptiva em benefício do objeto percebido.

É a partir da crítica ao empirismo que Merleau-Ponty colocará entre aspas o termo sensação, inserindo-o no que conceituou como prejuízos clássicos da tradição filosófica. Ele parte do princípio de que no empirismo as sensações ou impressões recebidas, requer salientar, e não percebidas dos objetos exteriores perdem a qualidade do sensível, tornando-se idênticas, como clara presença, igualmente para todos. Desse modo, estaríamos penetrando no reino nosso conhecido da gélida imparcialidade da observação científica.

O método científico, instituindo a técnica como único ponto de vista aceitável de investigação da realidade, relega ao desprezo qualquer outra experiência acerca dela que não seja asseverada ou verificada por ele. Arroga-se, assim, o caráter de exclusivo senso de certeza a respeito do mundo, homogeneizando em via única as possibilidades de conhecimento, impondo às experiências individuais o estigma de ridículas heterodoxias. Merleau-Ponty traz à discussão o exemplo do sujeito que observa a Lua. É cabal que na percepção “ingênua” a Lua no zênite apareça menor que a Lua no horizonte. Tal certeza perceptiva se origina do contato existente desde sempre com o fenômeno. Contudo, se interpusermos entre nós e a Lua um instrumento, neste caso, um filtro cilíndrico, ela aparecerá com a mesma grandeza em ambos os momentos. Ou seja, interpondo entre o sujeito e o objeto uma técnica de observação instrumentalizada, a ciência contestará como falsa a ambivalência da observação a olho nu, afirmando, peremptória, sua certeza. Esta, originando-se do uso de uma tecnologia, será assim confirmada pela organização de uma linguagem simbólica de dominação-explicação da natureza, a matemática. Oriunda do esforço do pensamento lógico-racional, ela legitimará a investigação empírico-cientificista. Frisamos, no entanto, que o propósito da crítica fenomenológica não é desacreditar

os veredictos da ciência, a qual, desde o renascimento, radicalizando-se no positivismo da segunda metade do século XIX, transformou-se no mito prometeico da era moderna. A intenção daquela estaria sim no resgate do mistério do mundo, suprimido pelo movimento de distanciamento do homem em relação ao mundo das coisas da vida. Como ressalta Marilena Chauí, enquanto “a filosofia começa por nos afastar de tudo quanto nos advenha do contato com as coisas”, a ciência afastará das próprias coisas “tudo quanto lhes advenha por seu contato conosco”.³⁶ Se o pensamento filosófico, após a tempestade nietzschiana, parece ter descido ao encontro do humano, a ciência continuará concedendo à crescente tecnocracia das sociedades modernas um direito divino. A extrapolação do espírito utilitário e instrumental do empirismo científico encerra ao ostracismo amplas potencialidades do humano que, se somadas àquele, contribuiriam para uma melhora nos padrões da existência, aliando assim o impulso de perpetuação da espécie à consciência conservacionista de um mundo valorizado no seu todo.

“A ciência manipula as coisas e renuncia a habilitá-las”, diz Merleau-Ponty em *O olho e o espírito*,³⁷ privando o sujeito de um estreitamento com as coisas, fazendo com que as diversas propriedades dela, tais como luz, cor, profundidade, cheguem a nós regidas pelas certas medidas de suas instrumentações. Essa manipulação do mundo reduz sobremaneira a capacidade perceptiva que é preponderantemente “um si por inerência”.³⁸ É por isso que em páginas anteriores fizemos um elogio ao mundo da infância, o qual seria, se não anterior, paralelo à cisão entre sujeito e objeto. Outrossim, o sentimento científico estaria impregnado de uma filosofia tanto empirista quanto racionalista na realização de uma transparência do mundo obtida por um pensamento desenraizado dos olhos do espírito. Nesta operação de assepsia do mundo, perde a chance de impregná-lo da visão vigorosa do “quiasma perceptivo”, que renovaria o entrelaço entre o eu e o outrem, dotando a(s) experiência(s) da vida de uma qualidade no limite do inominável e, portanto, refratárias a quaisquer predicacões instituídas com a auréola da pretensão da verdade, seja ela científica ou filosófica.

No intuito de superar os “prejuízos do mundo”, tangenciando assim uma reconciliação entre sujeito e objeto, Merleau-Ponty chega ao conceito de **campo**

³⁶ CHAUÍ, Marilena. Op. cit., p. 134.

³⁷ MERLEAU-PONTY, Maurice. **Coleção Os Pensadores**, p. 85.

³⁸ Ibid., p. 88.

fenomenal. Este contemplaria uma hipótese pela qual as dicotomias se dirimiriam não por uma dialética que, numa solução de síntese, subsumisse os opostos, porém pela impossibilidade mesma da vislumbrada união. Uma dialética estática, que só assumiria seu sentido na semântica introduzida pelo termo “in(com)possibilidade”. É a formalização desse paradoxo composto que permitirá a idéia do campo fenomenal como imanência-transcendência da relação sujeito-objeto fundada na percepção. O fenômeno perceptivo reintroduzido no aquém do juízo conceitual e no além da impressão intrínseca faz com que o sujeito não seja “nem um pensador que nota uma qualidade, nem um meio inerte que seria afetado ou modificado por ela; mas uma potência que co-nasce em um certo meio de existência”.³⁹ Indivisão “entre sensciente e sensível no seio de um corpo adamantino”. Desse modo, este imbricar-se expresso no conjunto ver-pensar o mundo só pode adquirir efeito se o universo do sentir voltar a ser um tema e uma preocupação para a filosofia.

Seguindo essa direção, é pertinente recordarmos a filiação dessa temática com o alvorecer do movimento romântico, e aqui especificamente com a filosofia da natureza, expressa pelo filósofo alemão Schelling. Quando Merleau-Ponty emprega a palavra paisagem para referenciar o mundo natural, dizendo que o “problema é compreender as relações singulares que se tecem entre as partes da paisagem ou entre a paisagem e mim enquanto sujeito encarnado, e pelas quais um objeto percebido pode concentrar em si toda uma cena, ou tornar-se a imago de todo um segmento de vida”,⁴⁰ ele se imbuí do espírito romântico que vê, reconhece e concede vida à natureza, animando-a com palavras-sentimentos que antes só poderiam ser concernidas à esfera humana.⁴¹ Outrossim, observamos que é no período romântico que se dá uma aguda aproximação da literatura com os seres e fenômenos naturais – lembramos, como exemplo entre vários, a excelência das descrições feitas por Victor Hugo nos *“Trabalhadores do Mar”*.

O fato de recorrermos ao pensamento de Schelling se explica pela preocupação deste em dotar a natureza de um estatuto de tal ordem que sem tê-la como objeto ou tema reflexivo não seria possível chegar a qualquer conclusão ontológica, ou, para os anseios dele, alcançar-se o absoluto. Segundo ele, a

³⁹ MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**, p. 285.

⁴⁰ Ibid., p. 84.

⁴¹ Assim como os protogregos antropomorfizaram seus deuses, confundindo-os tanto com o mundo humano quanto com o mundo natural.

natureza não se comportaria como cenário para as ações do drama humano, assumindo antes um valor em si própria, um princípio que deveria ser idêntico ao atribuído à razão ou ao eu, um princípio afirmativo da “autonomia e da validade da natureza em si mesma”.⁴² Seria, pois, na conjunção identitária entre sujeito e natureza, entre atividade racional e atividade insciente, que ele fundamenta a idéia de um absoluto. Como observa Abbagnano, Schelling acredita poder unir a infinidade subjetiva, característica da prerrogativa de Fichte de um eu absoluto, à “substância spinoziana”, que se realizaria como uma infinidade objetiva: “Schelling pretende unir as duas infinitudes no conceito de um absoluto que não é redutível nem ao sujeito nem ao objeto, porque deve ser fundamento de um e de outro”.⁴³

É notável, mesmo guardando a distância histórica que separa a fenomenologia de Merleau-Ponty da filosofia da natureza de Schelling, o parentesco de suas ambições reflexivas, a saber, o primado de uma união entre as realidades do *eu-sujeito* e da *natureza-objeto*. No entanto, se Schelling, no estofo do pensamento pós-kantiano, parte, em sua ânsia de atingir o absoluto, da desvinculação entre os dois princípios, Merleau-Ponty os afirmará como desde sempre uma inextricabilidade. Observamos que no primeiro a ambição de uma síntese apontaria uma distância futura que teria de ser perseguida como meta consecutória. Ao superar essa distância, está claro que percorreríamos um plano metafísico. Em Merleau-Ponty há sim uma pretensão ontológica, porém, como dito anteriormente, fincada na finitude do já e ainda existente. Tal aproximação distintiva se torna mais interessante ao verificarmos que Schelling preocupa-se em definir o que seja o mundo da corporeidade. Pensando este em justaposição, ao que denomina de mundo das idéias, coloca-os sem prioridade a um ou a outro, concebendo as manifestações dos corpos como das idéias enquanto expressão do infinito no finito, na relação entre o divino e o sensível.

No entanto, essa contaminação entre dimensões qualitativamente diferentes escapa inteiramente à síntese postulada por uma fenomenologia da percepção. Esta, estabelecida no seio do campo fenomenal, ou seja, na relação do corpo com a aparição dos fenômenos, na coexistência entre percipiente e percebido, assumiria uma função de estrutura. Para tanto, no desenvolvimento da noção de corpo como

⁴² ABBAGNANO, Nicola. **História da filosofia**, p. 54.

⁴³ Ibid., p. 55.

conjunto sensível-consciente, ele recorrerá à bacia semântica oriunda da teoria marxista quando usa as noções de infra e superestrutura.⁴⁴

Para Merleau-Ponty, no que tange ao humano, o reencontro com o fenômeno se daria como “inerência vital” e “intenção racional”. E é nesse sentido que define a percepção como tendo uma infra-estrutura instintiva e uma superestrutura racional. Contudo, não verificamos essa distinção de posicionamento comportando uma mecânica de causalidade, como pressuporia o materialismo histórico. Assim, o que seria da camada superestrutural, a saber, uma descritividade racional do mundo fenomênico estabelecida na escolha conteudístico-formal que define o estilo do indivíduo, viria, *pari passu*, com o infra-estrutural, neste caso, o sentimento evocado do mundo. O recurso ao conceito de estrutura, a nosso ver, visaria a uma explicitação da idéia de campo fenomenal e se vincularia às inserções da fenomenologia da percepção na psicologia da gestalt.

A implicação básica desse vínculo estaria na gênese de uma norma condicionadora da possível identidade entre interior e exterior. Ou seja, o nascimento de uma matriz formalizante pela qual o ser intencionará o mundo, efetivada pelo equilíbrio entre os níveis infra e superestruturais. Seria, portanto, tal equilíbrio que nos faria perceber uma figura em contraste com o fundo. Assim, a identificação perceptiva das coisas seria guiada por um processo isomórfico entre interior e exterior. Portanto, ao falarmos em isomorfismo, temos que ressaltar a ênfase no reconhecimento da forma das coisas. Como exemplifica Merleau-Ponty, “a gestalt de um círculo não é sua lei matemática, mas sua fisionomia”.⁴⁵ Se existe assim uma norma formal determinando um limite e um equilíbrio nas combinações entre figura e fundo, esta não se comportaria como uma lei anterior à aparição dos fenômenos, unificando-os num espaço supra-estrutural, mas se adaptaria à conformação do próprio aparecimento do que em nós sentimos como existente: o estar-perceber o mundo conforme a freqüentação dos fenômenos, conforme a superfície vibrantemente plástica na qual originariamente eles nos aparecem.

É por isso que Merleau-Ponty se referirá sempre a um reconhecimento dos fenômenos, preferencialmente a um conhecimento deles, a fim de sugerir a ocorrência de um processo de afinidade isomórfica entre os sentido perceptivos do

⁴⁴ Vemos neste momento afluir duas grandes influências teóricas do pensamento de Merleau-Ponty: o marxismo e o estruturalismo.

⁴⁵ MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**, p. 95.

corpo e a realidade do mundo exterior. Assim, operacionalizada no cerne de um campo fenomenal, a descritividade dos fenômenos se efetiva, pois, como concreção intuitiva e racional de um concebimento estético-intelectivo do mundo e, em sua propriedade de ordenação de sentido acerca do irrefletido, sempre fértil pelo magma orgânico do sentir. Só então, conclui Merleau-Ponty, a descritividade se consolidaria como atividade fundamentalmente criativa de (re)conhecimento do que está, visível ou invisível, a girar em torno de nós, conservando, pela desconfiança na atribuição de quaisquer razões universais, o caráter irrecusável da facticidade do mundo.

Merleau-Ponty vai denominar de estrutura complexa os três momentos manifestos da coexistência dos fenômenos: “A iluminação, a organização do campo tal como nosso corpo a realiza e a coisa iluminada em sua constância”.⁴⁶ Essa disposição a princípio parece nos fazer recair na problemática kantiana do em-si/para-si, o problema radical da filosofia de como uma determinada forma ou grandeza pode se manifestar diante de nós. O problema sem dúvida permanece, mas recolocado sob uma nova ótica epistêmica: como vimos, a da relação entre um fenômeno e um corpo. Neste momento, é de suma importância ressaltar que a síntese entre os três momentos de uma estrutura complexa acontecerá sempre de forma inacabada: “Nossa percepção se põe sobre as coisas apenas o suficiente para reencontrar sua presença familiar, e não o bastante para redescobrir aquilo que ali se esconde de inumano”.⁴⁷ Ou seja, o “para-si” kantiano concebido como presença familiar do humano nas coisas e o reconhecimento dela advindo da similitude entre fisionomias familiares de tempos nunca perdidos. Outrossim, observa-se que ele admitirá, mesmo ulteriormente à síntese originária sujeito-objeto, uma exceidade inatingível das coisas. Da mesma forma, se pensarmos a relação com o outrem humano, acreditamos ser ele possuidor de uma reserva intocável que dotará cada indivíduo de um grau de “(em-si)mesmamento”, a ponto de torná-lo jamais inteiramente compreendido.

Portanto, é sobre a parcela iluminada e apreensível das coisas que a sensibilidade perceptiva atuará, pois, enquanto campo fenomenal, a coisa atingida pertence ao momento da própria percepção. Entretanto, aqui é válida uma indagação: se a ipseidade da coisa nunca é atingida, a que princípio de constância

⁴⁶ Ibid., p. 417.

⁴⁷ Ibid., p. 432.

se refere Merleau-Ponty, visto que não seria a constância o princípio de permanência postulador de uma essencialidade? A resposta viria, mais uma vez, da crítica ao empirismo, ao fato de este objetivar as coisas em qualidades isoladas, fatos em si mesmos. A evidência da coisa não é dada pela posse de propriedades físicas, identificáveis mensuravelmente. Desse modo, o princípio de constância que nos permite evidenciá-los não é atributo da coisa isolada, mas da relação intencional entre as partes do campo, só permitidos como formas interapreensíveis, permanência de modos de existência familiares. Na percepção de uma cor, escolhendo por exemplo o azul, não diremos que ela repousa em si mesma, efetivando-se como objeto. Diríamos, antes, que ela, em conjunção com o algo que recobre, “visa e significa para além de si mesma”, sendo o termo a que o azul se dirige “reconhecido e reconstruído pela familiaridade do meu corpo com ele”.⁴⁸ Voltamos, assim, a enfatizar a noção de familiaridade como diretriz catalisadora dativa de uma atenção perceptiva, de uma cumplicidade no tocante à qualidade sensível das coisas. E então concluímos como de suma importância que o visado e o significado, por essas qualidades, sejam modos de existência aos quais nos filiamos, num encontro cujo momento em que os reconhecemos faz-se o mesmo em que nos reconhecemos. Quando, pois, num levantar de olhos nos pegamos a observar a firme flutuação do plano azul, atemo-nos a ele como um movimento do ser dirigindo-se a um segmento de existência pertencente a nós e ao azul que em nós repercute. Na experiência da coisa, as potências perceptivas são recolocadas no percebido; o azul, desta forma, não se desdobra como idéia do azul a ensinar seu segredo; antes “somos o próprio céu que se reúne, recolhe-se e põe-se a existir para si”.⁴⁹ E, na admiração nutrida pela pintura de Paul Cézanne, diz ser ela “uma tentativa de encontrar a fisionomia das coisas e dos rostos pela restituição integral de sua configuração sensível”.⁵⁰

Concluindo este capítulo, reforçamos que o sentido atribuído ou descoberto ao eu, ao outro, ao outrem dispõe-se sempre como um realizado inacabado, adquirido pelo contato permanente com o texto – textura de suas existências. Ao sabor do ritmo da experiência do tempo, de um tempo sentido, de uma vida sentida, em preferência a um sentido do tempo, ou da vida.

⁴⁸ Ibid., p. 288.

⁴⁹ Ibid., p. 289.

⁵⁰ Ibid., p. 432.

Iniciaremos este capítulo com uma assertiva axiomática: se há algo que na existência do homem pode ser contemplado com a qualidade da permanência, esse algo é a faculdade da memória. Porém, para não nos contradizermos com o capítulo anterior, uma permanência não do que é, e sim do que passa, do que fica e do que resta na passagem do tempo.

Portanto, atribuiríamos à memória o princípio da unidade e continuidade do ser, base da personalidade individual (assim como a tradição pode ser considerada a base da personalidade coletiva), ou seja, o princípio integrador através do qual o indivíduo se esforçaria em perseverar em seu ser.

A história passada e antepassada de cada um comportar-se-ia assim como lar-abrigo, refúgio do ser nos momentos em que o princípio inerentemente oposto ao do in(divíduo), o da fragmentação do ser, aparece teimosamente com sua vocação dissociativa.

Não consideramos excessivo frisar que não queremos apontar uma subjetividade inteiriça e transparente, fincada num sujeito idêntico a si mesmo, pois, como aposta Merleau-Ponty, “a subjetividade arrasta seu corpo atrás de si”.¹ Desta maneira, pretendemos pensar a indivisibilidade do sujeito como princípio intrinsecamente identitário, mas sempre desfeito e refeito no curso do tempo. Dito isso, a primeira e talvez mais importante expressão concernente à memória seja a sensação de proximidade que as lembranças passadas trazem ao ser. Queríamos

¹ Ibid., p. 472.

nos referir ao vital estado íntimo provido pelo sentimento de pertença a uma história e de contigüidade a um território.

Como mostra a antropologia, os grupos sociais têm como fundamento de sua personalidade coletiva a continuidade de uma tradição. No que concerne às sociedades ditas “primitivas”, esta seria mantida pela revisitação de seu mito fundador, consubstanciado numa narrativa primeva, ancestral, que imporá um sentido ético-organizacional à existência do grupo. Em relação a estes, poderíamos falar de uma memória coletiva perene e indefectível. Quando, por outro lado, pensamos nas sociedades modernas e no intenso grau de individualização alcançado pelo homem contemporâneo, vivendo numa linha divisória entre a tradição e a liberdade para o novo, atentaremos para o constante estado de contradição entre a continuidade mantenedora das (não)escolhas costumeiras e a liberdade, digamos, catastrófica, da não-adoção delas. Neste caso, em se tratando dessa espécie de esfacelamento que acomete a modernidade, a revisitação memorial, principalmente nas fases de uma ruptura, final ou transitória, surgiria como ato espontâneo do espírito. Este, na impossibilidade de resolver o impulso contraditório – contra a tradição –, por algum motivo impregnado à personalidade, buscaria o passado como uma forma de dotar-se da graça de uma estabilidade. Tal percurso se consolidaria como o movimento no qual o espírito viria a si pelo despertar das imagens que compõem a vida passada. Neste sentido, e talvez seja esse o leitmotiv que rege este capítulo, conceder-se-ia uma identidade entre espírito e memória. Identidade que defenderíamos como forma mais plausível de se atribuir uma concreção de significado ao que vem a ser chamado de espírito. Como diz Henry Bergson em *“Matéria e Memória”*, “se, portanto, o espírito é uma realidade, é aqui, no fenômeno da memória, que devemos abordá-lo experimentalmente”.² É dessa espécie de reciprocidade significativa que nasceria o horizonte de uma consciência individual, como também, acrescentaríamos enfaticamente, a possibilidade de suplantar uma auto-identidade solidificada na identificação com as ordenações socioculturais. Visaríamos, assim, a uma consciência que, no incurso da memória, desenvolveria uma contundente sensação de domínio, como de pertencimento, a alteridade e/ou a diferença de sua história própria - pois o que há de peremptório a distinguir as pessoas senão o senso unívoco de seus trajetos

² BERGSON, Henry. **Matéria e memória**, p. 78.

particulares? Desse modo, pretendemos nos referir a uma consciência “individualizante” que, ao descentrar a generalidade objetivada da espécie, perfará a medida e o alcance de sua subjetividade; para, então, (des)fechando o raciocínio, dizer que esta só se assumiria como tal levando a efeito a contribuição do fenômeno da memória.

A razão que aqui nos fará escolher o pensamento de Henry Bergson, basicamente o expresso em *“Matéria e Memória”*, consistiria no encontro de uma complementaridade em relação ao conteúdo percorrido no capítulo anterior, ou seja, o vínculo entre o papel da memória e a percepção enquanto fundamento fenomenológico. Se por um lado o pensamento de Henry Bergson não faz parte da corrente de idéias dos filósofos ditos fenomenólogos, é de impressionar como suas concepções irmanam-se com as expostas por Merleau-Ponty, mesmo levando em conta as críticas deste ao que trata como “espiritualismo bergsoniano”. Assim como Merleau-Ponty, Bergson partirá de uma inteira desconfiança em relação às teorias da matéria, as quais denominará de realismo, bem como às teorias do espírito, denominadas de idealistas. Proporá ele que finjamos não conhecer nada a respeito das discussões sobre a realidade ou a idealidade do mundo exterior. Ora se não nos vemos aqui diante de um mecanismo conhecido nosso, a *“epoché”*, disposta neste caso como um desconhecimento fingido do qual resultaria a presença simples de um conjunto de imagens. Associando o horizonte conceitual do termo “matéria” ao termo “imagem”, assentará, em decorrência, o mundo num conjunto de formas composto de luz, sombras e contornos. Dito isso, sublinhamos a comunhão dos dois filósofos na seguinte sentença: “Há uma imagem que prevalece sobre as demais na medida em que a conheço não apenas de fora, mediante percepções, mas também de dentro, mediante afecções: é meu corpo”.³ Portanto, o corpo aparece para ele como a imagem privilegiada donde iremos atuar sobre o conjunto de imagens denominado matéria. Urge, então, uma pergunta: será que a posição do corpo como centro paramétrico em relação ao qual todas as outras imagens variarão – apesar de que relativamente entre elas sejam invariáveis, como o caso das leis naturais – não recairá num construtivismo ideativo? Bergson aceita tal hesitação interrogativa ao ponderar que, se ao idealismo caberia reconhecer um sistema pertencente à ordem da ciência, onde “cada imagem, estando relacionada apenas a ela mesma, guarda

³ Id., *ibid.*, p. 11.

um valor absoluto”,⁴ no que toca ao realismo, mesmo tomando a percepção como um acidente, será difícil negá-la, assim como negar seu vínculo com o mundo da consciência. Portanto, é de importância salientar a estreiteza entre a escolha paradigmática que norteia o pensamento dos dois filósofos: o da firme constatação de que subjetividade e objetividade – nos termos de Bergson consciência e ciência – devem ser tratadas sem privilégio de centro, sob pena de permanecerem no prejuízo do homem ou do mundo. No entanto, ao mesmo tempo que apontamos tal equivalência, devemos reafirmar que o viés de nossa reflexão se estabelece na artéria que permite o movimento do sujeito em direção ao mundo. Pois, mesmo reconhecendo fazer parte de uma circularidade indivisível, nós a sentimos tendo um ponto de partida na subjetividade.

É dessa “vocação de anterioridade” da consciência que iremos justificar, neste capítulo, o diálogo com o pensamento de Bergson. Ao explorarmos, no capítulo anterior, a fenomenologia da percepção e a ênfase nela encontrada da correspondência homem-mundo como **campo fenomenal**, sentimos uma lacuna de preocupação com a percepção de si mesmo e, por consequência, como esta interage na percepção do outro. Neste âmbito, a adoção da reflexão bergsoniana viria pela tentativa de unir ao problema da percepção uma teorização a respeito da memória. Dirá ele: “Na verdade, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças”.⁵ O princípio básico sugerido por Bergson é que a percepção consistiria num conhecimento útil que o corpo engendra em sua interação com o meio, de modo a fazer uma seleção das imagens percebidas de acordo com a vantagem que o corpo busca na luta pelo prosseguir de sua consistência. Nesse processo, todos os dados da experiência passada viriam naturalmente em ajuda à consecução desta meta instintiva; ou seja, ao enfrentarmos um dilema objetivo, recorreremos, com maior ou menor consciência, à lembrança de ocorrências similares para a escolha de uma determinada resolução.

Veremos adiante que Bergson classifica tipos de lembranças conforme suas funções concernentes à percepção. Portanto, mesmo num modo de conhecimento mais especulativo, e até contemplativo – um conhecimento antifuncional fundado numa imaginação à deriva –, ocorreria, no cerne da combinação das imagens

⁴ Id., *ibid.*, p. 21.

⁵ Id., *ibid.*, p. 30.

providas à mente, um espontâneo chamamento à memória. Queremos assinalar que o processo memorial viria sempre como uma ajuda, um benemérito, emergindo à consciência por uma necessidade do espírito em se manter como existente; desde a ativa intenção, mais ou menos reflexa, surgida no conflito com o outro humano ou natural – característica geral dos seres vivos –, até a qualidade supérflua, talvez só inerente ao homem, de rememorar imagens à toa do passado. Se entre esses dois casos, como obsessivamente interessa a Bergson, houve uma mudança de natureza na imagem memorial, ou apenas um aumento no seu grau de complexidade, aqui nos parece irrelevante. O importante a se relevar é que em tal necessidade se firmaria um movimento de reorganização do corpo em direção a um novo momento – lugar de equilíbrio do ser.

Quando falamos de um efeito da imagem memorial sobre o espírito, obrigatoriamente nos vêm à mente as obras nas quais Gaston Bachelard ressalta o poder benfazejo que o devaneio poético de imagens de potências materiais teriam na alma. No entanto, é-nos dificultoso responder ou tratar acerca das repercussões tristes, doloridas ou no mínimo incômodas que insistentemente assombram a consciência – normalmente associadas a pequenos pormenores de lembranças contíguas ou afins. Será que o pesar trazido por elas não afetaria o espírito de maneira oposta às preconizadas acima? Será que o devaneio, primo-irmão da memória, também não teria sua carga obscura? Inegável é o peso da memória. E tão forte às vezes ele se faz sentir, que uma das estratégias para um bem-estar da alma consiste na seleção consciente das lembranças advindas, de modo a, na medida do possível, livrarmo-nos de seu constrangimento. Contudo, ao espírito também cabe o alimento dessas lembranças, digamos, ruins. E é justamente da ruminação consciente da dor sentida pela lembrança delas, como da bem-temperança provocada pelas de bom auspício, que o ser-identidade poderá a cada passo se tornar mais senhor de si.

Outrossim, é interessante observarmos a relação de extrema concomitância entre a dor, tanto física quanto afetiva, e o sentido perceptivo. Lembramos, por exemplo, que no mal de Hansen, sem perceber a dor, o doente pode deixar-se queimar indefinidamente. Podemos dizer que durante o estado doloroso as conexões perceptivas se excitam, distendendo assim seus padrões normais de atuação. A dor física, porém, a não ser em casos extremos, é momentânea,

enquanto a da alma se prolonga. Duas opções, então, postam-se excludentes ao ser: a primeira só se cogita no limite de uma insuportabilidade; a outra nos ensina a continuar.

Abandonando as deambulações, devemos agora enfocar uma questão que em Bergson parece não se resolver: a distinção entre corpo e espírito. Note-se que desde o capítulo anterior adotamos os termos corpo e espírito no cerne de uma identidade. Bergson, no entanto, quer deixar clara a disjunta localização deles. No tocante ao corpo, o enfoque dado é o da fisiologia cerebral. Vemos que ao longo de “*Matéria e Memória*” ele se apóia no suporte das pesquisas experimentais em torno do cérebro, tanto neurológicas como psicológicas. Estas descobriram no cérebro o local preponderante onde funcionariam as conexões nervosas e, ligados a elas, os mecanismos da atenção perceptiva. Assumido o cérebro como órgão, portanto, substância material, impor-se-ia assim o problema de como se estabeleceria sua relação com a dimensão não localizável, não fixável do espírito. E ainda como Bergson se posicionará diante das afirmações em voga nas pesquisas psicofisiológicas da época – do fim do século XIX até a primeira década do século XX – de que o cérebro comportaria em seu interior as imagens memoriais. O que só será possível se o aceitarmos como órgão responsável pelas operações de representação das imagens exteriores, assim, depois de geradas, poder-se-ia recorrer posteriormente a elas. Tal pressuposto é perfeitamente válido adotando-se a concepção de “corpo” como máquina. Porém, acreditamos que exista algo no humano além-aquém da máquina – um *ex-machina*? –, o qual corresponderia ao fenômeno interior da percepção de si, cuja própria idéia de máquina dela seria decorrente. Assim, o paradigma organicista, que isola o corpo dizendo-o apenas como matéria, não poderia por si só explicar o processo de seleção, de escolha e do impulso para que algumas imagens aparecessem à consciência em vez de outras. Neste sentido, a conclusão à qual chegamos é que se podemos atribuir um algo ao que consideramos um “*ex-machina*”, este teria o nome de “Eu”, sendo mister que a máquina que grava as imagens memoriais seja operada pelo arbítrio de um “Eu *ex-machina*”. Este, desvinculado de sua extensão material, assume o não-lugar inextensivo denominado de espírito. A memória, então, em sua disposição para uma espécie de escolha “ambiguamente livre” das representações-lembranças a serem

acordadas de seu sono inextenso, exigiria dela própria uma “consustanciação” espiritual.

É neste momento que encontramos a postulação bergsoniana de que se de alguma maneira é possível abordar experimentalmente o diáfano espiritual, isso se dá pelo fenômeno da memória. Fará ele uma estranha dissociação entre o que denominará de percepção pura, ou matéria, e lembrança pura, ou espírito. Para nós, essa divisão conceitual serviria para um melhor parâmetro de compreensão dos termos, visto que não existiria um exato limite demarcatório das funções de cada um. Assim, a função atribuída por Bergson à percepção ao separá-la – neste primeiro momento como veremos – da memória, englobaria os mecanismos sensório-motores responsáveis pela ação-reação do corpo aos estímulos externos. Dessa maneira, ela atuaria sempre numa dimensão presentificada do tempo correspondente à relação imediata entre os corpos-matéria. Porém, para que esse automatismo se torne cada vez mais eficiente no alcance de seus objetivos, faz-se necessário um mecanismo de seleção daquelas ações que no tempo se mostraram mais eficientes, retendo-se os acontecimentos ocorridos, permitindo-se assim uma projeção otimizada do caminho a ser seguido.

É como se, no auge da teoria evolutiva, as deficiências sensório-motoras da espécie humana fossem supridas pela eficácia lógica de sua atuação, cujo passo fundamental teria vindo com o aprimoramento das tecnologias de exploração dos recursos da natureza. Quiçá, é nessa esfera evolutiva que se complexificou a função simbólico-metafórica humana, pois, para o resguardo e a posterior seleção das imagens percebidas, seria necessário o transporte destas do espaço limítrofe entre corpo e ambiente externo para uma zona “profunda” onde elas seriam representadas. É, portanto, neste não-lugar pertencente à dimensão do espírito, o qual denominamos de memória, que a infinitude do conjunto de imagens que nos compõem se posicionam de modo tal a permitir a mistura, a substituição e a combinação entre uma e outras. Disso se poderia explicar, por exemplo, a promiscuidade imagética característica do onírico, como o próprio fundo intuitivo que engendra as idéias. Sendo a partir da multiplicação combinatória das imagens que o indivíduo projetaria universos inexistentes, porém sempre tendo como base o que já existiu, ou seja, a medida de sua experiência perceptiva. O futuro abrindo-se para nós como a invenção de caminhos insuspeitos a partir de caminhos antes trilhados.

Desenvolvendo-se, então, as noções de percepção e memória puras, encontraríamos dois perfis psicológicos, ou duas diferentes disposições de espírito. A do homem voltado para a ação presente, indisposto com o tempo, levado por uma atenção sempre temente ao solucionar dos obstáculos insurgentes, sempre a dispensar sua catexia presente na direção de uma certeza objetiva. Não pretendendo sentir a duração do tempo, sua elasticidade, só concebe o mundo como instrumento ou alavanca para a construção de um futuro. De sorte que para esse sujeito o melhor é se ver livre do passado, e o recurso às lembranças só acontecerá na exata medida de sua serventia. Já o outro tipo, o do sujeito entregue ou tragado pela memória, no qual o hábito do relembramento se dá de maneira quase patológica,⁶ conviveria com o passado no presente mesmo em que vive, devotando sua energia psíquica ao mundo quimérico das “imagens irreais”. Substitui, assim, o imediatismo de um presente inconsolado e desagradável por um universo abstrato do qual priva de seu maior bem: a intimidade. É o espírito voltado à substância incompreensível dos sonhos,⁷ e que, mesmo no estado de vigília, se pega amiúde em devaneios considerados pela vida prática como vãos. Como bem diz Bergson, “para evocar o passado em forma de imagem, é preciso dar valor ao inútil, é preciso querer sonhar”. E acrescenta: “Talvez apenas o homem seja capaz de um esforço desse tipo”.⁸ Entretanto, preferimos ver essa valorização do onírico não como um esforço, que como todo esforço conteria nele um objetivo, e sim como uma idiotia de alguns espíritos nos quais prevalecerá uma inadequação aos apelos à ação prática demandada pela organização social do gregário humano. Nestes, o fenômeno memorial consistiria em uma espantosa espontaneidade, cujo aparecimento à consciência pareceria ter o mesmo imperioso vigor inútil dos sonhos. Ao sonhador apraz o simples lembrar da fantástica fabulação contida no ritmo e na justaposição das imagens oníricas, dispensando desse modo uma ciência interpretativa, de cunho freudiano, que só visaria no sonho à sua conceituação significativa, ou seja, à descoberta de uma chave tradutora, ordenadora da

⁶ Em seu conto **Funes, o memorioso**, Jorge Luis Borges descreve-nos o personagem Irineu Funes, um sujeito que, acidentalmente, adquiriu a faculdade de dilatar o espaço-tempo, discernindo, naquilo que não pode ser destacado ou isolado, uma total singularidade. Percebia, assim, nas infindáveis linhas da crina de um cavalo, nas diferentes faces de um morto num demorado velório, a mesma nitidez linear que observamos no claro desenho de um círculo sobre o quadro-negro.

⁷ Inspirados na clássica afirmação encontrada na *Tempestade*, de William Shakespeare, de que somos feitos da mesma matéria dos sonhos, indagaríamos então: de que substâncias são feitos os sonhos?

⁸ BERGSON, Henry. Op. cit., p. 90.

inaceitável ordem caótica das imagens que nos sobrevêm quando de nossa entrega ao “deus Morfeu”. Os sonhos seriam imagens tautegóricas antes que alegóricas.⁹

A radicalidade-limite desses dois casos, porém, não contemplaria, com raras e algumas vezes perigosas exceções, o tipo comum e majoritário dos homens. A percepção e a memória funcionam concomitantes e recíprocas para o equilíbrio situacional do homem inserido numa ambiência. Por um lado, se não há memória, se só existe presentificação, a identidade se partilhará; isso pode acontecer em estados momentâneos de dissociação identitária, como nos surtos esquizofrênicos e nas amnésias alcoólicas ou decorrentes de acidentes. Estaríamos diante de um sujeito inteiramente mimetizado pelas circunstâncias externas; não um hipócrita aproveitador pusilânime, mas da figura quase imaginária de um “Zelig camaleônico”.¹⁰ Por outro lado, é impensável o sujeito desprovido da faculdade do agir, realizando-a como uma necessária continuação de sua interioridade. Seria, neste caso, um sujeito sem a mínima vontade de poder, ou de fazer, totalmente voltado para o “cortejo de espectros” que o habitam,¹¹ desprovido, assim, de qualquer intencionalidade, pois, como vimos assinalando, ela sempre estaria vinculada a uma alteridade. Neste sentido, poderíamos pensar na negação do mundo intentada pela figura do misantropo ou do asceta como exemplo de uma recusa de intenção de vida. Mas, nestes, tal recusa proviria de uma escolha que se pretende ética pelo total afastar-se do convívio social, numa opção pela incomunicabilidade, uma ausência de linguagem substituída pelo sentimento pleno de uma união, seja com Deus, seja com a natureza.

Neste momento, visto que voltamos a tocar na noção de intencionalidade, seria oportuna uma remissão ao ensaio do filósofo Cornelius Castoriadis a respeito de Merleau-Ponty, intitulado “*O dizível e o indizível*”. A conjunção desse ensaio com o que vimos tratando neste capítulo toma um curioso sentido na trajetória de um sujeito que elege para si uma vida sem expressão. E aqui começaríamos por fazer uma importante distinção entre ação e expressão. Ora, o que o espírito contentado

⁹ Nesta direção, convém apontar a distinção entre sonho e devaneio adotada por Gaston Bachelard na sua obra **O ar e os sonhos**. O devaneio comportar-se-ia, para ele, como um sonho acordado, ativo, uma consciência imaginante elaboradora de metáforas. Diferentemente, portanto, do sonho noturno, no qual as imagens comportar-se-iam passivamente, numa inércia associativa, estando mais próximas da metonímia que da metáfora. É por isso que o sonho onírico permitirá a ingerência de uma hermenêutica legisladora tal como a psicanálise freudiana, portadora de respostas redutoras.

¹⁰ Queremos referir-nos ao filme “Zelig”, de 1987, do diretor Woody Allen.

¹¹ Expressão encontrada no conto **O poço e o pêndulo**, de Edgar Allan Poe.

em seu reduto solipsista abandona não é sua faculdade para a ação – ao contrário, seu corpo pode se tornar mais ágil –, mas sua expressão intelectual. Ao escolher como modo de se ausentar do mundo social “cuidar apenas do próprio jardim”, ele dará preferência ao gesto motor em detrimento do intelectual. Portanto, o que realmente nega é a linguagem como intermediadora de sua relação com o mundo natural ou transcendente. Assim, o que esse indivíduo tenta é se abster da linguagem como primazia intermediária entre ele e o mundo. Aliás, se pensarmos com Aristóteles numa diferença entre pensamento (*nous*) e discurso (*logos*), concluímos que o que o indivíduo “epicurista” rejeita não é o pensamento, mas a expressão de um discurso. E, aqui, a qualidade de epicurista concerniria à preconização por essa escola grega dos ditos prazeres da alma, os quais se revelariam antes “como prazeres do corpo conservados pela memória, ou antecipados pela esperança”.¹² No ensaio citado, Castoriadis define expressão como qualquer movimento do sujeito para fora de si, realizando-se como “pertença comum de uma intenção e de um gesto. A intenção que se tornou ou se torna gesto”.¹³ Mais adiante, contudo, revela a impossibilidade de se distinguir intenção e gesto, os quais estão representados tanto no espaço interior quanto no exterior. Concluímos, dessa forma, que para ele intenção e expressão seriam sinônimas.

Todavia, estamos a nos referir a um indivíduo adulto, formado e, por que não dizer, formatado, no âmbito de um discurso, uma consciência “instruída”. Portanto, a atitude niilista em que se pauta viria de um estado que denominaríamos de “pós-lógico”. E, como dissemos no primeiro capítulo, a tentativa de volta à inocência de uma lógica ainda em germinação se daria sempre como um regresso, uma (re)descoberta, no ato de busca do original. Portanto, esse sujeito continuaria necessariamente na esfera do “logos” enquanto discurso. Para desembaraçar esse nó górdio, encontramos em Castoriadis outra distinção assaz esclarecedora do ponto a que queremos chegar. Distinguímo-la na semântica das noções gregas de um “logos *proforikos*” e de um “logos *endiathetos*”. O primeiro corresponderia ao pensamento falante do discurso; o segundo, ao pensamento silencioso da percepção; este último subentendendo um movimento que culmina na expressão da

¹² NOVAES, Adauto. De olhos vendados. In: NOVAES, Adauto (org.). **O olhar**, p. 12.

¹³ CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto**, v. 1.

fala.¹⁴ O sujeito que predominantemente se escolhe no logos endiathetos é aquele que se coloca na condição do silêncio.

A questão que se impõe e que de um certo modo desestabilizará a distinção acima é a que indaga se o movimento do pensamento – como criação, conceituação ou memória – não se comporta ele mesmo como discurso, pois o silêncio, companheiro do pensar, não é vacuidade, posto que substancializado por palavras ou por imagens mentais. Ou seja, o pensamento perceptivo, sendo pensamento, também será discurso. Contudo, e é neste ponto que enfatizamos uma distinção, um discurso que não intenciona deliberadamente o comunicar-se e, deste modo, não se expõe ao outro. Um discurso que em seu rumo interior mantém a importância e o sentido discursivo para aquele que, no murmúrio do silêncio, o pronuncia. Um murmúrio individual que estaria por seu turno bem mais próximo do território escrito que da fala – ou de uma fala sem auditório –, deixando uma marca do ser nas palavras-imagens que ao serem pensadas e expressas se assenhoreariam do passado, tornando-o presente ao cruzar do tempo. Como bem diz Castoriadis, “um ser só virá a ser o que foi se falar disso”.¹⁵

Se por outro lado a reflexão acima pode parecer um exagero despropositado, uma crítica ao fonocentrismo, para usar o termo derrideano, é para melhor assinalarmos a ação do “discurso falatório”, desprovido de espessura por não trazer a força sincera e sensível da experiência carregada. Discurso esse situado no impreterível presente, e que em seu retórico pragmatismo comunicativo tem como fim o maior domínio possível sobre a exterioridade. Não seria esta a impostura apontada por Platão na lógica discursiva dos sofistas? A saber, a de uma veiculação proferida do pensamento apartada de seu fundo subjetivo, e que, voltada em inteiro para um ímpeto teleológico, perderia seu crivo ético. Um discurso perfeitamente lógico, porém tradutor de uma idéia imperfeita. É interessante observarmos que, para Platão, a fonte da idéia perfeita, que para nós descansaria na sinceridade do ser que existe em –“transcendente imanência”– localizar-se-ia num além transcendentalizado.

Portanto, no que explicitamos como discurso do falatório ver-se-ia um logos proforikos não contaminado pelo endiathetos. O pensamento que, ao se consolidar

¹⁴ Ibid., p. 192-193.

¹⁵ Ibid., p. 194.

em discurso, o faz sem o estímulo e a evocação do espírito memorial. Ou ainda sem o restabelecimento de uma subjetividade dubitativa que sempre está a se colocar no lugar da coisa ou fenômeno com os quais interage, forjando, desse modo, a vocação humana para uma ética fundada no ínfimo espaço da liberdade de escolha de si mesmo.

Enfim, retomando a reflexão de Bergson acerca do significado das relações entre memória e percepção, concluímos ser do desequilíbrio entre a reciprocidade das duas funções o aparecimento dos vários níveis de “cegueira psíquica”. O obnubilar-se da consciência se dando no movimento pendular entre a alienação do sujeito quanto à sua subjetividade e a negação do mundo exterior, o que levaria à diminuição dissolutória da síntese identitária-existencial, efetivada tanto no poder consciente sobre as circunstâncias quanto em sua inerência nelas. Ora, tal “domínio consciente”, reforçamos aqui, nada mais significaria que a atenção e mesmo o notar da vida pela iluminação dos acontecimentos passados. Uma vela irradiando-se sobre um horizonte cuja circunscrição denominaríamos de “Minha Vida”. E isso corresponde ao conjunto das lembranças-imagens que, em mim eclodindo, constituem o “Meu Nome”. A essas lembranças-imagens Bergson associará a definição de **memória espontânea**, “que tem por objeto os acontecimentos e detalhes de nossa vida, cuja essência é ter uma data e, conseqüentemente, não se reproduzir jamais”.¹⁶ Esta seria para ele a memória por excelência, e não aquela adquirida como resultado de um trabalho repetitivo da atenção, a qual terminará se fixando por uma condição de hábito. O caso extremo deste modo de memória constata-se, por exemplo, no didatismo antiquado que ainda impera nas pedagogias escolares, as quais associam a aprendizagem à assimilação repetitiva de um crescente acúmulo de informações. Todavia, essas lembranças-hábitos, operadas pelos mecanismos sensório-motores, comporiam a ferramenta imprescindível, guardadas as diferenças de grau, a todos os seres vivos em suas reações adaptativas ao meio ambiente. Estamos assim de volta ao terreno da utilidade, no qual o passado é registrado sob a forma de hábitos motores. Se, no entanto, acreditamos que ao menos no homem existe uma capacidade natural de reter as imagens concernentes às situações passadas, deveremos acompanhar Bergson na indagação acerca da finalidade das lembranças-imagens: “Para que servirão essas

¹⁶ BERGSON, Henry. Op. cit., p. 90.

imagens-lembranças? Ao se conservarem na memória, ao se reproduzirem na consciência, não irão elas desnaturar o caráter prático da vida, misturando o sonho à realidade?”.¹⁷ Ora se não seria esta a natureza da arte?! A de impregnar de sonho a realidade para torná-la um pouco mais suportável; ou, como se a realidade mesma, da única forma em que pelo humano pode ser apreendida, não passasse senão de um grande sonho coletivo. A questão é que o pensamento criador é da mesma estirpe do sonhar, com a magnânima capacidade de nutrir o sonho de uma substância “(real)izável”. Portanto, o desprovimento desta profundidade onírica sobre a qual flutua nosso existir pensado-percebido da vida resultará naquele sujeito automatizado pela repetição útil de seus hábitos, o qual “encenaria sem cessar sua existência em vez de representá-la”.¹⁸

Neste momento, o ato de reconhecimento das imagens-lembranças surgiria como a maneira pela qual passado e presente, memória e percepção, se uniriam numa mesma dimensão, a qual, na falta de uma terminologia, caberia a nós chamar de “tempo do viver”. Mais adiante, faremos um breve discurso sobre o tempo. O que nos interessa agora é, visualizando a figura do “leitor do tempo”, assinalar a intensa sensação que lhe advém no momento de um reconhecimento dos significados propostos pelas palavras-imagens percorridas por seus olhos. Neste âmbito, Bergson traz à tona o chamado sentimento de *déjà vu*. Este se processaria pela similaridade-contigüidade das percepções presentes às percepções passadas consolidadas na memória. O fato é que, mesmo com toda a energia despendida nas tensões motoras com o enfrentamento do “tempo sempre a vir”, as lembranças-imagens de um “tempo ido” a todo momento estão a se sedimentar no espaço-tempo do espírito. E, para que elas não venham a usurpar o domínio da atenção sensório-motora, caso do sujeito inteiramente devotado aos sonhos, faz-se necessária uma constante seleção de seu “aparecer à consciência”, relegando-as a um ostracismo em relação à *psique* alerta. Haveria assim um filtro pelo qual a percepção presente só reconheceria as lembranças-imagens direcionadas à ação motora quando guiada por um movimento em direção ao tempo útil do futuro. O ponto fulcral a que chegamos é que por algum escuso motivo tal seleção não ocorre com a qualidade de uma “perfeição-máquina”; assim, por obra mesma do espírito humano, às

¹⁷ Ibid., p. 92.

¹⁸ Ibid., p. 182.

impressões atuais condensa-se a memória espontânea do tempo supérfluo do passado.

Um tempo “inútil”, caracterizado pelo movimento não visível do sujeito, por uma exótica ocupação do espaço estabelecida por um silenciar das manifestações exteriores do corpo. Porém, é justamente esta disposição do tempo para o espírito – um tempo distendido – que levará à recondução ao objeto percebido, a uma detenção do corpo-espírito sobre ele. Como bem observa Bergson, “se no reconhecimento automático nossos movimentos prolongam nossa percepção para obter efeitos úteis, nos afastando assim do objeto percebido, aqui, ao contrário, eles nos reconduzem ao objeto para sublinhar seus contornos”.¹⁹ É como se a fé perceptiva com a qual nos agregamos ao “espaço real” fosse, nas palavras de Bergson, “fortalecida” e “enriquecida” pela memória. Esta, no parentesco das imagens percebidas com as lembradas, agudizaria a percepção pelo valor resultante da coincidência entre sujeito percipiente e sujeito percebido. Coincidência que necessariamente ocorreria na detenção de um tempo sincronicamente recíproco, o qual se deixaria ser notado à medida que a contração da memória projetasse nele suas lembranças. Neste sentido, o projetar-se da memória poderia se dar tanto pelo esforço da atenção concentrada como pela espontaneidade de uma atenção distraída; ou seja, uma memória que ora atenderia ao chamado das percepções, ora, por capricho, se escoaria sobre elas, recobrando-as com o invólucro de nossa existência passada.

Só essa coalescência entre o fundo lugar da memória e o espaço superfície da percepção, unidos como contínua ponte, poderia explicar o sujeito que se sente sempre na fronteira da nostalgia do que passou e da curiosidade do que está a passar, perpassados ambos os lugares pelo amplo espectro de suas possibilidades interpretativas. Devemos observar, no entanto, que se Bergson estabelece neste encontro a passagem de um estado de virtual consciência, ao qual corresponde a lembrança-imagem, para o de uma atuação sensório-motora que tem seu ímpeto na assimilação perceptiva daquela, nossa intenção diretriz se manteria no foco da percepção imaginativa. Permanecendo neste foco, teríamos que propor, em vez de uma transfiguração da lembrança-imagem em imagem percebida, em decorrência do que a lembrança se enfraqueceria em troca de um fortalecimento da percepção, a

¹⁹ Ibid., p. 111.

idéia de uma justaposição pela qual memória e percepção permaneceriam por um determinado segmento do tempo em suspensão consciente. Instante suficiente para uma intuição (clara-evidente) tanto do presente observado quanto do passado rememorado. Preponderando nos dois estados o trabalho imaginativo: no primeiro podemos imaginar a existência decorrida, visto que já conhecida pela memória; no segundo imaginamos o tempo que decorre diante de nós, pois já conhecido por nossos sentidos perceptivos. Esse posicionamento irá conflitar-se com a afirmação de Bergson de que “imaginar não é lembrar-se”.²⁰ Por outro lado, ele nos permite essa visada, já que, ao longo da obra, não se interessa em discorrer acerca do ato imaginativo. Como também sua postulação de que o presente seja essencialmente sensório-motor e, portanto, extensivo e localizado, não possibilitaria o vôo do espírito sobre o horizonte contemplado pela percepção. O que, para nós, significaria o instante exato em que o ser se compreende no que percebe, pela consciência imaginativa predisposta ao e no percebido.

Outrossim, vemos impor-se o problema da imaginação na pertinência lógica da interrogação do próprio filósofo: “Mas como o passado, que, por hipótese, cessou de ser, poderia por si mesmo conservar-se? Não existe aí uma contradição verdadeira”.²¹ Ora, mas não foi ele próprio que cunhou o termo composto “lembrança-imagem”? A subsistência do passado, portanto, dar-se-ia pela conservação das imagens do que ele foi. Porém, seguindo-se a dúvida de inspiração shakespeareana –De que substância são feitos os sonhos?–, admitiremos a inextensibilidade delas, ou seja, a qualidade de uma ausência de substância. Não localizáveis, nem como vácuo, a única circunscrição que podemos ater às imagens é a que coincide com o alcance do nosso ser. E, deveras curioso, em sendo o que não é, elas têm o estranho poder da afetividade. Se, então, elas têm a vitalidade de nos afetar, o passado afetando o presente, em contrapartida, já que o conjunto de imagens passadas consiste num meu pertencimento ao outrora, tenho em mim o poder de agir sobre elas pela faculdade da imaginação, a saber, imaginando as lembranças-imagens a partir das relações afetivo-perceptivas com as quais atravesso o presente existir. A consciência, deste modo, possui a ferramenta – não material – que permite trabalhar as lembranças-imagens composta da mesma

²⁰ Ibid., p. 58.

²¹ Ibid., p. 175.

incorpórea substância destas, dando-nos assim o direito de transfigurarmos o poder afetivo que atribuímos a essas lembranças-imagens, pois, ao rememorá-las imaginativamente, podemos dispô-las através de um certo controle. Ou mantendo a disposição espaço-temporal das representações, ou recombinando-as de acordo com algum impulso estético, estaremos ficcionalizando nossa vida passada, porém sempre com a sensação de mantermos os pés no presente.

Discordamos, pois, da afirmação de que “nós só percebemos, praticamente, o passado, o presente puro sendo o inapreensível avançar do passado a roer o futuro”,²² visto que existiria um quase “inapreensível” instantâneo evento onde nossa atenção, ao distinguir sua figura-sobre-fundo, seu grau de diferenciação em relação aos demais eventos, conseguiria vislumbrar a individualidade de sua apresentação; ou seja, sua aparição única em sincronia com o sujeito vidente.²³ Neste momento, Bergson nos permite uma interessante interlocução ao dizer que a “distinção nítida dos objetos individuais” requereria uma memória das imagens e que, para “uma concepção perfeita dos gêneros” enquanto esforço reflexivo, exigir-se-ia justamente o elidir das “particularidades de tempo e lugar” de uma dada representação. Esta consideração nos é importante na medida em que admite dois momentos de compreensão dos seres, o da individuação e o da generalização, os quais podem distinguir-se respectivamente como percepção e conceito. Façamos então nossas as palavras do filósofo quando afirma que “a idéia geral terá sido sentida e experimentada antes de ser representada”.²⁴ O significado dessa frase de certo modo encampa e norteia a segunda parte deste trabalho como “veia interpretativa” por nós escolhida e definida. O momento da tradução representacional, concretizado pelo ato da escritura, é concebido como ato segundo do espírito. A semelhança da qual o espírito parte no processo de tomada de conhecimento é a semelhança sentida e/ou vivida que nos dispõe ao aparecimento singular de um fenômeno. Só então se fará possível a idealização de cunho geral, como uma “semelhança inteligentemente percebida ou pensada”. E acrescentamos diante disso que o trabalho escritural das imagens tanto rememoradas quanto observadas transitará entre a descritividade do singular e a conceituação geral. Porém, sempre a partir da

²² Ibid., p. 176.

²³ O termo “vidente” escolhido aqui não na acepção correspondente a um sentido do sobrenatural – neste caso, ver o inexistente –, mas da pessoa que, ao estacar para ver algo, descobre neste o que aos outros transeuntes passa despercebido.

²⁴ BERGSON, Henry. Op. cit., p. 188.

memória do já experienciado, do reconhecimento da semelhança, do qual a elaboração conceitual vem como natural decorrência da faculdade da inteligência. Talvez pudéssemos relacionar, grosso modo, essas duas etapas aos níveis discursivos do literário e do filosófico, os quais responderiam a “disposições mentais” diversas, para usar as palavras do autor (como também poderiam corresponder a diferentes visadas intencionais, se voltarmos à fenomenologia de Husserl), nas quais a memória teria “graus sucessivos e distintos de tensão (...) ligada a um certo tom determinado de vitalidade intelectual”.²⁵

Enfim, para passarmos ao segmento denominado “Breve discurso sobre o tempo”, sentimos necessária uma última observação ou aporte. Notamos que a noção de corpo em Bergson difere da de Merleau-Ponty basicamente na disjunção pensada entre corpo e espírito. Como vimos, a fenomenologia de Merleau-Ponty concebe o corpo como conjunto senciente-consciente, o qual, na qualidade de “carne-entre-carnes”, abre o contato perceptivo com o mundo. Para Bergson, porém, o concebimento dessa união surge como uma problemática metafísica, a saber, a diferença qualitativa entre extensão e inextensão. Neste sentido, o corpo estaria associado ao que há de comum entre indivíduo e natureza: corpos dispostos no espaço cativos de necessidade material. Referindo-se em específico ao espírito humano, negando este atributo aos outros seres, Bergson faz ver nele uma espécie de liberdade tomada com a natureza, à qual corresponderia justamente o espaço concedido às representações da memória, “os jogos de fantasia e o trabalho da imaginação”.²⁶ Talvez por tudo isso ele seja amiúde apontado criticamente como espiritualista. No entanto, as considerações valorativas feitas por Bergson acerca do espírito provêm de suas postulações a respeito da filosofia empirista e idealista – e neste ponto vemos em Merleau-Ponty um leitor atento dele. Ora, tanto a doutrina empirista quanto a idealista afirmam não haver “nada em comum entre a extensão e a qualidade pura”. Deste modo, elas não solucionam o dilema de como se daria a percepção, ou seja, o dilema da mudança de estado do que “é puramente extenso ao que não é extenso de maneira alguma”.²⁷

A concepção diretriz na qual Bergson concentra sua teoria da percepção tenta demonstrar que a idéia de extensão baseada na divisibilidade de um espaço

²⁵ Ibid., p. 199.

²⁶ Ibid., p. 257.

²⁷ Ibid., p. 251.

qualquer é forjada no intuito de um conhecimento utilitário, e não, usando os termos dele, de um conhecimento puro. Desse modo, o pressuposto científico de um espaço homogêneo, numericamente mensurável, seria uma idéia fundada numa lógica artificial do uso, a qual manteria uma objetivada separação entre o eu e o mundo. E, portanto, se o inextenso não é uma grandeza física, não é espaço, o dilema se manteria. O que então haveria de comum entre a matéria extensa e o espírito? Bergson aponta um caminho na conclusão de que esses dois “modos incoercíveis do existir” teriam como fundamento a idéia, ou grandeza, do movimento. E tendo esta como condição de possibilidade a indivisibilidade do espaço, contemplaria a percepção como acesso às coisas pelo puro continuum entre espírito e matéria. No entanto, mantém-se a lacuna acerca do que seja, para Bergson, o movimento; é quando chegamos à importante formulação de que só atinjo a “realidade do movimento quando ele me aparece, interiormente a mim, como uma mudança de estado ou de qualidade”.²⁸ Portanto, não como o transporte de uma coisa. O corolário desta proposição é que, se o espaço é axiomáticamente indivisível, não poderia caber nenhuma distinção entre percepção e coisa percebida, esta última, então, sendo reflexo ilusório do movimento que é dado na consciência. E, para diferenciar o movimento que se estabelece como mudanças de estado da consciência do movimento físico-cinemático, o qual estamos acostumados a associar às coisas, Bergson o denominará de **duração** da consciência.

Temos de observar que tal doutrina é de difícil aceitação para o sujeito comum, afeito ao movimento natural de um real que insiste em se fazer presente. E o próprio Bergson faz uma concessão a esta “tal de realidade” quando assinala a existência de uma variedade, ou variações, perceptivas; especificamente a que no limite do instantâneo pretende coincidir com o real percebido. Relega-a, porém, a uma existência “mais de direito do que de fato”. Ou seja, a ele só interessa o que chama de “percepção concreta”, a saber, aquela que se realiza em consonância com a intervenção da memória, cuja subjetividade das qualidades sensíveis “reconquistaria a extensão”, e esta assim “retomaria sua continuidade e sua indivisibilidade naturais”.²⁹ Enfim, para concluir uma definitiva explicação para a perpétua aporia do dualismo entre consciência e coisa percebida, arremata que a matéria, submissa à necessidade, tem memória. Porém uma memória cujas lembranças repetem seu

²⁸ Ibid., p. 257.

²⁹ Ibid., p. 257.

mesmo conteúdo incessantemente, ou seja, onde a repetição do passado se identifica com o próprio ser. Portanto, para que o ser mude, é preciso que o espírito imagine seu passado, dotando-se da liberdade para se tornar outro na convivência com o que é.

Neste momento, achamos necessário um enriquecimento complementar ao tema da memória discorrido com base no pensamento de H. Bergson, com o que chamaremos de “Breve discurso sobre o tempo”. Fundamentaríamos este a partir do que o pensador francês Paul Ricoeur, em sua obra *“Tempo e narrativa”*, qualifica de **“aporética da temporalidade”**.

O que Ricoeur descreve como “caráter aporético da especulação sobre o tempo” se estabelece sobre o mesmo campo reflexivo das preocupações apresentadas em *“Matéria e memória”*. Localiza-la-íamos nas disposições entre uma consciência íntima do tempo, por um lado, e um tempo objetivamente datado, por outro. A primeira concerniria ao sentir subjetivo da duração do tempo –o tempo em mim–; a segunda teria efeito justamente no dis(sentir) desta duração pela utilização objetiva de uma atuação espacializada do tempo. Remontando tal foco temático ao pensamento de Aristóteles e Santo Agostinho, Ricoeur vai desenvolvê-lo a partir das concepções cosmológicas e psicológicas do tempo, respectivamente atribuídas aos dois filósofos. Elas representariam “os dois acessos ao problema do tempo”,³⁰ pelo lado do mundo e pelo lado do espírito, ou seja, “o tempo do mundo” e o “tempo da alma”.

A noção comum que temos do tempo talvez seja a mais abstrata das certezas advindas ao homem. Dizemo-las abstratas, pois o que cabe a nós perceber não é o que veio a se denominar “tempo”, mas tão-somente as coisas dispostas em sua ocupação do espaço. A idéia de espaço assumindo uma concreção em negativo, pois, não sendo perceptível, permite pressupor-se por sua implicação na capacidade de se distinguir a existência em separado das coisas. Em relação ao tempo, no entanto, contamos com a necessidade de sua pura idealidade para a explicação da propriedade dos fatos sucederem-se em diferentes instantes, sempre no sentido de um “antes” para um “depois”. E ao utilizarmos termos como “instante”, “antes” e “depois”, andaremos em círculos, pois remetemos à própria semântica decorrente da idéia intuitiva do tempo.

³⁰ RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**, p. 17.

Portanto, o que teríamos de aceitar em sua simplicidade irrefutável é que em primeiro lugar as coisas ocupam o espaço, e em segundo que elas podem se deslocar no espaço ocupado.³¹ A ilação que poderíamos retirar das assertivas acima é que qualquer significado dado ao tempo teria que partir da aceitação de três axiomas: a invisibilidade do espaço, a visibilidade das grandezas materiais e a necessária conjunção de espaço e matéria no ato de um movimento. Pois, se pensarmos como Parmênides e a Escola Eleata, um mundo totalmente estático só concederia as alternativas de que as coisas ou são ou não são, desprezando-se assim a dimensão temporal da capacidade de transformação ao excluir as alternativas do poder-ser e do vir-a-ser.

O impasse em que se encontrou a física aristotélica é que ela não poderia admitir a intrínseca associação existente entre as noções de tempo e de movimento sem cair na absurda negação da idéia de tempo. Não solucionando satisfatoriamente o imbróglio, Aristóteles preferiu concluir que, “sem ser o próprio movimento, o tempo é algo do movimento (...). Que o tempo, portanto, não é nem movimento nem sem movimento, eis o que é claro”.³² Observa-se que Aristóteles não consegue definir o tempo por si mesmo a não ser concedendo-lhe o poder da ubiqüidade: “Está em toda parte e em todos igualmente”; o que, obviamente, não dissolve o impasse.

Vislumbramos, então, encontrar o cerne do problema na própria concepção físico-cosmológica com a qual ele aborda o tempo, ficando indiferente ao que séculos depois Santo Agostinho apontará como subjetividade íntima de uma consciência do tempo. A dificuldade da concepção aristotélica se instala, como vimos em Bergson, no postulado do espaço como dimensão divisível. Pois, ao afirmar Aristóteles que o tempo é o antes e o depois do movimento, tal propriedade de antecedência e sucessão implica necessariamente um espaço quantificado numericamente: “Pois é isto o tempo: o número do movimento, segundo o antes e o depois”.³³ A questão é que Aristóteles parece não estar satisfeito com o argumento puramente físico quando admite a interferência da “alma” ou da inteligência na percepção do tempo, depreendendo deste a idéia de “instante”. Ora, diferentemente

³¹ O que justamente diferenciara os seres das coisas é que nos primeiros a potência para o movimento se dá como “*ens causa sui*”.

³² RICOEUR, Paul. Op. cit., p. 20.

³³ Ibid., p. 20.

do conceito geométrico de ponto, a idéia de “instante” não é relativa ao mundo físico tributário de um espaço divisível. Neste momento, o argumento aristotélico enfrentará uma aporia: ao identificar o instante como o limite entre o antes e o depois, o movimento visto como “algo do tempo” só teria sentido como fenômeno inextenso de um espaço contínuo. Movimento este que definirá um espaço fisicamente não evidenciável, o qual se denominaria de “espaço da alma”, que antes do mundo, ou com ele, pertenceria à intimidade do sujeito.

O pensamento de Santo Agostinho acerca do tempo, que Ricoeur coloca como uma concepção psicológica do tempo, fará aparecer na concepção aristotélica a aceitação de um caráter apriorístico em relação ao que seja o tempo. Ao remeter a reflexão sobre o tempo para a interioridade da alma, enquanto “atividade noética da alma”, Santo Agostinho contradirá o paradigma físico que vê no tempo um movimento de sucessão objetivada. O conceito-chave que norteia a concepção agostiniana é que o tempo é uma “distensão do espírito”. Mas o que estaria exatamente “semantizado” na escolha do verbo “distender-se”? Será que poderíamos entender como um afrouxamento da tensão, possibilitando um dilatar-se ou alongar-se do espírito? Neste caso, permitindo a interpretação de um rompimento da fronteira entre interior e exterior estabelecida pelo hábito de um pertencimento ao corpo. Ou seja, o espírito se estenderia ao que se passa além da identidade corpo-espírito. No entanto, tais conjecturas trazem o risco de contaminar a doutrina de Santo Agostinho; de fato, a dita concepção psicológica agostiniana tende a ser mais simples. Vejamos: basicamente ela negará o vínculo relacional entre tempo e movimento, afirmando ser a distensão do espírito o princípio mesmo da extensão, deste modo a medida seria “uma propriedade autêntica do tempo”.³⁴ Todavia, ao substituir o centro de referência do cosmológico para o antropológico (da natureza exterior para a interior), o padrão referencial para a medida do espaço percebido como real-material deixará de ser o número para então coadunar-se com o espaço abstrato do espírito. Santo Agostinho “estava, desde então, condenado a enfrentar o impossível desafio de encontrar na expectativa e na lembrança o princípio de sua própria medida”.³⁵ E medir esses substantivos abstratos não seria, então, medir a duração deles? Substitui-se, assim, a operacionalidade formalizante do espaço

³⁴ Ibid., p. 20.

³⁵ Ibid., p. 21.

dividido pelo número, por uma semântica que nos faça sentir o tempo em termos de sua brevidade ou de sua longevidade. Santo Agostinho lançará mão do verbo “alongar” ao se referir ao afastamento das lembranças, e do verbo “encolher” no caso da expectativa de uma espera que se aproxima. Verbos estes que indicam modos de apresentar um espaço – para ele, o tempo que se alonga ou se encolhe – não relativo ao espaço por excelência estático da geometria, o qual nossa formação pedagógica nos acostumou a percorrer.³⁶ Por outro lado, como bem indica Ricoeur, a fraqueza da concepção agostiniana foi não ter vinculado ao “tempo da alma” o fenômeno do movimento, como o fez Aristóteles em relação ao “tempo do mundo”. Como se ele não tivesse conseguido descobrir ou pensar um “*modus*” de movimento para a dita “intimidade do tempo”. Nota-se que o próprio *senso* comum costuma atribuir ao tempo qualidades de movimento. É comum ouvirmos alguém dizer “o tempo está demorando a passar” ou “como o tempo passou rápido!” Ora, se a cronologia do tempo, vinculada ao movimento espacial dos ponteiros do relógio, é a mesma para todos que estão sob a égide de um mesmo calendário, como explicar esse sentimento pessoal a respeito da passagem do tempo? A nossa convicção é que tanto a expectativa, que levaria a uma dilatação monótona da duração do tempo, quanto a concentração tensionada dele seriam maneiras de se lidar com a sua apreensão, para então concluir que essa apreensão – nas duas conotações do termo – consiste justamente na maneira com a qual ocupamos o espaço do mundo ou do espírito pelo movimento.

Antecipamos aqui a seguinte indagação: que tipo de movimento queremos definir quando o dizemos acontecer no espaço inextenso do espírito? A resposta à qual nos ateremos é que a consciência íntima do tempo não se comporta como uma categoria apriorística de apreensão do tempo, como supõe a filosofia crítica kantiana, confundindo-se antes com o próprio movimento exercido pela consciência, a saber, o movimento das imagens impalpáveis pelas quais espelhamos as suposições de existência do universo. Movimento que se dá como uma transferência da ocupação de um espaço existente fora de nós para o espaço da intimidade, definido este pelos termos por excelência qualitativos da vida interior: memória, sonho, pensamento.

³⁶ A física relativista einsteiniana, atribuindo uma quarta dimensão, o tempo, às três dimensões espaciais, cria um novo padrão referencial, o espaço-tempo. Deste modo, imagina o espaço vazio dotado de uma maleabilidade que para nós parece surreal, sendo possível de ser distendido, comprimido, alargado, etc. Vide o quadro *A persistência da Memória*, de Salvador Dalí.

Se Ricoeur inicia sua reflexão sobre a aporicidade do tempo polarizando as doutrinas aristotélica e agostiniana, ele a mantém, num segundo estágio, sob a égide de um novo diálogo histórico. Este se pontuará entre a postulação da invisibilidade do tempo, invocada por Kant, e uma fenomenologia do tempo, tal como almejada por Husserl.

O marco nevrálgico que inicia a problematização instada por Ricoeur é o de que, para Kant, o tempo objetivo – o tempo do mundo – não é objeto da experiência, pois só pode ser entendido enquanto um pressuposto; “pressuposto de toda determinação de objeto”.³⁷ Ora, dentro da corrente do pensamento fenomenológico, tal injunção é inaceitável, pois ou o tempo teria que ser definido como uma inexistência, ou a reflexão a seu respeito teria que ser levada até um termo que permitisse o desnudar de sua aparição. É neste último âmbito que vemos o esforço reflexivo de Husserl direcionar-se numa busca do “aparecer do tempo” enquanto dado absoluto. Pois, se intuitivamente sentimos uma duração do tempo, seria mister resolvê-lo em seu dado imanente, e, como vimos, para Husserl tal imanência só existe enquanto tal no curso da consciência. Portanto, quando nós usamos a denominação “consciência íntima do tempo”, estamos de um certo modo nos apropriando de um conceito de Husserl, pois para ele a “consciência de um tempo deve ser entendida no sentido de consciência íntima (inneres)”.³⁸ Seguindo-se o método fenomenológico, far-se-á necessária a suspensão de quaisquer pressupostos (transcendentes) acerca do mundo. Neste caso, a **epochê** seria operacionalizada por uma desativação do tempo objetivo, fazendo assim aparecer uma homonímia entre tempo e consciência. E o que advirá em decorrência disso será justamente a desconstrução da idéia do tempo enquanto um pressuposto categórico. Por outro lado, Ricoeur mantém insolúvel a polemica ao dizer que, na afirmação de um sentir íntimo do tempo, este terá que se condicionar ao tempo objetivo do mundo, no qual o próprio Husserl admitirá ordenações a priori, tais como a irreversibilidade e os paralelismos dimensionais – o anterior e o posterior. E, provocando Husserl, observa: “O fato de que a percepção da duração não cessa de pressupor a duração da percepção não pareceu a Husserl mais embaraçoso do que a condição geral a que está submetida toda a fenomenologia, inclusive a da

³⁷ RICOEUR, Paul. Op. cit., p. 42.

³⁸ Ibid., p. 42.

percepção, a saber, que sem familiaridade prévia com o mundo objetivo a própria redução careceria de qualquer ponto de apoio”.³⁹ Tal formulação viria encampar a contradição, apontada no capítulo anterior, acerca do caráter essencialista da fenomenologia husserliana na inquirição sobre as vivências do mundo.

Assumindo esta crítica, passamos então, como aponta Ricoeur, aos “dois grandes achados da fenomenologia husserliana do tempo”, e que nos interessa sobremaneira para o que temos recorrido acerca da memória, a saber, o que Husserl denomina de fenômenos de retenção – e seu simétrico, a protensão; e, principalmente, a distinção entre retenção (ou lembrança primária) e relembração (ou lembrança secundária).

O primeiro enfrentamento teórico de Husserl está na própria ausência do tempo, visto que cogitado como um não-dado perceptivo. Em consequência, ele primeiro terá que escolher um objeto para só então dar prosseguimento a uma reflexão fenomenológica, atribuindo àquele a denominação de tempo-objeto. Em consonância com Bergson, admite que a modalidade intrínseca do tempo sentido na consciência vem a ser o de sua duração. Descobre, então, que o objeto “som” também se apresentaria à consciência enquanto um dado material que dura, escolhendo-o, assim, como objeto-tempo. Ao investigar, porém, o modo com o qual o som se constitui como dado perceptivo será que Husserl alcança, numa operação por paralelismo, atingir a qualidade inefável do tempo?

Este ensejo metodológico, por outro lado, aponta uma fragilidade num dos aspectos conceituais da idéia de duração. Já dissemos que, para Bergson, a qualidade do durar pode ser notada como uma **mudança de estado**. Uma idéia até certo ponto fácil de percebermos em nós mesmos, no nosso vulgar “empirismo existencial”. Porém, se a duração sentida na consciência se dá como um permanente escoar das imagens inextensas, como defini-la como abruptas diferenças de estados do ser? Talvez esteja neste âmbito implicada a preocupação de Husserl em pensar a duração como “continuação do mesmo através da sucessão das fases outras”.⁴⁰ Deste modo, o problema estaria na continuação do mesmo, ou seja, de como algo dura persistindo em ser o mesmo. É, então, na descoberta do

³⁹ Ibid., p. 44.

⁴⁰ Ibid., p. 46.

que denomina de “intencionalidade longitudinal” que Husserl vislumbrará uma solução.

Essa noção vem, afortunadamente, ao encontro de nosso propósito de aliar os dois modos de pertencimento do homem ao mundo: a percepção e a memória. Ora, se antes tratávamos de uma intencionalidade que permitia o aparecimento (percepção) das coisas – nos termos de Husserl, uma intencionalidade transcendente –, agora podemos pensar em como este “aparecer” pode em nós assumir um caráter de misteriosa permanência. Tratar-se-ia da idéia de retenção do fenômeno. E no cerne desta idéia estaria implicada a lógica do mesmo e do outro. Assim, vejamos: se num primeiro momento, num “agora”, tendendo a seu limite de máxima presentidade, enlaçamos ou constituímos aquilo que se nos apresenta, teremos de admitir que no transcorrer, no durar deste “agora” para um presente estendido, a distanciar-se dele mesmo para um “ainda”, a síntese dada como impressão originária e/ou unidade primeira tornar-se-á sempre outra: “Que algo persista enquanto muda, eis o que significa durar”.⁴¹

Portanto, a consciência impressional que tenho do presente, ou diríamos simplesmente sua percepção, durará pelo trabalho de uma consciência retencional, como bem expressou Husserl, “pela continuidade de seus passados”. Estabelecendo, assim, uma visão de um instante presente não pontual, pois continuamente transformado pela camada de retenções que perfazem o horizonte circular de um começo: “A retenção tem como efeito não só ligar o passado recente ao presente, mas também comunicar a sua intuitividade a esse passado”.⁴² E aqui vemos se inverter o papel “psico-analítico” de um passado afetando o presente, para a possibilidade de uma intuição perceptiva original ser transmitida aos estratos interiores do espírito memorial. Numa linha de aderência entre a percepção e a memória, fazendo com que a duração do presente vá atenuando-se até que, mudando de estado, entre no âmbito do depositário inextensivo das imagens que compõem a memória. Chegamos então à diferença conceitual proposta por Husserl entre retenção e relembração. Ora, tal diferença poderia ser expressa em outros termos, a saber, como a produção-impressão de uma percepção presentificada, e a sua reprodução ou (re)apresentação à consciência, distanciadas pelo que Ricoeur

⁴¹ Ibid., p. 49.

⁴² Ibid., p. 51.

chamou de “halo temporal” ou “lapso do tempo”. Essa postulação é contrária à nossa interpretação de Bergson em relação à matéria e à memória englobando-se mutuamente num todo inextenso. Em Husserl, teríamos um corte intransponível entre o tempo-objeto hilético⁴³ (portanto extenso) e sua representação no lapso temporal do “como se” da memória. Assim, frisa Ricoeur, “o apagamento gradual do presente na retenção jamais equivale a um fantasma”.

Todavia, em Husserl observamos uma desqualificação da lembrança quando ele argumenta que só a impressão primeira é originalmente doadora de sentido. Tal postura parece a nós simplificar a noção de relembração (o uso do prefixo *re* visando distingui-la da lembrança primária ou retenção) ao defini-la somente como um movimento analógico do presente já vivido. Preferimos ver nela, na medida em que “guarda” a duração dos segmentos de existência, um diálogo com as necessidades e expectativas do presente, sobretudo porque cada rememorar acrescentará uma diferença ao fato rememorado, pois evocado a partir de um novo posicionamento experiencial. E neste sentido, frisamos que esta transplantação máxima ou minimamente modificada do passado seria fruto da faculdade do imaginar; da, como aponta Bergson, função fabuladora intrínseca ao humano, que colocará sob a mesma estirpe o ato de rememorar e o ato de criar. Deste modo, a capacidade de, por exemplo, relembarmos uma determinada linha melódica nos torna, neste ato vivencial, não simples ouvintes-copistas, mas estetas, doadores criativos. Ao fazer reviver um tempo morto, fazemo-lo renascer numa outra ocasião, imprimindo ao fundo permanente do quadro do mundo um movimento original que o modifica.

No intuito de prosseguirmos com as questões propostas nestes dois capítulos, vamos colocar um ponto final neste breve, *ma non troppo*, discurso sobre o tempo. Deste modo, no capítulo seguinte almejamos dar um fecho conclusivo a esta primeira parte do trabalho, ao mesmo tempo que preparamos a transição para a segunda parte, na qual terá efeito a abordagem do romance ao qual dedicamos este trabalho. Seguindo este ensejo, sentimos necessidade de comentar a proposição de Ricoeur na qual afirma que “a composição narrativa constitui uma réplica ao caráter aporético da especulação sobre o tempo”.⁴⁴ Inclina-mo-nos a interpretá-la, levando em conta a própria passagem entre a primeira e a segunda parte deste trabalho,

⁴³ O termo “hilético” referindo-se à matéria da sensação isolada de seu dado intencional.

⁴⁴ RICOEUR, Paul. Op. cit., p. 17.

como uma resposta vingativa do humano em relação a sua fraqueza inelutável diante do fenômeno do tempo. Em primeiro lugar, por não conseguir, apesar de todas as tentativas semânticas, a tradução de um sentido para sua inescrutabilidade; segundo, e último, pelo caráter irreversível de seu movimento predestinado ao nada.

**CAPÍTULO 3 - DE UMA ESTÉTICA RECEPTIVA
FUNDADA NA PERCEPÇÃO E NA MEMÓRIA**

A pretensão de adotar o viés fenomenológico como amparo hermenêutico na busca de novos horizontes interpretativos surge exatamente da reflexão ontológica deste vínculo original entre sujeito e mundo. Tal temática serviria como sustentação paradigmática para uma abordagem do fazer literário enquanto fenômeno estético instaurador de um mundo no qual o sujeito já está previamente inserido. O espaço significativo criado por um *modus* próprio de organização do signo lingüístico, a literatura, se caracterizaria como lugar privilegiado daquela unidade entre sujeito e mundo originando-se reciprocamente. Revelar-se-ia, assim, neste campo lingüístico-estético, uma atividade de constituição que, circunloquamente, tentaria penetrar o mundo, explicitando o ato intencional com o qual ele é dotado de sentido pelo sujeito ativo. Deste modo, na literatura se expressariam, como iguais coadjuvantes, tanto o mundo exterior como o homem que o percorre, num ato único, ao mesmo tempo de descoberta e de criação. Esta descoberta criadora inerente ao fazer literário presentifica-se como uma qualidade operativa essencial ao projeto estético limitado por ele, qual seja, a de uma soberba possibilidade descritiva do mundo por nós percebido.

Como vimos, a descritividade preconizada pela atitude transcendental, pela qual no interior da consciência tenta-se explicitar o circuito operativo da intencionalidade, aponta uma contradição na heurística fenomenológica de Merleau-Ponty, pois, ao aceitar um fazer metodológico baseado numa redução, o interesse pela *Lebenswelt* seria desviado para uma posição de transcendência. Ora, como se preocupar em revelar o vínculo entre sujeito e mundo se este último está novamente deslocado em suspensão, separado daquela união originária? A consciência é um

espaço preenhe de imagens e de semânticas associadas ao horizonte exterior, não se podendo defini-la como um lócus próprio e independente, ou mesmo concebê-la como uma tábula rasa. Portanto, é cabível a indagação de como se isolariam as operações e estruturas autônomas pelas quais se poderia descrevê-la separadamente do espaço exterior. Espaço este percorrido por nós através de um movimento corpóreo dotado de sensibilidade e consciência.

O motivo de apontarmos a observação anterior está no fato de que, para nós, a descritividade característica da criação literária conteria nela mesma o sentido de finalidade fenomenológica defendida por Merleau-Ponty.

É no mundo, cultural ou natural, que nós nos estabelecemos em nossa transumância. O movimento descritivo se manifestaria, deste modo, no sentido de uma contemplação daquele mundo pré-categórico, ao mesmo tempo percebido e constituído pela percepção. Um retorno ao universo das singularidades captadas, mas ainda não codificadas e apercebidas¹ tanto pela atitude categórica do cientista como pela síntese reflexiva de cunho idealista-racionalista. (Como Merleau-Ponty indicará, tratar-se-ia antes de descrever do que explicar ou analisar como faz a ciência; antes relato que uma reconstrução, como pregado pelo idealismo.)

É a partir deste desenvolvimento reflexivo que ambicionamos justificar o conteúdo levado a efeito na próxima parte como uma fenomenologia do romance *São Bernardo*, de Graciliano Ramos. Postulação esta que resultará numa percepção estética do livro a partir dos paradigmas da percepção e da memória tal como percorridos nos capítulos anteriores. Ressaltamos que o uso um tanto insistente do termo “estética” remontaria à sua origem – *aesthesis* –, ou seja, o efeito que a arte tem sobre o expectador, o modo como ela o afeta. Vinculado a este primeiro estágio sobrepõe-se um segundo: o processo de filtragem lógica imposto por uma finalidade interpretativa deste estado de espírito “estético” que toma e toca o ser afetado.

É evidente que, pela própria titulação “estética receptiva” dada ao capítulo, mobilizar-nos-emos no campo de uma teoria da recepção e no seio desta corrente de estudos literários, pela escolha de uma diretriz preocupada sobejamente com a marca individual de uma leitura. Nesta perspectiva, o autor a que recorreremos é

¹ O verbo aperceber-se denota a apropriação de uma percepção, conferindo-lhe maior clareza e definição.

Wolfgang Iser. Tal escolha se faz norteadada pelo foco reflexivo desse autor acerca do efeito que o texto literário, portanto, estético, produz num leitor particularizado. Por outro lado, nossa abordagem às idéias de W. Iser será feita pontualmente, para não correremos o risco de adentrarmos no terreno da hermenêutica literária, objeto temático de outro trabalho nosso.² Deste modo, apontaremos algumas noções-chave à medida que elas venham encampar nossa diretriz teórico-interpretativa.

Como o próprio Iser sugere, a estética do efeito “pretende elaborar uma descrição da interação fenomenológica que ocorre entre texto e leitor”.³ Deixamos assim de trilhar a vertente tomada pela estética receptiva de Hans-Robert Jauss, a qual proporá definir o leitor em sua contextualização histórica, portanto como uma entidade coletiva – o público –, cujo parâmetro não privilegiará a figura do leitor individual.⁴ Por outro lado, ao defendermos a episteme fenomenológica como visada para uma estética receptiva do texto literário, devemos trazer à baila o pensamento de Roman Ingarden como aquele que primeiramente leva ao campo da teoria literária as *lições* de Husserl, cujas formulações originarão uma fenomenologia do ato da leitura. Em sua análise da relação entre o “mundo do leitor” e o “mundo do texto”, Ricoeur aponta um aspecto importante da teoria de Ingarden quando este trata da diferença entre a percepção de um objeto dito real e a de um objeto literário. Para Ingarden, este último não “preencheria intuitivamente as expectativas do leitor”, e sim as modificaria enquanto “concretização figurante” do texto. Ora, no que toca à percepção, ainda não imiscuída da memória, a questão se nos apresenta diferentemente, pois, no tocante ao signo literário, acreditamos que o leitor o recebe eivado da mesma força-motriz intuitiva com a qual percebe o real. Voltando às noções de Husserl, é como se as duas intencionalidades – a original e a longitudinal – aparecessem num mesmo feixe sintético. Outrossim, o termo “expectativa” tomaria o sentido daquela intencionalidade que repõe seu caráter de essência na existência como dito no primeiro capítulo, deixando aparecer o sujeito em sua facticidade contingencial. Portanto, ao afirmar que “o jogo de retenções e protensões só funciona no texto se for assumido pelo leitor no jogo de suas próprias expectativas”,⁵

² Ver Nota 6 da Introdução

³ ROCHA, João Cezar de Castro. **Teoria da ficção**: indagações à obra de Wolfgang Iser, p. 10.

⁴ Num segundo momento Jauss tratará da experiência estética da leitura ao criar as noções de **fruição compreensiva** e **compreensão fruidora**, a fim de demonstrar como só se pode gostar do que se entende e compreender o que se aprecia. Ver JAUSS, Hans-Robert. A estética da recepção: colocações gerais. In: COSTA LIMA, L. **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção, p. 43.

⁵ RICOEUR, Paul. Op. cit., p. 288.

Ricoeur constitui o leitor como sujeito estético (afetivo–afetado) cujas expectativas catalisadas pelo ato da leitura levá-lo-iam a um estado dinâmico de autoconsciência. Dinamismo este que se configuraria na modificação do horizonte de expectativas do leitor ensejado pela “viagem ao longo do texto”, no decorrer do qual, segundo Ricoeur, o leitor deve “deixar soçobrar na memória” as expectativas modificadas. O problema é que, diferentemente da percepção do real –o exemplo do som estudado por Husserl como tempo-objeto–, na recepção imaginária do texto ficcional a retenção assume de imediato o caráter de uma lembrança secundária ou memória. E aqui se apresenta uma característica que se poderia dizer intrínseca ao signo ficcional-literário, a saber, que este, em vez de se esforçar para permanecer “o mesmo significado” dentro de um contrato semântico, no momento mesmo em que toma vida no imaginário do sujeito-leitor já se torna outro, flutuando pela corrente das significações disseminadas. Entendemos, pois, que na recepção literária o contato com a memória, assim como a percepção presente do que nos rodeia, faz-se já no primeiro momento da leitura. Não podemos constatar na repercussão dinâmica do imaginário do leitor, despertado pela “duração do texto”, uma produção desvinculada de sua imersão memorial. Ou seja, as concreções figurativas possibilitadas pela abertura do signo narrativo ficcional serão feitas a partir do repertório das imagens, as quais, por nos pertencerem, já pertencem ao nosso passado, no momento “demasiadamente humano” do encontro entre o sujeito-leitor e sua subjetividade.

Sabemos que a marca teórica donde parte a estética da recepção, e que, segundo Ricoeur, foi Roman Ingarden o primeiro a ressaltar, é a do aspecto inacabado do texto literário. Este apresentaria “lugares de indeterminação”, lacunas de significado de “personagens e acontecimentos” os quais o leitor se “empenharia em se figurar”.⁶ Note-se que ainda nos encontramos na seara de uma hermenêutica do sentido, na qual o texto literário, mesmo essencialmente susceptível à completude pelo leitor, mantém o constrangimento de uma persuasão retórica. Obviamente, há diversas literaturas, e diríamos a respeito de algumas que de tão propositadamente herméticas o leitor se contentará em concentrar sua energia na decifração dos jogos textuais de significância simbólica. Porém, em narrativas de apreensão mais lineares – sem deixar de serem densas –, cujas imagens cunhadas

⁶ Ibid., p. 286.

nos traços escritos são espontaneamente configuradas pela imaginação do leitor, predispõe-se um segundo momento compreensivo, uma espécie de segunda leitura, na qual o leitor afetado-modificado distancia-se do constrangimento do texto em direção a uma interpretação de sua própria textualidade existencial. É neste segundo momento que se encerraria a leitura fenomenológica proposta; não uma fenomenologia do ato da leitura, como se este se fizesse de um modo genérico e impessoal numa coletividade de leitores, mas a fenomenologia da leitura de uma obra específica, realizada por um particular sujeito-leitor.

É, portanto, sob a ótica de uma fenomenologia de um determinado ato de leitura que aproximaríamos a **teoria do efeito-resposta** estética de W. Iser, vinculando-a à idéia de que um efeito-resposta individualizado só é possível de verificação no ato momentâneo da leitura pelo próprio indivíduo-leitor. A questão é que, durante a leitura, o sujeito está tragado pelo oceano, calmo ou revolto, de seu imaginário, sendo necessária uma segunda etapa, que chamaríamos de pós-receptiva, na qual o jorro figurativo das imagens recebidas do texto seria semantizado-racionalizado pelo processo escritural. É neste processo de transposição, poderíamos dizer, semiótica, que a proposta fenomenológica adquirirá um cunho interpretativo direcionado à exemplaridade única do fenômeno.

No seu texto *“O imaginário e os conceitos-chave da época”*, Iser justificará a possibilidade de uma etapa pós-receptiva inserindo-a numa problematização acerca do imaginário. Nesse trabalho, ele se pergunta se pode manter como hipótese inquestionável a dimensão semântica como horizonte final do texto: “Querer determinar o semântico com a semântica leva ou à aporia ou à metafísica, que sempre conhece a priori o ser do sentido”. A busca de um sentido traduzido semanticamente não é uma proposta do texto literário, mas da teoria da literatura, para que aquele “seja incorporado pelos discursos analíticos à racionalidade dos quadros de referência existentes”.⁷ Neste momento, Iser coloca a idéia do imaginário apontando a origem do discurso ficcional, que não teria como dimensão última uma natureza semântica. Assim, ele contrapõe o imaginário com seu caráter difuso ao sentido semantizado que tende à precisão. Não se nega ao discurso ficcional, por sua própria característica discursiva, sua base semântica. Esta se comporta como a

⁷ ISER, Wolfgang. O imaginário e os conceitos-chave da época. In: **Teoria da literatura e suas fontes**, p. 377 e 378.

facção que referencia o real, elegendo um determinado segmento da realidade. Porém, cumprida esta etapa, o imaginário aparece como uma contra-facção, configurando, com seu poder imagético, um horizonte que não reconduziria à mesma modalidade semântica anterior.

Essa característica do texto ficcional decorre, para Iser, de uma **carência de representatividade** dos signos usados na construção literária ao referenciar o real. É nessa fenda que o imaginário atua com a função de complementar um significado lacunar. A recepção, portanto, seria a formação, na consciência do leitor, de um objeto imaginário, a partir das indicações estruturais e funcionais existentes no texto. Ela não se realizaria como um processo semântico, mas como o processo de experimentação da configuração do imaginário projetado no texto. A tarefa de conversão do imaginário a uma dimensão semantizada ficaria a cargo, para Iser, de um processo pós-receptivo que só agora ele identifica como interpretativo. O imaginário será superado na interpretação do texto quando de sua sistematização, constituindo-se, então, um sentido. Este não se revelará como único, pois existem diversas maneiras de reconhecimento do imaginário. Não é cabível, conseqüentemente, falar-se numa interpretação do texto, mas numa história das interpretações, as quais, necessariamente, estariam inter-relacionadas. O próprio discurso semantizado, originado no trabalho interpretativo, manifestar-se-á mais profusamente em conceitos metafóricos, visto que se presta a ser expressão da recepção imaginária.

Ressaltaríamos que esta etapa pós-receptiva, uma leitura da leitura do texto, não se limitaria à interpretação das relações de significância da atuação dos personagens, como dos acontecimentos proporcionados por eles, assumindo o direito de também contemplar o cenário dos objetos, assim como quaisquer elementos nos quais a atenção imaginária do leitor venha a deter-se. Vislumbrar-se-ia, assim, o fundo natural e cultural cujas motivações dos personagens, sobrepostas a eles, seriam lidas escrituralmente. Deste modo, com base no conceito de H. G. Gadamer de uma fusão de horizontes entre autor-texto e leitor, ambicionaríamos formular a idéia de um fundo memorialístico – um horizonte retraído em direção ao conjunto experiencial da memória –, o lugar inextenso onde tal fusão teria efeito. Se voltarmos então à noção de horizonte de expectativas, é como se visualizássemos um mesmo vetor de sentidos opostos, já que o termo “expectativas” imediatamente

nos traz o sentimento de uma espera futura. Ora, se pensarmos o horizonte num sentido ótico como o espaço que se amplia a partir de um ponto original até o limite definido pela fraqueza do ser percebente, verificamos que tal fraqueza é superada pelo atributo da imaginação. Um “sexto sentido” extremamente poderoso que, como vimos, operacionaliza a memória, podendo, como resultado do contato translúcido com um outro horizonte simpaticamente próximo, revigorá-la num novo contexto de expectativas. Portanto, a associação da idéia de horizonte ao campo semântico gerado pelo termo “expectativa” ensejará talvez a mais fundamental intenção subjacente a uma leitura, a saber, o ingresso no mundo das possibilidades; mundo fictício cujo percorrer das páginas vai criando uma clareira à direita e à esquerda da ingrata trilha única do real; um novo horizonte do qual emanará o sentimento de esperança imprescindível ao perpetuar dos passos. Se, então, o horizonte de expectativas se dirige ao futuro – caso do leitor imbuído de idealismo – ou volta-se ao passado – talvez pela perda cética deste mesmo idealismo –, o que se intenciona é a abertura do presente à esperança da consagração do possível.

No tocante ao método utilizado de nos aproximarmos capítulo a capítulo do romance objeto de nossa investigação, devemos nele tratar dois aspectos. Em relação ao primeiro, voltaremos à proposição de Iser de um “ponto de vista viajante”. Esta decorreria do pressuposto de que, para Iser, o texto ficcional apresentaria um modo específico de apreensão estética que rejeita de antemão uma síntese totalizante, de tal maneira que esclarecesse o sentido da obra de um só golpe, desprezando seu desdobramento no tempo-espaço. Preferir-se-ia assim uma leitura do(s) significado(s) inscrito(s) no texto que se comportasse como uma hermenêutica partitiva, não redutora,⁸ realizada por uma série de sínteses que ocorreriam enquanto durasse a leitura da obra, ao longo da fruição compreensiva dela. Preferência que se dá, notadamente, quando estamos a discorrer sobre textos ficcionais que, tendo como característica mor o desenvolvimento de uma história,

⁸ Remetemo-nos aqui ao campo conceitual pensado pelo filósofo francês Gilbert Durand, que em sua obra *“A imaginação simbólica”* distingue duas possibilidades hermenêuticas: as redutoras – a psicanálise freudiana e o estruturalismo de Claude Lévi-Strauss –, e as instauradoras – a arquetipologia de Carl Gustav Jung e a fenomenologia poética de Gaston Bachelard. Ver DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1988.

permitem-nos empreender nossa própria viagem, transportando-nos, ao sabor do ritmo da montagem dos capítulos-parte, à fabulação narrativa.⁹

O segundo aspecto a salientar é que nossa análise, ao seguir o encadeamento natural deste “des(envolver)” da leitura, estaria como a per(seguir) os passos pelos quais a obra vai assumindo uma identidade narrativa no corpo estrutural idealizado pelo autor. Desta maneira, após concluídas as primeiras leituras do livro, cujas imagens já vão aderindo ao repositório imaginário do leitor, iniciar-se-á o trabalho de *close reading* dos capítulos tais como dispostos pelo autor. Este funcionará com o propósito de fazer aparecer as palavras-imagens-significâncias¹⁰ que vão despertar e acelerar a camada do imaginário memorial já modificada e transfigurada naquelas primeiras leituras. O trabalho de leitura, digamos, cerrada, de cada capítulo permitiria almejar-se uma síntese compreensiva, obviamente não desligada do conteúdo geral da narrativa, do que neles predominasse de mais agudamente valorativo em relação às idéias, personagens, acontecimentos e objetos emanados da leitura. A partir de então, encontraremos o propenso momento de um solo fértil para a tentativa de transposição-descrição “lógico-semântica” desses “capítulos existências”. Nesse processo, deixamo-nos governar pelo mesmo impulso do leitor que, findada a leitura de um capítulo, fecha o livro para assim entregar-se à repercussão circunvoluntória na qual se achou atingido.

Antes de concluirmos esta primeira parte com o inventário memorial que intitularemos de “Folias na Fazenda”, achamos pertinente remetermo-nos ao ensaio de Roland Barthes “*Da leitura*”¹¹, quiçá pelo propósito de recebermos o aval da contemporaneidade de seu pensamento. Ele propõe nesse ensaio realizar uma análise da leitura: uma **anagnosologia**. A princípio, ele destaca uma figura de leitor que, no ato da leitura, levanta a cabeça. Não por desinteresse, mas por uma falta de concentração gerada por excitações e associações que levam a um intenso fluxo de idéias. É exatamente neste momento que se vai encontrar no território próprio do imaginário. O texto que se escreve enquanto se lê causa dispersão, levando a naufragar-se num turbilhão de imagens que afasta esse leitor da “presentidade” do

⁹ É interessante observar que, por exemplo, em **Vidas Secas**, de Graciliano Ramos, não encontramos este *crescendum* estrutural, pois os capítulos apresentam uma grande autonomia entre si, como se tivessem sido escritos de forma independente, para, então, justaporem-se.

¹⁰ Neste sentido, as palavras e as imagens vêm juntas, descobrindo-se mutuamente, não prescindindo uma da outra.

¹¹ BARTHES, Roland; *O Rumor da Língua*, pp. 45 à 47.

ato objetivo da leitura. Pode-se identificar, nessa maneira de ler, dois tipos de lógica entremeando-se em sua ação: a lógica racional, que, herdando os ditames retórico-semânticos, torna uma história legível, canalizando sua leitura, constrangendo o leitor a um sentido ou uma saída; e uma lógica simbólica, não dedutiva, mas associativa, não atuando silogisticamente, mas metaforizando a partir da criação de imagens outras idéias e significações.

Neste sentido, Barthes vê a análise da leitura como um campo pertencente não à semiótica textual, mas à fenomenologia. Neste momento, apresenta-se o Barthes pós-estruturalista ao afirmar que não existe injunção estrutural que permita o fechamento da leitura: “O ler pode ser delimitado no seu estágio inaugural, mas depressa torna-se sem fundo, sem regras, sem graus e sem termo”.¹² Isso porque, além da leitura instrumental necessária à aquisição de um saber, de uma técnica, no qual o gesto de ler desaparece sob o ato de aprender, existe a leitura desejan-te, impregnada de desejo ou repulsa, descaracterizando qualquer tipo de pertinência de sentido. Uma leitura em que a pulsão emocional, bem mais próxima do absurdo que do bom senso, distorce, altera, transfere e dissemina, a cada momento, a possibilidade do bem dito.

O relato autobiográfico exposto a seguir vem com o ensejo de mostrar o fundo memorial contido no horizonte de expectativas, contra o qual a figuratividade provinda da leitura do romance se contrastará. Dele aparecerão, sobressain-do, as imagens que servirão de inspiração modelar para as descrições pós-receptivas expressas na parte seguinte do trabalho.

¹² Barthes, Roland. Op. cit, p.48

CAPÍTULO 4 - FOLIAS NA FAZENDA

UMA NARRATIVA FENOMENOLÓGICA

*“Cinza é Toda Teoria, Verde é a Árvore da Vida”
Goethe*

“Que Bela! Aquela Casa Avarandada.”

A casa não era tão antiga. Tinha seus trinta anos. Seu especial interesse estava na extrema simpatia com a qual nos acolhia quando solicitávamos sua presença: algumas temporadas no ano, fora da normalidade circular da cidade grande.

A estrada

O trajeto até ela consumava-se num grande percorrer épico. Saíamos do apartamento muito cedo na manhã úmida, o dia anterior passado numa embriagante ansiedade pré-viagem. Percorreríamos enfadonhos quilômetros de asfalto, com suas inclinadas perspectivas e seus fios em movimento, antes de chegarmos às espetaculares 3 horas transitadas sobre a poeirenta estrada de barro. Este ponto era delimitado por uma parada na última cidade ligada pelo asfalto, o último baluarte urbano. Após um breve lanche na casa de parentes, onde encontrávamos nossos primos – não tão “urbanoídes” como nós -, partíamos restabelecidos ao encontro do incomensurável. Atravessávamos quatro vilas perdidas no deserto de barro e pedra antes de chegarmos à última, distante duas léguas da propriedade do meu avô. O

mais marcante nesta estrada, singrando um território quase fantasma, esquecido por Deus e pelos homens, era a paisagem brilhantemente nova entrevista no percorrer uniforme e saltitante do veículo. Imagens irreconhecíveis feriam-me os olhos concentrados. Formas inéditas eram encontradas sob o verde, o cinza e o amarelo predominante; criando, para mim, um glamour surpreendente de imagens, acostumado que estava ao tédio repetitivo da perfeita geometria urbana. Avenida de avelozes, com seu verde escuro tenebroso, desfilavam a nossa passagem; seguida da observação preocupante: - se pegar nos olhos, cega! Pequenos açudes, resplandecentes de uma água prateada, onde lavadeiras esfregavam as roupas no dorso das rochas, davam-nos gana de “flecheirmos” em suas águas.¹ Óbvio que nossos desejos eram reprimidos pelo pragmatismo adulto de se chegar ao destino na hora prevista.

As cidadezinhas eram-nos nomeadas à medida que as cruzávamos: São João do Cariri, Serra Branca, Santa Luzia dos Grudes, - dos Grudes?! Risos, a dissipar a seriedade da viagem. Enfim, quando as energias infantis já se tornavam sôfregas, o aviso reconfortante: - chegamos a Sumé. Sumé era o nome da cidadezinha onde realizávamos uma parada antes de se pegar uma estrada menor, da qual, percorridos 12 quilômetros, chegaríamos à porteira principal da fazenda, local convenientemente denominado de “o Doze”. Pequeno pouso para abastecimento no posto de *bolão*, como para se fazer algumas compras na mercearia soturna e pouco movimentada de Pedro Odon, velho amigo da família. – Ah! Que notável diferença dos supermercados da capital, ao qual acompanhava minha mãe nas feiras de sábado -.

Refeitas as energias, na real constatação do início de nossas aventuras selvagens, retornamos a estrada, confundida agora com a rua principal da cidade; pois a antiga e originária, desaguando na igreja e na praça do coreto, com suas pequenas casas e cadeiras na calçada, havia perdido sua importância com a construção da estrada nova. Ao sair da cidade, tomávamos a esquerda uma estrada secundária que interliga os municípios de Sumé e do Congo. Adentrava-se, nesta, o território do bravoio. Se antes a relação com a natureza dava-se principalmente intermediada pelo olhar, agora ela fazia-se mais física, num contato quase direto,

¹ O verbo “flecheirar”, um neologismo criado na região, quer dizer mergulhar de cabeça na água.

tornando o último trecho do périplo um verdadeiro desafio para nossos pequenos corpos, os quais encaravam o mundo como um gigante, visto sempre de baixo para cima. A vegetação adensava-se, invadindo o arremedo de estrada, que, devido às chuvas- era julho -, era carcomida pelos buracos e catabis. Ah! Quase esqueci, nossa variant branca 73 havia sido, apesar de seu temperamento arrojado, substituída por uma valorosa perua rural, único veículo que, pelo seu vigor físico, seria capaz de superar os fantásticos obstáculos impostos pelos deuses daquela região. E o maior deles, sem dúvida, eram os riachões, pequenos afluentes do lendário rio Paraíba, que, se completamente vazios durante a estação seca, só reconhecidos pelo seu areal branco e fino, assumiam proporções assustadoras na medida em que desabavam as chuvas. O trecho seco transformava-se num riacho caudaloso, de força e velocidade invencíveis. Eram quatro os riachos a serem superados; e o maior deles era conhecido como riacho dos *Espinhões*. Numa ocasião, quando tentávamos sobrepujá-lo sob uma tempestade noturna, a perua rural rendeu-se às suas águas perversas e tivemos que sair às pressas pela traseira do veículo, sendo carregados até a margem. Nesta noite, nos albergamos numa pequena propriedade próxima, a fazenda *firmeza*, onde fomos recebidos por um velho senhor de modos afetuosos e sorriso simpático, e, logo depois de secos e de ter comido pamonhas, dormimos à luz dos candeeiros. No dia seguinte, passada a tempestade, os *espinhões* se apresentavam em seu esplendor tormentoso: águas barrentas, de um marrom-terra, cruzavam a estreita estrada com feroz velocidade. Neste dia só pudemos atravessá-lo num Jeep Willys – tração quatro rodas, que fez várias viagens levando as pessoas de um lado a outro de seu leito.

Chegando-se, enfim, a entrada da fazenda, o carro era retido pela porteira principal. Descíamos serelepes para compor nossa função de abridores de porteiros. Estas, normalmente, possuíam um sistema de trancamento feito de madeira que após puxado com esforço destravava-se, bastando-se assim empurrá-la para que pudéssemos, ao passo que se abria, pegarmos carona num de seus degraus. Então, o carro lentamente adentrava a fazenda e a porteira era encostada e devidamente trancada. Era realmente singular a alegria que este simples processo nos provocava. Até chegarmos a casa-sede da fazenda enfrentávamos mais quatro porteiros, que existiam para dividir áreas de pasto, e em todas elas conservávamos a mesma

vitalidade no fazer manual de um ato inédito às nossas mesquinhas atividades rotineiras.

Penetramos assim no nosso território tão ansiado. Logo ao lado da cerca de arame farpado demarcadora das terras da fazenda, encontrava-se a primeira “casa de morador”. Não recordo seu nome, o do pai da família; crianças lambuzadas de barro vêm nos fazer festa: - gente estranha da cidade que chega. Algumas têm a barriga inchada “mó dos verme”. A fazenda é grande. Percorrem-se uns três quilômetros por um caminho esburacado até se chegar na casa-sede. A propriedade é grande, uns dois mil hectares. Como é julho, a Caatinga está verde, de um verde florido. Aqui e ali vemos a vegetação rasteira salpicada de florzinhas silvestres. Contrariamente ao nome, a Caatinga exala um perfume agradável, sutil, o ar invadindo nossos pulmões com seu odor benfazejo. Sente-se logo o cheiro de bosta de boi, por incrível que pareça um cheiro bom. O Caatingueiro fechado marca todo caminho; separado por pastos de capim-elefante. A jurema, que dá nome à fazenda, com seus espinhos cortantes de fundos arranhões, é predominante; assim como o inofensivo mameleiro, de folhas grossas – de grande serventia quando se vai obrar no mato -. Aproximamos-nos da casa de Zé Galo, uma espécie de sede da parte norte da fazenda. No passado, ele fora acusado, talvez com razão, de ter matado dois cabras por causa de uma rixa de terras. É estranho, pessoalmente Zé Galo era risonho e simpático conosco, e dado a brincadeiras.

São fabulosas as denominações atribuídas aos lugares, assim como as alcunhas pelas quais as pessoas desta região são conhecidas: *Pitôco*, *Lavanca*, *João Vermelho* – porque era inteiramente vermelho –, *Mané Borracha*, *Mané Azul* – o Pescador –, *Ná*, *Pena*; nomes inusitados, de uma criatividade peculiar, imprimiam-nos um encantamento sonoro que nos marcava mais que as próprias pessoas ou lugares aos quais se referiam. Alguns desses “filhos da terra” carregavam histórias que exacerbavam ainda mais suas impressionantes figuras. João Vermelho, por exemplo, era inteiramente tomado pela diabete, de longe se podia sentir o odor de sua urina, atraindo pelo rastro deixado na terra uma legião de formigas saúvas. Tinha se casado em tempos imemoriais com Minervina, uma negra forte a qual chamávamos zombeteiramente de Minerva. Já Pitôco era um ex-cabo da polícia;

alcoólatra inveterado, fora trazido pelo meu avô para permanecer isolado na fazenda, antes que a cachaça, que já tinha levado sua alma, levasse de vez sua vida. Era proibido de ir a feira da cidade nas segundas-feiras. Quando, por fuga, isto ocorria, era encontrado jogado na rua, desgraçado de bêbado. Todavia, na fazenda aparentava uma passividade tranqüila, sendo visto sempre só, a realizar pequenas tarefas domésticas, plantando fruteiras, pescando; tentando esquecer-se. Havia também os vaqueiros, homens guerreiros, com seus gibões e calças de cor. Embrenhavam-se cedo no Caatingueiro fechado, atrás de reses perdidas, retornando, muitas vezes, só no dia seguinte. Quem conhece a Caatinga sabe da dificuldade de se abrir caminho por entre os espinhos dilacerantes das juremas e dos mandacarus. Imagine-se, por vez, montar a galope solto, sem caminho ou percurso certo, atrás de bois desgovernados. Via-se nos rostos destes bravos sertanejos as cicatrizes fundas deixadas por seu ofício.

Passada a casa de Zé Galo, após uma longa subida à direita, avista-se uma linda paisagem, uma longa superfície platinada expressando reflexos cristalinos de luminosidade do fim de tarde: são as águas do grande açude da Jurema. Da beira da estradinha já podemos ver os marrecos a nadar em suas margens. Passamos pelo balde² e pelo sangradouro de cimento. Quando o tempo é de muita chuva, o açude sangra por sobre um paredão de cimento – formando um véu de água, tal qual uma cachoeira –. Postando-se em baixo, ao pé do sangradouro, podíamos tomar banho, recebendo uma pesada carga d'água. Depois, acompanhávamos o correr das águas por uma descida de pedras até dois poços situados na vazante do açude; o primeiro e maior dos dois era circulado por um chão liso feito de rocha natural e sombreado por pés de algarobas. Era uma grande festa, pois além de se mergulhar no poço, podia-se, sentado na sombra, pescar piabas vindas do açude grande. Aqueles que dominavam a difícil técnica arvoravam-se em jogar a tarrafa, chegando mesmo a pegar traíras grandes. Quando o sangramento parava, escalávamos as pedras de volta ao paredão donde, “flecheirando” na água doce, dávamos intensas nadadas até o meio do açude, para voltar rapidamente com medo dos peixes grandes ou de cobras d'água.

² O balde do açude é uma estrutura alta de areia e barro que serve para conter e limitar suas águas.

Passado o açude entramos na longa reta final, que, findando na última porteira, dava acesso `a querida casa da fazenda.

A Casa

A casa era térrea e retangular. Devia medir uns trinta metros de frente por dez de fundo. Era toda avarandada por um terraço largo onde se penduravam inúmeras redes. E este era cercado por um tipo de flor violeta que lhe imprimia um típico perfume agreste. Largadas as malas e cumprimentada a velha Sá Rosa, nascida ainda nos tempos da escravidão, mãe de 18 filhos e com toda uma descendência espalhada pela região, partíamos logo para as corridas e brincadeiras em volta do terraço. A casa fora construída de modo que seu lado maior e frontal como que abraçasse quem chegava à porteira de entrada, a qual distava uns 50 metros da casa. Seu lado menor, à direita, limitava-se com uma outra construção onde estava instalada a cozinha, com seu forno de carvão, e uma espécie de sala de espera composta de bancos de madeira sem pregos. Contígua a esta se achava, o que chamaríamos de sala de jantar, uma única e enorme mesa – com espaço para 20 pessoas, pois familiares e trabalhadores comiam juntos sentados em dois compridos bancos - , onde, na cabeceira, estabelecia-se o patriarca, o avô. Duas mulheres de moradores – empregadas na casa – ficavam durante toda a refeição a espantar o enxame de moscas que tentava pousar na comida, além de deixarem uma bacia de espuma de sabão num canto como armadilha para as mesmas. O interior da casa era composto por três quartos de casais, para os pais; duas salas espaçosas, nas quais todos se reuniam à noite, depois da janta, para se assistir televisão – o problema é que a imagem em preto e branco era péssima e só aparecia a seu bel prazer, em intervalos nada regulares; era melhor desistir, acostumados que estávamos com a boa imagem da TV da cidade, entretanto, os moradores, em pé, encostados a uma janela grande que dava para o terraço, insistiam, extasiados, em ver os flashes da programação noturna concedidos pelo aparelho antigo. Um quarto grande e largo, composto por quatro beliches era onde dormiam as “crianças”.

Existiam três janelas que se abriam para um terreno cercado por algarobeiras e mangueiras onde se improvisava um campo de futebol. Mais ali, um pouco para a esquerda, avistava-se o cata-vento,³ para o qual nos dirigíamos nos fins de tarde a fim de tomar o terrível banho gelado, pois o único banheiro da casa, por conta da arraigada falta d'água, era de uso exclusivo dos adultos. Porém, antes do banho nos refestelávamos colhendo e comendo as inúmeras frutas existentes no sítio em volta do cata-vento: goiabas, laranjas-cravo, mangas, pinhas, corações-da-índia, azeitonas pretas, e a mais típica das frutas da região: o umbu. O umbuzeiro é uma árvore alta, galhenta, que dá um sombreado fechado, só se alcançando o fruto com o auxílio de uma vara, com a qual, cutucando-o, se o derruba no chão. É uma fruta verde, do tamanho de uma sirigüela, com um gosto doce-azedo, mas delicioso em sua peculiaridade; se verde, solta um ácido que deixa os dentes, como se diz, “travados”; com uma bacia de umbus é possível se fazer a tradicional umbuzada: fervida no leite.

O teto da casa não tinha forro, assim não havia o isolamento sonoro encontrado nos prédios modernos. Os ruídos e as conversas podiam ser ouvidos em qualquer parte dela. As falas de alcova, portanto, tinham que ser sussurradas ao pé do ouvido. Se quisesse ser escutado por todos bastava-se elevar a voz. O boa noite era dado coletivamente. Dormíamos olhando para o interior do telhado devassado, vendo as traves de madeira, e acordávamos com as frestas de luz que passavam por entre as telhas quebradas. Estas eram nosso maior terror. Ali, morcegos escondiam-se de dia, para, à noite, voar livremente pela casa - lembrávamos das amedrontadoras histórias dos moradores acerca dos morcegos-vampiros, ou das cobras que caíam do telhado em cima das pobres criancinhas. Os móveis eram todos antigos, da época da construção da casa. Nas paredes, retratos de antepassados desejosos de vida, porém presos ao limite da moldura oval: rostos estranhos, desconhecidos, atentavam-me a curiosidade para conhecer suas histórias, que, afinal, era a minha própria.

Nossos dias apresentavam uma rotina quase ritualística. Éramos acordados às 05:00h da manhã, por uma sirene nos intimando a ir ao curral tomar leite de vaca

³ O cata-vento, como o próprio nome indica, tem a função de captar a energia eólica e assim movimentar uma engrenagem de sucção da água vinda de um poço artesiano.

tirado na hora; pegávamos um copo de alumínio, colocávamos três dedos de açúcar e íamos correndo para o curral, a uns duzentos metros da casa. Lá, nos compenetrávamos vendo o vaqueiro, sentado num tamborete – o bezerrinho amarrado e babando aos pés da mãe -, fazer jorrar com movimentos precisos da mão o leite original, do qual, variando de gosto de acordo com a vaca, sempre bebíamos dois ou três copos grandes. Ouvíamos concentrados os comentários sobre as reses: o touro holandês que quebrava uma cerca, e entrava a brigar com o dócil touro zebu, apelidado de "violino"; a febre aftosa que havia atacado duas vacas; e observávamos largamente os movimentos instintivos do rebanho no rebuliço do curral. Um fato sempre me provocava indignação: não se sabe o motivo, uma das vacas recusava a maternidade do bezerrinho, negando-lhe o leite. Este, coitado, atônito, insistia em suas tetas, mas era misteriosamente rejeitado. Uma anomalia da natureza? Vai saber. De volta a casa, por volta das 07:00h, esperávamos o café reclinando-nos nas cadeiras de balanço, a contemplar o sereno da manhã, sentindo os raios mornos do sol reconfortar-nos do derradeiro frio noturno – pois, como no deserto, se de dia o calor era forte, à noite a temperatura despencava e tínhamos de dormir com cobertores. Mesmo de estômagos já cheios de leite, comíamos o indefectível cuscuz com leite acompanhado de algumas bolachas recheadas com manteiga de garrafa; raramente comia-se pão. Com o sol a subir, era hora de uma reunião de cúpula a fim de se decidir a programação matinal. A decisão, peremptória, sempre ficava a cargo dos adultos. A escolha felizmente corroborava nossas expectativas: vamos tomar banho de açude! gritávamos em feliz algazarra. Restava saber em qual deles, pois eram quatro os açudes, e cada um reservava um projeto aventureiro específico, já que possuíam uma singularidade extraordinária, a começar pelos diferentes trajetos geográficos que percorríamos para alcançá-los. Assim, vejamos: tínhamos o mais tradicional, o já referido *açude velho da jurema*; era também o mais próximo, após uma caminhada de meia hora chegávamos ao seu largo e acolhedor paredão. Só no trecho final encontrávamos dificuldades, tinha-se que se superar um riacho equilibrando-se num caminho de pedras que servia como ponte. O que não consistia num risco mortal, pois se nos desequilibrávamos o dano maior era ficar-se sujo de lama até o joelho. O segundo açude não se definia como tal, era conhecido simplesmente como a *barragem*. Sendo o mais recente, possuía um ar moderno, com requintes tecnológicos em sua engenharia. Também tinha um paredão, mas de enorme risco,

visto que um de seus lados limitava um fatal precipício de vinte metros. Seu maior atrativo, no entanto, estava neste fundo, pois foram construídas duas grandes torneiras que, abertas, provocavam uma pesada queda d'água. Existia uma escada de marinho por onde descíamos e, segurando-nos para não sermos levados pela força da água, recebíamos aquela pesada carga sobre nossos corpos. O terceiro era o que eu mais gostava, fora dotado de um nome feminino composto por um diminutivo, o *açude da cachoeirinha*, o qual representava perfeitamente sua índole. Perpassava nele uma suave mansidão na passividade de suas águas paradas. Seu nome provinha do fato de que quando sangrava, seguia por um declive de rochas formando uma pequena cachoeira. Esta desaguava num vale premiado por coqueiros, melancias e pés de cana-de-açúcar. Sugávamos o mel da cana e a água encarnada das melancias, enquanto um ágil morador subia nos coqueiros arremessando-nos lá de cima os cocos mais verdes. Concluíamos a nossa festa de líquidos sabores, entornando na boca a água dos cocos a nos sujar com seu mel nossa cara e nossos corpos. Sem problema, logo depois “marcávamos carreira”, atirando-nos impetuosos na água gelada do açude. Por ser o mais longínquo, a ida a cachoeirinha tinha de ser planejada com antecedência. Aguardávamos ansiosos a confirmação do passeio. Uma vez lá, a fabulosa paisagem comungava com nossos espíritos, nutrindo-os com o jorro de sua sensorialidade brilhante e benéfica. O último, e o maior deles, era o famigerado *açude do capa*. Ainda hoje não encontro explicação para o nome. Só sei que ele nos infundia um certo temor, e uma estranheza. Muito raramente íamos nele, pois de difícil acesso e não muito dado a receptividades infantis. Em sua grandeza, era um território para os maiores. Mané Azul, o pescador, todos os dias antes do amanhecer o navegava em seu pequeno bote, resgatando sua rede coalhada de curimatãs, pacus e traíras. Tinha tamanha capacidade de guardar a água que só chegou a sangrar uma vez, na histórica chuva de 67, quando seu paredão estourou causando um desastre nas diversas plantações que irrigava.

Após as aventuras da manhã, ao meio-dia em ponto, estávamos todos preparados para o almoço. Era uma lauta refeição: iniciava-se com um prato servido unicamente de feijão, cobria-se este com farinha e amassava-se a mistura até se formar uma pasta grossa. O feijão era servido como uma introdução, uma entrada, após ele é que começava realmente o almoço. Não havia salada, as carnes

predominavam: a tradicional carne de sol com macaxeira, carne de bode, de carneiro, guisado de galinha, peixes de açude; o arroz geralmente substituído por macarrão, e pouco tempero. Não havia geladeira, os animais eram mortos pela manhã e destripados diante de todos, no terreiro grande em frente da cozinha. Durante o almoço, comentários sobre a fazenda, discussões políticas e alguns “causos” engraçados. Por fim, o cafezinho, um leve descanso na varanda para se tomar uma fresca, e a retirada geral para os quartos: era o momento da sesta. Até as quatro horas quando o sol relaxava, não se saía de casa; aperreados com as moscas, partíamos para o lanche: um grosso pedaço de queijo de coalho com uma talagada de goiabada cascão; novas brincadeiras, ou um banho de açude com o sol a se por sobre o sertão majestoso. No jantar, logo após o tempo escurecer, um prato de coalhada com açúcar, o xerém amassado, e um pouco de arroz com paçoca. Às nove, depois de alguma conversa e um jogo de sueca no alpendre, os olhos quase a fechar espontaneamente, nos entregávamos ao sono dos Deuses.

Bem a história é demasiada longa, e como não há um desfecho espetacular vamos ficando por aqui, não sem antes esquecermos da resposta de Pitôco quando perguntado onde ficava aquela região: - É lá, no meio do mundo.

PARTE II

LEITURA (IMAGENS)

1. Capítulo 01 – O ALPENDRE

Num imaginário congresso etimológico concluiu-se que o termo vocábulo “Alpendre” viria do árabe e significaria: caminho ao redor. Representa aquela área vazia ocupando o inter-meio entre o interior da casa e o início do chão terroso; entre a arquitetura sedimentada pelo trabalho humano e o sedimento natural oriundo do tempo; entre o piso de cerâmica e o barro, sua matéria-prima. Normalmente envolve toda a área retangular da casa, e, nas fazendas, é o local preferido dos animais domésticos: gatos, cachorros, como também, galinhas, patos, porcos; podendo ocasionalmente ser visitado por vacas curiosas. À noite, torna-se patrimônio quase exclusivo dos sapos-cururus e das mariposas.

Do amplo alpendrado¹ circundando a casa, Paulo Honório e Azevedo Gondim, modorrando em espreguiçadeiras, trocam frases desinteressadas sobre a escritura do livro. Fumando compassadamente o indefectível cachimbo, Paulo, zangado, arremete ao Gondim: – *Você acanhou o troço, Gondim. Há lá ninguém que fale dessa forma!.*

Desinteressado acerca da réplica do Gondim, as alpercatas a descansar na cerâmica de arabescos losangulares, Paulo Honório contempla o horizonte a perder de vista. Este, profundo e longínquo, abre-se a uma vasta visão onde, sobrepostos, encontram-se o telhado vermelho da serraria, o gado amarronzado pastando no prado, e um pedaço da mata ao fundo, desaparecendo para os lados da vila. No

¹ Queremos nos referir aqui ao espaço, e não ao prolongamento do telhado que o sombreia, também denominado de alpendrado.

alto, sobrevoando eterno, o azul rarefeito do fim de tarde, pingido pelas figuras inexatas das nuvens esparsas.

O gado é composto por um touro limosino e por novilhas caracus, ouvindo-se, aqui e ali, seus graves mugidos lamuriosos, como a reclamar de algo desconhecido; ao longe os sapos iniciam seu ruidoso coaxar, enquanto as lazerosas cigarras emitem seu canto constante, quebrando de vez a atmosfera tranqüila da tarde. E, de arrepio, ouve-se o piado agudo de uma coruja. Paulo, estremecendo, emerge de seu silêncio contemplativo pensando em Madalena.

2. Capítulo 02 – “A SALA DE JANTAR”

A sala de jantar está vazia. Na mesa grande em volta da qual sentam-se comodamente dez pessoas, vê-se uma garrafa de café e um prato de coalhada deixados por Maria das Dores, serviçal de Paulo Honório. Este, costuma referir-se a seus empregados como os *caboclos que me servem*. Sentado na cabeceira, meditando, lança um olhar ensimesmado para fora. No ângulo permitido pelo janelão aberto, desperta para a densa folhagem verde escura das laranjeiras, já enegrecidas pela chegada da noite. Toma um gole de café, tenta comer uma fatia de cuscuz que serviria de janta, mas, indiferente, abandona-a. Permanece alguns minutos preso, a notar inconsciente a metamorfose sombria provocada na vívida laranjeira pelo cair da luz. Levanta-se bruscamente e, num movimento sobre si próprio, indaga: – *Então, para que escreve?*

No início do livro, no qual é narrado o final não findo da história, lê-se e vê-se com obscura nitidez esta macro-imagem: a do isolamento penumbroso do personagem no interior da sala esvaziada. Abre-se, assim, na reflexão monologal que se segue, o retrato de um ser alquebrado e vitimado pelo tempo; um tempo perdido, transformado em presente da narrativa por uma tentativa de reconstrução das ruínas do passado a partir das fantasmagorias da memória.

Em *São Bernardo*, o tempo presente é simultaneamente o tempo futuro, no qual o narrador descreve sua história. Esta, contada por um personagem onisciente,

comporta-se como aquilo que passou. Contudo, em sua recepção diegética² impõe-se-á como dado presente. Não devemos abordar esta estrutura temporal concebida pelo autor simplesmente como uma estratégia narrativa na qual as passagens pelos “túneis do tempo” são empreendidas por súbitos cortes realizados entre os capítulos, ou mesmo, no interior deles. Tal “desordem” diacrônica enfatizaria a origem e proveniência do tempo narrado: o tempo da consciência. Paradoxalmente constituído por uma espécie de onisciência fragmentada, posta em dúvida a cada momento do ato narrativo. Tal postulado é fundamental, pois a tentativa autobiográfica feita pelo personagem revela de forma luminar e prodigiosa ele próprio.

É, portanto, da intenção de resgatar as abstrações de uma consciência dolorida, de presentificá-las, que se faz a complexidade do personagem. O tempo parado da sala de jantar parece somente escoar-se no espírito de Paulo Honório, transportando-o rumo a seu passado incompreendido.

3. Capítulo 03 – “O AREAL E OS ESPINHOS”

Dormi na areia dos rios secos.

É comum, por ocasião das secas, os rios não perenes do sertão descobrirem-se, deixando aparecer em seu raso um areal completamente alvo e fino. Um areal de praia, a contrastar com o solo gretado e rugoso da caatinga, originando um refúgio, onde as crianças brincam, os tropeiros descansam; servindo até mesmo para o sono noturno, à descoberto, ou melhor, coberto ao léu das estrelas.

Circunvizinhos às margens destes rios, abrindo espaço no meio da vegetação morta, mantêm-se vivos, solitariamente, *os espinhos dos mandacarus, quipás, alastrados e rabos de raposa*. Distanciando-se do conjunto homogêneo da vegetação, esta botânica espinhosa forma pequenas clareiras nos locais donde

² A noção de diegese empregada refere-se ao campo especificamente fabular da narrativa. Ou seja, ao momento em que o leitor é de tal modo tomado pela história narrada que chega a perder-se de si e de seu tempo. Há, assim, no processo de assimilação receptiva da história uma suspensão do tempo real, numa total imersão do leitor neste referido tempo diegético, que pertenceria essencialmente a esta função fabular da narrativa. Seria o efeito de suspense – o ato de ser fígado pela curiosidade da expectativa – um efeito ou causa desta suspensão de um tempo admitido como real?

brota. Seus espinhos grossos e compridos causam medo, distinguindo-se do de outras árvores - como os da jurema, que, menores, não possuem aquela áurea má e repulsiva-. O espinho alastrado, por exemplo, como uma cascavel de chocalho, parece sempre querer dizer: - Não se aproxime, sou perigoso!. Na lógica adulta e pragmática, porém, os cactáceos assumem valor por sua capacidade de vencer a seca, permanecendo como último recurso de sobrevivência das criações. É, por tal, que ao desmatar o caatingueiro para o plantio, tornando a terra “limpa”, o fazendeiro eficaz deixa sempre os mandacarus em pé, permanecendo vistos, aleatoriamente, em sua impávida imponentia.

Qual o porquê da afinidade dessas árvores com os territórios semi-desérticos? Há a resposta evolucionária, adaptativa. Assim como as espinhosas correspondem ao espaço natural onde se inserem, o temperamento do sertanejo Paulo Honório parece nutrir-se de um espinho arquetipal, ferindo-o a carne por dentro, imputando-lhe a solidão da diferença entre os iguais.

A distância existente entre Paulo e o gênero humano faz com que ele identifique-se e sinta conforto na relação com o reino denominado de “animal”, ao qual nós teimamos em dizer não fazer parte. Parece estabelecer com os ditos irracionais um vínculo comunicativo, de alguma forma impossibilitado no trato com as pessoas. O fato é que as diferenças inter-pessoais são tão largas que chegam a desacreditar a própria categorização do humano enquanto gênero, desfazendo a certeza de um conjunto identitário denominado homo sapiens.

Seria o caso daqueles indivíduos que, mantendo alguma forma de isolamento social, sentem-se atraídos pela convivência com os bichos. Uma proximidade espiritual derivada do rompimento ou abandono dos liames culturais formativos, levando a uma espécie de regresso a manifestações que haviam sido neutralizadas pelos códigos culturais e deslocadas para a instância dos “subterrâneos instintivos”.

No que concerne a um temperamento maquiavelicamente calculista como o de Paulo Honório – o do homem empreendedor -, a simpatia pelos animais dá-se na medida em que eles representam o auferir de lucro e riqueza, posta no âmbito de uma natureza preta de uma previsibilidade produtiva dependente tão somente do suor do esforço pessoal. Uma relação não permeada por uma “inter-incompreensão” de subjetividades, portanto, livre de desordens conturbadoras de sua primitiva finalidade. Outrossim, uma relação na qual o sentimento de aliança não

se dá como uma empatia “franciscana”, ou ecológica, já que dotada de outra intenção. Contudo, possuindo a mesma qualidade, pois assim como qualquer tipo de ermitagem, a fuga da gregriedade será sempre oriunda de uma sensação de desconforto no tocante a interação com outrem.

É importante ressaltar que os códigos culturais são propositadamente desdenhados no romance. As panorâmicas pinceladas dadas em tipos como o Gondim, João Nogueira e o Dr. Magalhães realçam a mesquinhez de uma formalidade moldada para “jogos de salão”. Aqueles representam um estrato social cujo conteúdo de informações atestaria a ocupação de um lugar hierárquico. Uma certa riqueza conteudística, no entanto, puramente decorativa, a denotar apenas um conhecimento da ordenação em que os dados devam ser combinados, uma gramática oca e esquelética. As vozes destes personagens parecem um ulular esvaziado de sentido, acrítico acerca dos signos recebidos mas não deglutidos. No romance, os homens das letras são retratados como portadores de um conhecimento simplesmente “útil”, permitindo-lhes ocupar lugares institucionalizados na esfera pública ou privada do poder: juízes, jornalistas, advogados. A relação social de Paulo Honório com estes não se baseia numa amizade, mas num companheirismo circunstancial, perfazendo-se enquanto durarem os interesses político-econômicos. Paulo gaba-se de ser mais “sabedor” que aqueles. E talvez realmente o seja, detentor de uma sabedoria tradicional contundentemente referida por expressões de cunho popular que costuma despejar na defesa de seus argumentos. É de outra natureza, porém, sua interação com o tosco Casimiro Lopes. Personagem de difícil visualização imaginativa: *cabelos emaranhados, testa estreita, maçãs enormes e beijos longos*, mas certamente um tipo fácil de encontrar nos dias de feira das inúmeras e parecidas vilas e cidadezinhas do interior nordestino. Sua tez pode ser para morena ou clara, de estatura média à alta, pisada firme, sem vacilações, como quem sabe onde quer chegar. Seguiu Paulo Honório com uma fidelidade canina, num sentido de lealdade derivado de uma força moral inexpugnável. Paulo sentia-se à vontade em sua companhia, tornando-se mais propriamente ele mesmo, permitindo-se uma espontaneidade livre das canseiras da disfarçatez social. Vaqueiro atípico, bastava a Casimiro um breve sinal do patrão para fazer as vezes de jagunço exemplar. Entretanto, a esta coragem inabalável para a franca violência, opunha-se um temperamento passivo e até afetuoso, o qual se nota expresso no carinho com que

tratava o filho rejeitado de Paulo e Madalena. Mantinha uma calma, talvez apenas aparente, pois percebida em sua exterioridade como um enorme silêncio, escamoteando um abismo de sentimentos não entendidos. O escasso domínio do significado das palavras estranhas prostrava-o no limite do universo ao qual pertencia: o da vida no campo. Uma ruralidade constituída por uma relação metonímica com os seres nela inseridos, dotando-o, por tal, do conhecimento carismático dos sinais físicos do mundo.

Se o linguajar emproado o confundia, não se enganava com o jeito das coisas.

4. **Capítulo 04 - AS DUAS DECADÊNCIAS**

A figura decadente de Luis Padilha é introduzida a partir de sua descrição física: *bichinho amarelo, de beijos delgados e dentes podres... dedos magros, queimados, de unhas roídas.*

Este ângulo bisonho da superfície corporal do personagem estende-se ao plano espiritual, definindo involuntariamente seu caráter.

É comum em grande parte dos prosadores a composição de uma imagem ruim ou negativa do espírito humano avultada pela descrição de elementos feios, bizarros, da estética corporal. Diria-se que alguns escritores considerados realistas como Flaubert, Dostoievski, Thomas Mann, Camus, entre outros, gostam de carregar nas tintas ao exagerar a “defeituosidade”, ao limiar do monstruoso, do repertório da fealdade humana. A compensar, talvez, a assepsia com que foram idealizados os principescos heróis românticos. Se, na Grécia e Roma antigas, as deformações só eram pertinentes ao cabedal imaginário dos seres mitológicos - monstros antropomorfizados - ; nos mestres pintores do fim do medievo, como Bosch e Brueghel, toda uma teratologia começa a ser representada (vide os seres nanicos e rotundos criados por Brueghel). Retratos de homens condenados ao horror por seus erros e pecados terrenos? Ou pura mimesis de um real bestificado?

O fato é que a assimetria marcada ou por uma exorbitância protuberante das formas, ou por um achatamento destas, por um excesso ou uma falta, caracterizarão uma decadência corporal imediatamente associada a uma desvalidez do espírito, a um mal do caráter, a uma personalidade vulgar, enfim, a um ser ruim. Sendo indiferente se esta baixa condição estética esteja vinculada a um fato genético – *O Corcunda de Notre Dame* –, ou a uma degradação da existência decorrente de doenças, maus tratos, etc – a prostituta Marcela das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* –; no entanto, no caso de uma deformidade genética, como a do romance de Victor Hugo, o personagem é de antemão expiado de sua culpa: o conflito trágico de Quasímodo está no fato de, mesmo comportando-se como herói romântico, ser desvalorizado e rejeitado por seu estigma físico.

Verificam-se duas concepções de realismo na ênfase da constituição física dos indivíduos-personagens: a do escritor realista-naturalista, preocupado em ser o mais fiel possível no retrato da miséria humana e no preconceito social associado a ela; e a da, diríamos, realista existencial, cujos livros expressariam uma intenção voluntária de se servir destes retratos para nos confrontar a uma condição de miserabilidade inerente ao próprio fato e essência do existir. Partindo desta dicotomia, postularíamos que em *São Bernardo* as duas concepções manteriam-se em equilíbrio, simultaneamente, uma não se sobressaindo a outra, porém reforçando-se no substrato estrutural do romance.

A Decadência do Padilha

O Padilha era um pândego. Do pai, Salustiano Padilha, herdou a carga de uma obrigação moral: a de tornar-se doutor, formando-se em alguma das ciências positivas da época: direito ou medicina. Só assim far-se-ia cidadão respeitado entre seus pares. Na hierarquia dos homens e das classes, os que possuísem um título – símbolo de uma pseudo-sabedoria, pretensão domínio de palavras obscuras e obtusas – ingressariam numa “casta” superior. Valor puramente convencional, mas que fecharia o ciclo de poder dos senhores da terra, agora também senhores do saber. Estes a justificar a existência daqueles. O Padilha, coitado, não prosseguiu o ciclo.

Por algum motivo, debilidade ou preguiça, o Padilha não dava pra nada. Incapaz para o trabalho, fez a ruína do pai, que morreu de desgosto. No entanto, em sua indolência, era uma figura intrinsecamente humana. Ora, porque preferir à alienação do prazer presente, a “pré-ocupação” com o trabalho. As cigarras estão certas, mas o criador era um ser laborioso e quis que seus filhos seguissem o exemplo; o futuro das cigarras cantantes só poderia ser a fome e a miséria..

A boemia e as festas, o álcool, as danças, o jogo, as mulheres, fazem parte da cultura patriarcal nordestina. Existem, porém, limites. E, quando ultrapassados, adentra-se no território absurdo do vício. Daí por diante os papéis institucionais não mais funcionam de modo devido, afetando o giro normal da roda da constância cultural. A questão é que por um motivo genético – “tara hereditária” -, assomado por sua circunstancialidade, alguns escolhidos viciam-se. À suas demandas singulares se acoplará uma matéria externa, com o imenso e estranho poder de comprimir o tempo presente, fazendo do espaço ao redor um buraco negro, aliviando-os e alienando-os do princípio brutal da realidade. Padilha certamente mantinha consigo a pesada frustração de não se enquadrar no projeto de pessoa idealizada pelo Pai-Tradição, ao qual as características de sua *personae* não atendiam. A possível conjunção causal de uma dada índole temperamental com um projeto de vida mal sucedido fizeram do Padilha um típico esbórnia.

O combate da estrutural inércia repetitiva de um hábito negativo, em termos econômicos, contraproducente, definindo um padrão viciado, só terá efeito no âmbito de uma auto-crítica. Ensejando a aceitação do vício como um grave problema. Recurso que não desatará o nó, mas levará a uma atitude de humildade e bom senso pela qual os princípios do prazer e da realidade possam equilibrar-se, estabelecendo-se negociadamente. Uma dialética fundada num processo perpétuo de doutrinação e atenção perante si mesmo.

Esta espécie de “profissão de fé” passava a léguas do Padilha. Este só abandonava a rede para cair na pândega. A imagem, descrita neste capítulo, da festa no terreiro da fazenda, onde, ao redor da fogueira, Padilha dança *encangado com duas caboclas*, entornando ao mesmo tempo uma garrafa de cachaça ao ritmo da música dos batuques, é a imagem do indivíduo realizando-se nas profundezas ctônicas do desejo. Depois, entregue e derreado, é carregado para a cidade no carro-de-boi, *a bater o quengo a cada catabi*. No dia seguinte, o da ressaca braba,

acordava como o sonhador otimista, infundindo-se planos mirabolantes e grandiosos, caindo na armadilha essencialmente humana das ilusões longínquas.

O felino espreita a presa, e porquanto conhece bem suas fraquezas, ataca no momento e tempo exatos. Assim agiu Paulo Honório ao armar seu plano maquiavélico e infalível. Cercou o Padilha, inculcando-o delírios de grandeza à base do dinheiro fácil, caçando-o no que tinha de mais penoso: sua prodigalidade. Agindo como o perfeito predador capitalista, expropria São Bernardo do último proprietário pertencente a uma estirpe de antigos senhores rurais daquelas terras.

Sabe-se da terrível voracidade com a qual alguns indivíduos desfavorecidos em sua posição social tornam-se *nouveau riches* no decorrer de uma vida pautada por crime e extorsões. As grandes linhagens das famílias que contribuíram para elevar a América protestante ao patamar de grande nação capitalista seriam o maior exemplo deste perfil de ascensão econômica. Entre elas, pode-se citar a história dos Rockfellers, confundindo-se com a própria história dos E.U.A.

Retomando a triste figura do Padilha, frisamos na pág. 24 um “achado” de genial expressividade por parte de Graciliano Ramos: *São Bernardo era para ele uma coisa inútil, mas de estimação: ali escondia a amargura e a quebradeira*. A expressão “coisa inútil” retira toda razão instrumental concernida à fazenda por Paulo Honório – a de uma empresa produtiva –, convertendo-a apenas num lugar, um espaço ideal para “se esconder a amargura e a quebradeira”. Atentamos que o uso do verbo esconder não significa curar a amargura. O que levaria a indagação: será que o motivo de toda a fraqueza do Padilha não residiria no sofrimento constante de uma inelutável amargura? São Bernardo seria, então, o lugar onde, no confortar-se do balanço de uma *rede encardida*, ele sentia-se bem, ou pelo menos, melhor. A visão pejorativa de um Padilha imprestável é, no efeito estético – significativo da passagem citada, filtrada por uma ótica compreensiva de seu temperamento. Deslocando a estereotipia moral de um personagem considerado bom ou mau, feio ou belo, para a peculiaridade de seu traço humano. Se a relação do Padilha com a fazenda baseava-se numa total inutilidade produtiva, consagrava-se, por outro lado, em sua imprescindível vocação afetiva. Uma relação de estima, através da qual aliviava o gosto amargo da vida que levava consigo.

Esta mesma passagem impõe, outrossim, um importante questionamento teórico. Nela, descobrir-se-ia um vestígio do autor, G. Ramos, vicariado no narrador

Paulo Honório. Nota-se que o tratamento dado ao Padilha apresenta uma benevolência em sua abordagem. Uma tentativa de compreensão de sua psicologia expressa num tom afetuoso. Distinto, portanto, daquele com o qual o Padilha é introduzido e relevado no decorrer da história. Esta transformação do sentimento da narrativa é de fato curiosa. Uma mudança que teria sua provável explicação na estratégia montada pelo autor para a elaboração do tempo especificamente diegético do romance, complexificada no distanciamento tomado pelo narrador em sua auto-fabulação. A diegese característica à forma romanesca baseia-se na intenção de provocar um efeito de identificação da história com o leitor. Se, como vimos anteriormente, este procedimento é desconstruído pela inserção de diferentes dimensões temporais que conjuntamente estruturarão a narrativa, o preço a pagar será o de uma ambigüidade em relação a origem da voz que estaria efetivamente narrando³. Deste modo, em *São Bernardo*, o efeito de identificação ocorre quando o (Paulo Honório-narrador), num lapso temporal, encarna o personagem homônimo vivenciando a história. Tal efeito, por sua vez, esvazia-se, quando o **narrador** Paulo Honório tece comentários sobre o passado na perspectiva do tempo em que a história está sendo narrada. Neste último caso, o leitor, submetido ao processo de simulação de um tempo distanciado, vislumbra, na pista deixada pelo narrador, a figura do autor pretendendo esconder-se sob os auspícios daquele. Descortinando-se, assim, a irmandade entre criador e criatura.

A “São Bernardo” decadente

O engenho caiu, o gado dos vizinhos rebentou as porteiras, as casas são taperas. Decerto esta São Bernardo decaída não se assemelha a do velho Salustiano quando Paulo Honório nela trabalhara.

Naquela época, mesmo esbodegado e dolorido após um dia de sol a sol no cabo da enxada, com a cabeça mal coberta e o corpo a ferver, não deixava de sentir uma admiração pelo resultado do trabalho despendido, pela ordem imposta ao território bravio da fazenda. No fim de tarde, a água fria do açude a umedecer

³ Tal ambigüidade a respeito da localização da presença da voz narrativa – a qual controlaria a vida e o mistério da história – é uma característica central no aparecimento de um novo modo de ser do romance, que qualificará o denominado romance moderno.

sua pele gretada, e a relaxar seu intransponível corpo de sertanejo solar, invadia-lhe uma sensação de indivíduo explorado, ao ver o bom trabalho feito recompensado por tão pouca paga, o que já revelava uma inata perspicácia.

Daquela antiga imagem que incorporara, acompanhando-o em suas lutas épicas sertão afora como o lugar a ser alcançado, restavam as ruínas: *a terra excelente de São Bernardo só tinha mata, lama e patós.*

Portanto, à decadência do Padilha correspondia a da propriedade, outrora nobre, retrocedida em sua desgovernança a um estado incivilizado. Um regresso que a Paulo Honório causava desprezo. Assim como desprezo causava a figura amarela e inconseqüente do Padilha, apaticamente esparramado sobre a rede encardida, no que restava da antes vistosa sala de jantar; aliás, único aposento que sobrava da antiga Casa Grande. Os quartos há algum tempo tinham ruído, as paredes caídas formavam monturros de tijolos. A sala, no entanto, teimava, instável, em permanecer. Ia, deste modo, protegendo o Padilha do aguaceiro ininterrupto dos dias de chuva. Ele, contentado, apenas desviava-se das grossas goteiras do telhado incompleto.

5. **Capítulo 05 – “O DESCANSO NA REDE”**

A rede foi uma das maiores contribuições das culturas indígenas para o ocidente dito civilizado. Assimilada pelo Brasil caboclo, seu uso torna-se tanto o símbolo da indolência atribuída ao índio pelo colonizador, como, incoerentemente, da autoridade patriarcal assumida pelo último. Pois, este se dará ao luxo de, dispensando o labor físico – associado a um status inferior -, exercer seu negócio ociosamente, atirado numa rede. São descritos grandes senhorios que administravam suas terras horizontalmente deitados numa rede.

A forma côncava tomada pela rede quando pendurada parece recolher maternalmente o cansaço do corpo condenado a posição ereta. Enquanto os índios normalmente utilizavam-na no interior das ocas, os mazombos adaptaram-na para espaços externos, donde pudessem sentir o sabor do vento, ao mesmo tempo em

que contemplavam o nada. Há redes de vários formatos, adequados cada qual ao peso e estatura de seu usufrutuário; assim como sua concavidade pode ser aumentada pela introdução de correntes intermediadas aos ganchos de ferro fixos nas paredes. O etéreo ato do balançar-se na rede assemelha-se a um acalanto: pelo ritmar de sua ida-vinda em movimentos redondos, como pelo grilar monótono do atrito das correias.

É comum ao patrão rural nordestino o hábito de, na rede, ou na cama de casal da alcova, receber empregados e conhecidos no intuito de passar ordens ou trocar conversa sobre assuntos corriqueiros. O chefe da família, após o café da manhã, recebe-os deitado, ainda de pijama. Aos descendentes e apadrinhados é rigor seguir-se à norma católica de se pedir a benção dando um beijo na mão. Se o Pai-Patrão tece um comentário de viés cômico, é naturalmente obrigatório que todos à volta sorriam, concordando com a espirituosidade da idéia. Porém, quando o assunto é de seriedade, fecham-se as portas, legando-se aos cúmplices decidirem os destinos do mundo.

Enquanto não se construía a nova casa-sede, a rede era de “serventia” aos interesses escusos de Paulo Honório. À noitinha, estendido para aliviar o espinhaço, a luz amarela do lampião de querosene a dançar seus reflexos nas paredes descaídas da sala, volta-se para Casimiro. O homem da mesma estirpe dos xique-xiques, madeira de pau-ferro, encosta o ouvido nos dentes de Paulo, que, imóvel na declividade da rede, cochicha-lhe algumas palavras. O destino do velho Mendonça estava selado.

Em tempo: a rede também serve para levar os que vão sem caixão.

O Plano –I

Dias antes, Paulo Honório havia feito uma visita ao Mendonça. Fora recebido com indiferença, se não com desprezo pelas filhas daquele: *as moças acanharam-se*. Nota-se o preconceito da distância hierárquica, característica da relação histórica entre proprietários de terra e servos empregados, com o qual a família do Mendonça concede-o tratamento. Malgrado o fato de Paulo Honório ter se tornado

um rico proprietário, ainda mantinha o estigma da origem humilde e da condição de ex-serviçal.

Durante a visita, Paulo trava com o Mendonça um diálogo farsesco. Uma conversa hipócrita, na qual as duas partes tentam, num jogo de cena, falsear suas verdadeiras intenções. Intenções desmascaradas pelas expressões corporais – gestuais e faciais –, e, sobretudo, pela inquirição recíproca do olhar. Enquanto o linguajar artificiava, o corpo revelava. Paulo Honório deixa os Mendonça ciente da resposta que procurava na intenção da visita. Dias depois, voltando das eleições, o “reimoso” Mendonça é atingido por três balaços de espingarda. Tomba no chão qual fruta madura. O cavalo corre a avisar os familiares. Comentado a respeito da emboscada, Paulo replicou: *O Mendonça tinha muitos inimigos.*

6. Capítulo 06 – O CARRO DE BOIS

Diz-se no plural ou no singular? – Carro de Boi.

É feito inteiro de madeira. Suas rodas são círculos poligonais que ao girar emitem uma ladainha monótona, qual um gemido triste; um ruído pontiagudo, gritante, entreterrompido pelos aboios do condutor ordenando em onomatopêias: ná! ná! (para trás! para trás!), exemplo de um dialeto restrito porém preciso. O movimento do carro é lento, um andante obedecendo ao ritmo das passadas da pareia de bois, touros capados e amansados que obrigados a constância do pesado labor fazem-se amigos, conduzindo o carro com uma harmonia de passos vigorosos e obstinados. Carregam em seu diário labor, a canga a pesar-lhes no lombo, uma carga que tanto pode ser de capim, mais leve, como de gentes, quando estas não se dispõem a percorrer a pé os percursos.

Acomodando-se no interior aberto do carro, é surpreendente o número de pessoas que ele pode transportar. Famílias numerosas ou bando de amigos podem ser levados para as feiras na cidade ou festas em sítios distantes. Dia ou noite, o carro supera os obstáculos interpostos no caminho. Quando está repleto, as senhoras mais velhas vão sentadas no chão, ao centro; os mais fortes vão em pé

mesmo, segurando-se firmemente nos paus altos postados nas laterais do carro, só assim mantêm-se em equilíbrio, suportando os bruscos encontrões sofridos pelo carro ao transpor os buracos e desníveis da estrada de barro – que pode ser uma vereda, dificultando deveras o trabalho do condutor. Uns outros, mais felizardos, sentam-se na extremidade traseira, balançando as pernas enquanto observam o caminho percorrido. Já as crianças vão onde couber, onde sobrar lugar.

Como a viagem é lenta, e o zunido das rodas monótono, os mais acomodados dão-se o direito a um cochilo; os restantes entregam-se ao vagar do olhar pelas paisagens passantes. Mas quando a atmosfera é de festa, a conversa corre solta, entrando em pauta desde assuntos surpreendentes como os mais corriqueiros; o gargalhar é geral, e o sentimento de uma união feliz e duradoura.

“O Plano” – II

Observamos que o assassinato é descrito num curto parágrafo de poucas linhas onde se lê: *No outro dia, sábado, matei o carneiro para os eleitores. Domingo à tarde, de volta da eleição, Mendonça recebeu um tiro na costela mindinha e bateu as botas ali mesmo na estrada, perto de Bom-Sucesso. No lugar há hoje uma cruz com um braço de menos.* Salientando este parágrafo como exemplar da forma escritural de Graciliano Ramos, parece-nos que a secura de detalhes com a qual conta o fato ocorrido pode assumir dois pontos de vista interpretativos em concomitância.

O primeiro é da ordem de uma técnica operativa da narrativa visando a um determinado efeito de leitura. Na passagem acima o leitor é tomado por uma espécie de surpresa já esperada. Quer dizer, o leitor sabe por conta das circunstâncias anteriores que o fato seria esperado, só não espera tomar-lhe conhecimento da maneira crua com o qual é descrito. A elaboração do crime poderia ter sido apresentada ao leitor de modo prolixo, sua forma e lugar, assim como a atmosfera da situação, pois, afinal de contas, trata-se de um momento importante do livro, clímax da narrativa: o grave ato de um assassinato. No entanto, lemos o noticiar da morte numa só frase cuja ação é centrada apenas em dois verbos: “Mendonça recebeu um tiro..., bateu as botas ali mesmo”. Tal brevidade nos faz lembrar do assassinato do árabe pelo personagem Mersault, em *O Estrangeiro*, de Albert

Camus. Portanto, a apreensão pelo leitor do sentimento evocado no texto não se daria tanto pela nitidez da transposição imaginativa, como pela contundência da construção frasal, centrada esta no ganho significativo oriundo da força semântica das palavras escolhidas.

O segundo ponto de vista, mais ancho, perspectivaria a visão e o sentimento de mundo do próprio autor, os quais, num mesmo ímpeto, inspirariam o “modus escritural” e seriam expressos por ele. Tento referir-me a um apropriado cinismo contido na descrição da morte do Mendonça, e que só adquire tal caráter pela invulgar crueza estilística. O resultado do árduo ofício de se limar os termos resultará na formação de um conjunto elíptico de imagens por parte do leitor, não permitindo uma visualização clara da cena.

Nesta espécie de cinismo calado, ao mesmo tempo expresso e camuflado pelo texto, apreende-se um misto de desprezo e desesperança pelos aspectos irremediavelmente miseráveis da vida. Como se um natural sentido de ordem e harmonia esperançosa fosse permanentemente dilacerado, originando uma postura irônica diante da finitude da existência.⁴ Tal postura é testemunhada pela negrura da frase que fecha o parágrafo citado: **“No lugar há hoje uma cruz com um braço de menos”**. Este espírito cínico não manifestaria, contudo, uma indiferença em relação ao fato, e sim uma índole crítica. Num criticismo às avessas, assentando-se naquele modo irônico de aceitação do irremediável que traria, subjacente a ele, o seu contrário, ou seja, a não aceitação do fato.

Nota-se, assim, uma diferença em relação aquela crítica oriunda de um espírito otimista que, espantando-se com o que vê, expressa um idealismo convictamente sério. Por outro lado, não há na ironia o esvaziamento do idealismo, mas um deslocamento dele, o qual, imbuído de uma sensibilidade, talvez mais aguçada, talvez mais envelhecida, extravasa-se na necessidade visceral do projeto estético percorrido pelo artista-escritor.

Os defensores da total autonomia do narrador – neste caso o personagem-narrador –, alegariam que o possível sentido de desprezo contido no anúncio da morte do Mendonça – ao qual mesmo a dignidade de um descanso eterno sob os

⁴ O cinismo vem como um sentimento que toma conta do ser e que irá pautar uma visão de mundo de um conseqüente modo de agir. A ironia seria o mecanismo operatório desta visão de mundo atuando nas ordens de suas representações simbólicas.

auspícios da cruz cristã foi negado, **“uma cruz com um braço de menos”** –, manteria a necessidade de independência ficcional em relação a dimensão autoral. Nossa perspectiva, como já foi explicitada anteriormente, é de outra ordem. Centrar-se-ia no intuito do autor de, aproveitando-se da identidade ficcional do personagem, utilizá-la vicariamente, como uma “testa de ferro”. Essa visão se localizaria no interior mesmo da discussão de como a transposição da identidade autoral para o universo fictício estabelece-se. Ressalvando-se que ela não se dá uniformemente no transcorrer da narrativa, atentamos para a dinâmica de identificação e distanciamento intrínseca ao processo criativo que remeteria sempre para uma intencionalidade autoral⁵.

No gênero romance pode-se discernir com mais clareza o procedimento, digamos, dialético, do autor quando da “realização” do personagem-chave (herói ou anti-herói). Averiguamo-lo no constante embate entre criador e criatura, transitando entre a simpatia e a antipatia, entre o bem e o mal-querer. Neste sentido, vemos na passagem ressaltada que a ironia imprimida a voz do personagem-narrador corresponderia à visão de mundo do autor, numa concordância entre a voz de um e a cosmovisão do outro. Já numa outra passagem, quando Paulo Honório revela seu grande desprezo pelos caboclos que o servem ao questionar o porquê da necessidade de alfabetizá-los – demonstrando seu descaso pela educação letrada – constatamos a óbvia discordância em relação a postura do cidadão Graciliano Ramos. Neste último caso, podemos até atentar para uma lógica propositada na posição independente do personagem-narrador, colocando-se como condição para sua afirmação identitária enquanto estruturação coerente de sua personalidade. O ensejo do autor, portanto, seria o de, num movimento propositado, ocupar um lugar diferente de si mesmo, na medida em que constrói uma *personae* imaginária.

Devemos acrescentar que este *constructo* envolveria agora não uma intencionalidade afetiva da consciência descobrindo-se numa projeção representacional – como o descrito na nota 05. Antes, fundar-se-ia num projeto estritamente racional do autor, propondo uma crítica a um mundo que a ele se apresenta em revelia. A este mundo divergente de seu “topos ideal” o escritor deve

⁵ No que toca à noção de intencionalidade autoral devemos observar que sem prejuízo de definir-se como movimento da consciência, nem sempre suas demandas criativas são de imediato reconhecidas. Neste sentido, notamos que a forma literária, eminentemente racional, pode conter um ímpeto da consciência anterior a sua **apercepção** racional.

submeter-se, na tentativa de, então, compreendê-lo. Dada a força inequívoca de seu realismo, ao escritor se faz mister transportar-se para um lugar alheio às suas convicções, a fim de descobrir a coerência irrevogavelmente fáctica dos elementos que a compõem. Mesmo que o retrato então revelado imponha-se como uma “incoerente verossimilhança”. Pode-se dizer que talvez seja mais árduo para o artista criar algo que esbarre em suas aspirações ideais, que se oponha a seu ser. Porém, a fecundidade da vocação criativa supera os limites da indiferença, legitimando cabalmente a intenção crítica estabelecida na refiguração do real. Por sua vez, é o que ocorre no maestral e contundente enfoque formal dado por Graciliano Ramos aos aspectos sócio-políticos em choque com seu substrato ideológico. E, frisamos, uma ideologia calcada num profundo humanismo, fruto de um temperamento extremamente sensível às condições e ao destino dos “viveres”, como gostava de dizer, (termo que em seu significado englobaria tanto o humano como os animais) e que ensejaria o posicionamento pautado pelas duas atitudes críticas anteriormente referidas.

Outrossim, no tocante ao assassinato do Mendonça, a prática homicida é justificada por Graciliano em sua inserção no espectro ético-cultural que encapsula o homem nordestino. O crime de morte, seja por vingança, por honra ou por conflitos de propriedade, é, deste modo, contemporizado, e o acusado absolvido de sua culpa. Este argumento pode ser atestado na página 109 das *Memórias do Cárcere* quando ele escreve: *Na minha terra uma vida representa escasso valor... Eliminar um cristão significa afastar um concorrente aos produtos minguidos, em duros casos serve para restabelecer o equilíbrio necessário... O delito máximo é o que lesa a propriedade.*

Quer dizer, a partir de uma tese evolucionista fincada num culturalismo geográfico, o roubo é categorizado como crime, e o homicídio não. Um determinismo regional que assume ares de universal enquanto possibilidade de interpretação do mundo a partir de uma localidade⁶. A resignação diante dos desígnios impostos por esta terra nativa, através dos determinismos sócio-históricos da cultura sertaneja nordestina, estender-se-á, por sua vez, a uma ótica da própria essencialidade do humano. Hipótese que explicaria a aceitação cínica pela qual o

⁶ Curiosamente, note-se como o autor inicia o trecho citado: “La na minha terra ...”. Neste e em outros tantos trechos da *Memória do Cárcere*, ele usará este modo indicativo de um lugar – origem, como ponto de partida analítico da circunstância em que está situado.

autor enfrenta a facticidade do destino, culminando este na absurda banalidade do desaparecimento do “ser indivíduo”, representado exemplarmente pela cova esquecida e desprezada do Mendonça.

Deste modo, a morte do personagem, em decorrência do tratamento textual, é alçada à questão propriamente filosófica, inserida no campo das ditas preocupações “existenciadoras” do autor.

7. Capítulo 08 “Os fins justificam os meios”

Verificamos neste capítulo a segura distância tomada pelo autor em relação ao protagonista do romance, na medida em que conclui a sedimentação do caráter deste pelo esclarecimento de suas pretensões e seus fins.

Descrevendo a tragédia ascensional de Paulo Honório, o autor realiza-o como pura figura maquiavélica: *Na intenção de possuir as terras de São Bernardo, considere legítimas as ações que me levaram a obtê-las.* Como um “dragão teleológico” ele irá seguir sempre em frente, ateando fogo em quaisquer empecilho que lhe interponha o caminho. Sabedor confiante do rumo a tomar, este tinha um único fim: a transformação da primitiva e ultrapassada propriedade de São Bernardo num modelo empresarial de fazenda, norteadas pela mais moderna lógica desenvolvimentista.

Num prazo de 05 anos São Bernardo torna-se uma fazenda-modelo, encarnando perfeitamente os ditames do progresso tecnológico. Em suas terras cultiva-se o algodão e a mamona; introduz-se a pomicultura e a acquicultura; cria-se o gado limosino e galinhas orpington; e, através de operações de crédito, adquire maquinários para o enriquecimento da produção – descaroçadores, uma prensa, um dínamo –; constrói-se benfeitorias como uma serraria, um banheiro carrapaticida, um estábulo; e, por fim, abre-se uma estrada de rodagem para o transporte eficaz da produção.

Porém, não foi sem percalços que Paulo Honório construiu a “concretude” de seu sonho. Pois, tal como sua vida pregressa, os objetivos foram sendo alcançados na base de uma valentia cega. Levou um tiro de emboscada, ferindo-se no ombro; cicatrizes de uma luta que ao vencedor cabem os despojos do vencido. Todavia, estava no perfeito cálculo de uma vontade empreendedora o seu sucesso. Respalado, é claro, pelo clientelismo dos “amigos-urubus” que, admirados pela envergadura da empresa, estavam sempre a postos, “de olho nos restos da botija”.

Uma ética do trabalho guiara Paulo Honório. No entanto, além do lucro, do acúmulo de capital, e do conseqüente poder ligado a ele, o sentido da energia despendida no trabalho estava na concretização de um projeto-miragem antigo, que o acompanhara desde muito cedo, quando ainda ajudava a velha Margarida na venda de seus tachos de rapadura. Tinha vocação para tanto – e o que é o mundo se não o espaço onde realizamos nossas vocações. Porém, não devemos ver nesta ética, uma moral cristã legitimadora do espírito capitalista⁷. O motor que o impulsiona parece não funcionar apenas com o combustível do acúmulo de dinheiro – a ambição da fortuna –, mas com o ideal da concepção de uma São Bernardo plenamente produtiva.

A fazenda atingira tal nível de organização que se tornara exemplar, recebendo a visita do governador do Estado. Após a apresentação da fazenda um lauto almoço foi oferecido. Contudo, parecendo não estar totalmente satisfeito, a autoridade republicana lança uma comprometedora pergunta: – Mas o Sr., seu Paulo Honório, não possui uma escola em São Bernardo? O que pensar da educação de seus moradores? O proprietário, atônito diante da inesperada inquirição, responde com seu faro de oportunismo politiqueiro: – *Vossa excelência quando vier aqui outra vez, encontrará essa gente aprendendo cartilha.* A despedida do governador celebrizou-se pela inauguração da estrada de rodagem. Logo após a partida, com a poeira ainda a assentar, Paulo notou-se agitado, reclamando consigo: – Que serventia tem dar escola para essa gente? Porém, passado o irritadiço, vislumbrou as vantagens que o investimento na construção de uma escola poderia trazer. Contrapesou-as com os gastos e concluiu que no fim sairia como um bom negócio. Aproveitou a oportunidade para aliviar a consciência: chamou o Padilha a um canto oferecendo-

⁷ No sentido da ética protestante preconizada na clássica obra de Max Weber: *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

lhe o cargo de professor a 30 mil réis por mês. E assim como *a escola seria um capital, (...), os alicerces da igreja eram também capital.*

Na assertiva oriunda da voz do personagem-narrador, ecoa, subjacente, a crítica social do chefe de instrução pública de Alagoas, Graciliano Ramos, recolhido a correção penal por sua atuação “revolucionária” quando do exercício do cargo.

Mostra-se, assim, em sentido inverso ao capítulo anterior, a diferença entre sujeito-autor e sujeito-narrador, reforçada pela tragédia familiar descrita na página 38/39 do livro: *Na pedreira perdi um. A alavanca soltou-se da pedra, bateu-lhe no peito, e foi a conta. Deixou viúva e órfão miúdos. Sumiram-se: um dos meninos caiu no fogo, as lombrigas comeram o segundo, o último teve angina e a mulher enforcou-se.* Observamos como o ritmo seco das orações verbais sugam o sentimento de horror diante do que, sem exageros, caracterizaria-se como um extermínio familiar. Se, na passagem da cruz aleijada a ironia identificava o personagem ao autor, nesta, a causticidade crítica da fala de Paulo Honório dissocia-se do horizonte ideológico do criador. Ocorre, assim, uma espécie de paralelismo oposicional entre a voz de um e a consciência do outro, o qual encerraria a premeditada distância entre o visível da oralidade de Paulo Honório, e o recôndito intencional da escritura de Graciliano Ramos. Esta inferência é asseverada pela absurda inversão de bom senso existente na crítica preconceituosa da fala de Paulo Honório. Para ele, as próprias vítimas são culpadas pela condenação de seus destinos, transformando-se em algozes de si mesmas. O que explicaria satisfatoriamente a trágica miséria daquela gente.

Esclarece-se assim a intenção autoral suplementar ao texto: a de expor o modo perverso pelo qual os senhorios proprietários e, em conseqüência todo o círculo de poder ligado ao capital, justifica-se ideologicamente. A saber, pela lógica falaciosa inerente ao poder institucional que atribui à natureza fraca do indivíduo a culpa de sua miserabilidade.

Neste contexto encontramos o homem de esquerda, Graciliano Ramos, inserido na corrente de idéias de cunho Marxista-Leninista⁸, cujo projeto idealista de um mundo mais justo realiza-se em perfeita concomitância com a respectiva gênese de seu projeto estético.

⁸ Neste ponto ele é contemporâneo de toda uma geração de artistas e intelectuais imbuídos daquele espírito de certeza reformadora, inspirado pelo paradigma da dialética evolucionária materialista.

Acomodado o falatório acerca do ocorrido, Paulo Honório decide proteger as filhas do Mendonça. Compadecido da situação *das pobres*, manda limpar o algodão da fazenda do Mendonça, a *Bom Sucesso*. Afinal, o desaparecimento dele rendeu para São Bernardo *alguns braços a mais de Massapé*. Contribuiu para tanto o orgulho patriarcal de uma padrinhagem pela qual o chefe protege a viúva e os órfãos desamparados que, em troca, cederiam “favores”. Não seria este o caso das Mendonça, por preponderar, talvez, na decisão de Paulo Honório, um certo estranho peso na consciência.

8. Capítulo 7- Ah! Quase esqueço de seu Ribeiro!

Encontrei um velho alto, magro, curvado, amarelo, de suíças, chamado Ribeiro.

Através desta prodigiosa descrição física, em que os termos, ritmicamente pousados, soam aos nossos ouvidos qual uma percussão, a impoluta figura de Seu Ribeiro é apresentada.

O relato da vida pregressa do guarda-livros Ribeiro comporta-se como uma história dentro da história. Sem maiores explicações, após o conhecer, Paulo Honório simpatiza com ele, convidando-o para a função de contador em São Bernardo.

A ocupação de contador é explorada em vários momentos do livro. A personalidade de seu Ribeiro, com sua calma fleumática, está sempre a aparecer, lançando partidas dobradas de débito e crédito nos livros-caixa. Esta atividade, necessária a perfeita administração da fazenda, afigura-se como símbolo do desenvolvimento empresarial-capitalista desta, com suas complexas e intrincadas operações de compra e venda, empréstimos à juros, receitas, dívidas, etc. A pessoa de Seu Ribeiro poderia, a princípio, parecer contraditória com estes avanços, dado o seu jeito pretérito e antiquado. Porém, se levarmos em conta que a ciência contábil existe desde a revolução comercial, com o aparecimento dos bancos e das

grandes companhias mercantis, reconhecemos no velho preciosista e detalhista uma autoridade na matéria.

Já no relato da comunidade justa liderada por seu Ribeiro, entrevê-se na visada histórica acerca dos tempos do império, uma espécie de nostalgia antropológica. Motivada, talvez, por uma ética romântica idealizadora de uma perfeita organização político-social, comportando-se como uma utopia contraposta à distopia do presente hodierno. Ética correspondida pela sabedoria salomônica do retilínio Ribeiro na condução da ancestral vila.

Não se sabe se é pelo conteúdo admirável da história do nobre personagem, ou tão somente por ele transmitir uma irretocável honestidade, a que se deve o convite de sua ida para São Bernardo. O curioso é que sua poeirenta figura desperta uma reverência por parte do patrão-anfitrião que não se nota no tratamento dado aos outros personagens do romance. Por fim, o comportamento indelével de seu Ribeiro servirá sempre como contraponto moral aos lances e desenlaces da história da fazenda. Como uma sombra muda, guardando para si a antevisão profética da fortuna dos personagens.

“O MASSAPÊ”. Escrito sobre o solo auspicioso de Gilberto Freyre

Naquele tempo algumas braças de Massapê valiam muito para mim. Ninharia o massapê.

Nota-se que o narrador refere-se às terras que compõem aqueles sítios como Massapê. A princípio, questionáramos se esta qualificação assume um valor geral – expressão de uso regionalizado –, ou se especificaria um tipo geofísico de solo (questão que se resolve ao contemplarmos as duas alternativas).

A referência ao Massapê indicaria um possível contexto geográfico onde estariam situados as terras de São Bernardo. Digo, possível, pois, de imediato, remeteríamos o termo massapê às vastas plantações de cana-de-açúcar da zona da mata alagoana e pernambucana. Porém, (numa investigação cartográfica a partir dos dados descritos, localizáramos a fazenda, a uma légua e meia da

cidade de Viçosa, aproximadamente a 70 quilômetros do litoral alagoano, e a 120 quilômetros do rio São Francisco, onde fazem fronteira os quatro estados nordestinos mais meridionais). Tal mapeamento servirá de base para uma importante constatação: a de que São Bernardo encontra-se no limiar entre a zona da mata alagoana e o aparecimento das terras áridas características de uma região agreste. Portanto, formado por um meio-ambiente sincrético, que mantém características de dois distintos ecossistemas, influenciados estes por macroclimas marcados pela fundamental oposição presença/ausência de chuvas.

Temos, assim, justapostos no livro, as “manchas de mata”, resquícios da primeira mata atlântica, e a vegetação de caatinga, peculiar à grande zona semi-árida nordestina. Confundem-se nele o barro pegajoso do massapê, “que se agarra as pernas da mulata”⁹, com a dureza do solo pedregoso, por vezes gretado, do agreste acatingado.

Tal convivência, de dois diferentes complexos naturais com seus respectivos elementos coexistindo numa região delimitada, pode ser estendida ao elemento humano – cultural que o habita. Em Paulo Honório encontraremos estes dois universos como fatores integrantes de sua pessoa. Nele, vemos unir-se o fazendeiro pecuarista sertanejo e o senhor de engenho da zona da mata no que têm em comum: a posse da terra produtiva, e a decorrente autoridade proveniente dela.

Este paralelismo fisionômico e temperamental entre o físico e o humano, podemos encontrar na própria recriação autobiográfica de Graciliano quando, no livro *Infância*, no capítulo intitulado *Manhã*, ele descreve os respectivos avôs paterno e materno. Ao avô paterno que “possuía engenhos na mata”¹⁰, retrata como homem fraco, “achacado” para a vida prática, do embate diário com o outro; porém civilizado, bom músico, dedicando-se a fabricação paciente de “urupemas”¹¹. Já o avô materno, “de perneiras, gibão e peitoral”, encarnaria, dentro do traje encourado, o homem sertanejo forjado no seio interativo entre território e atividade produtiva, a saber, sertão e pecuária. Os dois simbolizariam

⁹ FREYRE, Gilberto. *Nordeste*, p. 46-47, e, ainda, “o massapê não tem aquele ranger de areia dos sertões que parece repelir a bota do europeu e o pé do africano”.

¹⁰ RAMOS, Graciliano, *Infância*, p. 22.

¹¹ A urupema é uma espécie de peneira feira de um tipo de fibra vegetal que pode servir tanto para utilidades culinárias como, na forma de esteira, para vedação de teto, paredes, janelas etc. O seu fazer artesanal exigiria uma paciência comparável ao ofício de escritor. Assim como faz G. Ramos quando descreve com minúcia o procedimento das lavadeiras “lá de Alagoas” no rito de seu ofício. SCHMIDT, Augusto Frederico. *Entrevistas: Homenagem à Graciliano Ramos*.

em suas diferenças, as duas culturas históricas estruturantes da região denominada nos anos 20 do século passado, como Nordeste¹²: a cultura da cana-de-açúcar, por um lado, e a cultura do couro-carne por outro. Uma mais ao mar, outra mais a terra. No avô paterno, o olhar baixo, voltado para o artifício do meandro das cordas das urupemas; no materno, o observador sagaz, conhecedor experiente das relações peculiares a seus domínios.

Neste capítulo o narrador apresenta um certo Fidélis *que antes furtava galinhas e hoje é senhor de engenho*, desdenha de Paulo Honório: *para que construir um açude quando o rio não seca*. Esta afirmação interrogativa revela quase involuntariamente uma mentalidade litorânea, pois os rios menores que correm o nordeste adentrado não são perenes, remetendo o Fidélis ao homem da zona da mata, onde os rios médio e pequenos nunca secam¹³. Portanto, se a mata caracteriza-se por um extravagante excesso de água, o senso de economia que atravessa, cortante, o temperamento sertanejo deve-se ao convívio perpétuo com a escassez de água e, periodicamente, com a total ausência dela.

A impiedosa e imperiosa necessidade histórica de salvaguardar a pouca água provida pelos céus, quiçá tenha criado o modo avaro pelo qual o homem sertanejo relaciona-se com as coisas à sua volta. E, só através da qual tenha conseguido sedentarizar-se em território, se não inóspito, bem pouco acolhedor.

Assim vemos a inclemente geografia associada à secura do temperamento do personagem, e nas exaltadas manifestações de parcimônia¹⁴ econômica deste uma inequívoca índole sertaneja. No ato, dito despropositado pelo Fidélis, o de construir um açude, Paulo Honório ratifica sua veia de guardador de água, desconfiado da boa vontade das chuvas.

Sempre pensei, desde as longínquas aulas de geografia, o massapê como uma argila vermelha. Descubro-o no livro de Gilberto Freyre que também aparece como um “humus negro, compacto, viscosíssimo, que triturado nos dedos faz sentir-se uma sensação de unctuosidade”.

¹² Sobre a gênese de uma identidade “nordestina”, ver o livro do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, *A Invenção do Nordeste*.

¹³ Freyre atribuirá à perenidade destes “rios sancho-panças, sem os arrojos quixotescos dos grandes” a eclosão da cultura da cana-de-açúcar. *Nordeste*, p. 61.

¹⁴ Parcimônia que não corresponde à avariza burguesa – uma mesquinhez no apego ao dinheiro. Antes expressaria o sentido latino do verbo economizar –, de por ordem na casa. Neste sentido o personagem de Graciliano não se confundiria com o Monsieur Grandet, de Balzac, que ao voltar do trabalho, reclinado na cadeira, estendia as pernas sobre o baú de suas economias.

9. Capítulo 09 – Considerações diversas – Madalena é renunciada

Num belo dia qualquer, estavam João Nogueira, Azevedo Gondim e o Padilha, a prostrar no Alpendre. Peguei-os elogiando as pernas e os peitos de uma moça chamada Madalena. Diziam-na bonita e lourinha por um lado; por outro, sisuda e educada. Não acordavam sobre a idade, uns vinte e tantos. Era professora. Tinha vindo caminhando, aproveitando a fresca da tarde, o sol a baixar.

Se há algo que foi levado do homem na transição da vida rural para o urbanismo moderno, encontramos-lo na imagem de um passeio no campo ao cair do sol. Vendo-se de qualquer ponto o dêgradê alaranjado, caminha-se sobre o espaço largo, conversando-se desinteressadamente assuntos moles. Grupos de marrecos alçam vôo no horizonte prateado, lançando seu grasnar agudo e rouco; cigarras ociosas praticam um canto contínuo, concorrendo com o descontraído concerto dos sapos instalados nos brejos próximos. A passo lento, o melhor é retornar antes da noite fechada, a precaver-se da raposa e do lobo guará. Mas, neste dia, *o luar estava muito branco. Um pedaço de mata aparecia, longe, e distinguam-se as flores amarelas dos paus – d’arco*¹⁵.

Paulo Honório julga-se superior ao advogado João Nogueira. Aliás, vê-se nele o menosprezo do homem rural a tudo que não esteja de alguma maneira ligada a terra. A inferiorização da pessoa alheia é de nenhum outro modo mais eficaz que pela violência da linguagem. Aproveitando-se do domínio natural no uso da proverbialidade da tradição oral nordestina, dota seus comentários de uma verve jocosa. Do periodista Azevedo Gondim diz *ter um sorriso que achata ainda mais o seu nariz*; ao Padilha qualifica impiedosamente: *tão miúdo, tão chato, parecia um percevejo*.

E por falar no sofrido Padilha, vimos saber pelo Gondim que possui potencial para a escrita. Até publicou uns contos no cruzeiro. Só é inseguro, disfarçando-se

¹⁵ O pau-d’arco talvez seja mais conhecido hoje em dia como o Ipê amarelo, primos-irmãos do Ipê rocho e do Ipê rosa.

sob pseudônimos. Presenciamos nele, assim como no João Valério, de *Caetés*; e no Luis da Silva, de *Augústia* – porém neste último em menor grau –, o vulto do escritor frustrado, iludido por uma pretensa ou fantasiosa vocação, não conseguindo concretizar seu virtual talento. Ou conseguindo-o mediocrementemente, o que não permite a obtenção de êxito e o conseqüente estabelecimento no ofício. Poderíamos vincular esta ambição, recorrente na obra de Graciliano Ramos, ao prestígio social adquirido pela figura do escritor reconhecidamente popular, vangloriado nos jornais, comparável nos nossos tempos de império da comunicação visual, ao status social das atuais estrelas televisivas.

Segue-se neste capítulo, prosseguindo nos seguintes, uma discussão politqueira acerca da sucessão à prefeitura de Viçosa, bem ao estilo da república velha. Quem apóia quem; quem galga o poder, quem descamba dele...

Verificamos a vacuidade das opiniões participadas no colóquio, pautado apenas pelos mesquinhos interesses políticos nas eleições vindouras¹⁶. Começam a ser introduzidas, incipientemente, algumas referências à conjuntura dos debates ideológicos da época. Alguns termos são usados distorcidamente, como o de revolucionário, atribuído ao Padre Silvestre pelo Nogueira. Também no Padilha encontraremos uma nova faceta sobreposta à do escritor terço: a de agitador-propagandista de teorias subversivas, tentando conscientizar os empregados de São Bernardo da condição de espoliados em sua força de trabalho. Assim vemos fazê-lo no episódio em que tenta doutrinar o Marciano, marido da Rosa, que só não é posto pra fora com os quatro filhos esmulambados porque Paulo Honório não tinha “tanta autoridade assim sobre a Rosa!”.

A questionável sinceridade do espírito reformista do Padilha nos faz notar que a escolha dele como porta-voz de um ideário de esquerda remeteria a um caráter não apologético desta ideologia. O autor prefere adotar uma neutralidade de postura a fim de privilegiar, acreditamos, a fidedignidade do olhar sobre o momento histórico do qual é testemunha. Constatamos, então, como no contexto rural-urbano do nordeste da época, e talvez do País como um todo, as concepções socialistas,

¹⁶ Asseveramos este comentário pela leitura dos autores nordestinos ditos regionalistas. Especificamente nos livros de Jose Lins do Rego que compõem o ciclo da cana-de-açúcar, nos quais encontramos tam bem representadas as conveniências eleitoreiras dos políticos locais coronelistas. Até que ponto algo mudou no “país de São Saruê”?

expostas numa semântica complicada porém inédita, tornam-se sedutoras quando de sua transmissão para ouvidos incautos. Homens formados pela boa educação das antigas escolas públicas, mas oprimidos pela estreiteza de uma vida culturalmente limitada e tacanha, contagiam-se pela novidade das sentenças, alimentando um contido espírito passional por mudanças no discurso moderno da promessa de um mundo novo e diferente.

Estas disposições políticas encontradas nos personagens de *São Bernardo*, como que pressagiam a panorâmica humana vista e descrita por Graciliano Ramos nas *Memórias do Cárcere*. Movimentando-se fantasmaticamente pelos limites da carceragem, alternando um sentimento de pertença e alheamento pela dinâmica a sua volta, encontra no porão do navio-prisão alguns tipos carregados do mesmo idealismo ambíguo que vemos habitar o Padilha. Hipótese passível de contestação, posto a forçosa singularidade da história de cada um; no caso do Padilha, ele parece nutrir sua crença numa ira vingativa contra um mundo que o desterrou, condenando-o à humilhação do aceite canino das migalhas oferecidas por seu algoz.

É oportuno, neste momento, uma consideração acerca da ênfase no personagem do Padilha. Ela é necessária na medida em que nos servimos da forma geométrica do triângulo equilátero para pensar a relação dos três principais actantes do romance. Os lados iguais corresponderiam à importância semelhante dos seus respectivos papéis. Por ser o narrador, Paulo Honório ocuparia o vértice assimétrico do triângulo. Madalena e Padilha, por sua vez, funcionariam como sombras àquele, refletindo-lhe uma forma identitária distorcida na qual não se reconhece, mas da qual, por seu caráter de sombra, não pode desapegar-se. Exemplificaríamos esta geometria comparativa pelo escuso propósito do convite feito por Paulo Honório ao antigo proprietário de São Bernardo, com o conseqüente retorno deste às suas terras. Pondo Padilha no interior de seu círculo de poder, sob a mira de seu bel-alvitre, concede-lhe um favor, ao mesmo tempo ajudando-o e humilhando-o. Vemos que os dois personagens estabelecem desde o início da história um laço dicotômico, seja em caráter: trabalho e ócio; seja em posicionamento social: o explorador antes explorado, o revoltado antes acomodado. O mesmo ponto de vista incide na relação afetiva entre Paulo Honório e Madalena a qual abordaremos posteriormente.

Por fim, o elemento natural sempre descrito pelo narrador, é agora realçado no olhar triste do Padilha, que *observava as novilhas pastando no capim-gordura, à margem do riacho, e o açude, onde patos nadavam (...).*

10. Capítulo 10 – É dia de feira

(...) *O Sábado também se perde, por causa da feira (...)* Dia de feira no interior é dia de folga. É quase dia de festa. A gente toda vai a cidade mais próxima comprar os mantimentos da semana. Vai-se como pode: a pé, em lombo de burro, em carro-de-bois; a depender da distância precisada de ser encoberta. A de São Bernardo à Viçosa, por exemplo, era de duas léguas, muito chão, doze quilômetros e pouco. Em nossos tempos, é a caminhonete do patrão que leva os moradores à cidade. Sai cheia, com eles sentados na parte de trás, aberta, acomodando-se como podem aos solavancos do veículo - na boléia vão só os familiares. Saem com as sacolas vazias, a paga semanal contada, com a certeza que os bolsos voltarão vazios e os sacos preenchidos só a metade. Não obstante, é dia de alegria, da azáfama barulhenta das ruas, do encontro com os compadres distantes, do gole de cachaça – alguns um tanto perdidos no álcool exageram, pondo a perder o ordenado –, do jogo de roleta com cigarros coloridos.

Curiosamente, não se sabe o porquê, cada cidade achou de ter um dia de feira específico, escolhido entre os cinco dias de feira do vernáculo português mais o Sábado; fora o Domingo, que não é dia pagão, é religioso. Em Viçosa a feira era no sábado, como nas feiras tradicionais das cidades maiores – Caruaru, por exemplo –, já no município de Sumé, lá nos cafundós do Cariri paraibano, não se sabe a razão de o dia historicamente eleito ser a segunda-feira.

Num destes feriados de mentira, Paulo Honório, querendo matar o tempo, distraia-se ouvindo uma tentativa de comunicação entre o Padilha e o Casimiro Lopes. É interessante como os dois caracterizam tipos temperamentais associados as duas regiões geográfico-culturais discernidas no segmento intitulado “Massapê”.

O Padilha é o homem da mata, que *fala muito e admira as ações violentas*. Casimiro Lopes encarna o sertanejo, para quem a fala é um ato torturante; só conseguindo expressar-se pela articulação formal da linguagem à custa de sofrimento, Casimiro *passava horas calado*, e quando o espírito, satisfeito, impunha uma saída do arraigado silêncio, o cabra aboiava.

O homem letrado da zona da mata, dado a proximidade com as capitais litorâneas, forma-se numa mescla de urbano ruralidade comum àquela época de uma ainda proto-urbanização. Mistura aos valores apregoados pela modernidade de então, às noções seculares da cultura rural arraigada no modo produtivo (propriedade-monocultura-escravagismo). Aliado ao ócio físico da leitura, talvez em decorrência dele, provinha a admiração do Padilha pelas violentas ações associadas ao sertanejo Casimiro Lopes.

O Aboio

O canto de aboio dos vaqueiros sertanejos é um canto de trabalho – como os *working- songs* dos escravos negros americanos –, além de possuir o fundamento de meio de comunicação com o gado bovino. Ao mesmo tempo um instrumento de ordem, como um modo sentimental de guiar o gado; quase uma conversa, pois é atestado que os bovinos possuem sensibilidade musical. O aboio é uma espécie de canto grave, composto no início pelas interjeições locutivas: Eh!Gado! Oh!Boi!; seguidas usualmente por um termo adjetivante da manada: Bom, Manso, etc. O vaqueiro também se refere diretamente ao boi ou vaca, invocando-o pelo nome próprio: Violino, Boneca..., atribuindo a cada rês uma denominação. Assim, além de instrumento de ofício na condução do gado: para o pasto, para o açude, de volta ao curral; o aboio assume uma expressão afetiva, um extravasamento do ser que, por não conseguir ordenar-se em linguagem, mantém-se no fundo hábito do silêncio.

O aboio, agregando às escassas palavras soltas do dialeto do vaqueiro a originalidade de melopéias onomatopéicas, permitirá a Casimiro Lopes o imprescindível momento de alívio do redemoinho oco e incompreensível do que está por dentro.

Mãe Margarida era a mãe de criação de Paulo Honório. Guardou-a sobremodo na memória que, após estabelecido, cuidou de resgatá-la lá em Pão-de-Açúcar, na beira do rio São Francisco. Criou-o a base de sábios e práticos conselhos, tirando o sustento de um tacho velho onde, com a ajuda dele, fabricava rapadura. No resgate da dura história de sua meninice, sobressai-se, preponderante, a imagem benfazeja: uma diminuta casa de taipa, um tacho velho ao centro, e o conforto seguro da presença maternal de Mãe Margarida. Instalou-a em São Bernardo, comprando-lhe *clichês e vinhetas*, e um tacho novo.

11. Capítulo 11 – SEM TÍTULO

Não me ocupo com amores, devem ter notado.

Antes de tratar da pretensa não inclinação do personagem para o amor, ressaltaria a sombra machadiana que ronda este capítulo. Na frase reportada acima constatamos a auto-referenciação do personagem-narrador no melhor estilo Brás-cubas.

Na redundância do complemento “devem ter notado” o narrador parece querer enfatizar uma faceta sua, solicitando ao leitor uma maior atenção para com ela. Como se requisitasse uma compreensão mais acurada para uma questão que, diante da negação de sua importância – os amores não tomariam o tempo dele –, revelaria justamente sua fragilidade.

Este pedido indireto e sutil, de ajuda ao leitor, extrapolando a fronteira fixada entre obra e leitor, insere a narrativa numa espécie de linhagem do romance moderno. Nesta direção, vemos romper-se qualquer promessa de rigor tipológico do personagem central, o qual se narra incompleto e incerto. Com efeito, a relação de Paulo Honório com as mulheres, e a posterior história de seu casamento com Madalena, desconstruiria a categorização do homem machista, e o respectivo discurso ligado a ela – o tratamento da mulher como objeto. A afirmação de Paulo “mulher é bicho difícil de governar”, deve ser lida como ‘signo truncado’,

apontando em outra direção que a óbvia postura do homem-medusa, o qual só consegue interagir com o outro na medida que o coisifica. A predicação do gênero feminino contida na frase acima trairia sim, a insegurança com o que lhe é desconhecido, revelando a falta de jeito para com as mulheres. A brutalidade de sua vida pregressa, no seco costume de só estar entre homens, faz com que as poucas aproximações com o sexo oposto tenham um caráter puramente sexual, desprovidas de sentido afetivo.

O fato é que no estágio mediano de sua vida, de homem realizado pelo poder econômico, instalou-se-lhe uma insatisfação, que ele mesmo não se dá conta qual seja. Talvez traduzida pela necessidade gregária do humano de compartilhar a vida com o outro, fugir da solidão monádica. Como para cada um este sentido toma uma conjunção própria (pode-se querer partilhar os ideais, as vontades, os objetivos, ou apenas o corpo), para nosso personagem significaria compartilhar seus bens, sua propriedade. Neste caso, surgiria como preponderante da busca de uma companhia, a vontade de conceber um herdeiro. Pois, qual o sentido da construção de um patrimônio senão repassá-lo a um filho-herdeiro, perpetuando-o sob a égide de uma consaguinidade familiar. Por outro lado, não podemos desvincular a busca por um herdeiro da formação do triângulo familiar estabelecido pelo casamento, pela vida de casado. Já que ele poderia simplesmente ter um filho para tal finalidade. Enfim, observaremos que o intuito de Paulo Honório ao casar-se não se filiava apenas ao desejo de conceber herdeiros, posto que, após o suicídio de Madalena, o primogênito ficou-se a deriva, sem qualquer resguardo além da companhia de Casimiro Lopes.

Numa terra onde a Zoofilia é grotescamente eventual, a sexualidade está por completo dissociada das ilusões românticas trazidas pelo projeto burguês da era moderna, convencionadas na acepção atual da palavra amor. O tipo de sexualidade comum na sociedade patriarcal nordestina é remanescente do grande esforço colonizador português – fazia-se mister reproduzir-se, não importando com quem ou como.

A moral monogâmica consagrada pelo casamento enquanto instituição só era resguardada no intuito da manutenção das propriedades pertencentes aos recém-formados brasões coloniais da nova colônia. Era como se a tradição cavalheiresca do amor cortês não tivesse chegado à nova terra, onde os portugueses, ao descer

das caravelas, escorregavam em índias nuas¹⁷. Esta despreocupação, ou simplesmente ausência de um sentimento amoroso, no contexto geral do homem nordestino, para o qual o casamento teria apenas o sentido objetivo da constituição de uma prole oficial – pois fora dele continuava a emprenhar as caboclas moradoras de seus vastos limites senhoriais –, explicaria a frase inicial do capítulo: “não me ocupo com amores”. Isto num primeiro momento pois identificaria o Sr. Paulo Honório com o estereótipo do homem machista nordestino; após este, então, alça-lo-á à condição de persona contraditória quando, após a morte de Madalena, e mesmo antes, sem ter consciência disto, descobre-se có(movido) pela figura da esposa. A conveniência genérico-sociológica do personagem é, assim, implodida, assumindo a complexidade do ser livremente perdido em sua individualidade.

Poder-se-ia afirmar que, pela necessidade sócio-histórica de sua condição, o ‘machista-nordestino’ não fugiria ao conjunto ideológico-institucional dos valores e crenças nos quais se formou. Quer dizer, não teria espaço existencial para cogitar juízos morais, e, por efeito, sofrer inquietações decorrentes de uma desconfiança com sua natureza ou comportamento. Ao contrário, viveria seguro, insistindo na perpetuação de seu mundo pela transferência de suas crenças e valores aos descendentes.

Não obstante este tipo geral, iremos encontrar senhores de terra nordestinos que, de algum modo, fogem as características observadas acima. Talvez porque oriundos de uma outra linha migratória mais recente que a portuguesa. Para exemplificar a exceção confirmadora da regra, trazemos à baila a história de um judeu alsaciano que emigrou para o Brasil fugindo da guerra franco-prussiana de 1872. Adotando o ofício de mascate conheceu uma moça amulatada no cafundó de um interior nordestino, casando-se e fixando-se como proprietário de terras. Renomado pela fidelidade à esposa, originou uma linhagem de homens respeitados pela mansidão de caráter, que em nenhum momento alteravam a fala pacífica na necessidade de exhibir autoridade.

Depois de ter se remetido a filha do Juiz Magalhães, D. Marcela, apontando-lhe os defeitos: *o que tinha de ruim era usar muita tinta no rosto e muitos ss na*

¹⁷ “O europeu saltava em terra escorregando em índia nua”. Em FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Tomo I, p. 130.

conversa; utilizando-se, assim, do costume de traduzir as pessoas pela ênfase metonímica de suas imperfeições, o narrador encerra o capítulo 11 com um parágrafo digno do mais puro aroma machadiano: *esforcei-me por trazer de novo ao espírito as tintas e os ss de Marcela*. Alguma semelhança no ar com o estila do autor de “conhecia-o de lugar e de chapéu”.

12. Capítulo 12 – “02 SEMANAS NÃO SOMAM 15 DIAS”

Necessitando resolver uma questão legal à espera de uma *penada nos autos*, ‘nosso herói’ resolve fazer uma visita ao Dr. Magalhães, Juiz de Direito. Por sob esta visita de cortesia assobiava as curvas da filha, D. Marcela – . Desta forma mataria dois coelhos com uma só cajadada, novamente a visão prática das coisas. Uma vez lá deparou-se com a brilhante oposição argumentativa do douto juiz quanto a exatidão do número de dias que compõem duas semanas, tornando, o que era uma inconseqüente conversa de salão, num qüiproquó sem fim. A figura do ilustre juiz, já ridicularizada em seu perfil estético: *um nariz grande, um pince-nez e por detrás do pince-nez uns olhinhos risonhos*, soçobra de vez na reles vaidade de teimar¹⁸ em discutir com a filha questão tão banal. Além disto, notamos uma crítica ao espírito positivo do juiz quando este manifesta seu repúdio pela literatura dizendo-se imparcial e frio no exercício de sua função jurisdicional. Para, depois, revelar-se uma fraude, quando fica claro sua faceta venal ao fazer pesar a balança para o lado de Paulo Honório, numa pendenga jurídica não explicitada na história. É, pois, na reunião das autoridades viçosences na casa do juiz Doutor Magalhães que Paulo conhece pessoalmente Madalena, recebendo desta um sopro inesperado de paixão. À dona Marcela, possuidora de *uma peitaria, um pé-de-rabo, uma toitiça!*, prefere intimamente as lindas mãos e os grandes olhos azuis da mocinha loura.

De resto, observamos neste capítulo a importância, um tanto falsa, que a arte literária assumia naquele contexto. As senhoras liam os romances a fim de

¹⁸ “Uma teimosia de jumento”. Se é que este simpático e querido “irracional”, de presença tão marcante numa antropologia da vida do homem nordestino, mereceria esta depreciativa comparação.

preencherem seus vazios fastidiosos, em busca de licenciosidades só permitidas no espaço-tempo literário. E, quando em vez, comentar os enredos nos encontros sociais, como acontece hoje, quando as conversas giram em torno do último capítulo da novela; como a suprir, mesmo com as mais banais e repetitivas tramas, uma insaciável necessidade do novo, uma curiosidade voraz por parâmetros e comportamentos glamourosos, os quais teriam a função de substituir a inevitável insatisfação rotineira da vida que se leva. Já o fato de, à meia-noite, no hotel, o advogado João Nogueira discutir poesia com o Azevedo Gondim, irá agora remeter-nos não mais a prosa romanceada e sim a arte poética, esta inflamadora de nervos e corações, de um certo modo sempre associada ao espírito boêmio – arrivista da época. Não informando-nos em que estilo de época poderia enquadrar-se o tema poético em questão, suporíamos, hipoteticamente, tratar-se de uma poesia parnasiana, porém de inspiração romântica à Bilac; isto se acreditarmos que os arroubos modernistas ainda não pautavam as discussões culturais da elite local. Como também seria curioso saber quais os pontos teóricos de discussão dos dois personagens, já que lhes sabemos contextualizados na mentalidade tacanha da intelectualidade descrita no romance por Graciliano Ramos. Por outro lado, o que supõe-se é que naquele círculo a poesia era considerada de maior valor literário que a prosa; não a prosa política das discursos ou a dos ensaios positivos de cunho nacionalista, mas àquela publicada nos folhetins dos jornais, que incitava a curiosidade dos leitores até o próximo capítulo publicado¹⁹.

Neste momento seria pertinente fazer-se uma colocação sobre um tipo de leitura impregnada antes pela pura vontade curiosa do espírito em acompanhar o desenrolar de um enredo, do que pela penetração crítica no conteúdo de idéias ou na caracterização estilística do autor, ótica central de visada do texto pela crítica literária. A princípio esta tenderia a taxar o debruçar-se não reflexivo sobre um romance como uma leitura superficial. Por outro lado, se desconstruirmos o sentido arraigado da binariedade dos termos superficial/profundo, ou vertical/horizontal, veremos o quanto estas oposições são carregadas por pré-concepções intelectualizantes. A função fabuladora de uma história, desde as narrativas míticas da antiguidade consiste no fator preponderante da atração quase hipnótica que se tem numa leitura aprazível. É, portanto, esta espécie de

¹⁹ Como sabemos, nesta forma de publicação incluíam-se grande parte dos escritores brasileiros do passado, os quais só depois de lidos nos jornais, viam suas obras publicadas em formato de livro.

sensação de prazer não sensitivo, pois decorrente de um fenômeno abstrato, que prolongará o tempo, suspenso na concentração de uma leitura. O corpo é transportado para um real imaginado cuja fabulação suprimirá a atenção no espaço circunstante. E tal desatenção alienadora do presente factível, só durará enquanto perdurar o fundamento de curiosidade pela intriga do texto. Alheamento que se daria ou integralmente, no congelamento dos cinco sentidos - sentinelas, inclusive os olhos que serviriam apenas como instrumento captador, em favor do trabalho do sexto – a imaginação; ou parcialmente, com o envolvimento de todo o corpo, como o leitor preconizado por Roland Barthes, que levanta os olhos ao ler.

Esta perseguição pela resolução da história, pelo jogo de soluções trazidos no desenvolvimento da narrativa romanceada, e que traga o leitor, impaciente para chegar ao fim do livro, consistiria um modo de leitura menor, podendo ser tachado de superficial? Está claro que a conformidade estrutural do livro encaminhará certos níveis de recepção, porém mesmo os livros mais auto-referenciais em sua construção formal podem ser lidos com uma certa voraz curiosidade pela trama por parte de indivíduos que manterão a mesma relação diegética com o processo mimético-literário, de um, por exemplo, enredo policiaisco com uma prosa, digamos, mais auto-centrada numa experiência lingüística ou de construção narrativa. A recepção de uma obra tem, deste modo, uma ampla variância que dependerá da confluência de imaginários entre (autor – obra) e leitor, o qual leva até o texto, como discorrido na primeira parte, todo um depósito de imagens memoriais, como imemoriais, na medida de sua incursão pela misteriosa articulação dos signos literários. Outrossim, na própria intenção crítica de uma leitura não se pode descartar a existência de um nível de leitura descompromissado, verificando-se a impossibilidade de separação entre uma reflexão crítica preocupada em adequar a obra à prerrogativas teóricas, a um olhar “voyeurístico” seduzido pelas conjunções simbólicas daquela. Uma sedução que se dá tanto em sua dimensão ideológica, ligada ao conjunto das idéias expostas, como pelo modo em que estas são dispostas pelo texto, ou seja, o plano formal de uma escolha dos elementos signícos-narrativos, e de suas combinações ao longo da obra. Deste modo, o texto, estruturado em torno de sua essência criativa ético-estética, proporia uma variância de níveis de leitura, à qual os leitores efetivariam suas próprias escolhas receptivas. Se então, supuséssemos arrogantemente um modo ideal de leitura, pensaríamos no

indivíduo que, no debruçar-se sobre um livro, aliará a assimilação reflexiva de seu contexto à admiração sensível com a forma com a qual ele é proposto. Gerando em seu espírito a repercussão compreensiva de um dado ‘conteúdo formal’. O gênio da criação literária estaria nesta vocação do escritor de atar a força de uma idéia à perfeição de uma forma, a qual lhe dará um extraordinário suporte significativo.

De certo, as senhoritas reunidas na casa do Juiz Magalhães a discutir o último romance lido, enquadrariam-se num tipo de recepção comum as artes fabulatórias – literatura, teatro, cinema –, a saber, um ensejo de divertimento que dispersaria a normalidade costumeira da moral, pela expansão dos processos ilusórios da consciência imaginária. A necessidade de diversão, no sentido de um extravasamento do lado emocional-afetivo do ser, manifestar-se-ia neste caso pela forma hipostática de uma leitura isolada, no qual o processo mimético-representativo substituiria, não sem um certo vazio, o contato impetuoso com a concretude da vida presentificada.

A sensação que passa o diálogo entre Dona Marcela e Madalena é a de uma extrema fraqueza diante da impossibilidade de suplantarem os costumes opressivos das entre-paredes da casa.

Concluindo, apontaríamos na passagem que introduz a pessoa de Madalena, a imagem de irremediável melancolia que a acompanhará por todo o romance, culminando em seu suicídio. E que, por sua vez, a elevará acima das obtusas discussões apresentadas na casa do juiz Magalhães.

À indagação do advogado Nogueira se Paulo Honório acredita em eleições, deputados ou senadores, ele arrisca uma resposta iniciando-a com a frase: “ – A gente se acostuma com o que vê”. No desenrolar da resposta advém uma reflexão um tanto disparatada, mas plenamente conciliada com o pensamento de um homem que construiu uma sabedoria na aprendizagem de um mundo que vê e experimenta. Distante, quiçá, da propugnada sensatez de uma instrução pela cultura letrada dos que acreditam fielmente no que lêem.

13. Capítulo 13 – A VIAGEM DE TREM

Quando Paulo Honório retorna de Maceió no trem das três da tarde, sente-se aliviado. Mesmo enervado pelas aporrinhações e o serão sofridos na delegacia, além dos réis gastos sem necessidade, a desforra no safado do jornalista fôra feita. Só uma boa sova de rebenque para curar uma desonra. Em sua ordenação mental, o artigo do Brito chamando-o de assassino era uma calúnia injuriosa merecedora de lição. Esta viria da mais antiga forma de disputa, o confronto físico direto. Porém, não efetivada pela forma nobre e ritualística de um duelo, pois o homem enraivecido pegou o Brito desprevenido com uma humilhante surra de chicote. De sorte que ao entrar no trem da Great Werstern sente-se bem melhor, um tanto livre da raiva furibunda que o assolara desde a leitura do artigo no jornal. Enfadado, senta-se num banco ao lado da janela à espera das 03 horas férreas que separam a estação de Maceió da de Viçosa.

Ainda sob o efeito das confusões passadas mantém a portinhola da janela fechada, não observando após a partida do trem, aquilo “que é visto ao nos ver passar”. O que leva o narrador a uma importante ponderação sobre seu relato: *uma coisa que omiti e produziria bom efeito foi a paisagem*. Concorreria para isto o fato do personagem não ser dado a passivas contemplações naturalísticas. Como um verdadeiro *paganus* – habitante do campo – cresceu e sempre conviveu com o elemento natural, não conseguindo dissociar-se dele a ponto de isolá-lo como ponto de fuga do olhar. A paisagem confundia-se com seu ser, não sendo, atingido por aquela afetação extasiante digna dos espíritos contemplativos, permanecendo, pois, numa simplicidade indiferente frente ao que via. Se algum tipo de atenção mantinha, esta seria em relação ao trabalho e investimento humano no território antes bravio e primitivo. As ocupações concretizadas pela força de trabalho de séculos enchiam-lhe de fé e orgulho. A geometria humana dos canaviais, alimentando a fuligem cinza soprada pelos engenhos, evocava, com sua crença “arrazoada” no progresso, o esforço dispendido em São Bernardo para transformá-la numa grande propriedade produtiva. Uma vitória, imbuída de suor e valentia, sobre a natureza tosca, elevando-o a um alto patamar na hierarquia dos homens de honra e respeito.

Durante a viagem, numa dessas coincidências trazidas pelo acaso ao converter-se em destino, Paulo encontra-se com D. Glória, a Tia velha, magra e carrancuda de Madalena. É-lhe proporcionado o mote necessário para a desejosa aproximação com a moça loura, já que se mostrava tímido quanto aos convenientes ritos sociais da conquista. Neste momento, o narrador-escritor intervém afrontosamente na história: *reproduzo o que julgo interessante. Suprimi diversas passagens, modifiquei outras*. No decorrer das observações acerca do processo seletivo do que foi permitido ou expurgado do texto final, vemos novamente emergir a superfície o trabalho do escritor. Conjeturando acerca do porquê das presenças e ausências de termos, assim como de passagens, do que foi mantido como dito ou subtraído por não merecê-lo, insere a importante temática – pesquisada pela crítica genética – da criação de uma obra conforme o projeto estético do escritor ou artista. E, neste bojo, auto-referenciar sua marca estilística, qual seja, a obsessão pela síntese, pela concentração de um imenso poder de significado em elocuções construídas com poucos termos, dispostos através de uma síntese aguda e precisa.

O curioso da reflexão feita pelo personagem – narrador é que este, no tempo mental em que elocubra os traços da memória para selecioná-los no ato escritural, também explicita o que não foi introduzido na história passada do personagem narrado. Verificamos isto quando o narrador fala dos palavrões expurgados da cena da agressão ao Brito, à qual sem eles *está descrita com bastante sobriedade*. Desta maneira, é como se fizesse sua própria crítica genética, inserindo-a em paralelo à conformidade da história. Ademais, os virtuais trechos sobriamente suprimidos adquirem, em negativo, um realce não intencionado pela pena do personagem – narrador. Declarando que quase não atentou para a paisagem por estar com a portinhola fechada vai descrevendo o pouco que viu, tomando este um efeito contrário, pois superlativizado aos olhos do leitor, um efeito em que o pouco ganha densidade em relação ao muito. E a narrativa, que daria a *idéia de uma palestra realizada fora da terra*, ganha o brilho do cheiro e do sabor de terra agreste após uma chuvarada. Na descrição abreviada e substantiva da paisagem, sem quaisquer rasgos românticos: *viu de relance pedaços de estações, pedaços de mata, usinas e canaviais... novilhas zebus ... coqueiros da lagoa... mangueiras*

e os *cajueiros*, deixa ao leitor o espaço necessário à fulguração de seu imaginário, inspirando nele o desejo de realizar aquela mesma viagem de trem.

Justifica a avareza da descrição salientando estar ela *embutida por motivos de ordem técnica*, assim como por não *arriscar-se dizer o que não se lembrava direito*. Neste ponto, o narrador é pego em contradição, afirmando-se insinceramente, pois, logo depois, lembra com precisão os detalhes das horas: os *coqueiros da lagoa, que apareceram às três e quinze*. Esta incongruência do discurso indicaria a insegurança do narrador ao avaliar sua capacidade de bem contar uma história. Fenda onde o autor, Graciliano, deixa-se, talvez propositadamente, ser entrevistado. Remetendo-se à própria insegurança tormentosa com a qual “desvirginava o espaço branco do papel”²⁰. Consequência da atitude perfeccionista com a qual assumia o ofício de escritor. Levando-o amiúde a estados de angústia, e, em muitos momentos, a menosprezar seus escritos, chegando ao ponto de desqualificá-los²¹. Por fim, faz-se importante a suposição de que neste seu segundo romance, Graciliano Ramos ainda não havia confessado-se como um escritor visceralmente autobiográfico. Não querendo assumir um diálogo direto com o leitor, cria então uma estratégia narrativa que consistirá numa negociação junto ao personagem-narrador acerca das preocupações reflexivas e discursivas do romance, as quais transitarão, numa dupla via, entre ele e seu espectro fictício.

14. Capítulo 14 – “UM CAPÍTULO ESPECIAL POR CAUSA DE MADALENA”

A especial pessoa de Madalena justifica a existência deste capítulo, o qual, segundo o autor, poderia estar contido no anterior. Já, para o intérprete, este saiu-se um tanto esdrúxulo, com uma levada de bizarrice.

Se fosse a Germana ou a Rosa, podia-se *azuniar uma cantada sem rodeios*, mas uma professora, egressa da escola normal, e ainda por cima colaboradora do

²⁰ Expressão encontrada no primeiro romance de G. Ramos, *Caetés*.

²¹ Ver Ramos, Graciliano. *Infância*, p. 204.: “Ainda hoje, se finge tolerar-me um romance”.

cruzeiro. Escrevia artigos! Que insensatez!, *não sabia a maneira de tratar com essa gente.*

O fato é que Madalena havia deveras conquistado o coração e a admiração do homem tosco. E este, envergonhado de enfrentá-la em pessoa, pediu ao Azevedo Gondim que fizesse o convite. Consistia em dar-lhe um cargo de professora em São Bernardo. Artifício comum nas pessoas inseguras quanto as relações afetivas, e que se utilizam de algum recurso de poder no intuito de uma conquista amorosa. Para convencer o Gondim, chamou-o a um jantar no hotel – toda cidade mediana há de ter um hotel localizado na praça, entre a igreja matriz e a prefeitura, denominado Hotel Central – . O Gondim, ao invés da refeição, preferiu acompanhá-lo bebericando cerveja, na companhia de amendoins torrados para apurá-lo o sabor.

A prática da mistura do fermentado de levedo com uma oleaginosa é comum no Nordeste: Desde o litoral, à beira da praia, até o sertão, na mesa dos bares à beira dos açudes e dos rios. Pode ser descrito na forma a seguir: pede-se uma garrafa de cerveja – o autor não se preocupou em citar a marca da mesma – , e um pacote de amendoim torrados ou cozidos com casca, (antigamente vinham enrolados num papel grosso, porém, com a modernidade este foi substituído por saquinhos plásticos), parte-se aquela com uma forte pressão dos dedos, ou dos dentes como fazem as crianças, encontrando-os revestidos por uma película vermelha. Os preguiçosos comerão os amendoins assim mesmo, os mais pacientes retirarão a película escolhendo os de aspecto saudável. Conclui-se a prática com um gole curto na cerveja, obtendo-se desta junção uma preciosa combinação de sabores.

Assim, enquanto Paulo Honório repleta-se com o jantar, o Gondim vai inebriando-se com o efeito da mistura até o ponto dela permitir eclodir sua verve jornalística – literária, quando, então, sai-se com a inspirada frase do último parágrafo: *Arrumo-lhe a paisagem, a poesia do campo, a simplicidade das almas. E se ela não se convencer, sapeco-lhe um bocado de patriotismo por cima.*

Esta referência ao uso do álcool leva-nos em direção a um aspecto biográfico interessante de Graciliano Ramos, também relacionado com o caráter vital de seu fazer literário.

Sabe-se que era um fumante inveterado – fumava 04 carteiras de cigarro por dia – hábito que ao lado do café, sem dúvida influenciava a intensidade de seu ato criativo. A questão é que além do cigarro, ele também teria uma inclinação para a bebida, como constatamos em algumas passagens das *Memórias do Cárcere*. Vejam, não um costume alcoólatra, mas o uso da bebida, cachaça ou conhaque – parece que diferentemente do Gondim não apreciava a cerveja –, como fonte catártica e estimulante da árdua tarefa do escrever. A não preocupação com sua própria saúde é algo que vemos durante toda a narrativa de sua estadia nas prisões correcionais. Quer dizer, ao entregar suas reservas de energia não com o fim da auto-preservação, mas para manter a vitalidade de sua escrita, concluímos que doava a esta um sentido acima de qualquer outro. Conclusão baseada no fato espantoso que nos conta nas páginas de suas memórias, sintetizado aqui: após 04 dias alimentando-se parcamente, e dispondo ainda de uma certa quantia a qual poderia usar em benefício de seu bem-estar físico, prefere utilizá-lo na compra de uma garrafa de cachaça. Contribui para o espanto a confissão de estar sofrendo de uma hemorragia intestinal nas condições mais insalubres possíveis de um navio-prisão. Bebe-a, porém, não para satisfazer um vício de álcool, e, sim, no claro intuito de, usufruindo dos benefícios maleficamente energéticos dele, poder concentrar-se dedicado à escritura de alguns rascunhos de páginas. **Não interessava a ele apenas manter-se vivo, mas preencher a vida, escrevendo-a.**

15. Capítulo 15 – O ALGODOAL

A Colheita do Algodão prendeu-me duas semanas em São Bernardo

Enfim, tangido pela atração, Paulo Honório desavergonha-se e propõe a Madalena uma união juramentada. O casamento sairia *um negócio supimpa*.

Surpreende-nos no diálogo entre o futuro casal, a força de convencimento expressa pela lábia de Paulo no desembaraço de expressões populares, as quais unem, fatalmente, o efeito lingüístico sedutor à intenção desejada. O que nos leva

a constatação das duas posições discursivas pelas quais é matizado o personagem, a saber, aquele construído nos diálogos pela força elocutória de uma oralidade atrelada a sabedoria popular, dotando-o de um agudo bom senso, e o que é formada pela descrição distanciada do narrador no intuito de uma caracterização de sua própria personalidade, majoritariamente expressa sob a forma de solilóquios.

Um superposicionamento de vozes que marca este segundo romance²² do autor com a auréola do moderno, especificamente no tocante a uma miscigenação do emprego de uma linguagem culta-erudita, e um falar popular-coloquial. O que notamos, na própria escrita do narrador quando por exemplo constrói a frase da pág. 86: *A omoplata adaptou-se novamente ao pano coçado.*

É difícil, se não visto de perto, conceber o algodão como uma planta: mas é do fruto de um pé mediano, cerca de um metro e meio, de onde origina(va)-se nossa indumentária. Um fruto que não é uma fruta, pelo menos no âmbito de não ser comestível, mas de grande serventia para nos manter o calor, e o pudor.

O algodão brota com a forma mesma que o encontramos na farmácia mais próxima: uma pequena rodela branca – ou marrom, dependendo da espécie –, macia e sem cheiro. Brota em grande quantidade, e um grande algodoal, visto de longe, assemelha-se a um vasto tapete alongando-se ao perder de vista. É um tipo de plantação bastante comum no semi-árido nordestino, resistindo bem a seca, mas sensível às pragas, necessitando de um cuidado eficaz no manejo. De difícil colheita, os brotos têm que ser recolhidos um a um, tirando-se a espinhosa capa protetora – os capulhos –, provocando reiterados ferimentos nos dedos dos colhedores durante o período de safra.

O algodoal de São Bernardo, cobrindo o campo até o sopé dos morros, na florada dotava a fazenda de uma alvura de paz, no contato de (leite) de suas materiais potencialidades.

²² Em *Caetés*, G. Ramos ainda poderia ser considerado discípulo formal de uma estética realista, aos moldes de Eça de Queiroz.

16. Capítulo 16 “QUE POEIRA, HEM? COM O NORDESTE!”

O Nordeste a que se refere o Azevedo Gondim é o vento homônimo que percorre a região, sendo citado em vários momentos do livro. É o sopro que leva parte da carta de Madalena ao pomar, como veremos no capítulo 31.

Provavelmente é o mesmo vento dito litorâneo que, à barlavento sopra sobre a zona atlântica da região; a conhecida brisa marinha que amaina o calor tropical, tornando-o suportável. Não o tipificaríamos como o alísio nordeste, pois este sopra ao norte do equador. No entanto, ao penetrar no interior, criando redemoinhos nos terreiros das casas, também não se comporta como litorâneo. De sorte que é melhor deixá-lo em sua alcunha genérica, *Nordeste*.

E por falar no Gondim, cuja pessoa parece estar em voga, vemos que trava uma perdida discussão com Paulo Honório, na sala de estar da casa de Madalena, no bairro da Canafístula. Esta discussão gira em torno da importância cultural para a cidade do Grêmio Literário e Recreativo de Viçosa. A defesa da nobre instituição feita pelo Gondim torna-se ingloria diante do desequilíbrio das forças retóricas atuantes, posto que, de início, o narrador já introduz o tema com o veneno da jocosidade: *as estantes cheias de traças e abrindo-se uma vez por ano para a posse da diretoria*. O dito, em sua veracidade surreal, apresenta-se como uma crítica as falsas e poeirentes pretensões culturais do município. Uma vida cultural vazia, porém em pé, como um esqueleto pendurado.

17. Capítulo 17 – A DIFERENÇA

O Casório aconteceu em fins de janeiro. Fortes chuvas o antecederam, e a natureza abraçou a cerimônia com um abraço úmido e esperançoso. Uma festa acalentada por águas correntes, *o riacho cantava grosso, bancando rio... a cascata enfeitava-se de espuma... a serra cachimbava*; a fumaça aquosa, e os queridos paus – d’arco, em acordo com a felicidade do povo do lugar, *salpicavam a mata de pontos amarelos*. Ao longe, ouvia-se o grosso rugir da massa líquida

correndo em direção ao açude. Não um som qualquer, mas uma música, definida por uma grave monofonia. Uma sonoridade forte, harmônica em intensidade e constância, qual um cantochão, ambientava a capela de São Bernardo: casamento e correnteza estavam de mãos dadas.

Concomitante ao elogio poético da natureza vem a descrição da acomodação física da nova família, de uma confortável simplicidade: o quarto dos recém-casados ficava do lado direito da casa *e da nossa varanda avistávamos o algodoal, o prado, a estrada*; o quarto de D. Glória era no *lado esquerdo da casa, por detrás do escritório, com janela para o muro da igreja*.

Ou seja, a concha era ideal para uma fecunda lua-de-mel, e uma sólida vida familiar, porém, os *solecismos* não conseguiram ser evitados, a sintaxe dos dois não encaixava-se. A não coincidência da ordenação dos termos oracionais remetia no plano discursivo a uma zona de inter-incompreensão, a qual estendia-se à ética, às sensibilidades, às condutas. Enfim, eram irreconciliavelmente diferentes. O narrador, por alguma falta de motivação, não adentrou o terreno da, possível ou não, conjugação sexual do casal.

Outrossim, o diálogo travado entre eles neste capítulo encerra personalidades verdadeiramente antipodais. Paulo Honório, que antes da união sacramentada, só a conhecia *pelo rosto e por algumas informações ligeiras*, surpreende-se com a atitude expedita de Madalena em tomar iniciativas reformadoras das condições, segundo ela, de privação por qual passavam os moradores da fazenda.

Dado não claro na leitura é o das reais condições de vida dos trabalhadores de São Bernardo, os quais não são melhor relatados pelo narrador que neste momento da narrativa, não admite, ou reconhece, qualquer padrão exploratório nas relações com seus empregados. Neste ponto a situação do leitor fica delicada pois tocado de um lado pela sensibilidade social de Madalena, e por outro, pelo senso empresarial de Paulo Honório, não chega a uma conclusão sobre o real nível de pobreza dos habitantes da fazenda, ou seja, se a vida deles é de uma pobreza digna, ou miserável. Um fato a se constatar é que, no nordeste, estes padrões sempre dependeram da vontade das chuvas. Como também dependem das relações de trabalho mantidos com cada senhor-proprietário, que mesmo hoje, podem beirar a escravidão.

Sabe-se de uma fazenda, mesmo não tão próspera, onde o senhorio, dada a sua grande generosidade, era tratado com uma admiração paternal pelos seus subordinados.

A disparidade de olhares existentes entre o casal, expressa tanto nos diálogos diretos como na reconstrução dos fatos pelo narrador, encerra uma das reflexões nucleares do romance, a saber, o conflito intersubjetivo decorrente da diametral diferença na maneira de ver-sentir o outrem.

Conflito, dir-se-ia irremediável, que, entretanto, com a convivência forçada e institucionalizada pela união formal, irá aos poucos, reconfigurar a identidade de cada um. A vivência diária destas duas pessoas de padrões valorativos tão diferentes, que, e isto sempre ressoa no enredo, mantém um estranho afeto mútuo, é fundada não numa interação empática, mas em momentos alternados de simpatia ou antipatia – nota-se que há tentativas para amenizar os conflitos, tanto da parte de Paulo Honório que passa a mão autoritária na cabeça da esposa, como por parte desta, a solicitar paciência e compreensão pelos seus protegidos. Portanto, o processo intersubjetivo do casal não se fundaria numa identificação conjuntiva, em que um reforça a noção identitária do outro – a tranqüila constância de uma bodas de ouro –; antes devêssemos falar numa atração pela diferença, originando um reconhecimento de si pela inacessível identidade do outro. Ou seja, eu só me reconheço no olhar assimétrico do outro.

Neste sentido é que observaremos no decorrer da convivência caótica deles, uma espécie de soçobrar de suas crenças identitárias. No caso de Madalena, que já carrega consigo uma alquebrada base emocional, constataremos o trágico desaparecimento de sua pessoa, a qual sofrendo um violento processo desvalorativo, sem forças para uma mudança de rumo, opta pelo longo descanso. No caso de sua contraparte masculina, como veremos no final do livro, o corpo físico não chega a sucumbir, porém o ser-espírito torna-se outro; metamorfose definida justamente pela passagem do personagem – narrado ao narrador – memorial. O olhar de Madalena acompanhará Paulo Honório como uma super-consciência, desmantelando uma identidade que antes afirmava-se como plena de si. Processo que toma forma na percepção a posteriori do sofrimento de Madalena. Como o tempo não volta - agora é tarde - combalirá pelo sentimento de falta e ausência de sua companheira.

Ainda o CAPÍTULO 17 – Outras Considerações

A personagem de Madalena fechará o triângulo inter-subjetivo comentado no capítulo 09. Com a opinião dela sobre o Padilha *achou-o uma alma baixa*, traçamos a imaginária linha que a liga àquele. A figura decadente do Padilha, com seus modos híbridos de homem letrado e ao mesmo tempo deseducado, não agrada sobremodo à Madalena. Eles não irão condizer com as firmes convicções morais dela, assim como a séria postura que mantém em relação à vida em sociedade. Ou seja, o irresponsável Padilha não se encaixava na tipificada visão que tinha sobre o que, para ela, representaria o correto funcionamento dos mecanismos ou regras sociais.

O ofício de professora, na época uma das únicas profissões permitidas às mulheres, atribuía a Madalena a responsabilidade de educadora. Se hoje esta função permite-se um certo grau de liberdade no exercício da transmissão de conhecimento, no tempo de Madalena – o de Graciliano – tal ofício imperava que se transmitisse, em método e conteúdo, uma pedagogia oriunda dos códigos culturais europeus, eivada de toda a tradição iluminista e positivista firmada desde o século das luzes. Esta inferência nos serve aqui para matizar à radical diferença de visão de mundo a separá-la do marido. De certo que não poderíamos cobrar dela um horizonte mais amplo do que o que a circunscrevia: o de uma alfabetizadora. Portanto, podemos considerar que o espírito solidário virtuosamente propagado em relação aos trabalhadores de São Bernardo seja o do espírito progressista da educadora que vê na condição do ágrafo um câncer da sociedade, o qual sustará o caminho da nação na direção evolutiva de sua ordenação sócio-cultural. Sentia-se enfim, na incumbência de livrar aquelas pobres criaturas do ‘pecado original’ de uma vida isolada do mundo culto das letras, vivendo apenas no contato com a rudeza do elemento natural.

A figura do professor(a) assume uma grande importância na vida-obra de Graciliano Ramos. Marcadamente em *Infância* temos a descrição dos vários tipos com quem tomou as primeiras lições de leitura na cartilha do “barão de Macaúbas”. Direciona em torno deles vários capítulos nos quais pinta seus retratos com extrema minúcia. Lembra com exatidão da vileza impaciente de uns, assim como da indolente indiferença de outros. Somente uma é tratada com respeito, é a

professora D. Maria do capítulo homônimo. Recorda com carinho a atenção despendida pela mestra ao menino que tinha dificuldades em coordenar as complicadas orações da cartilha, as quais só com a afetuosa paciência dela conseguia assimilar, permitindo-lhe o progresso no torturante processo da leitura. Sentia nela a entrega de um afeto que, de outro modo, não dispunha em casa, vivendo entre a ríspida inconstância do comportamento do pai, e a intolerância fria e obtusa da mãe. Dir-se-ia que em nenhum dos personagens descritos em *Infância* vemos aquela espécie de recordação benéfica, que a dedicada professora trazia ao menino Graciliano. Era como se ele só possuísse inimigos, nenhum conforto humano a incentivá-lo na superação dos tormentos característicos dos primeiros leitores, o próprio espaço físico das escolas aparecia a ele como um lugar de horror”. Devemos frisar a importância de uma mão solidária para criar nos que se iniciam na leitura o prazer e o sentido que poderá acompanhá-los nos percalços da vida. Àquela necessidade, a um só tempo fuga e compreensão do real, essência do sonho literário. É, portanto, miraculoso o destino de grande senhor da palavra trilhado pelo homem que, aos nove anos quase analfabeto, conseguiu dominar o espelho do bem dizer.

Finalizando as considerações extemporâneas atentamos novamente para a estratégica relação entre escritor-narrador e escritor-autor. Assim, quando o narrador escreve: *não consegui evitar numerosos solecismos...* –, será que o termo “solecismos” incluiria-se no cabedal semântico do narrador? A questão toma relevo ao ponderarmos o distanciamento entre o Paulo Honório narrado e o Paulo Honório narrador ao tempo em que a voz deste último aproxima-se da escrita autoral tomando a forma de um relato auto-biográfico. Deste modo, o romance São Bernardo confundiria-se tanto com *Infância* como com *Memórias do Cárcere*, enquanto livros auto-biográficos. Não pela exatidão histórica do conteúdo, mas pela incorporação por parte do autor do sentimento nostálgico de quem conta sua própria história para, só então, narrar uma história ficticiamente alheia. Postura diversa dos romances que se iniciam retrospectivamente com o desejo do narrador de contar sua história de vida. Nesta estratégia, que está por exemplo em *Dom Casmurro* e nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o narrador é mero porta-voz do autor ao contar sua história. Ou seja, o narrador objetivando a narrativa, não confunde-se com ela, ou com qualquer dos personagens, mantendo os tempos

narrativos em fria separação. Em *São Bernardo* o autor doa seu tempo subjetivo ao narrador, imiscuindo-se afetivamente na memória ficcionada deste. Fazendo dela uma alegoria de seu próprio tempo vivido.

18. CAPÍTULO 18 – BATE-BOCA NO ALMOÇO

Estavam ao redor da mesa Seu Ribeiro, D. Glória, Padilha, Paulo Honório e Madalena. Um comentário de seu Ribeiro acerca da *excelentíssima* Madalena provocou um daqueles típicos bate-bocas familiares que interrompem o correr natural da refeição, tornando-a indigesta.

É interessante como, através dos diálogos, o narrador consegue sugerir as filigranas de temperamento dos personagens, ao ponto de, abreviando o cacetejar dos comentários alongados, ser possível atribuir um breve qualificativo para cada um dos integrantes da mesa. De tal modo que, à alma baixa do Padilha acrescentaríamos o olhar de abutre, o qual, antecipando a morte de seu Ribeiro, postava-se a espreita de um acúmulo de cargos. Os maus jeitos já sabidos de Paulo Honório notamo-los estender-se a seu comportamento na mesa – é nesta, às refeições, que o senhorio revela com maior convicção sua autoridade; sentado à cabeceira, fiscalizando o bom andamento, só a ele cabe o direito da zanga, podendo, na exasperação seguida a algum torto comentário, vociferar, atacando com o punho a madeira da mesa. Madalena renova sua aura de boa moça ao criticar o salário pago a seu Ribeiro, no entanto, seu humanismo, mesmo sincero, é descabido e um tanto forçado por opinar sem conhecimento de causa; merecendo o popular adjetivo de intrometida – comum às pessoas que teimam em meter o bedelho em qualquer assunto, mesmo não estando a par dos fatores que o ponderam. Sobre D. Glória, basta, no momento, atribui-la uma expressão encontrada em *Infância*, a de “papagaio de oitiva”, a qual denota a completa falta de senso crítico, restando a Tia de Madalena repetir em concordância à opinião da sobrinha. Finalizamos com o passadista Seu Ribeiro, o qual, despropositadamente, detonou o imbróglio; diríamos dele um *Luditas* – por definição aquele que em seu apego ao passado acaba por rejeitar tudo que

porventura esteja relacionado as mudanças trazidas por um novo contexto histórico; se a acepção estrita do termo indica uma ojeriza às inovações tecnológicas ocorridas após a revolução industrial - as quais no Brasil coincidem com o momento histórico da decadência de seu Ribeiro – nele, o repúdio ao “moderno” também irá associar-se aos valores introduzidos pela organização da nova “urbis” republicana²³.

No detalhe do desenho preciosista da primeira letra de abertura do livro contábil, observamos o espírito de escriba, pelo artifício de caracterizar com o traço lúdico da letra a imponência oficiosa daquele que escreve.

19. CAPÍTULO 19 – A VIDA AGRESTE

...A culpa foi desta vida agreste, que me deu uma alma agreste.

Este capítulo apresenta-se como um interlúdio no curso do romance. Visualiza-se, pela primeira vez no livro, a situação presente do narrador ou, poderíamos dizer, o futuro agônico do personagem. A narrativa, girando sobre seu eixo, larga o passado narrado para iluminar o instável presente do narrador. A luz, mais veloz que o tempo, volta-se para a imagem presente de Paulo Honório, descobrindo-o na imobilidade de um solilóquio. Na feição monologal de seu auto-retrato descortina-se a trágica mudança que o acometeu: o esvaziamento das pessoas ao redor, do movimento das coisas, das vozes dos animais, provoca como que um desaparecimento do tempo. Nosso antigo conhecido personagem parece não mais existir, transformado num ser sem contornos definidos, debruçado sobre uma folha que permanece meio escrita, na solidão escura da sala.

A apreciação deste encontro, feito sob a desatenção do deus “cronos”, apontaria a possibilidade de dois pontos de vista: um, vindo do passado remete ao personagem Paulo Honório instado na condição existencial daquele que, vendo-se perdido, intenta resgatar sua história; o outro, o da figura presente do narrador, o

²³ Transição genialmente ironizada por M. de Assis em *Esaú e Jacó* no episódio da confeitaria do Império.

qual, envolto nas abstrações de suas reminiscências, põe-se a escrever suas memórias. Um na condição de vivente, o outro na de criador. Esta segunda postulação, transpassada no relato monologal do narrador, vislumbraria toda a problemática da escrita memorialística de G. Ramos. Especificamente a maneira como, na consciência sensibilizada do presente vivido, instala-se a distante vivência das imagens conturbadas do passado. E que, importantíssimo, só obtém algum sentido em sua ordenação formal no cerne da realização escritural.

A recorrência por vezes obsessiva de imagens mentais do passado, acometendo principalmente pessoas de temperamento nostálgico²⁴ podem provocar emoções de vetores inversos. Benfazejos, como defende Gaston Bachelard em sua *Poética do Devaneio*, ou malfazejos, instalando de imediato aquele conjunto de sensações denominadas alhures por “torturas da alma”. Destas, talvez a mais intensamente sofrida seja a citada no início deste capítulo: a culpa, ou o arrependimento pelos atos feitos, ou não feitos. Incapazes de contentar-mos-nos com uma situação presente, diversa da almejada, impõe-nos culpabilizar alguém ou algo pelos desvios do caminho. A admissão da própria culpa pelos sortilégios vividos é o primeiro sinal de um movimento auto-consciente. Pois, do contrário, seremos sempre obrigados a sacrificar o outro na tentativa de expiação de nossos remossos. Portanto, quando Paulo Honório admite sua culpa pela desgraça do destino de Madalena: *A culpa foi minha...*, desaliena-se, admitindo também a si mesmo. Torna-se uma pessoa amarga, mas, talvez, mais humana. Acrescenta ainda: *... ou antes, a culpa foi desta vida agreste, que me deu uma alma agreste*. Com esta dura afirmação enlarguece sabiamente sua postura de auto-conhecimento, descobrindo que ninguém é apartado de sua geografia histórica, como na clássica frase atribuída à Ortega y Gasset: “o homem sou eu e minhas circunstâncias”. Renegando criticamente seu território originário, abrindo mão de arrivismos localistas, pode, então, distanciar-se de suas matrizes formadoras, desenraizando-se. Não no limite do rompimento, onde perderia em definitivo seu ego, mas num pairar pesado sobre sua terra, no ensejo transcendente de desbravá-la, para assim, pregná-la de algum sentido. Tarefa indigente, não enfrentada como opção, e sim como vital continuação. Pois a outra alternativa, o covarde ou heróico desaparecer, não merece cogitação, mesmo no padecimento

²⁴ Pois a maioria dos humanos viventes estão mais inclinados ao presente antecipador do futuro, que a pre(ocupação) em remoer o já passado.

das dores existenciais mais intensas: *Desespero, raiva, um peso enorme no coração*. A ação de escrever confunde-se com a abnegação de se dar prosseguimento a vida, uma superação do nada pela doação de rumo à existência.

Entretanto, naquele momento de desorientação Paulo Honório sofria. Uma confusão mental atordoava-o, não conseguia pensar claramente. Na sala de jantar penumbrosa, via Madalena, conversava com ela, confundia presente e passado no desesperar da costura memorial. Arremedando os traços do passado sentia as palavras perdidas de Madalena, não conseguindo, contudo, traduzir seu significado. Estava a um passo da perda de sua integridade mental.

Uma coruja piava na torre da igreja. Estou realmente a ouvi-la? Ou será a mesma da noite fatídica há dois anos? No entanto, o misto de estupor e excitação mentais concedem a ele a faculdade de captar *no ramerrão da fazenda as mais insignificantes minudências*, percebendo com incrível clareza os, até então, mais desprezados pormenores: o cantar dos grilos, a arenga dos sapos, o gemer dos ventos, às lições dadas ao papagaio por Maria das Dores, o rosnar de tubarão *aculá no jardim*. Como se só este estado de infelicidade permitisse a graça de se penetrar na carne dos seres. Estes, assumindo agora um relevo desconhecido à ordinária opacidade sem brilho com a qual Paulo Honório defrontava, indiferente, as vidas da vida.

A descrição final traz o personagem de volta a força irreconciliável de seu presente. Reconhece o mundo ao redor, mas o encontra numa profunda paralisia. O agir dos verbos é obstruído pela antecendência do pronome negativo: *Não consigo mexer-me... o relógio não bate*. Não há movimento, pois não há pessoas - nem corujas, mortas a pau por Casimiro Lopes. E, por coincidência, é julho, o nordeste não sopra, as folhas flutuam paradas, congeladas.

Destarte tudo, é preciso continuar, e o narrador – um estranho Paulo Honório – tenta superar a inapetência de um insuportável presente por um movimento de fixação significativa do passado. Este, fazendo-se re(presenta)do em signos intencionalmente escolhidos na direção de sua perpetuação. Mesmo que tal representação não contente o narrador em seu anseio de esclarecimento, pois, como ele próprio se indaga: *se me escapa o retrato moral de minha mulher, para que serve esta narrativa?* Como se perguntasse a si próprio qual o valor da escrita se a ela não corresponde uma imagem coerente do mundo, previamente

estabelecida pela razão. Parece intuir uma resposta na exigência do espírito pelo ato escritural, ou seja, pela busca por uma plenitude do estar no mundo só encontrada numa incursão pela linguagem escrita, cuja característica de sua ordenação lógico-formal das coisas e das idéias satisfaria a imperiosa necessidade de concatenar a enredada trama do vivido.

Portanto, neste capítulo, o tempo é devotado ao tempo da consciência do protagonista. Arrematado por sentimentos implosivos de culpa e arrependimento perde o liame com o espaço exterior – sem movimento –, ocupando-se inteiramente com as imagens e pensamentos que giram entropicamente no tempo sem tempo, ou sem espaço, da consciência.

20. CAPÍTULO 20 – SUMARÍSSIMO:

Retoma-se o espaço visível da narrativa

Se o interlúdio marcado pelo capítulo 19, num total de 36, aponta uma divisão, acredito não proposital, do romance em duas partes iguais. Neste, o autor, para alívio dos leitores não tanto afeitos a uma textualidade que tenta traduzir o fluxo fragmentado do conteúdo da consciência²⁵, retoma a linearidade do conflito dramático.

Após a discussão à mesa, Madalena carinhosamente toma a iniciativa do pedido de desculpa. No que alcança o intuito de amansar a fera. Na dinâmica relação inter-in(compreensiva), o que eram tapas passam a ser beijos. Porém, tal intento não é duradouro, retomando a história assim, seu pressagiar trágico.

²⁵ No tocante a tentativa de transposição para a escrita de uma 'linguagem interior' representativa do fluxo de pensamentos que compõem a consciência, seria lícito observar que G. Ramos não utiliza o recurso de estilo denominado "Stream Conscious", consagrado pela prosa de James Joyce, mantendo-se antes fiel a uma ordenação sintático-estilística de cunho conservador.

21. **CAPÍTULO 21 – O Espancamento do Mulambo Marciano**

Madalena não consegue conter sua índole crítica, de oposição ao *status quo* da propriedade, como também sua energia voltada ao trabalho, característica de quem sempre ganhou a vida na labuta. Não aquele labor típico, permitido as senhorinhas, restrito a supervisão da casa: a arrumação, a cozinha, a vigilância das empregadas, o cuidado com os filhos; e nos intervalos de modorra, bordar, cozinhar, ou ler romances açucarados. Não, Madalena não se encaixava neste padrão. Paulo Honório chegou a achar conveniente que ela ajudasse Seu Ribeiro na contabilidade em troca de um ordenado. Mas esta ocupação não supria seu ego. Por algum motivo teimava em ‘dar pitaco’ na organização da fazenda. Em tudo encontrava uma falha, passível de melhora, de mudança.

As diferenças eram inconciliáveis, as “desinteligências” progrediam. Vê-mo-las atestadas pelos dois episódios descritos neste capítulo, os quais revelam o desarrazoado existente nos dois lados do casal. No primeiro episódio, Madalena demanda a compra de um material didático que custaria a exorbitante soma de seis contos de réis: globos, mapas, entre outros materiais a bem da verdade prescindíveis num processo de aprendizagem que centrasse sua pedagogia numa eficaz proximidade da relação aluno-professor. Tal cobrança demonstraria uma ânsia excessiva no desejo de uma situação perfeita sem considerar o balanço financeiro da fazenda. A preocupação com a educação dos moradores se ligaria pois, não tanto ao concernimento com a condição social dele, mas a uma motivação subjetiva de afirmação de um propósito pessoal. No que toca ao fazendeiro capitalista Paulo Honório, este só concordará com o supérfluo destas despesas na medida em que mostrará tais bugigangas ao governador.

O segundo episódio, mais grave, foi o do espancamento. Marciano, acusado de estar preguiçando e desleixado com as obrigações, defende-se dizendo-se injustiçado, pois trabalha feito burro de carga. O caráter injusto da acusação é reconhecido pelo próprio narrador quando afirma: *era verdade, mas nenhum morador me havia falado de semelhante modo*. A objeção de Marciano provoca Paulo Honório naquele ponto do estomago donde surge a ira biliar. Enraivecido,

arremete contra o empregado com *um braço ao pé do ouvido e mais uns cinco trompaços*, deixando-o estendido no chão, esmolambado, subtraído de qualquer respeito próprio. Para o senhor, Tal agressão era mais que natural; tinha crescido afirmando-se no território bravio da violência, do cangaço e da jagunçagem. Era o patrão, mais que isto, era o dono, e os homens que lhe serviam, um rebanho de ‘almas mortas’. Afinal, apenas quarenta anos os separavam da abolição, e, se a pouca moeda paga em dia poderia estabelecer um vínculo empregatício legal, o sentimento que nutria o senhor de terras talvez fosse o mesmo dos senhores escravocratas fundadores da história da nação²⁶. Ora, pois se ele mesmo, nos tempos de empregado, havia sido vítima do despotismo da autoridade alheia; inclusive desfrutando da gentileza da pequena autoridade policial, na época em que passara na prisão. Por conseguinte, na certeza do mundo girar desta maneira, dividido entre fortes e fracos, arrogava-se o direito de mantê-lo assim mesmo, transferindo para outros os arbítrios outrora sofridos.

No entanto, este não era o mundo de Madalena; não podia, e nem conseguia, aceitá-lo. E, do paredão do açude, observando fixamente o *telhado escuro do estábulo*, sem encarar o senhor-marido, objetou o ocorrido, criticando-o severamente. Suas palavras saíram num jorro de espontaneidade, num mister de se contrapor a algo cuja visão repugnava-a, e a qual discernia absolutamente como um grave erro.

Portanto, se alguma espécie de amor pudesse existir entre os dois, estaria condenado a impossibilidade diante do conflito de naturezas e de vontades entre o despótico herói-vilão e a misericordiosa heroína – bondosa. Madalena ainda tentava, como vimos, formas de contemporização, porém quando ao destempero dele somou-se o advento de uma paranóia persecutória dirigida a ela na forma de um ciúme doentio, sente, por fim, que é debalde qualquer iniciativa de conciliação. Fecha-se, então, na passividade amargurada de uma situação sem saída, sem fresta de luz a qual agarrar-se, desabitada de esperança. Situação abismal, prenunciadora de um desfecho trágico. Em sua acepção cotidiana, o termo “trágico” se ligaria ao fim desventuroso do casal, porém valeria a pena um alargamento da questão.

²⁶ Como até hoje nos grotões das infundáveis áreas rurais do país, encontra-se subjacente tal relação entre empregador e subordinado.

A concepção de tragédia proposta aqui, mesmo enobrecendo os personagens com o epíteto de heróis, como dito acima, não encerraria as características do teatro da antiguidade grega. Antes, filiaria-se à modernidade da novela realista inaugurada no renascimento. Guardaria sim, daquela, a predestinação negra dos personagens-títeres. No entanto, eles não obedeceriam cegamente a uma vontade maior que os sobrepujassem, posto que guiados pela força inapelável das vontades existentes em seus mundos interiores, perfazendo-os em indivíduos senhores e/ou escravos delas. É, portanto, o irremediável de seus espíritos que os transformará em heróis de um desfecho trágico.

Madalena, enfrentando com destemor as convenções de uma cultura patriarcalista, sucumbe a esta. Ele, exercendo a função de mantenedor desta ordem cultural, fragmenta-se ao ponto de tornar-se um mesmo – outro.

Incapaz de entender a crítica de Madalena para com seu ato de violência, assim como o respeito com o qual ela tratava um ser miserável como o Marciano - *não propriamente um homem, um molambo, por vontade de Deus*, agrilhado ao intransponível relevo de seu temperamento, ao hábito orgulhoso de carregar-se, não admite a estranheza que ouve e vê eclodir daquela voz assustada de olhos afogueados: - *Uma crueldade!*. Não aceita a interjeição, preferindo, ao invés, redarguir-lhe com o disparate de uma absurda acusação: *Que diabo tem você com o Marciano para estar tão parida por ele?*. Dá-se assim o começo das delirantes fantasias de que Madalena o estaria traindo. Delírio que, *em crescendo*, transforma-se numa paranóia incontrolável.

Notamos, por outro lado, como o teor da acusação assume uma coerência quando inserida nos limites do espaço de inteligibilidade do personagem Paulo Honório, a saber, de que a preocupação e o respeito com o outro só derivariam de algum interesse prático. Por conseguinte, no caso do espancamento do Marciano, o cuidado de Madalena para com ele só poderia estar vinculado a um interesse sexual; qualquer outra motivação fugiria a seu horizonte de entendimento. Outrossim, na interrogação acusatória explicita-se a noção de sexualidade de Paulo Honório, restrita apenas à uma propriedade reprodutiva, como vemos na substituição, na frase citada, do verbo “atrair” por “parir”. Neste âmbito, insere-se a visão machista do homem rural nordestino que nega a possibilidade do prazer sexual da mulher. No coito, o orgasmo estabeleceria-se numa só via, na qual à

parte feminina corresponderia a mera função passiva de receptáculo, na intenção única da procriação.

22. Capítulo 22 – D. GLÓRIA

Mais uma desavença, desta vez com D. Glória na berlinda. Seu Ribeiro tratava-a por *excelentíssima senhora*, o modo cortês deste, no entanto, estava a léguas do tratamento grosseiro dado por Paulo Honório cuja língua sinceramente desarvorada não devia nada a ninguém. Para ele, D. Glória era uma presença inútil que, ainda por cima, *queixava-se de tudo: dos ratos, dos sapos, das cobras, da escuridão*. Não aturava a vida no campo, vivia a gabar a cidade, no que contrariava deveras a presunção de Paulo Honório, aumentando a ojeriza dele pela velha.

O capítulo toma rumo na calma magnânima apresentada por Madalena ao defender a tia. O que o faz narrando a história sofrida das duas, e enfatizando o cuidado e o empenho da tia na sua formação.

Em pouco mais de uma página o narrador, tomando as dores da sobrinha, consegue detalhar sucintamente o esforço e a fadiga passados por D. Glória no intento de torná-la professora. Esforço este posto abaixo pela ironia do marido: *professorinhas de primeiras letras a escola normal fabricava às dúzias*.

O interessante nesta passagem é que ela poderia ser lida como um diálogo repetitivo de embate entre os dois personagens, mais acaba tornando-se especial, impressionando nossa atenção para os detalhes biográficos de Madalena recortados pelo narrador. Afinal de contas, como em todo casamento este também manifesta sua enfadonha faceta dramática. É a medida mesma deste recorte que despertará no leitor sua pulsão – atração pelo texto. A prosa de Graciliano, exalada oralmente pela personagem de Madalena, consegue focar, em detalhes luminosamente banais, a essência do que foi sua vida na relação enclausurada com D. Glória – espécie de tia-mãe. Assim, o narrador, em sua economia preciosista, ‘esquece’ de tecer outros comentários acerca da vida pregressa da

sobrinha, ao mesmo tempo que, neste exíguo espaço, consegue pintar um quadro social da época comparável às mais ambiciosas investigações sociológicas dos escritores naturalistas.

A abnegação de D. Glória pela sobrinha remete-nos àquelas personalidades que transferem qualquer anseio de satisfação pessoal em pró da perspectiva de realização da vida de uma outra pessoa a quem está ligada por intensos laços afetivos. Um altruísmo filial que, na verdade, encerraria uma postura profundamente egoísta. Por algum motivo, impossibilitada de concretizar seus projetos de vida, ab(nega)-se, destituindo seu ego de um sentido próprio, mantendo-o vivo na qualidade de simbiose, ou de colonização, de uma vida alheia. No momento em que Madalena substitui a dependência da companhia da tia pela do marido, a vida de D. Glória de pronto esvazia-se, e, não sabendo mais o que fazer com ela, passa a importunar a rotina concentrada dos habitantes-funcionários da fazenda. Poderia contentar-se, sem maiores preocupações, em ficar *lendo romances à sombra das laranjeiras*, porém, sem possuir pendores literários, tal atividade – da qual não reclamariam nove entre dez mandriônicos leitores – torna-se, para ela, sensaborosa. Logo, restando-lhe o papel de tia sem função, apartada que foi do papel de tia-mãe, transforma-se em apoquentadora da paciência alheia, sendo lícito concordar com Paulo Honório ao considerá-la uma chata de galocha.

23. Capítulo 23 – “O HOMEM COLÉRICO”

“Tenaz, encarnizada em su objeto, sorda a los consejos de la razón, se exalta por los motivos más vanos y es incapaz de discernir lo justo y lo verdadero”.

Da Ira

Sêneca

Neste, o narrador, revisitando o tempo, admite ter sido alvo da cólera: *Misturei tudo e a minha cólera aumentou. Uma cólera despropositada.*

A cólera é um sentimento estranho. Diferentemente da raiva, ela parece vir sem aquela motivação objetiva, freqüente e comezinha, comum no estar entre outros. Poderíamos pensá-la como um acúmulo indefinido de tensões conflituosas que repentinamente explodem ao soar de uma gota d'água. Estoura, num mister de expansão, fim de um ciclo. Aponta para o que temos em comum com o elemento natural, algo que em nós se perpetra semelhante às catástrofes impostas pelos deuses dos mares e das montanhas. Nestes, a harmonia da constância das ondas e a estática majestosa dos picos interrompem-se inopinadamente pela vinda de um maremoto ou de um deslizamento. Numa ira vingativa a qual nenhuma força ou inteligência é capaz de confrontar.

A princípio, o narrador explica o descontrole dos seus sentimentos ao enumerar as várias falhas encontradas na lógica de produção da fazenda: a quebra de equipamentos, trabalhadores moleirões, gastos desnecessários de Madalena, os quais afetariam a perfeita otimização dos fatores produtivos. Entretanto, no reconhecimento memorial do passado, admite o exagero deste escrutínio: *Atravessei a pinguela e fui ver o último produto limosino-caracu. Magreirão. Não estava, mas achei que estava.*

Vemos que o narrador põe em questão a coerência das opiniões do personagem acerca da situação da fazenda, demonstrando a perda de um referencial na justeza de julgamento dos fatos ocorridos à época. Neste sentido, a cólera que rebentava na, e, a pessoa de Paulo Honório não provinha de fatores externos a ela, mas antes do caldeirão de barbárie onde fervilhava seu temperamento biliático; na iminência de explodir ao contato com a mínima fagulha. Uma fúria que, e isto merece ser ressaltado pois aparece recorrentemente no livro, só é aliviada quando do contato visual com o elemento natural – primitivo ou construído – da fazenda. Assim é no capítulo 21, quando, após a discussão com Madalena, *põe-se a olhar o bebedouro dos animais, o leite vazio do riacho além do sangradouro do açude e, longe, na encosta da serra, a pedreira..., e neste trecho: virei o rosto e descansei a vista no pátio, muito alvo, coberto de pedra miúda e areia. Andavam ali àquela hora pombos como os diabos... Contei uns*

cinquenta. Madalena, ao contrário, tem o olhar preso *no telhado escuro do estábulo*.

Um alívio que, primeiramente, atinge o Paulo Honório tardio, escritor de si mesmo, no momento em que transforma a visualidade do espaço em poética pelo tratamento da linguagem. É, então, no lapso deste ‘intermezzo’ poético, no qual o sentimento colérico não se extravasa em descontrole oral, onde se impõe o silêncio da fala, que Paulo Honório encontra um momento de sossego; contemplando mansamente a harmonia sem drama da vida (inumana) da fazenda.

Os Papa-Capins

Antes de dirigir-me ao Alpendre onde Madalena, Padilha, D. Glória e Seu Ribeiro conspiravam contra minha pessoa, *demorei-me um instante vendo um casal de papa-capins namorando escandalosamente... Dentro de alguns dias aquilo se descasava, cada qual tomava seu rumo, sem dar explicações a ninguém. Que sorte!*. Este fortuito comentário enseja uma breve digressão acerca da contraditória moral, diretora do comportamento sexual do homem sertanejo. Vejamos: o advérbio “escandalosamente” empregado acima qualificaria o espaço impudentemente público onde se dá o namoro. Deste modo, a troca de carinhos, carícias e beijos, de uma relação apaixonada, seria passível de ser considerada uma aberração imoral. No entanto, o sexo à granel, promiscuo ou não, mas sempre feito às escondidas, é abertamente aceito e aplaudido enquanto afirmação da virilidade do macho. Manifestações de amor são repudiadas, vistas como safadeza, enquanto as ‘puras trepadas’²⁷ são de certo modo glorificadas como proezas nas rodas de conversa masculinas.

Por outro lado, a conjunção interjeitiva “Que sorte!”, remeteria ao sentimento de inveja que, em certas situações de tristeza ou desespero, acomete os humanos quanto a sorte venturosa dos ‘irracionais’. No caso comentado, a felicidade devassa dos papa-capins no ritual de acasalamento fere os olhos do narrador em sua liberdade esplendorosa – indiferente aos códigos culturais cujos grilhões

²⁷ É interessante como o uso deste verbo faz-se freqüente na prosódia coloquial do homem nordestino, referindo-se ao ato sexual “realizado com as negas”. Talvez pela semelhança da forma com que os animais machos cobrem as fêmeas.

transformaram o homem num animal imperfeito. Porque naqueles, como também no onipotente, liberdade e necessidade têm um único significado.

Para concluir o capítulo, e a título de curiosidade etológica, observamos que as araras, em oposição aos papa-capins, comportam-se até a morte como um perfeito casal monogâmico. De um deles, conta-se a seguinte história: era uma vez um casal de araras radiantemente inseparáveis. Com o advento da modernidade tecnológica eletrificaram o território em que viviam. A fêmea, talvez mais curiosa, pousada sobre um fio, inventou de bico o outro, cometendo um erro fatal. O macho, separado de seu perpétuo par, após alguns dias desapareceu num vôo longínquo e solitário. Nunca mais soube-se dele.

24. Capítulo 24 – “COMECEI A SENTIR CIÚMES”

Comemorava-se em São Bernardo os dois anos de casamento do casal antagonista com um peru acompanhado de conhaque. A beberagem, aos poucos foi *tirando as peias da língua* dos presentes a mesa, os quais, por sinal, compunham o conjunto dos integrantes civilizados do romance. Com o verbo corajosamente desabrido, a conversa redundou naquela mesma discussão política comentada no capítulo 09, fomentada por uma profusão de idéias disparatadas, com as quais o escritor encena o discurso capenga das pessoas elevadas a autoridade das instituições locais: a igreja, de Padre Silvestre; a imprensa, do Gondim; a escola, de Madalena e do Padilha; a justiça, do advogado Nogueira; e a propriedade, de Paulo Honório. Notamos que enquanto se dava o falatório a atenção do último voltava-se para os trejeitos do Nogueira e para o sorriso servil do Padilha, mas, principalmente, para a linha de visão do olhar de Madalena. Como se quisesse confirmar aquela idéia indeterminada que tinha saltado-lhe à cabeça, antes, no escritório, e estivera por lá um instante *quebrando louça*. A imprecisão da idéia toma uma forma discernível quando Paulo Honório, de sobressalto, compara seu físico rude de lavrador, com o aspecto garboso do João Nogueira.

Vemos aqui, nesta comparação estética, o padrão habitual dos homens inseguros no território emotivo da relação com o sexo oposto, os quais atribuem à fisionomia corporal, a causa de uma inadequação. O olhar especular que incide nos des(contornos) do corpo – assimetrias e diferenças em relação a um padrão estético estabelecido – é ferido em sua veleidade narcísica, provocando, através de um desequilíbrio na estrutura imaginária do par dicotômico belo-feio, um sentimento de inferioridade e menosprezo comparativamente a um outro melhor ou superior. É advindo, talvez, deste estado negativo do ser, que irromperia o complexo de inveja e ciúmes, o qual, sem exagerar, poderíamos apontar como das mais comuns afetações humanas.

Reforça-se aqui, a opinião de que Paulo Honório nutre por Madalena um tipo de sentimento para ele dantes desconhecido. A desconfiança imputada a ela é digna de um sentimento que envolve algo além do medo culturalmente codificado do homem traído. Numa estrutura patriarcal fundada na funcionalidade das convenções instituídas, não haveria espaço para arroubos sentimentais, e sim uma intensa convicção do que é certo ou errado enquanto lei, enquanto tabu. A desconfiança, portanto, não pode ser carregada de meias-tintas, ou seja, de dubitações; o adultério, assumido como crime, tem que ser flagrado para poder ser julgado. Paulo Honório, obnubilado por sua baixa estima estética e intelectual, pré-julga Madalena, condenando-a de antemão: *exagerei os olhos bonitos do Nogueira... Misturei tudo ao materialismo e ao comunismo de Madalena... e comecei a sentir ciúmes.*

Neste momento é interessante observar como o personagem distancia-se do modelo estritamente categórico do tipo patriarcal sertanejo, para aproximar-se de outros personagens arquetípicos da literatura, como o Othelo, de Shakespeare, ou o Bentinho, de Machado de Assis. Em Othelo, vemos o espírito do personagem compartilhando da cor ob(escurecida) dos mouros, ao ponto de, sentido-se ilusoriamente incapaz de manter o amor de Desdemona, cair na armadilha do malévolo Iago; mesmo sendo rei de Veneza, é traído pelo destoar de sua pele contrastante. Assim como o Bentinho machadiano, são homens que estão sempre a pisar em falso, habitados por uma susceptibilidade à ilusão – pessimista ou otimista – que os arrasta como uma nau no meio da tormenta.

Este comentário adequa-se à uma concepção da realidade como um pacto ou acordo coletivo firmado por comunidades semântico - culturais. Se, por algum motivo, um choque cultural, ou mesmo uma falha perceptiva – os dispositivos lingüísticos e imagéticos de uma dada pessoa tenderem a distanciá-la deste compactuar coletivo de um ‘estar-sentir o mundo’, esta poderá tornar-se, numa palavra, uma insatisfeita, na qual a faculdade imaginativa não se contentará com o limite real – racional de organização das coisas. Menos como um vidente, que se arroga em ver aquilo que lá não está, e mais como um visionário, empurrando a parede do real sempre para além.

Quando Paulo Honório desilude-se com a esposa, fixando no antes considerado amigo Nogueira o sentimento destrutivo do ciúme, ele, na verdade, cria um estado ilusório negativo, que faz enxergar os fatos de modo inteiramente pessoal. Revelando, assim, o grau de estranhamento sentido perante os que compõem a mesa. A ideiazinha imponderada, “que quebra louça” vai progressivamente tomando forma, até tornar-se substantiva. No modo singularmente ‘equivocado’ com o qual encara Madalena no decorrer do jantar é que se constata o desvio de um padrão de normalidade do qual se origina um princípio de individualidade. Divergindo-o de matrizes de comportamento passíveis de colocá-lo num leito de procusto. A riqueza ficcional do personagem viria, portanto, do mergulho na natureza do seu ser, que narrando-se retrospectivamente, descobrirá o desnível em face do outro, que o torna único e mesmo. Uma narrativa que revela suas mais íntimas fraquezas e o faz confessar a sensação de desvalor que o tomou durante o jantar celebrativo.

Da mesma nobreza literária veste-se o personagem de Madalena. Entre seus pares poderiam figurar a Ana Karenina, de Tolstoi; a Madame Bovary, de Flaubert; ou a Capitu machadiana. Com a notável diferença que estas foram punidas por transporem a barreira moral da fidelidade conjugal – no caso de Capitu uma in(certa) adúltera –, enquanto Madalena pune-se assaz severamente ao não suportar as imaginárias suposições do marido acerca da vileza de seu comportamento matrimonial. É, pois, nas razões de seu premeditado ato suicida que a personalidade de Madalena se singulariza, adquirindo um relevo que a distancia das tantas outras Madalenas, as quais, na expressão de Jorge Luis Borges, “serão debaixo da terra o que hoje são, na terra”. Madalena, na

premeditação de seu ato final, une, a um só tempo o espírito pusilânime da fuga e a coragem da busca da libertação.

Lá no Nascedouro do pensamento filosófico, encontraremos uma idéia que tentaria dar um significado à relação antagonística do casal com o mesmo fundamento de uma explicação genética da ordem cósmica. Ela está nos escritos do pré-socrático Empédocles de Agrigento – aquele que se uniu ao universo atirando-se nas lavas do vulcão Etna. Diz ele que tal como o mundo físico, o da alma também se regiria por dois princípios: a filia – o amor –, e neikos – a discórdia. Entretanto, “o dualismo filia – neikos era comandado por uma concepção monista em que neikos era hegemônico, na medida em que constituía sua condição de possibilidade²⁸”.

Ora, tal como os filósofos gregos interpretavam os fenômenos da natureza analogamente aos da vida social, poderíamos transpor a predominância de Neikos, enquanto princípio conflituoso, à filia existente entre Paulo Honório e Madalena. Constata-se, sim, uma relação afetuosa entre os dois – talvez pousada mais numa admiração respeitosa que numa natural simpatia. Porém, o que realmente movimentava o romance, apimentando-o com os momentos de tensão necessárias ao desenrolar de seu tênue fio novelesco, são as disputas dialogantes – seguidas por arrependimentos momentâneos –, que os dois travam pelo domínio de um sentido. Ou seja, é da convicção do se estar certo que se firmará a crença sedimentada de seus solipsismos identitários,

Uma batalha indigente, sem triunfos ou vencedores, sem soluções estabelecidas, onde realmente Neikos parece confirmar sua peremptória veracidade.

25. Capítulo 25 – “MADALENA TINHA TIDO MENINO”

A frase que abre este é a mesma que finda o capítulo anterior: “Comecei a sentir ciúmes”. E nele vemos o consolidar desta maldição tornando-se inteira senhora da alma do protagonista.

²⁸ Rouanet, Sérgio Paulo. *Os dez amigos de Freud*, vol. 2, p. 237.

A ele, acomete ciúmes do Padilha, a quem submete a condição de quase escravo, último patamar de seu sonho vingativo. Tem ciúmes do Gondim, o qual discutira *as pernas e os peitos dela*. Tem ciúmes do Nogueira, que em matéria do *gênero mulher é uma rede, não deita água a pinto*. Como não desconfiar de Madalena: Mulher intelectual! Sabida! Descuidada da religião! Uma sirigaita!

Um dado histórico interessante é registrado quando ao criticar as ‘mulheres de vida’²⁹, *que recitam versos no teatro, fazem conferências*, o narrador fala das mulheres que percorriam o interior vendendo folhetos, discursos, etc. Retratando assim, a primeira geração de brasileiras a se engajar efetivamente na política, militando por alguma causa ou partido.

Num certo momento, Paulo Honório diz da possibilidade dos caboclos do eito *mangarem dele*, apontando o nascer de cornos em sua cabeça. O uso popular do verbo ‘mangar’ é deveras curioso. Normalmente utilizado na infância, continua, em sua conotação pejorativa, a fazer parte dos temores do adulto. Se, em qualquer mortal, a ridicularização sofrida a partir do comentário e do riso zombeteiro alheio provoca um estado de negativa inferioridade, avaliemos a ferida que a zombaria pode provocar na postura séria da ‘integridade’ de um honrado proprietário rural. Principalmente ao tocar no orgulho sexual falocêntrico do macho nordestino. A mera possibilidade já seria digna de uma refrega de morte. Até o Marciano, marido da Rosa, teria o cabimento de mangar dele, sentindo-se assim indiretamente vingado das desconfianças das incursões do senhorio a sua vassala casa quando mandado a cidade para comprar alguma ninharia. Ora, o Marciano não era gente, era um molambo, não havia, pois, impedimento moral para a satisfação da necessidade sexual do patrão com sua mulher, afinal, dependiam, para sobreviver, do bom funcionamento de São Bernardo. Em suma, era esta a lógica subjacente ao despudor com que trepava à Rosa sobre a cama de varas do casal. Com Madalena, no entanto, era diferente: ela era esposa do dono daquelas terras sem fim.

²⁹ Mulheres que nas primeiras décadas do século XX emanciparam-se, exercendo atividades artísticas ou intelectuais, as quais, no nordeste machista eram consideradas irmanadas com aquelas outras, (da vida).

Na fazenda, os dias sucediam-se com as noites no meio. Variando entre a tristeza e o aborrecimento³⁰: D. Glória *empalhada* com brochuras e folhetins; Madalena tinha o *rosto coberto de sombras*. Atentemos para o uso, sem compaixão do verbo adjetivante “empalhar”; assim como na preferência do autor pela construção “o rosto coberto de sombras”, à construção, talvez mais comum, “tinha um rosto sombrio”. A força substantiva do plural “sombras” adquire um efeito mágico, transformado em beleza um fato triste. Algo que a expressividade do adjetivo “sombrio” não consegue.

As sombras iam cobrindo a vida na fazenda, e, curiosamente, só *adelgaçavam-se* quando os olhos, avistando o lugar, narrava-o: *uma aragem corria... vinham-me arrepios bons... via o monte... a mata, o algodoal, a água parada do açude; Madalena soltava o bordado e enfiava os olhos na paisagem. Os olhos cresciam. Lindos olhos*. As sombras, nestes ínfimos momentos, abandonavam o rosto de Madalena, deixando crescer seus olhos azuis de moça brejeira.

O filho rejeitado

Enquanto houver uma criança sofrendo no mundo não haverá salvação, exclamava Dostoievski. Em todo sofrimento infantil sentimos emanar uma pureza, uma passividade ingênua, a qual excluiria qualquer espécie de culpa do ente sofredor. Este, tão pouco conseguiria defender-se, ou mesmo revidar a agressão, tal a disparidade de forças existentes. Restando o recurso primevo do choro ou do grito agudo. O testemunho deste sofrer, diretamente no mundo real ou indiretamente no mundo representado³¹ causa, nas pessoas com sangue nas veias, um estado sensível de comoção comiserativa, de copiosa compaixão.

³⁰ Parece que G. Ramos apreciava o uso dos termos “aborrecimento” e “tristeza”; os quais em conjunto fortaleceriam o sentido de um pesar da existência. Assim verificamos no conto “Luciana” de *Insônia*: “**e Luciana aborrecia tristezas**”.

³¹ Na literatura, a representação de um sofrimento pode ser de tal modo exacerbada ao ponto de causar um penar maior ao leitor do que se estivesse na presença do ocorrido. Lembremos da cena do menino rejeitado pelos colegas de escola, no qual estes atiram pedras – os *Irmãos Karamazóv*, de ‘Dostoievski’; como no cachorro pulguento recorrentemente maltratado pelo velho em *O estrangeiro*, de Camus. Outro que nos vem a mente, e ao coração, é o total esfacelamento

Pode-se estender ao conjunto das criaturas fragilizadas, os velhos desamparados, os mendigos miseráveis, como também os animais indefesos. Neste sentido, faz-se mister reverenciar o ‘velho Graça’ como mestre na criação de histórias e retratos de personagens que, sobremaneira, evocariam aquele pathos na sensibilidade dos leitores. Citemos aqui apenas três exemplos: o do episódio *Venta-Romba*, de *Infância*, no qual o mendigo é humilhado e escorraçado da casa da família de Graciliano; o do conto *Minsk*, de *Insônia* cuja menina Luciana, ao ganhar de presente um periquito, transfere para ele toda uma carência compreensiva não obtida junto à família, para depois, num golpe de destino criado pelo demiúrgico escritor, esmagar a avezinha com os pés, ao pisar nela por estar andando com os olhos fechados. O terceiro é o clássico momento da morte da cachorra baleia em *Vidas secas*, talvez uma das passagens mais constrangedoramente tristes da literatura. Devemos, então, atentar para o ‘*modus escritural*’ com que o escritor submete, através da linguagem, o leitor a uma reação catártica, movendo-o interiormente – reação que, inversamente, também pode ser constatada na expansão de uma gargalhada.

Nos dois últimos exemplos, que envolvem animais, o escritor utiliza um recurso de antropomorfização, animando-os com uma descrição mais característica, digamos, de um modo de ser ‘humano’. Em *Minsk*, lemos: “Ele estava sentindo também aquilo. Horrível semelhante enormidade arruma-se no coração da gente. Por que não lhe tinham dito que o desastre ia suceder?”; e em *Baleia*, “E lamperia as mãos de Fabiano, um Fabiano enorme”.

Tal construção, que humaniza elementos do real, consistiria na transformação destes de uma mera posição de objetos inertes, para o de sujeitos mesmos da ação. Alçados a uma condição (como se) humana, podem, assim, interagir intersubjetivamente com o leitor no processo de suas figurações imaginárias.

Uma humanização que iria desde a animação de objetos – como no caso de uma simples cama de molas, no conto *A Prisão de J. Carmo Gomes*, em *insônia*: “As molas da peça antiga protestaram rangendo levemente” - ; como no processo complexo de uma reumanização de pessoas que, por sua condição de inteiro

da identidade de um ser humano por outro - a menina negrinha, pela senhora – , no conto *Negrinha*, de Monteiro Lobato.

asujeitamento, teriam perdido suas almas³², o caso da família de Fabiano em *Vidas Secas*.

Nesta criação-representação de uma alteridade costumeiramente relegada ao desprezo da atenção e consideração de um sujeito³³ centro do olhar significativo, o escritor almejaria atingir uma dimensão intersubjetiva com este outro. Imbuído, portanto, de uma intenção comunicativa, a qual se estabeleceria em dois níveis, ou duas etapas. Primeiramente por sua investigação perceptiva – criacional que tentará ver as coisas com os olhos que elas supostamente veriam a si mesmas e ao mundo. Ou seja, penetrar na outra pela assunção de seu corpo-espírito. E aqui é necessária uma importante correção a um erro propositado. Como vimos na primeira parte do trabalho, adotamos a visada de uma opacidade da essência ontológica do outro. Por conseguinte, o uso do verbo ‘tentar’ no futuro do presente – tentará – é inteiramente adequado, podendo mesmo ser mudado pelo ortograficamente próximo – atentar – já que a tentativa de uma inserção no outro, revela-se sempre como uma derrota, dada a sua inexpugnabilidade. Este ‘atentar-se’, definido como uma abertura de possibilidade, antes de se figurar como uma curva tangencial, mostraria-se como uma paralela, onde qualquer ponto sempre manteria uma mesma distância analógica do (como se fosse) o outro. Esta vitalidade da metáfora³⁴ ao in(vestir) no lugar inacessível do outro, caracterizar-se-á talvez como principal atributo depreendido do estatuto denominado de literário. Consagrando, pois, ao ‘menos sujeito’ à força anímica e enigmaticamente humana da comparação metafórica, o escritor imbui o outro de si mesmo, trazendo-o para o único território por ele conhecido.

A segunda etapa da tentativa interlocutória estaria agora no ato da recepção criadora do leitor, que, atingido pela flecha pungente da imagem literária, se disporá a ver “na pedra algo mais do que pedra”. Uma pedra como que abrindo-se ao mistério humano da linguagem. Numa leitura derivada de um já anterior senso do leitor enquanto sujeito perceptivo, mas que imprescinde da linguagem para o conhecimento das fecundas possibilidades propostas pela pedra.

³² Lembramos do título do romance de N. Gogol, *Almas Mortas*, referindo-se aos camponeses submetidos ao regime de servidão na Rússia do século XIX.

³³ Neste caso uma pessoa que, em decorrência de motivações de poder, é alçado a um lugar mais central do que uma outra, humana ou não, alteridade.

³⁴ Numa noção de metáfora definida a partir de sua etimologia –*Epiphora*–, a saber, mudança de foro, de lugar. Ricoeur, Paul. *The Rule of Metaphor*, págs. 111 e 112.

O pequeno engatinhava pelos quartos, às quedas, abandonado. O Pai rejeitava-o, indeciso, não encontrando nele os traços fisionômicos pelos quais reconheceria a linha filial de sua paternidade: *Olhos agateados. Os meus são escuros.* E como esta dúvida deveria perturbá-lo! pois sentia que o fecho conclusivo de sua obra, cuja realização empenhara toda sua luta, estava na transferência de São Bernardo para o filho homem, inaugurando como patriarca uma linhagem familiar. Podendo concretizar aquela ânsia de imortalidade vicejante em todos os efêmeros viventes.

Pior, a criança era descuidada pela própria mãe, que a esta altura já perdera os laços com o mundo, vagando sua dor pelos cantos da casa, predestinando seu fatídico vintouro. Como compreender a intensidade do sofrer que torna uma mãe indiferente ao filho, renegando o único natural absoluto sentido de uma vida: a maternidade.

Assim, na inconsciência da causa de seu abandono, o pequeno continuava a arrastar-se... *feito como os pecados*, privado do amor materno, cuja chama o aqueceria pelo resto da vida. Qual terá sido, se sobrevivesse, o ulterior destino do filho rejeitado?

E a descrição da agonia do menino continua frase após frase, levando o leitor, no fim do parágrafo, ao limiar do suportável, ao limite da situação de incômodo espiritual que por vezes o fará abandonar a leitura de um romance. Todavia, neste momento, e isto sem dúvida com um propósito estratégico, algo de benéfico acontece, aliviando a tensa comoção da passagem anterior. O narrador afirma que há alguém no mundo que olha para o menino; e qual não seria esta pessoa se não o vaqueiro – jagunço – aboiador Casimiro Lopes: *era a única pessoa que lhe tinha amizade. Levava-o para o Alpendre,..., cantando para o embalar as cantigas do sertão.* Para nosso espanto é o cabra de Paulo Honório o único a nutrir alguma afeição pelo menino. Talvez porque o filho do patrão fosse a única criatura que ouvia concentrado as falas de Casimiro Lopes, fazendo-lhe, assim, alguma companhia, mitigando-lhe a solidão e a carência expressiva. Como se o sorriso espontâneo da criança, ainda não manchado por preconceitos, aliviasse os insistentes remorsos do jagunço, invadido pelos fantasmas de maldades pregressas. Se Casimiro Lopes era um mau homem no que tangia as suas ações, conservava-se, paradoxalmente, uma “boa alma”. Assim descreve, preciso, o narrador no

parágrafo final do capítulo. *Toda a gente o julga uma fera. Exagero. A ferocidade aparece nele raramente. Não compreende nada, exprime-se mal e é crédulo como um selvagem.* Uma espécie de “bom selvagem”? Talvez seus atos não conformavam sua índole, adestrados pelo ofício da serventia ao patrão. Não compreendia o mal praticado, nem mesmo, na opinião do narrador, *lembrava-se dele*. E, numa simplicidade beirando o ingênuo, cantava para o menino a mesma canção que vemos o menino Graciliano ouvir do vaqueiro José Baía em *Infância* :

Eu nasci de sete meses

Fui criado sem mamar

Bebi leite de cem vacas

Na porteira do curral.

26. Capítulo 26 – “AS MÃOS FEIAS, E SUJAS”

Assim como nossos olhos refletem e refratam para os que nos olham uma idéia próxima ou distante de quem somos, nossas mãos passam, continuamente a idéia que fazemos de nós mesmos. O aspecto delas, enquanto extremidades limites do corpo, desempenha um papel metonímico – partitivo deste. Nisto a posição delas é fundamental, pois sobressaem-se na linha do olhar, atraindo a atenção para as sinuosidades verticais das articulações, para as singulares diferenças entre os cinco dedos – instrumentos, como também para as linhas oraculares das suas palmas - traçados indexicais de possíveis porvires³⁵.

Por outro lado, a transformação sofrida pelas mãos na decorrência do tempo indicaria o modo como o indivíduo as utilizam na construção – sobrevivência da realidade. No caso do nosso herói *ma non troppo*, dada a atuação diretamente física na exploração do elemento natural, as mãos, pelo atrito com as ferramentas moldadoras daquele, logo apresentaram cicatrizes indeléveis, sinais de um enfeiamento precoce. Para o Paulo Honório – narrador, elas eram demonstrações

³⁵ Observamos que a imagem das mãos aparece reincidentemente em alguns contos de G. Ramos, como em “O Padre e o Diabo” e “Dois Dedos”. Em RAMOS, Graciliano. *Insônia*.

cabais de um ser embrutecido, cuja observação chegava mesmo a assustá-lo: *Que mãos enormes! As palmas eram enormes, gretadas, calosas, duras como casco de cavalo. E os dedos eram também enormes, curtos e grossos.* Mais uma vez, o constatar desiludido de sua degeneração estética provoca nele uma inquietação raivosa. E, por sua vez, o impulso auto-depreciativo aumentava na comparação de sua sina de camponês às mãos do douto juiz Magalhães, as quais só estabeleciam contato com a pena, no exercício orgulhoso do ofício letrado.

Da vaidade conspurcada ao romper colérico bastou-se um passo, o qual, antes de levar efeito, passou pelas características matutações mentais feitas ao correr das emoções. Uma cólera que atingiria o extremo de um influxo violento pela linguagem chula com que Paulo Honório dá tratamento as pessoas de Madalena e D. Glória. Finca-lhes na carne dos ouvidos palavrões que para elas deveriam soar mais forte que o canto do pássaro ferreiro: “GALINHA”! dirige-se à Madalena; e “Putá que pariu”!, para as duas. Aquela, então, retruca com a sonoridade polissilábica da palavra quase esquecida, escanteada no sótão da memória: ASSASSINO! Paulo Honório reagiu como se não soubesse a quem se referia o significado do termo: a ele, ou a Casimiro Lopes? Afinal, *não se espantaria serem uma só pessoa.*³⁶

O caso do jaqueira —

O zumbido recorrente da resposta de Madalena fez com que Paulo Honório associasse, por estes tresvarios que percorrem os recessos da consciência, o caso do jaqueira. *Era um sujeito empambado, mazelado, descorado.* Todos batiam no jaqueira, desde *os moleques, às quengas de pote e esteira;* ao que ele, anunciando a inexorável reação, respondia: - *Um dia eu mato um peste.* O mesmo, num misto de covardia e fraqueza levado ao absurdo, abria a porta para “toda a gente” dormir com sua mulher. Para depois, ameaçar, queixoso: “ — Um

³⁶ É deveras curioso como na crônica intitulada “Dois Cangaços”, G. Ramos refere-se à figura de um antigo cangaceiro que, atuando em fins do século XIX, conservaria aquela áurea, ainda hoje difundida no imaginário popular, a do bandido-herói. Este teria o coincidente nome de Casimiro Honório. Em RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*, págs. 145 e 146.

dia eu mato um peste”. Pois não é que este dia chegou. O jaqueira acertou um bem no coração. Saiu da cadeia como um cidadão respeitado; conta assim o narrador no final do capítulo.

A inserção desta história em forma de parábola estaria associada ao medo e a vergonha do protagonista de tornar-se um homem desonrado. Os códigos de honra pairavam, em sua absoluta importância, acima de tudo e todos. Mister seguiu-os sem vacilações. Seria possível não assassinar Madalena?

Nota-se que a exposição do caso do jaqueira entra prosaicamente no capítulo. Uma recordação que não se encaixa como uma engrenagem no desenrolar estrutural do enredo, mas que muito o enriquece ao arejar, enquanto um episódio em paralelo, o fôlego do leitor. Por outro lado, vale a suposição de que o escritor sentisse uma necessidade de extravasar um caso, o qual, em sua infância deve ter ouvido contar-se. Compartilhando-o agora após submetê-lo ao seu estilo, com o “amigo leitor”.

27. Capítulos 27, 28 e 29 - “A DÚVIDA: SERIA OU NÃO SERIA?”

Unimos estes três capítulos pelo novelo temático que os perpassa: a dúvida carcomendo o indivíduo.

Após o derradeiro ataque colérico, encontramos Paulo Honório tendo rompantes de bom senso, tomando consciência do absurdo das acusações contra Madalena. *Madalena era honesta... mais bem-comportada que ela só num convento... sem nó pelas costas.* Assim pois, concede-se uma trégua aos tormentos do seu inferno interior. No entanto, após o pacífico íterim cuja alma do personagem, num momento de tranqüilo otimismo, parece ter descoberto o caminho da virtude³⁷, decide correr com o Padilha para fora de São Bernardo. Encontra mais

³⁷ Visa-se, aqui, o vocábulo “virtude” em seu sentido aristotélico, a saber, o de uma ordenação equilibrada dos atos d(e) o ser.

uma vez neste um antagonista, pontilhando aquele triângulo de desunião que liga os três personagens. O fato é que os argumentos de defesa do Padilha, ao serem mal interpretados por Paulo Honório, pois assimilados pelas lentes refratárias de um pathos colérico, transformam-no numa espécie de lago desavisado. Instala-se, então, de uma vez por todas, o espaço por excelência tormentoso da dúvida, trazendo novamente à superfície a carga desagregadora que parecia ter sido superada.

Esta disposição do espírito, que após as cogitações cartesianas torna-se a essência, para o bem ou para o mal, do homem moderno, notar-se-á imperativamente representada em *Insônia*, no conto homônimo, no qual é apresentado um fantasmático personagem dilacerado pela alternativa: *sim ou não*? Atentemos que a qualidade maléfica pressuposta à dúvida é que ela impõe necessariamente uma escolha: “indubitavelmente”³⁸ uma escolha. Pois mesmo no *laissez-faire* inercial de uma não escolha, ela já está suposta como tal. O imperativo da opção por um dado caminho a se percorrer, da tomada de uma decisão, forjará no indivíduo o estado angustiante do não saber o que fazer, do caminho certo ou errado, da incerteza do que seria melhor ou pior. A liberdade de escolha que conduz a própria dimensão individualizante, liberadora do trilho único das codificações sócio-culturais, leva-o em contra-partida ao peso da responsabilidade desta própria escolha. Escolha esta, não vinculada apenas a responsabilidade de uma ética inter-subjetiva, mas ao escopo geral de um estado dubitativo, no qual se requeira uma postura decisória. O conseqüente excesso de preocupação desencadearia um processo obsessivo, uma hipertrofia da consciência, ou mais especificamente, da faculdade julgadora da consciência, na opção sem volta de um rumo a tomar diante de uma encruzilhada. E, em relação a qual carregar-se-ia, para consigo – sempre, as conseqüências.

Portanto, quando ao abrir o capítulo 28 vemos Paulo Honório remoendo a afirmação, acreditamos não capciosa, do Padilha: *O Sr. conhece a mulher que possui*, notamo-lo descontroladamente imerso num vai e vem de incertezas em relação a mulher com a qual há dois anos divide a mesma cama. Incerteza no tocante a conduta moral da esposa, que, a língua do Padilha, fê-lo atentar para o estranho desconhecimento daquela pessoa. Ora, como conhecer esta estranha, se

³⁸ Advérbio usado pelo narrador no capítulo 29 de *São Bernardo*.

eu ignoro o que há em mim. Neste desaforo mental começa-se a formular pelo narrador uma tentativa de resposta ao fracasso incontestado do seu casamento. E o faz de modo a suscitar no leitor o obscuro território do conhecimento do outro. Pois, com efeito, o princípio socrático de uma ética fundada no auto-conhecimento, o “conhece-te a si mesmo”, deriva numa escassez de sentido, posto que o conhecimento sempre viria a posteriori de nossa ação no mundo. Nós não conheceríamos uma suposta essência, mas o conjunto memorial das manifestações exteriores do ser. Ou seja, a memória de nossa experiência do mundo. Esta, para usar uma metáfora conhecida, seria como um carro com os faróis voltados para trás, iluminando sempre o passado. O que significa dizer que, empiricamente, podemos aprender algo com base na experiência passada, através de um processo analítico de nossos erros e acertos, contudo, sem qualquer garantia de não reincidirmos nos mesmos erros cometidos. Pesando nisto, a idéia de que o ato da escolha, principalmente na nossa era do permissível, nem sempre decorre de uma decisão ponderada pela razão, no mais das vezes originando-se do fundo absurdo existente no *Daemon*³⁹ de cada um de nós.

Neste sentido, o processo de auto-conhecimento não se daria por pressuposto genéricos de ambição lógico-éticas, nos quais tentariam acoplar-se as variegadas singularidades do humano. Esta tal ‘*lúmina interior*’ só seria discernível no investimento das imagens retroativas de nossos atos e in(decisões) de antanho, do nosso ‘Rasto Atrás’⁴⁰. Um rasto cujo sentido interpretativo inapelavelmente vivemos a criar e a recriar no presente, não prescindindo contudo, da construção de uma ética avaliativa, ou mesmo disciplinadora, de nossos próprios atos; ou seja, um policiamento contínuo daqueles atos considerados contrários a sustentabilidade física e psíquica do ser. Estes, assim, tenderão a rarear na função mesma de suas qualidades desintegradoras.

Esta última consideração nos levaria a perspectiva de um movimento da relação do ser-consigo em direção ao ser-com. Neste momento, se pensarmos na arruinada relação de Paulo Honório e Madalena seria lícito adotarmos a postura Sartriana de uma intransponibilidade da lacuna existente entre indivíduos distintos. Em outras palavras, do muro solipsista delimitador de um ser. Ora, se em Sartre

³⁹ Palavra grega que teria sentido diferente da acepção cristã “demônio”. Sinteticamente, uma fonte interior, não idêntica a consciência, que controlaria uma parte de nossos atos – escolhas.

⁴⁰ Expressão retirada do título da peça do dramaturgo brasileiro Jorge de Andrade: *Rasto Atrás*.

tal conceito assumiria uma dimensão constitutivo – metafísica, encontraremos na observação espontânea do mundo a nossa volta, casos de intensa proximidade entre as pessoas, cuja apreciação ensejaria o genuíno uso de palavras como amor, simpatia, comunhão, identificação. Sentimentos que na raiz manifestariam uma convergência de intencionalidades, permitindo o adensamento da relação ser-com, e neste âmbito, uma ‘passagem’ para se conhecer o outro além de mim. O qual, recorrendo-se a um oxímoro poderíamos denominar de solipsismo inclusivo, ou como quer M. Ponty uma “Incompossibilidade”. A vida a dois do casal em questão parece permear-se por um tipo de sentimento próximo ao amor, porém não ancorado numa compreensão ou reconhecimento mútuo, uma espécie de estranha atração inelutavelmente fadada ao fracasso.

É nesta seara carecedora de razão onde encontraremos Paulo Honório no bambo equilíbrio das indagações duvidosas. Em dois momentos do texto, vemos emergir no solilóquio do personagem a condição de atroz desespero a que foi relegado pela dúvida: no capítulo 28, a indagação filosófica-hamletiana feita no infinitivo é convertida a um futuro do pretérito que transbordaria um significado eminentemente particular *Seria ou não Seria?*. Ora, se a premissa de uma averiguação anterior me escapa em sua certeza factual, como avaliar a atitude a ser tomada? Em seguida vemos-nos admirarmos quando o narrador responde a dita indagação com uma máxima conclusiva no melhor estilo brilho-fosco de uma solar sabedoria sertaneja: *Insignificâncias. No meio das canseiras a morte chega, o diabo carrega a gente, os amigos entortam o focinho na hora do enterro, depois esquecem até os pirões que filaram*⁴¹. Aproveitando a significância concreta das coisas que rodeiam tanto o (personagem - narrador), quanto o (ele-autor), forja em quatro orações batidas secamente, a incompletude de sentido da vida, a qual citando novamente Empédocles de Agrigento, seria uma série de erros culminando com o maior deles, a morte. No parágrafo citado o narrador mostra-se como quem, a consolar-se, invoca sua finitude, exclamando para si: - o que me importa tudo o mais se nada restará de mim.

Entretanto, no capítulo seguinte, a inclemência inegável do presente vivido, do qual não se foge, volta a atingir sua consciência trêmula. E o pêndulo

⁴¹ Verificamos nesta passagem como G. Ramos, ao utilizar o conjunto imaginário de uma sabedoria popular, filtra-o pelos modelos formais instituídos da gramática erudita, criando, assim, o estilo perfurante que o singulariza.

oscilatório da dúvida, tornando-se insuportável, o faz, qual uma longa badalada, repetir a insegurança do peremptório advérbio: *indubitavelmente, indubitavelmente, indubitavelmente*. É este o segundo momento: o estado desesperado, no qual as relações entre as coisas e fatos afrouxam os cordões néxicos. As ilusões obsessivas de uma desonra⁴² rompem o tênue limite entre o que, no pacto social convencionou-se determinar de real ou imaginário. O doentio ciúme de Paulo Honório chega ao ponto de atingir Padre Silvestre em seu voto de castidade, a quem lança outro dos ditados do repertório de sua oralidade picaresca: *cavalo amarrado também come*.

Por fim, vemos o narrador admitir a posteriori, na deturpação de um padrão habitual da consciência, sua desrazão: *Creio que estava quase maluco*. Assevera-se, neste lampejo de lucidez, a ambiguidade de uma cambiante presença, ora do narrador-personagem, ora do personagem-narrado, a depender da posição espaço-temporal da voz do emissor, fazendo divergir o sentido da enunciação. Explicamos: no exemplo citado conseguimos identificar a presença do narrador na medida em que a admissão auto-reflexiva do comentário é inconciliável com a imagem desnorteada que apresenta o personagem; o que, de modo interessante, é confirmado pelo emprego do verbo estar no pretérito imperfeito (estava), criando assim um liame entre os dois momentos situacionais da história. No outro pólo, se atentarmos no capítulo XXVII para o trecho: *Depois da violência da manhã sentia-me cheio de otimismo, a brutalidade que há em mim virava-se para o mestre-escola*, vemos que este estado de espírito é expresso no momento mesmo do desenrolar da ação, inclusive realizando uma sincera auto-crítica da sua destemperança com o uso do verbo haver no presente ‘eterno’, frisando-se: “a brutalidade que há em mim”. Como vimos observando, estas reflexividades do ato narrativo vêm no bojo de um processo de reconhecimento expresso pela voz retrospectiva do narrador. Curiosamente, na passagem sublinhada, as duas idades discursivas de Paulo Honório estão imbricadas numa só voz, criando um efeito dúbio de veras enriquecedor quando da recepção do texto.

⁴² A desonra proveniente de uma possível traição inferioriza a tal nível, a condição do ‘macho’ nordestino-sertanejo, que chega a ser para este a maior das desgraças. Para ele o ‘ser corneado’ é digno de um verdadeiro sentimento de vida ou morte.

28. Capítulo 30 – INSÔNIA

Da imensa variedade de cantos que se ouvia no fértil silêncio da fazenda, um deles destacava-se dentre os demais: o piado soturno da coruja. Uma espécie de grito rouco, a conter-se, que em dado momento o protagonista confundiu com um arremedar humano. Estranha semelhança, provavelmente devida ao pesadelo de uma insônia criadora de um caótico estado de alerta.

O relógio da sala de jantar era daqueles que badalava tantas vezes quanto indicasse o marcador das horas. Fazia uma hora da interminável noite quando Paulo Honório ouviu o badalar longo e grave. Não dormia, não conseguia. Ouvia *passos no jardim, gente dos Gama, do Pereira? Ou seria algum parceiro de Madalena a rondar a casa?* Levantou-se, tirou a fazenda do profundo silêncio adormecido com um tiro a esmo. Atirava no breu, mirando em inexistências. Madalena acordou assustada, e, ainda estonteada, logrou receber a agressividade oral do marido, carregada daquela ironia grossa, porém contundentemente expressiva aos ouvidos incautos do leitor. Madalena, arruinada, chorava. Só podia chorar. Não haviam mais saídas nem soluções: sabia que era o fim. Então exaurida, voltou a dormir. Ele continuava acordado, percebendo a irre realidade de *rangeres e rumores*. Ela morta, dormindo; ele louco, insone.

Perdido, senta-se no lugar costumeiro e autoritário à mesa da sala de jantar. Neste instante o tempo congela-se, e num movimento translúcido de fusão, o narrador assume o lugar do personagem, para então, concluir o capítulo com sua voz⁴³. Escreve um testemunho entristecido, de arrependimento, remoendo a relação desencontrada com Madalena, a pesar o que poderia ter sido certo e que não foi. Aponta para a distância discursiva cuja diferença os separava. O uso *daquele vocabulário vasto, cheio de ciladas... de significação venenosa perante a minha linguagem resumida, matuta*, - ‘proverbialmente faca, lâmina seca’ – trouxera a maldição do mútuo desentender-se, da incomunicabilidade.

⁴³ Na estética cinematográfica a fusão é o elemento de linguagem caracterizador de uma passagem de tempo. Neste processo há um momento preciso em que as imagens confundem-se, substituindo-se translucidamente.

A coruja - “Implacáveis e estranhos olhos amarelos”

Existem mais de cem espécies de corujas a habitar o mundo, sendo as mais comuns a coruja-do-mato, a coruja buraqueira, o corujão, a coruja-das-torres ou coruja-de-igreja; como há também os mochos-sem-penachos – por exemplo o mocho galego conhecido como pássaro-da-morte. O fato é que para o populário brasileiro, como para o europeu, a coruja é ave aziaga, arauto de desgraças, antecipando o inevitável. Desta simbologia milenar viria o costume do sertanejo que, temeroso do seu canto fúnebre, arrepia-se a matá-las. Todavia, talvez exista ainda mais remota motivação, a de que com seus grandes olhos negros perfeitamente circulares ela enxerga através da noite; capaz, assim, de ver coisas inalcançáveis aos olhos humanos, os quais mesmo assemelhados aos dela, possuiriam um menor poder. Não o olhar aquilino, que, do alto, lançando-se na luminosidade diurna, abrange por completo o panorama; mas o de um expectador noturno, alcançando em primeiros-planos focados a sua presa.

Não é casualidade que os gregos concederam-lhe a imagem mitológica de Minerva, deusa da sabedoria. Assim, deslocados do âmbito natural, seus olhos perderiam a destreza da rapacidade, para assumir a qualidade do olhar que vê idéias. Em detrimento, quiçá, da sapiência própria inerente a seu corpo, pois, como atestado pela expressão “o vôo tardio da coruja”, a teoria viria sempre um passo atrás da experiência.

29. Capítulo 31 – A CARTA (síntese do romance)

Neste, estamos diante do desenlace final da trama. O conflito entre os personagens, em sua inevitabilidade, resolve-se fatalmente. A bem dizer, ele não se soluciona, simplesmente some, junto ao desaparecimento de Madalena.

O que se segue nos capítulos restantes não se pode denominar propriamente de uma história. Não há mais conflitos, apenas fuga e esvaecimento, dissolução dos elementos componentes do enredo, cujo principal personagem agora se

concentrará na própria figura do narrador. Talvez seja por isto que ele nos irá reapresentar todos os elementos avultados nos capítulos anteriores – particularmente os paisagísticos – como se tivessem atingido um zênite de plenitude e perfeição. Confrontamos, portanto, neste trigésimo primeiro capítulo, uma breve síntese do livro, uma espécie de despedida, de último acalentado olhar, antes da final derrocada.

Do alto da torre da igreja o mundo parecia ter serenado para Paulo Honório. Uma brisa de êxtase invadia-o enquanto observava de cima a *catervagem de belezas* dispostas no horizonte semi-circular: *divisava o oitão da casa, portas, janelas, a cama de D. Glória, um canto da sala de jantar, cobrindo estes, telhas, argamassa, lambrequins*; ao alto, o horizonte limitado por *campos, serra, nuvens*; antepostos a ele tinha a visão dos bois pastando no capim-gordura, do algodoadal que subia os morros, da Rosa do Marciano atravessando o riacho num *remelecho de bunda, que era mesmo uma tentação*⁴⁴; e, postado acima, alegre, o sol dourando tudo. A sensação de ver o conjunto funcionando em harmonia aliada ao sentido de posse sobre ele como que purificava o desassossego de Paulo Honório. *Desci, pois, as escadas em paz com Deus e com os homens.*

Porém, apesar da matança das *aves amaldiçoadas*, os *pios infames* teimavam em continuar. E, ao descer, enquanto passeava pelo pomar entre as laranjeiras, um redemoinho entregou-lhe uma carta. Nela, reconheceu logo a caprichosa *letra redonda de Madalena*. De chofre, o extático momento experimentado no alto da igreja era levado pelo mesmo vento Nordeste que trouxera a carta. E o mal, impregnado em sua carne-alma, a espera e a espreita do menor ardil das circunstâncias, apegou-se ao detalhe, encaminhando por vez os fatos para seu planejado e iniludível fim. Do alto ao rés o caminho durou pouquíssimo: *Diabos, aquilo era carta de homem.*

O Pomar

Estive um tempão caminhando debaixo das fruteiras, caminhando entre as folhas escuras das laranjeiras. Pés de laranja, não especificados se cravo,

⁴⁴ É curioso não existir em relação a Madalena o trato erótico-sexual dispensado à Rosa.

conhecidos no diferente sul como mexericas ou tangerinas, cujos ramos são largos e de densa folhagem, e têm as frutas com casca verde-clara-alaranjados; que, em época, fazem a alegria das crianças, gulosas de líquido, deixando-se descascar facilmente com os dedos, os quais, separando os bagos, despejam na boca o sumo docemente ácido. De outro formato é a da Bahia, de pé menos frondoso, e de pele verde-escura, a qual, para seu desfrute acidamente doce, necessita de uma faca, a demandar, neste caso, uma técnica e um tempo mais demorado. Além dos laranjais, o pomar reserva tantas outras delícias, fazendo as folias das crianças na fazenda⁴⁵.

Após ler a carta, aparece-nos a imagem do Paulo Honório ensimesmado, vagando desordenadamente por entre as fruteiras verde-oliva. *Zumbiam-me os ouvidos, dançavam-me listras vermelhas diante dos olhos*. O narrador transmite o colapso perceptivo do personagem, de seus órgãos sensitivos, os quais, tumultuados por uma afetação interior, desvirtuam os padrões referenciais de apreensão-formatação do real: *la tão cego que...*

...que bati com as ventas em Madalena, que saía da Igreja. Esta, abordada estupidamente, como já tantas vezes, desta feita não reagiu, impassível, tal qual as imagens de gesso da sacristia. Se para ele sua tranqüilidade revelava uma culposa indefinição, para ela consistia na calma misteriosa da certeza de uma decisão traçada, resolutamente planejada. A carta era de despedida: uma carta de suicídio. Com que finalidade, a carta? Para explicar aos que ficam a inexprimível dor que moveu tal ato? Há sempre uma espécie de último suspiro de lucidez no ímpeto de tão enigmática escrita. Há quase sempre, em todo ato suicida, uma carta de despedida.

O último contato entre os dois, a última conversa, a última briga, deu-se onde há três anos passados comemoravam núpcias. O vento frio serrano fazia a *porta gemer*, dispensando *pancadas coléricas* no batente. Aquilo irritava Paulo Honório, e o sentimento piedoso de Madalena atingira um grau paroxístico: no interior do templo cristão pedia perdão ao marido pelos desgostos que lhe dera. O desespero resignado a que se acostumara transformava-se em compaixão, aniquilando qualquer potência do ser. Voltava-se inteira para fora, para as outras criaturas. Pedia ao marido por todos da fazenda. Num último lampejo compreendeu a beleza

⁴⁵ Ver no Capítulo 3 o segmento: "Folias na fazenda".

do florescer dos paus-d'arco. E, talvez para desculpar-se com o supremo pela decisão a seguir, preocupou-se em se confessar uma má cristã –. *Rezando, propriamente não, que rezar não sei*, culpando-se pelo fato de ter estudado tanto, como se todo o esforço dispendido tivesse sido um erro. Por fim, ao ouvir o relógio da sacristia soar meia-noite, despediu-se de vez do marido: *Adeus Paulo. Vou descansar... esqueça as raivas, Paulo*. Entregou-se, no leito fiel da alcova, ao descanso final no incomensurável.

Arrependimento

Porque não acompanhei a pobrezinha?

Na índole desta indagação, solicitada ao personagem pelo narrador, encontramos o destrutivo sentir de um arrepender-se. Vemos na disposição pronominal deste verbo, a clara indicação de sua propriedade reflexiva, num retorno da consciência sobre a 'diversa mesmidade do já ocorrido'. À esta afecção, inexpugnavelmente ligado está o sentimento gêmeo da culpa. A consciência afetada pela culpa gera um arrependimento, assim como um forte imbuir-se deste ensejará um estado de culpabilidade. Incontestável é que o arrependimento vem sempre a posteriori, obedecendo, desta maneira, à linearidade causal-temporal de um fator sempre antecedente a sua conseqüência. Porém, a diacronia da linha histórica é invertida quando, ao irromper de um mal estar da alma, a consciência é intencionada a fixar-se num fato passado, assumindo-se como uma má-memória. Há como um desentendimento⁴⁶ em relação as circunstâncias anteriores, ausentes no agora, as quais motivariam o arrependimento. Deste modo, as respostas encontradas estabelecem uma coerência apenas ao presente – *hic et nunc* – da consciência emotiva; pois, se existe uma pretensa verdade memorial ela pertence ao âmbito do irrecuperável momento passado.

Dir-se-á originar-se de dois tipos de labirintos a 'implosão' de um arrependimento. O primeiro é da ordem da inação, em que deixamos de tomar uma atitude, que, depois, se nos mostraria proveitosa para o alcance de um estado,

⁴⁶ Neste caso talvez fosse melhor recepcionado o uso do termo inglês *misunderstanding* no sentido de um entendimento ou interpretação 'perdida'.

efêmero que seja, de felicidade. Uma falta de iniciativa explicada por uma ausência de energia do ser no agudo momento da interação com o outro. Resultado de um colapso temporário das faculdades expressivas, refletindo, talvez, a tríade emotiva: timidez – medo - insegurança, inibidores do poder – saber comunicativo. E, na medida em que o outro não se pronuncia, não catalisa, enfim, não dá um empurrão em pró da troca comunicativa, encontraremos-nos no pântano do silêncio inter-subjetivo, da solidão, da incomunicabilidade. Esta inércia temperamental propiciaria, outrossim, o aparecimento daquele sentimento comum na criança, misto de tristeza e raiva, mas que normalmente acompanha o ser adulto ferido no orgulho de sua integridade de *individuum*⁴⁷, causando a aspereza que o calará diante do outro desejado ou amado. O segundo destas formas labirínticas revela-se como a face inversa da inação, ou seja, uma reação excessiva, descontrolada e desnecessária diante de uma situação; um estado de desequilíbrio que normalmente fará uma má-avaliação de um fato, pautando-o pela extrapolação e pelo exagero. Nos dois casos acima, nossa apercepção consciente julgará negativamente nossos equívocos, impondo-nos, por um duradouro tempo, a navalha do arrependimento culposos.

Portanto, quando lemos as respostas encontradas pela consciência sofrida do narrador, a um só tempo tentativa de explicação, como purgação pelo fato de não ter salvo Madalena: *Porque não acompanhei a pobrezinha?. Porque guardava um resto de dignidade besta. Porque ela não me convidou. Porque me invadiu uma grande preguiça*, iremos situá-los no contexto reflexivo exposto acima.

O tempo se encarregará, aliás, como a tudo, de diluir as recorrentes imagens – chave do par (representação – afetividade), no entanto, suportá-las é tarefa para todo o sempre.

Em não ter acompanhado Madalena, Paulo Honório adormece no banco da sacristia, entregando-se a *rios cheios e atoleiros*. Neste segmento do texto aflora-se a verve poética do narrador ao alçar a pregnância do meio natural da fazenda a uma posição eqüidistante/equivalente a situação das criaturas humanas que nele se movimentam. Para tanto, como já observado, recorre a humanização dos seres e fenômenos naturais. Porém, não através de idílicas adjetivações

⁴⁷ *Individuum* – Na acepção etimológica, ser uno, não divisível. Porém sempre a sofrer esfacelamentos quando da irrupção de sentimentos doloridos.

apassivadoras, e sim, dotando-os de uma alma subjetivante. Fá-los-á, deste modo, comportaram-se de uma forma esdrúxula às noções mecânicas com as quais a medusa objetivante costuma aprisioná-los. Realiza este feito através de uma atribuição verbal inteiramente estranha aos limites categóricos dentro dos quais a pedagogia científica nos impõe sua observação. Numa prosa poética que eleva a distinção das imagens destes ‘incorruptíveis’ seres na mente do leitor, atingindo-o com o furor fulgurante encontrado no indissolúvel laço entre linguagem e imaginação: *a lua deitou-se, o vento se cansou de gritar à toa e a luz da madrugada veio brincar com as imagens da oratória.*

Esta sublimação do elemento natural – um tornar sublime – parece contagiar o inconsciente onírico do personagem. Como se tivesse aprendido com ele, Paulo Honório acorda alquebrado – os galos cantando o fim da noite –, e dirige-se ao curral a fim de beber um copo de leite. Deveriam ser – o sol ainda não clareara de todo – entre quatro e meio e cinco horas da manhã; hora em que as vacas começam a resmungar e os vaqueiros iniciam sua jornada diária, deitando o leite em potes de alumínio. Constatando o acordar da fazenda em sua rotina previsível, toda *enfeitada* pela beleza dos paus-d’arco, sente-se, mesmo com o corpo dolorido, desvencilhar-se dos pesados sonhos da noite mal dormida. E, pela primeira vez no romance, vemos o personagem trair sua posição senhorial, ordinarizando-se na espontaneidade infantil de um banho nu de açude: *despi-me entre as bananeiras, meti-me na água, mergulhei e nadei.* Na nudez do personagem em contato imediato com a concretude da água doce – preta do açude, vemos intensificada a densidade do sensível. A interação com a natureza da fazenda, normalmente focada a partir de uma contemplação distanciada, estabelece-se, agora, por um choque inter-corpóreo com a bondade revigorante da água, permitindo que esta adentre às cavernosas reentrâncias do ser.

Ao retornar a Casa Grande, encontra a esposa *estirada na cama, branca, de olhos vidrados, espuma nos cantos da boca.* O suicídio de Madalena é narrado de forma admiravelmente breve, quase como a se contar um segredo. O capítulo é finalizado com um jorro de realidade sobre as desconfianças ilusórias do marido. A carta era sim para homem: para ele. Incompreendendo-a, relegara-a à uma notável indiferença, ao lado de *faturas de cimento e orações contra maleitas* dadas pela Rosa do Marciano.

Madalena morre sem maiores comentários filosóficos ou sentimentais por parte do autor-narrador. Houve o fato, está aí.

30.

Capítulo 32 – MUDANÇA

“Nós matamos o tempo, e ele nos enterra”

Machado de Assis

Madalena é enterrada *debaixo do mosaico da capela-mor*, na presença dos honoráveis do romance, o Dr. Magalhães, Padre Silvestre, João Nogueira, Azevedo Gondim: *os proprietários vizinhos vieram trazer-me pêsames*. Nenhum pesar amigo é descrito no livro, não permitindo ao leitor saber se durante o enterro recebeu alguma despedida sincera e próxima.

Paulo abandona a cama de casal, mudando-se para um quarto menor, cujo forro abriga um ninho de carriças. Estas aves substituem sem trégua as corujas com o som tormentoso de seus *pipilares*. Claro está que já não é o mesmo Paulo Honório. Ou melhor, é e não é, pois ninguém deixa de ser si mesmo. A constância fundante de cada um, pela qual nos acostumamos a uma mesma identidade, nunca nos abandona enquanto permanecemos lúcidos. O que, então, muda no ser após um fato ou fase diferenciada da vida pelo seu caráter de avatar?⁴⁸. Quiçá um deslocamento da consciência afetiva, fazendo deslizar a mágica perceptiva de captação das coisas e dos seres. A insustentabilidade de uma crise urge uma mudança, distinta por sua vez do processo de transformação, pela necessidade de uma ruptura. O transformar-se estabelece-se como um processo lento, submerso, princípio heraclítico de tudo e todos. A mudança, metamorfose das impressões valorativas acerca do mundo, não desaba sobre qualquer um. Dir-se-ia que a maior parte dos mortais vive as transformações em suas vidas sem notá-las, alheios que estão em repetir os hábitos de costume.

⁴⁸ Como no conto *Amor*, de Clarice Lispector, em que uma Dona de Casa, após ver um homem cego mascando chicletes transforma-se em outra ao mesmo tempo que continua a mesma. Em LISPECTOR, Clarice. *Laços de Família*. p. 29.

Contudo, em alguns, pela força incomum de uma singularidade aliada a uma contingência existencial, as comportadas comportas da consciência se abirão, e as águas há tanto represadas, fogem para um novo território, desterritorializando o ser. Se à mudança corresponderia um determinado pretexto exterior, este seria melhor descrito como um texto, o qual, introjetando um novo universo significativo, predispucesse naquele que o lê um desvio, ou descentramento, de valores e visões estéticas e ideológicas. Como amiúde acontece, no ato perigoso da leitura, capaz de liberar os acúmulos não assimilados das transformações sofridas na paulatina passagem do tempo.

Esta soma acumulada de insatisfações resultaria no desequilíbrio da já instável constante psíquica do indivíduo. A dipolaridade do par (tensão – alívio da tensão), perderá sua atuação homeostática, na medida em que as tensões não mais se solucionam. Sem o alívio delas a psiquê contrai-se ao limite da resistência. Tal processo, reafirma-se, não se concerne a generalidade do humano. Constatamos em nossa proximidade, pessoas conformadas com sua vida em perpétua (in)satisfação. Não têm coragem para mudar? Não sentem uma necessidade extrema para tanto? Ou, tendo suas vidas aprisionadas, entregam suas vontades para uma entidade mais poderosa, a família, o Estado ou Deus⁴⁹.

Não era este o caso de Madalena, cujo sentimento cristão de uma crença numa divina transcendência não bastou para aplacar sua dor, seu sofrimento, seu desconforto com a existência. Aliás, a resolução de Madalena leva-nos a pensar novamente em como deve ser insuportável a dor daqueles que decidem renunciar à vida. De maneira alguma devemos ver nesta renúncia um ato de covardia, diante da intransponibilidade de graves dificuldades. Defrontando-nos com um caso suicida, além de qualquer tentativa de racionalizá-lo, resta-nos o assombro e o espanto de sua incompreensão.

Por outro lado, a ruptura de uma mudança se daria como um choque desestruturante no conjunto dos pré(conceitos) culturais, os quais mantêm nossa bússola fixa num norte, ainda que por vezes o ponteiro indicador dela se ponha a tremer, podendo voltar-se para o oriente. No romper-se das certezas auto-

⁴⁹ Neste sentido, salientamos que nos Estados Antigos e no período feudal do medievo, antes do surgimento do espírito individualista burguês, o sujeito só se definia pela relação com estes dois últimos níveis de idealidades transcendentais: uma temporal e a outra espiritual.

organizativas da coerência identitária, há uma fase, anterior a reelaboração do ser, na qual ocorrerá um esvaziamento das convicções. Nesta, aparentemente o ser transforma-se numa seara estéril, tal como a terra invernosa preparando a primavera – a correspondência desta imagem, pelo otimismo obrigatório concernente a passagem das estações, talvez não seja das mais felizes. O fato é que o inacabamento do ser, desencadeado pela negação da continuidade dos valores formativos, pode levar, na paralisia como no excesso auto imposto por ele, a uma falta de cuidado com o mundo ao redor deveras perigosa. Uma falta ou uma exacerbação da vontade sintomatizada pela medicina moderna com o termo técnico, tão em voga na vida contemporânea, de distúrbio maníaco-depressivo.

É, pois, num estado de total apatia que encontramos o Paulo Honório enlutado após a morte da esposa. Luto que, nele, perde a função assimiladora do sofrimento de uma perda, mantendo-se permanente. Ou seja, deixando de ter a característica de um rito de passagem, em que se volta, mesmo modificado ou transformado, ao percurso anterior. Assim é que iremos encontrá-lo, um homem daquela envergadura, que nunca perdera tempo em observações inúteis, a *espiar as marchas e contramarchas inconseqüentes de um formigão*. Analisando o andar caótico do inseto como um espelho invertido, identificando-se efetivamente com ele ao sentir em si o horror de um tempo inconseqüente.

Como maldição final, sucede-se a debandada geral dos habitantes de São Bernardo. A primeira a despedir-se é D. Glória. O agora macambúzio Paulo Honório, mesmo na inapetência, mantém a atitude autoritária – tornou-se outro, conserva-se como mesmo -, ao oferecer uma resistência à partida da “ex-sogra”, calcando-a com a sua característica ética do bom-senso: ela iria, mas com destino certo, de automóvel e com o recebimento do ordenado de três anos devido a sobrinha; caso contrário poderiam afirmar que ele a tinha *botado para fora, arribada com a roupa do corpo*. Logo após veio Seu Ribeiro apresentar-se como demissionário: *levo muita saudade, senhor Paulo Honório. Saudade cruciante*. Este pediu que o velho reconsiderasse, talvez já receando a total solidão que cairia sobre si. No entanto a decisão de Seu Ribeiro era *inabalável*, preferindo, por uma motivação só a ele concernente, *terminar nos cafés e nos bancos dos jardins a sua velhice e as suas lembranças*.

O homem extingue-se quando não há mais nada para se recordar.

31. Capítulo 33 – A ALFORRIA DO PADILHA

O triângulo desfaz-se em definitivo com a partida do Padilha. Como último vértice da figura geométrica, agora transformada em ponto, encontramos seu ex-algoz no Alpendre. Só, *carrancudo e cheio de preguiça, olhava as cercas de Bom-sucesso*. A tradução do nome próprio “Bom-Sucesso” é, nesta passagem, desautomatizada de sua referência à propriedade dos Mendonça, retornando ao lugar semântico que denota a sucessão ou desejo de um acontecimento positivo. Isto ocorre, pois, na frase citada a expressão adquire um sentido irônico no entendimento invertido de seu significado⁵⁰. A imagem da decadência da fazenda Bom-sucesso reverte para Paulo Honório a má-consciência de seu próprio nefasto sucesso.

No que toca ao Padilha, ele consegue alforriar-se do Senhor graças a eclosão da dita revolução de 30. Esta veio a calhar-lhe. Incorporando, ao lado de Padre Silvestre, seu idealismo trôpego às tropas insurgentes, descobre, enfim, uma muleta com a qual amparar sua existência parada, e/ou perdida; *chegam mesmo a conseguirem galões*.

Quantas almas desoladas o movimento da guerra, com seus sumos pretextos religiosos ou nacionalistas, tirou do desespero e da estagnação, cortejando-as para a fuga salvadora da luta e da morte.

Não mais ouvimos falar-se do Padilha, o qual, não há dúvidas, experienciou de formas diversas a vida: de dissoluto herdeiro bebereão a professor – servo de escola rural, e destes a aguerrido militante revolucionário.

⁵⁰ Nos *relatórios* de Graciliano Ramos encontramos dois grandes exemplos de ditos irônicos, quando o prefeito de Palmeira dos Índios esclarece ao Governador:

CEMITÉRIO I “No cemitério enterrei cento e oitenta e dois mil réis – pagamento ao coveiro e conservação”.

CEMITÉRIO II: “Duzentos e quarenta e três mil réis. Os mortos esperarão mais algum tempo. São os munícipes que não reclamam”.

Em RAMOS. Graciliano. *Viventes das Alagoas*. pp. 163-178.

32. Capítulo 34 – RESTARAM O GONDIM E O NOGUEIRA

A vida social de Paulo Honório reduziu-se a jantares semanais com o Azevedo Gondim e o João Nogueira. Neles, discutia-se a nova conjuntura do país assolado pelo movimento revolucionário. Nos diálogos descritos, vemos perfilar-se a posição política dos derradeiros companheiros do protagonista, os quais aparecem neste capítulo pela última vez no romance. No jornalista encontraremos um velho republicano, franco defensor da antiga ordem, que, todavia, mudaria de opinião se o novo governo *restabelecesse a subvenção de cento e cinqüenta mil – réis ao cruzeiro*. Já o advogado mostrava-se arrependido de sua posição conservadora; diminuído em seu status, atentava para a *coragem revolucionária* e achava a *democracia um contra-senso*; fingia-se, pois, um moderado, a fim de não se denunciar um pusilânime temeroso, dos que urgem estar sempre ao lado do poder.

Intercalando-se nos comentários dos dois, descobrimos com assombro a murcha figura de Paulo Honório. Antes firme e decisivo nas opiniões, intervinha agora num tom conciliador, beirando a indiferença. Ora vejam! Um Paulo Honório condescendente, a exibir uma sensaboria em relação às drásticas mudanças pelas quais o país passava. Outrossim, a revolução viera para aumentar ainda mais a confusão do mundo contíguo a ele – este tinha tornado-se um *horrível estrupício* –, o outro, distante, *uma balbúrdia,..., estrupício muito maior*. Vivia alheio, imerso num passar do tempo sem finalidade, realizando atos maquinais sem qualquer pragmatismo. Sem pensar no futuro, habitava um tempo suspenso, desconexo da ordem das coisas que aprendera, e na qual crescera e se formara. Tal estado chegara mesmo a desperta-lhe, qual um firmamento intempestivamente mostrando-se branco, a comiseração pela miséria social dos moradores de São Bernardo: *a família de mestre Caetano vivia num aperto que fazia dó. E o pobre do Marciano tão esbodegado, tão escavacado, tão por baixo*. O Marciano deixara de ser bicho, virara gente!

Os projetos tinham perdido o elã. Mesmo o mais fundo deles, o de maior vocação: deixar ao filho a herança de uma grande fazenda produtiva, transmitindo a ele seu sangue e sua missão, fundando, então, uma genealogia;

mesmo tal projeto, o da imortalidade, esvairá-se: *Não gostava do pequeno. Tão franzino, tão amarelo.*

No último parágrafo vemos o narrador repetir a mesma descrição feita anteriormente, quando da última discussão do casal no interior da igrejinha. *A porta gemia. O luar entrava pela janela. O nordeste espalhava folhas secas no chão...* Por um lado, esta repetição acompanharia a permanência cíclica dos fenômenos naturais; o universo, em sua grandeza, continuava a funcionar ao abrigo de uma transcendente necessidade, em cínica indiferença à transformação sofrida pelo sujeito narrador que o observa. Este, dirigindo seu ponto de vista por sobre o texto dramático do romance, na visada do contexto calmo que o envolve, é obrigado a reconhecer a continuação da vida. Assim como da beleza exalada pela sapiente constância do elemento natural.

Por outro lado, aventuramo-nos a crer que tais passagens recorrentes da narrativa são autoralmente estilísticas. Encontramos-las exaustivamente no livro *Angustia*, como para marcar pontos de fixação mentais do personagem Luís da Silva. Tais iterações transmitirão ao leitor um efeito de nauseabundez, dada a sensação de enjôo passada pelas repetições de pensamentos presos em imagens obsedantes. Em menor intensidade, talvez porque filtradas pela ótica do narrador – personagem, constatamos este recurso em *São Bernardo*. De resto, podemos pensar esta característica autoral como um modo de representar o cerne do humano, tocando-o no que talvez haja de mais concreto em nossa contingência existencial, a saber, o fato de sermos obrigados a viver um cotidiano no qual os acontecimentos repetem-se mesquinhamente, onde percorremos diariamente as mesmas instâncias, estabelecendo uma rotina, prazerosa ou não, que acaba por tornar-se o fundamento essencial de nossas vidas. De tal modo que à fuga romântica, o sonho aventuroso, à ilusão do navegar-se em mares distantes, faz-se mister preservá-los em sua criativa vitalidade, porém sempre sob o cuidado e a vigia de uma consciência resignada ao relevo montanhoso que persistentemente cercea nossos espíritos.

No Bilhar

O que o Azevedo Gondim deseja é, *no bilhar do Souza, quando a carambola falha, insultar os políticos, umas toupeiras.*

O salão de bilhar como ponto de encontro dos personagens masculinos de alguns romances de G. Ramos é uma espécie de lugar central nas cidades interioranas retratadas em sua ‘ficção memorial’. Está na Viçosa de *São Bernardo*, como, principalmente, na Palmeira dos Índios de “Caetés”, na freqüentação habitual de seus habitantes personagens.

É lá que entornam doses de conhaque, discutem política e assenhoram-se das novidades possíveis de alterar a rotina modorrenta da cidade. E, enquanto tentam carambolar as bolas, é costume inferiorizarem o adversário, vangloriando-se da competência viril no trato com o taco.

33. Capítulo 35 – “FOGO MORTO”

Diz o provérbio que uma má vaga nunca vem sozinha. E, como a acompanhar o infortúnio espiritual, veio a decadência econômica.

Segundo o narrador, a crise era geral, decorrente das desordenações trazidas pelo movimento revolucionário. Porém, mesmo antes da crise, o ideal de uma *São Bernardo* exemplarmente produtiva já desaparecera. E a fazenda, retrocedendo no tempo, voltara a se parecer com aquela que comprara-tomara do Padilha: *Desapareceram a avicultura, a horticultura e a pomicultura.*

A questão é se o antigo Paulo Honório, com toda sua fortaleza ética voltada para o trabalho, não teria suportado e superado a crise que se lhe impunha. O fato é que é bem mais difícil enfrentar uma crise se se está sozinho, sem uma companhia na qual se amparar nos momentos agudos, facilitando o soerguer-se, transmitindo ânimo e paciência para a luta. O homem perdera o amparo ao perder a mulher. Apesar das brigas, a companhia de Madalena o contentava, porém era

demasiado bronco para admitir o amor sentido pela esposa, no qual se nutria. Perdera-a, e, na dor do vazio da falta, perdera a força necessária para o combate, como também a conseguinte satisfação que se segue aos obstáculos vencidos.

São Bernardo é invadido pelo Capim-Bravo. *Cruzei os braços... E recomecei os meus passeios mecânicos pelo interior da casa.* E, assim convivendo com a estranha presença dos ausentes, transformou-se ele mesmo, de fogo-brasa, em morto.

34. Capítulo 36 – EPÍLOGO

O último capítulo do romance inscreve-se no limite da dimensão presente da narrativa. O fluxo da corrente mental do narrador fixando-se na escrita de sua história, *descascando fatos e acordando lembranças*, congela o movimento do tempo. Este, o tempo, preso na introversão psíquica daquele, o narrador, só é retomado quando da descrição do espaço no qual ele mesmo se observa parado em uma determinada posição. Como se seus olhos saíssem do corpo para, acima, visualizar o sorumbático cenário onde se encontra encurralado.

Nesta ambiência, o personagem assume definitivamente a figura-função do narrador. Encontraremos assim um sôfrego Paulo Honório, percorrendo a casa dos cinquenta, decidido a escrever o livro de seu passado. Nesta intenção, o sentimento de que o passado tornou-se bem mais extenso que o futuro, num presente desesperançado, à deriva de uma espera qualquer.

É assim que o encontramos no tempo imobilizado da sala de jantar, *à hora em que os grilos cantam e a folhagem dos laranjeiras se tange de preto*, num isolamento espiritual a meio caminho entre o ser e o nada. O nada de um dantes vivido na incompreensão de sua ir(realização); e o ser de uma possível consciência expandida pela *vaga compreensão de muitas coisas que sinto*. Ser desgostoso do narrador, “ porque na grande sabedoria há grande pesar; e aquele que crescer em saber, cresce em dor. “

O desgosto mortificante do condicional “Se”, o pronome essencialmente vinculado à dúvida e ao arrependimento, que torna a superfície da consciência daquele que, diferente no agora, consegue ver-se no passado com os olhos da compreensão vulnerável do presente: *Se houvesse continuado a arear o tacho de cobre da velha margarida, eu e ela teríamos uma existência quieta...; Se não tivesse ferido o João Fagundes, se tivesse casado com a Germana, possuiria meia dúzia de cavalos, ..., beberia um gole de cachaça para espantar o frio e cantaria por estes caminhos, alegre como um desgraçado.*

Ou a tristeza do desgostoso, ou a alegria do desgraçado. Serão estas as únicas alternativas? Nota-se que a opção a que o narrador se propõe – a da ingênua liberdade ilusória do homem simples –, ele mesmo estigmatiza quando conota tal modo de vida inebriada como a de um desgraçado. Ou seja, o autor não concede trégua à situação do homem, condenando-o ou a uma condição de excesso de consciência, por algum motivo sempre faca dolorida; ou à alienação prazerosa da vigília racional que em sua característica de contingência, de efeméride, costuma provocar a estranha sensação da falta. Em suma, duas condições intrínsecas à vida humana, as quais, misteriosamente, martirizam-na.

Constatamos que estes dois aspectos ou estados da consciência - espírito pronunciam-se combinando-se *ad infinitum* na pluralidade das manifestações humanas. O certo, porém, é admitirmos originar-se do instável equilíbrio destes princípios uma possível conduta de sabedoria. Por outro lado, a predominância, total ou parcial, de um destes princípios, de modo algum frustraria um destino individual; pelo contrário, talvez seja na radical operância de um deles que encontraremos os que sem afetar maiores cuidados com o si, tentam expandir os limites do humano.

Convivendo com o personagem de Paulo Honório no decorrer da jornada do romance, podemos sem problemas situar seu temperamento na instância dos tormentos de uma consciência em permanente atenção. Não era dado a integrações narcótico-dionisiacas com o mundo social, ou mesmo o natural. Tanto que, salvo no episódio descrito do banho de açude, só se dirige à natureza através das descrições contemplativas feitas pelo narrador. Portanto, a transição de uma monomania obsedante para a auto-indulgência de uma consciência pesada,

dar-se-ia como um salto, a refletir o sentido de uma percepção embotada para uma sensibilidade a um só tempo perceptiva e aperceptiva. Sentido este que é, afinal, o movimento do personagem em direção ao narrador.

Todavia, nesta estóica re(solução), tomada e sofrida por Paulo Honório, iremos encontrar a soma passada de sua sina. Ou seja, na decisão e na postura empreendidas no presente, encontraremos a mesma têmpera e o mesmo gênio do sujeito, porém “asujeitado” ao acúmulo das experiências enfrentadas.

Por outro lado, também encontraremos o recurso à partícula “Se” na passagem: *Para que enganar-me? Se fosse possível recomeçarmos, aconteceria exatamente o que aconteceu.*

Temos, assim, uma inversão de seu parâmetro temporal-condicional. Não refletirá mais o arrependimento de um virtual caminho não seguido. Transferindo para a visualidade abstrata do futuro o mesmo sentimento negativo que nele notamos trazer o passado, porém agora sob a forma de uma resignação. Do ‘Se’ amargo de um futuro do pretérito, para o ‘Se’ sombrio de um futuro do presente. E, na indagação cética deste “Para quê?”, a princípio uma recusa paralisante, observamos a gênese de uma sensibilidade crítica. Um criticismo que intenta no limite do possível transpor o cimento dos nossos juízos prévios. Pois, talvez seja neste vácuo niilista, correspondente a uma falta de propósito, que o indivíduo, lançado a condenação de uma transcendente auto-crítica, pode almejar a renovação de seu enfado.

O agora não tão senhor proprietário de terras insiste em culpar a profissão que o distanciou de seus iguais, tornando-o *egoísta e brutal*, fincando-lhe uma *desconfiança terrível*. Ora, a que ponto o ofício é responsável pelo que é a pessoa? Talvez, o desempenhar da função tenha engolido o homem Paulo Honório, este apenas reconhecendo-se no declive irreversível de seu sofrimento. Contudo, anterior ao desempenho da função está o homem, determinando-se no mundo a cada momento. Portanto, ao culpar a profissão, o narrador absolve o indivíduo, transferindo a responsabilidade para a função, antes digna e merecida. Na história sempre houve reis justos, assim como injustos. Inegável que não podemos isolar o homem do percurso-trabalho que o abraçou, no entanto, aparte

deste, vemos na face de alguns poucos a expressão de uma feliz bonança, contemplados, desde o nascimento, talvez, por um dote divino.

Enfim, largando a vida no eito, deixando a produção da fazenda no mínimo do sustentável, Paulo Honório escolhe-se escritor. Nem como ofício, nem como vocação, mas como intenção imprescindível de permanência. A vida objetiva não mais contentará o espírito alquebrado e atormentado. Invade-o agora uma irreconhecível necessidade de contato consigo mesmo, a qual se afirmará pela revivescência da vida passada, alcançada na atuação de uma memória reflexiva e de uma imaginação significativa.

A imagem final ergue-se do profundo silêncio insone da noite. Paulo Honório só, na vigília da mesa da sala de jantar, afogado nas cinzas das lembranças torturantes, remoído por cortantes solilóquios mal conclusivos, tenta livrar-se de seu martírio despojando-o nas palavras-memórias dispostamente combinadas do livro a fazer. Des(cobrimdo-as) de algum sentido.

Se nas nossas considerações introdutórias recorremos amiúde ao pensamento de Albert Camus, nestas finais tomaremos de empréstimo algumas passagens de outro escritor. Num raro escrito ensaístico, Thomas Mann nos depara com a exclamação faustiana: “Y, mira, no podemos saber nada!”¹. Tal espírito cético tende a ser ainda mais forte ao se desconfiar largamente da existência de alguma entidade com quem poderíamos negociar nossos espíritos em troca de um conhecimento dado como certo, autêntico, verdadeiro.

Na nossa mera visão – quem somos nós diante do infinito? –, um modo de conhecimento que em sua frente traz escrita a palavra verdade, deste modo amparado por ela, só poderia ser aceito enquanto tal se vinculado a um sentimento de crença, de fé, enfim, de inabalável confiança. Portanto, acreditamos ser no mistério da queda, do desabar, ou ainda, do cor(romper) de um espírito de confiança, que se insurgirá a dúvida cética à qualquer ordenação estabelecida como verdade. Esteja ela localizada na intocável transcendência, como em sua pretensa correspondência terrena, assumida pelo arbítrio do conhecimento propagado como científico.

O filósofo A. N. Whitehead arriscou dizer que toda a tradição de conhecimento do ocidente era uma nota de rodapé a filosofia platônica. Neste sentido, não poderíamos dizer que o legado deixado a posteridade pelo platonismo não seria justamente a noção ou idéia de verdade? Dada a afirmação de um lugar onde tudo é

¹ MANN, Thomas; *Schopenhauer, Nietzsche, Freud*; p. 18.

perfeito, e que mesmo em transcendência é tratado imanentemente, visto que “existiria”. Ora, quando atentamos para a cogitação de um mundo de idéias perfeitos, em relação ao qual o “mundo sensível” seria apenas um simulacro imperfeito, é que constatamos como a imagem das sombras na caverna afasta o valor que se deveria atribuir ao mundo das coisas da vida.

No ensaio antes citado, Thomas Mann aponta o caráter paradoxal do platonismo:

Pues paradójico es, desde luego, afirmar que el conocimiento sólo puede referirse a lo invisible, a lo pensado, a lo intuido en el espíritu; paradójico es declarar que el mundo visible es una apariencia, un fenómeno, el cual, no siendo nada en sí adquiere significado, adquiere realidad prestada, gracias tan sólo a lo que en él se expresa. La realidad de lo real! es únicamente un préstamo de lo espiritual!”

2

Contrapondo, pois, as dimensões do sensível e do inteligível, atribuindo-as uma hierarquia valorativa sob o parâmetro da aceitação de uma verdade, a filosofia platônica estabelecerá, como vimos no Capítulo I, o estatuto dicotômico que perpassa a história do acidente. Numa passagem anterior a citada acima, admitimos a postura de T. Mann como menos “agnóstica” que a nossa:

Los conceptos, que son el material de nuestro pensar, y mucho más aún los juicios, compuestos de aquéllos, son un medio inadecuado para aprehender la esencia misma de las cosas, la estructura verdadera del mundo y de la existencia. Ni siquiera la definición más convencida y más convincente, la definición más íntimamente vivida, de aquello que está en el fondo de los fenómenos es capaz de sacar a la luz la raíz de las cosas. Lo único que estimula y que autoriza al espíritu humano a intentar fervientemente hacer eso es la hipótesis necesaria de que también nuestra esencia más propia, lo más hondo que hay en nosotros, há de formar parte de aquel fondo del mundo y tener en él sus raíces, y de que tal vez de ahí sea posible obtener algunos datos que iluminen la conexión existente entre el mundo de los fenómenos y la esencia verdadera de las cosas.”³

Verificamos admitir ele um “lugar”, um “fundo” essencial, em concomitância, senão dicotômica, distinta do mundo dos fenômenos.

Soren Kierkegaard exclamou que fora da fé num absoluto, só nos restaria o insólito habitar da multiplicidade dos fenômenos, ao qual denominou de “ironia”. Devemos, então, assumir este termo, visto que todo nosso pressuposto reside na

² MANN, Thomas. op.cit. ; p. 24

³ Ibid. ; p. 18

aceitação do mundo fenomênico como instância primeira e original donde partirá nossa atribuição de sentido. Mundo onde se incluiria tanto a dimensão fática do visível como à lógica inextensa das idéias; ambas impregnando-se de valor, portanto, de sentido, no recorte, na montagem e na organização lingüístico – significativa por nós escolhida.

Discurso este que teria como ímpeto a proposição fenomenológica descrita na primeira parte. E, detendo-nos novamente em Roland Barthes, uma fenomenologia que escapa do atributo de “clássica”: “eu não me lembrava de que ela (a fenomenologia) alguma vez falasse de desejo ou de luto”, para “comprometer-se com uma força, o afeto”⁴.

Supõe, assim, um sujeito vinculado ao (mundo-objeto) por uma intencionalidade afetiva que antes de ser uma “bifurcação” ao âmbito de uma ontologia lógico-formal, como indica R. Barthes, acreditamos permeá-la com o mar de histórias, imagens e sentimentos pertencentes à vocação singular de um percurso, diante das encruzilhadas de possibilidades dispostas à sua frente. Ou melhor seria dizer, conjunto de percursos, pois mesmo os virtuais caminhos possíveis, que pelo inexorável de uma decisão não foram seguidos, também fazem parte efetiva da experiência do sujeito. Horizonte real e imaginário, tranqüilo ou pedregoso, que, na troca estética entre sujeito-leitor e sujeito-autor dotar-se-á de novos contornos, novas conformações; revelando-se qual um deslumbramento.

Subtraindo à crença cristã seu fundamento platônico, Tertuliano confessa: “*Credo quia absurdum*”. Na impossibilidade de refletir este “absurdo”, afirmava com todo seu ser esta crença, sentindo-a inabalavelmente necessária. Para nós, crença num sentido, e não numa verdade. Portanto, devemos reafirmar que nossa postura, digamos, cético-irônica, não decorre de uma ausência de crença, porém da aceitação de que a verdade, enquanto *mysterium iniquitatis*, encontra-se justamente na impossibilidade de ser atingida. Sempre como tentativa, como sentido a ser perseguido, a ser criado; ou, na acepção propriamente espacial do termo, sentido a se achar-dever seguir.

⁴ BARTHES, Roland. **A câmara clara**. p. 38.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DO AUTOR

RAMOS, Graciliano. **Alexandre e Outros Heróis.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1990.

_____. **Angústia.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

_____. **Caetés.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1994.

_____. **Infância.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

_____. **Insônia.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

_____. **Memórias do Cárcere.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

_____. **São Bernardo.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

_____. **Vidas Secas.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1991.

_____. **Viventes das Alagoas.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

GERAL

ABBAGNANO, Nicola. **História da Filosofia** (vols. 8 e 12). Lisboa: Editorial Presença, 1976.

ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **Dom Casmurro**. São Paulo: Abril Cultural, 1971.

_____. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Abril Cultural, 1971.

AZZAN JÚNIOR, Celso. **Antropologia e Interpretação (Explicação e Compreensão nas Antropologias de Lévi-Strauss e Geertz)**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Devaneio**. São Paulo: Martins Fontes Ed. Ltda., 1989.

_____. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes Ed. Ltda., 1989.

_____. **O Ar e os Sonhos**. São Paulo: Martins Fontes Ed. Ltda., 2001.

_____. **O Novo Espírito Científico**. In: "Os Pensadores". São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S/A, 1984.

_____. **O Óbvio e o Obtuso**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S/A, 1990.

_____. **O Rumor da Língua**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BERGSON, Henry. **Introdução à Metafísica**. In: “Os Pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. **Matéria e Memória**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Ed. Ltda., 1999.

BONOMI, Andréa. **Fenomenologia e Estruturalismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

BORGES, Jorge Luís. **O Aleph**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1986.

_____. **O Livro de Areia**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1988.

BORNHEIM, Gerd. **Metafísica e Finitude**. São Paulo: Editora Perspectiva S/A, 2001.

BRUN, Jean. **O Estoicismo**. Lisboa: Edições 70, 1993.

CAMUS, Albert. **O Estrangeiro**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

_____. **O Mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

CÂNDIDO, Antonio; e outros. **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Editora Perspectiva S/A. 2004.

CASSIRER, Ernest. **Antropologia Filosófica (Ensaio sobre o homem)**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.

CASTORIADIS, Cornelius. **O Dizível e o Indizível**. In: “As Encruzilhadas do labirinto”. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

CASTRO, Manuel Antônio de (org.). **A Construção Poética do Real**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora Ltda., 2004.

CASTRO ROCHA, João Cezar de (org). **Teoria da Ficção (Indagações à obra de Wolfgang Iser)**. Rio de Janeiro: Editora da U.E.R.J., 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Experiência do Pensamento (Ensaio sobre a obra de Merleau-Ponty)**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 2002.

COSTA LIMA, Luiz. **Teoria da Literatura em suas Fontes**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves S/A., 1975.

_____. **A Literatura e o Leitor – Textos de Estética de Recepção**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

COLLI, Giorgio. **O Nascimento da Filosofia**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1996.

DAMON SANTOS MOUTINO, Luiz. **Razão e Experiência (Ensaio sobre Merleau-Ponty)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2006.

DELEUZE, GILLES. **A Imagem-Tempo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

_____. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 1999.

DERRIDA, Jacques. **A Escritura e a Diferença**. São Paulo: Editora Perspectiva.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor M. **Os Irmãos Karamázovi**. São Paulo: Abril Cultural, 1971.

DURAND, Gilbert. **A Imaginação Simbólica**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1988.

_____. **As Estruturas Antropológicas do Imaginário**. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda., 1997.

DURANT, Will. **História da Filosofia**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

EAGLETON, Terry. **A Ideologia da Estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1993.

_____. **Teoria da Literatura: uma Introdução**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Ltda., 1983.

FELDMANN, Helmut.; **Graciliano Ramos (Reflexões de sua personalidade na obra)**. Fortaleza: UFC – Casa de José de Alencar Programa Editorial, 1998.

FLUSSER, Vilém. **Fenomenologia do Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1998.

FOULQUIÉ, Paul. **O Existencialismo**. São Paulo: Difusão européia do livro, 1955.

FRANKL, Viktor E. **Em Busca de Sentido (Um Psicólogo no campo de concentração)**. Petrópolis – Rio de Janeiro: Editora Sinadal/Vozes, 1991.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste (Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil)**. São Paulo: Global Editora, 2004.

_____. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método: Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica**. Petrópolis – Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

GILES, Thomas Ranson. **História do Existencialismo e da Fenomenologia**. São Paulo: E.P.U., 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

HEIDEGGER, Martin. **A Essência do Fundamento**. Lisboa: Edições 70.

_____. **Que é Metafísica?** In: “Os Pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HOLANDA, Lourival. **Sob o Signo do Silêncio (Vidas secas e o Estrangeiro)**. São Paulo: EDUSP, 1992.

HUSSERL, Edmund. **A Idéia da Fenomenologia**. Lisboa: Edições 70 Ltda.

_____. **Investigações Lógicas (Elementos para uma elucidação. Fenomenologia do conhecimento)**. In: “Os Pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ISER, Wolfgang. **O Imaginário e os Conceitos – Chave da Época**. In: “Teoria da Literatura em suas fontes”. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves S/A, 1975.

_____. **A Interação do Texto como o Leitor**. In: “A Literatura e o Leitor. Textos de Estética da Recepção”. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

JAUSS, Hans Robert. **Estética da Recepção: colocações gerais**. In: “A literatura e o leitor – Textos de estética da recepção”. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

_____. **Aesthetic Experience and Literary Hermeneutics**. Minneapolis: University of Minnesota Press.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

KIERKEGAARD, Soren. **O Desespero Humano**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

KIRK, G.F.; RAVEN, J. E.; SCHOFIELD, N. **Os Filósofos Pré-socráticos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

LEITÃO, Cláudio. **Líquido e Incerto (Memória e Exílio em Graciliano Ramos)**. Niterói – RJ: Ed. UFF, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Lisboa: Edições 70, 1975.

LISPECTOR, Clarice. **Laços de Família** (contos). Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da Razão Sensível**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 1998.

MANN, Thomas. **Schopenhauer, Nietzsche, Freud**. Madrid: Alianza Editorial S/A, 2004.

_____. **A Montanha Mágica**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S/A, 1980.

MELVILLE, Herman. **Bartleby, o escrivão**. Porto Alegre: L e PM Editora, 2003.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora S/A, 1994.

_____. **O Olho e o Espírito**. São Paulo: Cosac e Naify, 2004.

_____. **A Natureza**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora S/A, 2000.

_____. **Conversas-1948**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora S/A, 2004.

MOLES, Abraham. **A Criação Científica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

MUNIZ DE ALBUQUERQUE, Durval. **A Invenção do Nordeste e outras Artes**. Recife: Editora Massangana, 2001.

NOVAES, Adauto (org.). **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NUNES, Benedito. **A Filosofia Contemporânea: trajetos iniciais**. São Paulo: Ática, 1991.

OLSEN, Robert. **Introdução ao Existencialismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

PALMER, Richard E. **Hermenêutica**. Lisboa: Edições 70, 1999.

PASCAL, Blaise. **Pensamentos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

PESSOA, Fernando. **Barão de Teive (a educação do estóico)**. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Hemus, 1970.

_____. **O Banquete**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

PRADO JÚNIOR, Bento. **A Imaginação: fenomenologia e filosofia analítica**. In: "Alguns Ensaios". São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2000.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa (tomo 3)**. Campinas – São Paulo: Papirus Editora, 1997.

_____. **Interpretação e Ideologias**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves S/A, 1990.

_____. **The Rule of Metaphor**. Toronto: University of Toronto Press, 1997.

ROSENFELD, Anatol. **Texto / Contexto 2**. São Paulo: Editora Perspectiva S/A, 2000.

ROGERS, Ben. **Pascal (elogio do efêmero)**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Os Dez Amigos de Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

_____. **O Imaginário**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

SCHELLING, Friedrich Von. **Exposição da Idéia Universal**. In: “Os Pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

SCHOPENHAUER, Arthur. **As Dores do Mundo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1988.

SÊNECA. **La Ira**. Buenos Aires: Tor.

_____. **Sobre a Brevidade da Vida**. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 1993.

SOKOLOWSKI, Robert. **Introdução à Fenomenologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

STEGMULLER, Wolfgang. **A Filosofia Contemporânea (Vol. 1)**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1977.

UNAMUNO, Miguel de. **Del Sentimiento Trágico de la Vida: en los hombres y en los pueblos**. Buenos Aires: Altaya, 1998.

VANNI ROVIGHI, Sophia. **História da Filosofia Contemporânea**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

WANDERLEY, Vernaide; MENEZES, Eugênia. **Viagem ao Sertão Brasileiro**. Recife: Editora da FUNDARPE e Companhia Editora de Pernambuco, 1997.

ZILBERMAN, Regina. **Estética da Recepção e História da Literatura**. São Paulo: editora Ática, 1989.